



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

SEBASTIÃO FONTENELE FRANÇA

**AS CONDIÇÕES QUE SACRALIZARAM O SÍTIO HISTÓRICO E PATRIMÔNIO
CULTURAL KALUNGA NA MICRORREGIÃO DA CHAPADA DOS
VEADEIROS – NORDESTE DE GOIÁS**

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Análise de Sistemas Naturais.

Orientador: Prof. Dr. Éder de Souza Martins (UnB).

Brasília,
Março de 2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

SEBASTIÃO FONTENELE FRANÇA

Orientador: Prof. Dr. Éder de Souza Martins

TESE DE DOUTORADO

Brasília
2019

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM ANÁLISE DE SISTEMAS NATURAIS

**AS CONDIÇÕES QUE SACRALIZARAM O SÍTIO HISTÓRICO E PATRIMÔNIO
CULTURAL KALUNGA NA MICRORREGIÃO DA CHAPADA DOS
VEADEIROS – NORDESTE DE GOIÁS**

SEBASTIÃO FONTENELE FRANÇA

Orientador: Prof. Dr. Éder de Souza Martins

Comissão Examinadora

Aprovado por:

Prof. Dr. Éder de Souza Martins (UnB)
(Orientador)

Prof. Dr. Gustavo Macedo de Mello Baptista (UnB)
(Examinador Externo)

Prof. Dr. Rômulo José da Costa Ribeiro (UnB)
(Examinador Externo)

Prof. Dr. Osmar Abílio de Carvalho Junior (UnB)
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho (UnB)
(Suplente)

Brasília
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

FRANÇA, SEBASTIÃO FONTENELE

As condições que sacralizaram o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga na Microrregião da Chapada dos Veadeiros – Nordeste de Goiás. 309p., UnB - Universidade de Brasília), Brasília, 2019.

Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Departamento de Geografia.

- | | |
|---------------|---------------|
| 1. Território | 2. Quilombola |
| 3. Kalunga | 4. Isolamento |

CESSÃO DE DIREITOS

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta Tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

SEBASTIÃO FONTENELE FRANÇA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que me deu
inteligência e força para a sua realização.
A Ele, a minha eterna gratidão.

In Memoriam:

Aos meus Pais, Olindina Isabel de França e João Fontenele
Sobrinho, que, pela vontade de Deus, contribuíram para
o meu nascimento. Em espírito, a eles ofereço
este trabalho, que honrosamente conquistei.

Finalmente, dedico este trabalho às comunidades
Quilombolas Kalunga de Cavalcante,
Monte Alegre de Goiás e
Teresina de Goiás.

“As mãos preguiçosas empobrecem o
homem, porém as mãos diligentes lhe
trazem riquezas”

(PROVÉRBIOS 10:4)

AGRADECIMENTOS

Este é um momento muito especial no qual não poderia deixar de agradecer a algumas pessoas que se fizeram presentes nos momentos mais significativos durante a realização desta pesquisa, e ao Criador, nosso Deus, pela oportunidade de me fazer experimentar a vida, com todas as suas dificuldades, e pela disposição para encarar novos desafios.

Aos meus pais João Fontenele Sobrinho e Olindina Isabel de França (*in memoriam*) por terem contribuído para o meu nascimento e me ensinaram a dar os primeiros passos na caminhada da vida.

Aos meus filhos Renata Luíza Prado Fontenele, João Carlos Fontenele Prado, Fabrício Fernando Prado Fontenele e Ana Carolina Prado Fontenele, que sempre estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis, dando-me o apoio incondicional para que eu seguisse o árduo caminho que se apresentava à minha frente.

Ao meu Orientador o Professor Dr. Éder de Souza Martins pela disposição de sempre me alimentar com os seus conhecimentos e pela paciência de corrigir a minha rota quando estava fora do rumo.

Ao Professor Dr. Osmar Abílio de Carvalho Junior, pelas orientações prestimosas que me levaram a finalizar este projeto de vida. Metódico e educado em tudo o que faz.

Ao Professor Dr. Gustavo Macedo de Mello Baptista, pela amizade e por sempre acreditar no meu potencial. Somos amigos de longas datas, mas nesta Banca de Defesa de Tese somos profissionais éticos e comprometidos com a nossa seriedade.

Ao Professor Dr. Rômulo José da Costa Ribeiro, jovem cientista de grande valor para o nosso País e que, com a sua educação e gentileza, aceitou fazer parte da minha Banca de Doutorado.

Ao Professor Dr. Fernando Luis Araújo Sobrinho, que em tempos alhures tivemos a grata satisfação de trabalharmos juntos, e hoje nos encontramos na condição de professor-aluno e, melhor, ele fazendo parte da minha Banca de Doutorado.

À UPIS, por acreditar no meu trabalho e por sempre me apoiar na consecução dos meus objetivos profissionais.

Aos meus amigos e colegas de trabalho Adilson Lima, Eliane Cherulli, Maria Célia, Edila Ferri, Leandro Ribeiro, David Ayronn, Lúcio Carlos, Hallyny Guedes, Paulo Mauger, Ana Lúcia, Danilo dos Santos Maia, Dinair Andrade, Michelle de Almeida, Suzana Portela, Sérgio Coutinho, Renato Apolinário, Talita Cabral, Francisco Nunes, Anderson Batista, Simone Doscher, Júlio Cesar, pelo apoio que sempre me deram.

Ao meu amigo e Professor Ruy Davi, que perdeu algumas horas de sono para corrigir e enriquecer o texto final desta Tese.

À Senhora Teresa Prado Fontenele, minha ex-esposa e mãe dos meus filhos, que sempre se dedicou, incondicionalmente, à educação de cada um deles.

Aos funcionários da Pós-Graduação de Geografia, Jorge e Agnelo, que sempre se colocam à disposição para ajudar os alunos. Estão sempre preocupados em não deixar o aluno vulnerável, ou seja, procuram mostrar a situação do aluno de Pós-Graduação, chamando a atenção para as pendências existentes.

À minha esposa e amiga Maria Zinete Oliveira de Castro Fontenele por me apoiar e me acompanhar nas viagens de pesquisa de campo. A sua companhia foi de extrema importância para a realização dos trabalhos, uma vez que me auxiliava nas anotações dos dados coletados nas entrevistas e na aplicação dos questionários de acordo com os atores envolvidos na minha pesquisa. Nos momentos em que, subindo as serras da Chapada dos Veadeiros, onde uma vez passei mal e, por ser da área da saúde, prestou-me os primeiros socorros. A ela, a minha eterna gratidão.

Agradeço profundamente ao nosso guia Daniel Ângelo Dal Col, que foi a bússola que nos orientou pelos emaranhados caminhos no meio do Cerrado. Com o conhecimento dele, circulamos em todo o Sítio Histórico Kalunga.

Não posso deixar de agradecer ao meu amigo Vinícius Vasconcelos que sempre se colocou à minha disposição, sempre que precisei de sua ajuda.

Agradeço também ao Senhor Neco do Vão de Almas que contribuiu para o enriquecimento deste trabalho. Suas informações foram de extrema importância para o aprofundamento desta pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer ao Senhor Vilmar de Sousa Costa, então Presidente da Associação Quilombola Kalunga de Cavalcante, que prestou valiosa contribuição por meio de entrevista. É um grande conhecedor das questões quilombolas Kalunga.

De tão grande importância foi a entrevista concedida pelo Senhor Joaquim Moreira, ex-presidente da Associação Quilombola Kalunga, conhecido localmente como Senhor Mochila. O Senhor Mochila, com seus mais de 70 anos, vividos nos vãos da Chapada dos Veadeiros, é um eterno conhecedor da vida dos Kalunga naquele sertão. É uma verdadeira “enciclopédia humana”. Durante as duas viagens feitas no Vão de Moleque, colocou a sua casa à nossa disposição, foi uma espécie de escritório avançado, só que no meio do cerrado, e o mais importante, no Vão do Moleque, um cenário quase indescritível.

Geovane Moreira Pereira, que nos recebeu em sua singela casa, localizada na região do chamado “choco”, dentro do Vão de Moleque, e nos forneceu informações importantes sobre a vida e de sua família. E como é o viver dentro daquele Vão.

Quero deixar aqui o meu agradecimento ao amigo Alisson Santos Neves que me passou ensinamentos importantes sobre o uso do ArcGis, sendo ele um profundo conhecedor dessa ferramenta.

Por último, agradeço ao meu cunhado Salvador Barbosa de Araújo, que me acompanhou nas pesquisas de campo e que, com sua prestigiosa ajuda, preparou um excelente cardápio para alimentar a nossa equipe durante essa fase de trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo constatar que o relevo foi condicionante para manter viva a cultura africana no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, nas remotas serras da Chapada dos Veadeiros, no Nordeste de Goiás, e como esses negros se inseriram geograficamente nessas terras, criando ali o maior quilombo brasileiro, onde permaneceram nas condições de aquilombados por quase três séculos, quase sem contato com a civilização moderna, fenômeno esse que levou à “sacralização do seu território”. Partindo da problemática que envolvem questões de relevo, com suas altitudes, a escassa literatura sobre a inserção geográfica do negro em Goiás e na Chapada dos Veadeiros, bem como a sobreposição dos polígonos da Área de Proteção Ambiental Pouso Alto, dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, da Reserva da Biosfera, do Cerrado e do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, que doravante será identificado, carinhosamente, no texto, como Território Kalunga. Para atingir os resultados desejados, seguiu-se os seguintes passos metodológicos: ampla pesquisa bibliográfica e de campo, aplicação de questionário, exploração do terreno, tanto por via terrestre, quanto por via aquática, cujo objetivo foi identificar antigos caminhos por onde circularam bandeirantes e escravos e também resquícios deixados por suas caravanas em cidades de Goiás e Tocantins, bem como entrevistas ao longo dos percursos no interior do Território Quilombola Kalunga. Para o mapeamento, utilizou-se um importante ferramental que envolveu o uso do ENVI e do ArcGis, que possibilitaram confeccionar os mapas tridimensionais de suas altitudes, onde se pôde demonstrar o grau de isolamento dos vãos, serras e depressões dissecadas. Esse mapeamento, em conjunto com os dados coletados dos questionários e das entrevistas locais, foi importante para confirmar a hipótese desta Tese, o que foi se comprovando no decorrer da pesquisa. Dessa forma, esta pesquisa atingiu os objetivos propostos e comprovou, por meio de mapas, com seus respectivos gráficos de altitude, de fragmentos textuais coletados das obras pesquisadas e de depoimentos de Kalunga, que o relevo contribuiu, em conjunto com outros elementos, para o isolamento dos afrodescendentes no seu habitat e, com isso, “sacralizou o seu território”.

Palavras-chave: Território. Quilombola. Kalunga. Isolamento.

ABSTRACT

This research aimed at verifying that the relief was a conditional factor to keep alive the African culture in the Historical and Cultural Heritage Site of the Kalunga, in the remote mountains of the Chapada dos Veadeiros in the Northeast of Goiás, and how these blacks were inserted geographically in these lands, creating the largest Brazilian quilombo, where they remained in the conditions of quilombo dwellers for almost three centuries, nearly without contact with the modern civilization. This phenomenon led to the "sacralization of their territory". Starting from the problems including issues of relief, with their altitudes, the scarce literature on the geographic insertion of black people in Goiás and Chapada dos Veadeiros, as well as the overlapping of the polygons of the Environmental Protection Area of Pouso Alto in the municipalities of Cavalcante, Monte Alegre de Goiás and Teresina de Goiás, the Biosphere Reserve, the Cerrado and the Kalunga Historic Site and Cultural Heritage, which from now on will be affectionately identified in the text as Kalunga Territory, to achieve the desired results, the following methodological steps were followed: ample bibliographical and field research, application of a questionnaire, exploration of the land, both by land and water, whose objective was to identify old paths where bandeirantes (trailblazers) and slaves circulated and also remains left by their caravans in cities of Goiás and Tocantins, as well as interviews along the routes in the interior of the Quilombola Kalunga Territory. For the mapping, an important tool was used involving the use of ENVI and ArcGis, which made it possible to make three-dimensional maps of their altitudes, enabling the demonstration of the degree of isolation of the openings, hills and dissected depressions. This mapping, along with the data collected from the questionnaires and local interviews were important to confirm the hypothesis of this thesis, which was confirmed throughout the research. Thus, this research achieved the proposed objectives and proved, by means of maps with their respective charts of altitude, textual fragments collected from the works researched and testimonials of the Kalunga that the relief contributed with other elements for the isolation of afro-descendants in their habitat and, with this, "sacralizing their territory".

Keywords: Territory. Quilombola. Kalunga. Isolation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Monumento aos Bandeirantes – São Paulo	33
Figura 2	Igreja Matriz de Sant’Anna	33
Figura 3	Centro Cultural Conde dos Arcos - Sede do Governo de Goiás - de 1744 a 1937	34
Figura 4	Sala de jantar do Palácio Conde dos Arcos	35
Figura 5	Imagem Google Earth da Igreja de São João Batista do Ferreiro – Goiás	35
Figura 6	Igreja de São João Batista do Ferreiro – Goiás	36
Figura 7	Imagem Google Earth da localização do Arraial Ouro Fino – Goiás	36
Figura 8	Arraial Ouro Fino - Goiás	36
Figura 9	Caminho que ligava a Sede do Governo de Goiás aos Arraiais do Ferreiro e Ouro Fino - Goiás	37
Figura 10	Caminho que ligava a Sede do Governo de Goiás aos Arraiais do Ferreiro e Ouro Fino - Goiás	38
Figura 11	Museu das Bandeiras – Câmara Municipal e Cadeia Pública - Goiás	38
Figura 12	Ferramentas de garimpagem	39
Figura 13	Peças de aprisionamento de negros escravos	39
Figura 14	Cruz do Ananguera	39
Figura 15	Residência de Ananguera	40
Figura 16	Escada de acesso da antiga Cadeia Pública – Goiás	40
Figura 17	Mapa Síntese dos caminhos para os Goyazes (1766-1775)	47
Figura 18	Síntese dos caminhos que adentraram aos territórios de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás	50
Figura 19	Placa de Natividade - TO	51
Figura 20	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos – Natividade -TO	51
Figura 21	Cadeia Pública antiga – Natividade - TO	52
Figura 22	Igreja de Nossa Senhora da Natividade - TO	52
Figura 23	Interior da Igreja de Nossa Senhora da Natividade - TO	52

Figura 24	Igreja Nossa Senhora dos Remédios de Arraias - TO	52
Figura 25	Casario antigo de Arraias - TO	53
Figura 26	Serra da Natividade ao fundo - TO	53
Figura 27	Alto da serra da Natividade - TO	54
Figura 28	Ponto de contagem de ouro - Serra da Natividade - TO	54
Figura 29	Ruína de residência - Serra da Natividade - TO	54
Figura 30	Lagoa encantada – Serra da Natividade - TO	55
Figura 31	Ferramentas de garimpagem utilizadas no garimpo da Serra da Natividade	55
Figura 32	Áreas demarcadas para futuras garimpagem na Serra da Natividade - TO	55
Figura 33	Escavação no garimpo - Serra da Natividade - TO	56
Figura 34	Escavação de garimpagem - Serra da Natividade - TO	56
Figura 35	Encontro dos rios Paranã e Palmas – Paranã - TO	56
Figura 36	Cela solitária – Cadeia Pública Antiga de Paranã - TO	57
Figura 37	Casario antigo em Paranã - TO	57
Figura 38	Matriz de Nossa Senhora das Mercês – Porto Nacional - TO	58
Figura 39	Casario antigo – Porto Nacional - TO	58
Figura 40	Porto no Rio Tocantins – Porto Nacional - TO	59
Figura 41	Certidão de nascimento de afrodescendentes em Meia Ponte (Pirenópolis)	63
Figura 42	Casa antiga de Cavalcante - Goiás	66
Figura 43	Casa antiga de Cavalcante - Goiás	66
Figura 44	Orifícios feitos na rocha do leito do Rio são Bartolomeu para retirar ouro	67
Figura 45	Localização da Chapada dos Veadeiros e do Território Quilombola Kalunga	70
Figura 46	Delimitação do Território Kalunga	70
Figura 47	Córrego Lava Pés – Serra da Cavanhada - Goiás	73
Figura 48	Residência Kalunga no Engenho II - Goiás	77
Figura 49	Residência Kalunga no Vão de Almas	77

Figura 50	Criação de gado no Vão do Moleque – uma perfeita harmonia entre o físico, o humano e o animal	83
Figura 51	Senhora Juliana dos Santos Rosa - Genitora do Senhor Cirilo	85
Figura 52	Polígonos Geo-históricos e Geoambientais que cortam a Microrregião da Chapada dos Veadeiros – Goiás	98
Figura 53	Mapa das Eras Geológicas da Microrregião da Chapada dos Veadeiros, da Apa Pouso Alto, Território Kalunga e Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	107
Figura 54	Encontro das águas do Rio Tocantinzinho e do Ribeirão São Miguel na Chapada dos Veadeiros	110
Figura 55	Unidades Litoestratigráficas da APA Pouso Alto, do Território Quilombola Kalunga e do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	114
Figura 56	Altimetria do relevo da APA Pouso Alto, do Território Quilombola Kalunga e do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	117
Figura 57	Serra Pouso Alto – Alto Paraíso de Goiás	117
Figura 58	Padrões de cores que caracterizam o relevo da APA Pouso Alto, Território Kalunga e do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	118
Figura 59	Declividade e hidrografia da APA Pouso Alto, Território Kalunga e do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	120
Figura 60	Hidrografia e tipos de solos do Território Quilombola Kalunga	122
Figura 61	As categorias de solo na altitude entre 461-629 metros	123
Figura 62	As categorias de solo na altitude entre 629-829 metros	124
Figura 63	As categorias de solo na altitude entre 819-1037 metros	124
Figura 64	As categorias de solo na altitude entre 1037 – 1408 metros	125
Figura 65	A roça do Senhor Mochila, no Vão do Moleque	126
Figura 66	Roça de arroz no Território Kalunga	126
Figura 67	Roça de arroz no Território Kalunga	126
Figura 68	Gado Curraleiro – Pé-Duro – Vão do Moleque	127
Figura 69	Gado Curraleiro – Pé-Duro – no alto da Serra Santana – Engeno II	127
Figura 70	Córrego Ribeirão dos Bois –Comunidade Kalunga do Ribeirão dos Bois – setembro de 2016	128
Figura 71	Mapa de Distribuição das edificações no Território Kalunga	133
Figura 72	Mapa de Densidade das edificações no Território Kalunga	133

Figura 73	Fluxograma das Etapas para o desenvolvimento da Pesquisa	134
Figura 74	Síntese dos Caminhos de penetração de Bandeirantes, Escravos, Índios e Tropeiros na Microrregião da Chapada dos Veadeiros	145
Figura 75	Caminhos de relação entre as comunidades quilombola Kalunga	146
Figura 76	Placa sinalizadora da Trilha dos Escravos, na Serra das Araras – Cavalcante	148
Figura 77	Trilha dos escravos, na Serra das Araras – Cavalcante – GO – altitude de 940 metros	149
Figura 78	Caminho para o Festejo do Vão de Almas – Via Diadema e Funil do Rio Paranã -MDE	150
Figura 79	Funil do Paranã, entre as Serras da Contenda e da Boa Vista – ao fundo o Vão de Almas	151
Figura 80	Residência de adobe e palha na Comunidade Diadema	152
Figura 81	Residência de adobe e palha no Vão de Almas	152
Figura 82	Residência de Alvenaria na Comunidade Diadema	153
Figura 83	Funil do Paranã, entre as serras da Contenda da Boa Vista	153
Figura 84	Visão do Funil do Paranã, entre as Serras da Contenda da Boa Vista (2015)	154
Figura 85	Funil do Paranã, entre as serras da Contenda e da Boa Vista – foto tirada por Baiocchi (1998)	154
Figura 86	Caminho antigo no margem esquerda do Funil do Paranã, entre as serras da Contenda da Boa Vista (coordenadas 13°26'55.86"s; 47°14'54.67" o)	155
Figura 87	Caminho antigo no margem esquerda do Funil do Paranã, entre as serras da Contenda da Boa Vista (coordenadas 13°26'55.86"s; 47°14'54.67"o)	156
Figura 88	Caminho de Teresina de Goiás- Vão de Almas, Via Serra Boa Vista- MDE	157
Figura 89	Caminho de Teresina de Goiás ao Vão de Almas, Via Serra da Boa Vista – Rio Ribeirão dos Bois	158
Figura 90	O Senhor Gregório e seu filho - Comunidade Ema, às margens do Rio Ribeirão dos Bois	159
Figura 91	Início da Serra da Boa Vista	160
Figura 92	Subida da Serra da Boa Vista	160
Figura 93	Topo da Serra da Boa Vista – Pouso do Padre	161
Figura 94	Topo da Serra da Boa Vista – panorama do Vão de Almas	161
Figura 95	Momento de chegada ao topo da Serra da Boa Vista – Pouso do Padre	161

Figura 96	Caminho de Cavalcante ao Festejo do Vão do Moleque-Via Prata-Rio Corrente - MDE	162
Figura 97	Subida da Serra Santana (Mirante Nova Aurora)	163
Figura 98	Mirante da Nova Aurora	163
Figura 99	Fragmento do antigo caminho que ligava Cavalcante à Comunidade do Engenho II	164
Figura 100	Fragmento do antigo caminho que ligava Cavalcante à Comunidade do Engenho II – ossos de animais devorados por onças	164
Figura 101	Área de pastagem no Engenho II	165
Figura 102	Placa indicativa da Comunidade Engenho II	165
Figura 103	Área de pastagem na área de Chapada	165
Figura 104	Placa indicativa do caminho que vai para o Vão de Moleque	165
Figura 105	Ponto de sinal de celular	166
Figura 106	Início da Serra do Paiol que dá acesso ao Vão de Moleque	166
Figura 107	Ponte sobre o Rio do Prata que divide os estados de Goiás e Tocantins	167
Figura 108	Residência Kalunga no Vão de Moleque	167
Figura 109	Família Kalunga do Vão de Moleque	167
Figura 110	Instalação de postes de luz no Vão de Moleque –sem energia	169
Figura 111	Rio Corrente no Vão de Moleque	170
Figura 112	Rio Corrente no Vão de Moleque	170
Figura 113	O anoitecer na Serra Santana – retorno do Vão do Moleque à Cavalcante	170
Figura 114	Caminho de Cavalcante ao Vão de Moleque, Via Choco - MDE	172
Figura 115	Panorama da Cidade de Cavalcante – Serra Nova Aurora	173
Figura 116	Kalungueiro no caminho de Cavalcante ao Vão do Moleque	173
Figura 117	Entrada da Comunidade Engenho II	174
Figura 118	Veículo acidentado antes de chegar na Comunidade Engenho II	174
Figura 119	Condições da via de acesso	175
Figura 120	Vista panorâmica do Vão de Almas	175
Figura 121	Rio Gameleira	176

Figura 122 Rio Gameleira	176
Figura 123 Veículo utilizado pela equipe em pane na subida da serra	176
Figura 124 Residência do Senhor Geovane	177
Figura 125 Residência do Senhor Geovane	177
Figura 126 Curral de gado do Senhor Geovane	178
Figura 127 Residência do Senhor Geovane – panela sobre o fogão de lenha cozinhando frango	178
Figura 128 Serra do Moleque ao fundo, com seu iponente Monólito “Dedo do Moleque”	178
Figura 129 Roça no Vão do Moleque – ao Fundo o “Dedo do Moleque”	179
Figura 130 Criação extensiva de gado no Vão do Moleque	179
Figura 131 Lixo jogado no Córrego dos Porcos – Festejo do Moleque	180
Figura 132 Lixo jogado no Córrego dos Porcos – Festejo do Moleque	180
Figura 133 Lixo jogado no Córrego dos Porcos – Festejo do Moleque	180
Figura 134 Lixo jogado no Córrego dos Porcos – Festejo do Moleque	181
Figura 135 Festejo do Vão do Moleque	181
Figura 136 Preparação do almoço	182
Figura 137 Preparando o almoço	182
Figura 138 Doação de roupas para a família Kalunga	183
Figura 139 Residência do Senhor Mochila no Vão do Moleque	184
Figura 140 Residência do Senhor Mochila no Vão do Moleque	184
Figura 141 Tipo de residência Kalunga	184
Figura 142 Reservatório de água na residência do Senhor Mochila no Vão no Moleque	185
Figura 143 Roça do Senhor Mochila no Vão do Moleque	190
Figura 144 Roça do Senhor Mochila no Vão do Moleque	190
Figura 145 Roça do Senhor Mochila no Vão do Moleque	191
Figura 146 Doação de roupas e alimentos às Famílias Kalunga no Vão do Moleque	191
Figura 147 Perfil de Topográfico do Vão de Moleque - MDE	192

Figura 148	Carta geográfica apresentada por Luis França copiada por Omar Carneiro Filho	193
Figura 149	Carta geográfica apresentada por Luis França copiada por Omar Carneiro Filho - MDE	193
Figura 150	Caminho de Cavalcante ao Festejo do Vão do Moleque, Via Prata - MDE	194
Figura 151	Chegada ao Festejo do Moleque	195
Figura 152	Chegada ao Festejo do Moleque – montando o acampamento	195
Figura 153	Chegada ao Festejo do Moleque – montando o acampamento	195
Figura 154	Chegada ao Festejo do Moleque – montando o acampamento	196
Figura 155	Chegada ao Festejo do Moleque – fazendo churrasco	196
Figura 156	Chegada ao Festejo do Moleque – filha da Senhora Aurenita	196
Figura 157	Chegada ao Festejo do Moleque – fazendo churrasco	197
Figura 158	Chegada ao Festejo do Moleque – fazendo churrasco	197
Figura 159	Chegada ao Festejo do Moleque – casa de hospedagem dos Kalunga festeiros	198
Figura 160	Chegada ao Festejo do Moleque – casa de hospedagem dos Kalunga festeiros	198
Figura 161	Chegada ao Festejo do Moleque – amanhecendo o dia	199
Figura 162	Chegada ao festejo do moleque – desmontando o acampamento	199
Figura 163	Chegada ao Festejo do Moleque – desmontando o acampamento	199
Figura 164	Chegada ao Festejo do Moleque – doação de alimentos	200
Figura 165	Chegada ao Festejo do Moleque – momento de despedida	200
Figura 166	Saída do Festejo do Moleque	200
Figura 167	Caminho do Vão do Moleque ao Vão de Almas, Via Forno - MDE	201
Figura 168	Residência do Senhor Geovane - Choco	202
Figura 169	Residência do Senhor Geovane – entrega de cesta de alimentos e uma Revista Múltipla UPIS contendo artigo sobre a história dos Kalunga	203
Figura 170	Início da subida da Serra São Pedro, que separa o Vão do Moleque do Vão de Almas	203
Figura 171	Entrada do Festejo do Vão de Almas	204

Figura 172 Pátio de Festas do Vão de Almas	204
Figura 173 Acampamento à margem do Rio das Almas	205
Figura 174 Acampamento à margem do Rio das Almas	205
Figura 175 Centro do Festejo do Vão de Almas	205
Figura 176 Ponto de encontro dos Kalunga no Rio das Almas	206
Figura 177 Banho no Rio Branco (Rio das Almas) no Vão de Almas	206
Figura 178 Trecho do Rio Branco (Rio das Almas) impróprio ao banho, devido a presença de arraiais	207
Figura 179 Preparação do almoço à margem do Rio Branco (Rio das Almas)	207
Figura 180 Saboreando uma boa refeição à margem do Rio Branco (Rio das Almas)	207
Figura 181 Visita ilustre do senhor neco ao nosso acampamento à margem do Rio Branco (Rio das Almas)	208
Figura 182 Momento de oração na Capela do Festejo do Vão de Almas	208
Figura 183 Procissão no Festejo de Nossa Senhora D'Abadia no Vão de Almas	209
Figura 184 Procissão no Festejo de Nossa Senhora D'Abadia no Vão de Almas	209
Figura 185 Procissão no Festejo de Nossa Senhora D'Abadia no Vão de Almas	209
Figura 186 Curtindo a Festa de Nossa Senhora D'Abadia no quiosque do Senhor Neco no Vão de Almas	210
Figura 187 Área de alimentação no centro do Festejo do Vão de Almas	210
Figura 188 Viagem para o Rio Paranã – Vão de Almas – banco de pedras	211
Figura 189 Encontro dos Rios Branco (Rio das Almas) e Paranã – Vão de Almas	211
Figura 190 Funil do Paranã – Vão de Almas	212
Figura 191 Funil do Paranã – Vão de Almas	212
Figura 192 Caminho do lado direito da margem do Funil do Paranã – Vão de Almas. 13°26'58.88"s e 47°15'21.62"o	212
Figura 193 Caminho do lado esquerdo da margem do Funil do Paranã – Vão de Almas. 13°27'2.72"s e 47°15'21.62"o	212
Figura 194 A equipe preparando o lanche ao término da pesquisa no Funil do Paranã – Vão de Almas	214
Figura 195 Retorno para o Festejo do Vão de Almas	214

Figura 196 Retorno para o Festejo do Vão de Almas – banco de pedras	214
Figura 197 Último dia no Festejo para a equipe no Vão de Almas	215
Figura 198 Agradecimentos a Deus pelo último dia no Festejo do Vão de Almas	215
Figura 199 Doação da Revista Múltipla UPIS ao Senhor Neco do Vão de Almas	216
Figura 200 Doação da Revista Múltipla da Upis ao Senhor Vereador Kalunga de Cavalcante no Festejo do Vão de Almas	216
Figura 201 Caminho para o Festejo do Vão de Almas à Teresina de Goiás – Via Serra da Boa Vista	217
Figura 202 Saída do Festejo do Vão de Almas para Teresina de Goiás	218
Figura 203 Travessia do Rio das Almas - do Vão de Almas para Teresina de Goiás	218
Figura 204 Travessia do Rio das Almas - do Vão de Almas para Teresina de Goiás	218
Figura 205 Morro do Moleque - do Vão de Almas para Teresina de Goiás	219
Figura 206 Subida da Serra da Boa Vista - do Vão de Almas para Teresina de Goiás	219
Figura 207 Subida da Serra da Boa Vista - do Vão de Almas para Teresina de Goiás	220
Figura 208 Panorama da Serra da Boa Vista (ao fundo o Morro do Moleque) - do Vão de Almas para Teresina de Goiás	220
Figura 209 Final da viagem – alto da Serra da Boa Vista - do Vão de Almas para Teresina de Goiás	221
Figura 210 Final da viagem – alto da Serra da Boa Vista - do Vão de Almas para Teresina de Goiás (agradecimentos a Deus)	221
Figura 211 Perfil Topográfico do Vão de Almas - MDE	222
Figura 212 Grau de isolamento do Vão de Moleque	223
Figura 213 Grau de isolamento do Vão de Almas	224
Figura 214 Percentuais de altitude do Território Kalunga	225

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Desembarque Estimado de Africanos no Brasil - Séculos XVI-XIX - Períodos: 1551-1575 a 1861-1870	22
Tabela 2	Número de Escravos na Capitania de Goiás - Período: 1735-1832	28
Tabela 3	Número de Escravos nas Minas - por Julgados - Ano 1783	29
Tabela 4	Número de Escravos na Produção Complementar à Mineração - por Julgados ano 1783	29
Tabela 5	Produção do Ouro em Goiás	42
Tabela 6	Censo Demográfico, PIB- <i>Per capita</i> e IDHM dos Municípios da Microrregião da Chapada dos Veadeiros (*2017 – Previsão)	128
Tabela 7	Censo Demográfico, PIB- <i>Per capita</i> e IDHM dos Municípios que compartilham áreas para uso-fruto do Território Quilombola Kalunga	129
Tabela 8	Percentual das áreas dos três municípios que compartilham áreas para uso-fruto do Território Quilombola Kalunga	129
Tabela 9	Estimativa da População das comunidades Kalunga nos limites do Território Quilombola	132
Tabela 10	Disponibilidade de Matéria-Prima Animal/Dia e sua Equivalência em Gás	230
Tabela 11	Quantidade de gás produzido numa Unidade Biodigestora	230

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Situação dos domicílios quilombolas no Brasil (2014)	92
Quadro 2	Padrões de cores que identificam as formas de relevo da área de Estudo	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.C.	Antes de Cristo
APA	Área de Proteção Ambiental
AQK	Associação Quilombola Kalunga
AW	Clima Tropical, com Inverno Seco.
CADUNICO	Cadastro Único do Governo Federal
CAM	Caminho
CRPM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CWA	Clima Tropical de Altitude.
DSG	Diretoria de Serviço Geográfico
EC	Equatorial Continental
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENVI	<i>Environment for Visualizing Images</i>
FCP	Fundação Cultural Palmares
GA	Gálio
GAB	Gabinete
GO	Goiás
GPS	<i>Global Positioning System</i>
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAGO	Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano por Município
IENERA	I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais
MA	Milhões de Anos
MDE	Modelo Digital de Elevação
MEC	Ministério da Educação
MM	Milímetros
ONGS	Organizações Não Governamentais
PARNA	Parque Nacional
PAC QUILOMBOLA	Programa de Aceleração do Crescimento Quilombola
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PNPIR	Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
RB	Reserva da Biosfera
RESBIO CERRADO	Reserva da Biosfera Cerrado
RGB	<i>Red, Green E Blue</i>
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas e Promoção para a Igualdade Racial
SIEG	Sistema Estadual de Geoinformação do Estado de Goiás
SHPCK	Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga
SNUC	Unidades de Conservação da Natureza
SRTM	<i>Shuttle Radar Topography Mission</i>
STF	Supremo Tribunal Federal
TA	Tropical Atlântica
TO	Tocantins
TQK	Território Quilombola Kalunga
UC	Unidades de Conservação

UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNB	Universidade de Brasília
USGS	<i>United States Geological Survey</i>

SUMÁRIO

	Introdução	1
1	Capítulo 1 – Contextualização Histórica	11
1.1	Espaço, Tempo e Território: Três Dimensões Indissociáveis	11
1.2	A Personificação do “Território de Tordesilhas”: Antecedentes Históricos	12
1.3	A Territorialidade no Sistema de Capitanias Hereditárias	15
1.4	A Gênese da Escravidão Brasileira	18
1.5	A Presença do Negro em Goiás	26
1.6	As Redes de Relações entre o Urbano e o Sertão: os Caminhos que contribuíram para a construção do Território Quilombola Kalunga, na Microrregião da Chapada dos Veadeiros	44
1.7	Os mais importantes caminhos que fizeram a ligação entre o litoral e o centro do País no período da mineração	46
1.8	A Fenomenologia dos caminhos da riqueza e da contradição: Caminhos da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro	48
1.9	Do sofrimento, a ousadia exalou como esperança de conquista de um território sagrado: a reconstrução da identidade ancestral	59
1.10	Os Kalunga no contexto da historiografia de Goiás	61
1.11	Dos arraiais de ontem aos municípios de hoje: Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás – os municípios Negros da Chapada dos Veadeiros	72
1.12	A Etnociência	77
1.13	A Etnociência no estudo da paisagem no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga	79
1.14	O Território Sagrado	83
1.15	Políticas Públicas voltadas para as Comunidades Quilombola Kalunga	88
2	Capítulo 2 – Área de Estudo	95
2.1	A dupla face dos polígonos que configuram, ambiental e historicamente, a Microrregião da Chapada dos Veadeiros: proteção dos recursos naturais e a geração de conflitos	95
2.2	Uma breve conceituação de conflito	96
2.3	Limites poligonais das Unidades de Conservação (UC) da área de estudo	97
2.4	Antecedentes históricos e caracterização legal das Unidades de Conservação (UC)	98

2.5	O Bioma Cerrado	100
2.6	Reserva da Biosfera/Reserva da Biosfera Cerrado (Resbio Cerrado)	102
2.7	Área de Proteção Ambiental Pouso Alto (Apa Pouso Alto)	103
2.8	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	104
2.9	Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga	105
2.10	Características Físicas e humanas	106
3	Capítulo 3 – Material e Métodos	134
4	Capítulo 4 – Resultados e Discussão – O Sagrado Território	141
4.1	Os Caminhos antigos da Chapada dos Veadeiros e suas relações com o Território Sagrado Kalunga	144
4.2	Os caminhos de relação no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural – Estudos de Caso	145
4.2.1	Trilha dos Escravos – Caminho de Cavalante ao Araial dos Couros (atual Cidade Formosa - GO)	148
4.2.2	Caminho para o Festejo do Vão de Almas – Via Funil do Rio Paranã	150
4.2.3	Caminho para o Vão de Almas – Via Serra da Boa Vista	157
4.2.4	Caminho de Cavalcante ao Festejo do Vão do Moleque, Via Rio da Prata – primeira tentativa	162
4.2.5	Caminho de Cavalcante ao Vão Do Moleque, Via Choco	172
4.2.6	Caminho de Cavalcante ao Festejo do Vão do Moleque, Via Rio da Prata – segunda tentativa	194
4.2.7	Caminho do Festejo do Vão do Moleque ao Festejo do Vão de Almas, Via Forno	201
4.2.8	Caminho para o Festejo do Vão de Almas à Teresina de Goiás – Via Serra da Boa Vista	217
4.5	Proposições de melhorias para as Comunidades Quilombolas Kalunga	228
4.6	Considerações Finais	238
4.7	Referências Bibliográficas	244
	ANEXO A - Imagens complementares da pesquisa	252
	ANEXO B – Roteiro de Observação, Entrevista e Perguntas durante a Pesquisa de campo na área Quilombola Kalunga	268
	ANEXO C - Imagens dos documentos antigos pesquisados	270

INTRODUÇÃO

A história da escravidão no Estado de Goiás é mais recente do que a do restante do país, pois os primeiros contatos, na relação serviçal, entre os chamados “brancos”, que na verdade não os eram, considerando que já entraram em território goiano com avançado processo de miscigenação, a exemplo dos bandeirantes, deram-se a partir do século XVII com as incursões à procura de minerais preciosos, principalmente o ouro. Ressalta-se, portanto, que, em tempos anteriores a esse século “os Goyazes, já eram habitados por tribos indígenas e que já serviam de passagem para incursões que antecederam os bandeirantes, vindas, tanto do Norte, quanto do Sul e do Leste da colônia.

Sabe-se que a escravidão já era uma prática normal no Continente Africano, mas não na forma como foi implantada no Brasil. Os Senhores das minas e dos engenhos praticavam os mais perversos tipos de castigo, em que os negros só tinham duas opções: viver ou morrer. Milhares optaram pela vida e, por isso, tiveram que criar estratégias de fuga pela falta de liberdade, dando origem aos quilombos. O principal critério de segurança que utilizavam era o de esconderijo em terras de difícil acesso, razão pela qual encontram-se antigos quilombos em lugares cujo relevo é bastante acidentado, onde puderam permanecer por muitos anos fora do alcance da visão dos “brancos” ou dos “capitães do mato”. Foi o caso dos negros que trabalhavam na exploração do ouro e nos engenhos de açúcar em Goiás, e especialmente na Microrregião da Chapada dos Veadeiros, a partir do período setecentista, sendo os Kalunga remanescentes desses negros.

É importante ressaltar que grande parte desses negros veio da Bahia, mas há registros que vieram também de Arraias, Natividade e Paranã, no Estado de Tocantins, Belém do Pará, Meia Ponte (atual Pirenópolis), Vila Boa de Goiás (hoje Goiás), Traíras (hoje, Tupiraçaba – é um povoado e distrito do município de Niquelândia), no Estado de Goiás, dentre outros arraiais, uma vez que à medida que as minas iam se exaurindo, os bandeirantes deslocavam seus contingentes para outras localidades.

As comunidades afrodescendentes da Chapada dos Veadeiros pouco sabem de suas origens, com exceção dos mais velhos que conhecem a história oral. Quando em pesquisas *in loco* perguntado de onde seus ancestrais vieram, a grande maioria diz que veio da Bahia. Porém, diante das pesquisas bibliográficas e leituras exaustivas, mas de grande valia, os afrodescendentes chegaram ao seu território atual por meio de grandes fluxos de bandeirantes, indígenas e negros, à procura de ouro, que, partindo de São Paulo e do Rio de Janeiro, convergiram-se em Pirenópolis, que de lá irradiaram-se para o Oeste do Mato

Grosso, tendo como ponto final a então Vila Bela da Santíssima Trindade, no atual Estado do Mato Grosso, passando por Vila Boa de Goyas, atual Cidade de Goiás. Para o Norte, essas caravanas se dirigiam para arraiais, dentre eles, Cavalcante e São Félix de Cantalício, este último estando hoje adormecido sob as águas do Lago Cana Brava. De Salvador, partiram caravanas com diversas funções: umas voltadas para as atividades complementares à mineração, como o comércio de animais, especiarias, couro e produtos alimentícios; outras, que estavam relacionadas diretamente à mineração. Essas caravanas chegaram à Vila Boa de Goyas, tendo como ponto de intersecção o Arraial de Natividade, que se ligava também com Porto Nacional, ao Norte, e Cavalcante, São Domingos, São Félix, ao Sul, em direção à então Capital de Goiás. Também de Formosa, do então Arraial dos Couros, outras caravanas se dirigiam para Salvador na Bahia, fazendo comércio entre si de vários produtos, dentre eles o sal e o couro. Nesse vai e vem de pessoas, circulando entre os arraiais, os negros também iam se ramificando e criando seus espaços solitários, de defesa: os quilombos. Dessa forma, ou por fugas ou por deslocamentos naturais, os negros, vindos desses sítios irradiadores, foram se alojando dentro do espaço geográfico da Chapada dos Veadeiros.

É notório que a escravidão, até os dias atuais, ainda mancha a história na nação brasileira, mas neste trabalho serão discutidos tão somente o processo mercantil lusitano que levou o mundo a conhecer um dos mais cruéis sistemas de segregação social já existente: a escravidão do negro africano, e como esse processo atingiu o Estado de Goiás, restringindo-se, entretanto, à Chapada dos Veadeiros, onde há afrodescendentes que habitam terras encravadas entre serras e colinas, os chamados vãos, encaixados nos vales dos rios Paranã, Almas, Maquiné, Ribeirão dos Bois, Contenda, e também nas sedes dos municípios de Cavalcane, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, dentre outros, e que lá vivem, em condições precárias, aproximadamente, mais de 8.000 mil pessoas, distribuídas em seis principais Comunidades Quilombolas: Kalunga, Vão de Almas, Vão de Moleque, Engenho II, Vão da Contenda e Ribeirão dos Bois, a maioria num estado de degradação, pois o Estado apenas lhes dá esperança de vida melhor, mas a liberação da titulação de suas áreas ainda permanece nas gavetas dos órgãos responsáveis por esse processo.

No caso desta Tese, optou-se por pesquisar as áreas localizadas dentro dos Vãos de Almas e Moleque e, no alto da Chapada, a Comunidade do Engenho II, para fazer a caracterização física e dela retirar dados que possam responder a hipótese proposta.

As famílias Kalunga contam com espaços sagrados, onde, em períodos pré-estabelecidos, se reúnem para cultuar seus símbolos religiosos e participar das festas seculares. No entanto todo esse processo de ocupação se deu numa região onde o acesso fica

restrito a poucos caminhos e trilhas, também conhecidos como estradas cavaleiras, que seguem as linhas altimétricas, onde grandes distâncias são rompidas a pé ou em lombo de animais. Com relação à parte legal, a certificação do território já foi expedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas a titulação definitiva ainda não atingiu a totalidade. Mas, em passos largos, esses títulos estão sendo liberados, e que no momento atual, ou seja, em janeiro de 2019, mais de 50% já foram liberados. Isso já foi um grande avanço. Com a legalização do Território, o Povo Kalunga pode receber os benefícios do governo federal, por meio de crédito, para ser utilizado na compra de ferramentas, sementes, animais e outros itens para a família, além de terem acesso à Bolsa Família e outros dispositivos sociais. É importante ressaltar que a titulação sai em nome da Associação Quilombola Kalunga e não individualmente. Neste contexto, é interessante ressaltar que o uso da terra é coletivo e familiar, e cada família recebe o seu pedaço de terra, o seu chão, e o mais importante é que as famílias respeitam os limites territoriais entre si.

Os governos federal, estadual e municipal já implementaram algumas obras na área, mas com pouca significância, como por exemplo: O Engenho II já recebeu luz elétrica, rede hidráulica e algumas melhorias na estrada que dá acesso à cidade de Cavalcante, distante de 27 quilômetros, mas a comunicação desta comunidade com as outras ainda é precária: sem pontes de concreto, por exemplo, o que coloca em risco a vida das pessoas que por ela circulam, além de dificultar o escoamento dos produtos para as cidades e apoio nos momentos de necessidade de atendimento médico-hospitalar. O Engenho II, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás recebem, com pouca frequência, assistência médica com apoio de ambulâncias.

O Vão de Almas recebeu luz elétrica, mas somente na área do festejo, e da mesma forma a circulação entre as próprias comunidades e às cidades vizinhas de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresinha de Goiás, é também muito precária, aspectos esses que se repetem nas outras comunidades no interior do Sítio Histórico, sendo que o Vão de Moleque é o mais prejudicado, pois apenas os postes de luz, os fios condutores e transformadores foram instalados, mas a energia ainda não chegou, apenas promessas de melhorias continuam.

Entretanto, os problemas não se resumem somente a esses aspectos, mas também pela forma como os entes públicos tratam da territorialidade naquela área, onde há sobreposição dos territórios dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás com as Unidades de Conservação da Área de Proteção Ambiental Pouso Alto (APA Pouso Alto), do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, do Bioma Cerrado e da Reserva da

Biosfera do Cerrado, não somente física, mas em termos legais, onde cada um possui a sua legislação específica e interesses diversos, em detrimento das minorias, incluídas nessas o Povo Kalunga e os pequenos proprietários rurais. Entende-se que na cadeia de normatização há legislações nas esferas federal, estadual e municipal, e que todas elas devem conversar entre si. No entanto a quantidade de polígonos existentes na Microrregião das Chapada dos Veadeiros pode colocar em xeque a fiscalização e a sua eficácia nas áreas de proteção ambiental, bem como gerar conflitos. Atualmente, há quatro polígonos ambientais que se sobrepõem, sendo eles: Cerrado, Reserva da Biosfera, APA Pouso Alto, Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e, em termos históricos, o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, que se entrelaça com as áreas dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás. Nesse emaranhado de polígonos, ainda há uma pequena área que, em decorrência da sobreposição, ficou em destaque, sem, no entanto, segundo o entendimento do Pesquisador, apresentar a sua funcionalidade.

Para entender como o negro chegou à Chapada dos Veadeiros, foi necessário levantar os antecedentes históricos da criação do Estado brasileiro, desde a origem da idealização do Tratado de Tordesilhas, bem como seus desdobramentos, principalmente no que diz respeito à colônia como empresa mercantil lusitana, que teve como ferramenta de trabalho o escravo, o qual adentrou às terras goianas, e nelas, pela força do destino, hospedou-se definitivamente no “sagrado território quilombola”.

As pesquisas acadêmicas na área Kalunga são diversas e interessantes, mas todas elas dão muito mais ênfase aos aspectos sociais, políticos e culturais, que são importantes, do que aos aspectos físicos, os quais proporcionaram o fortalecimento dessas relações sociais, até mesmo pela necessidade de sobrevivência. Nesses trabalhos acadêmicos, os aspectos físicos são quase imperceptíveis nos textos, aparecem sem muita evidência, são apenas informativos que todos os leitores já conhecem, motivo esse que levou o Pesquisador a escolher a outra linha de pesquisa: o físico, o que não significa dizer que os aspectos sociais sejam desprezados, eles são complementares, pois sem eles não há dinâmica social.

Na verdade, nesta Tese, o Pesquisador também se preocupou com os aspectos humanos, mas enalteceu a questão física, como o relevo, o clima, a hidrografia, a vegetação, os solos, a etnogeomorfologia, onde tudo se conecta e têm os seus significados. É uma rede de relações que se estabelece em todas as dimensões que o ser humano precisa: saúde, incluído nessa os medicamentos, direito a vir ao mundo, sobrevivência financeira, transporte, educação, com escolas de qualidade, infraestrutura de estradas, saneamento básico, dentre outros. O território bem constituído tem tudo isso, mas um território em construção, como

no caso dos Kalunga, que vêm lutando para ter o seu por mais de dois séculos, não com a emancipação de uma linha de fronteira e muito menos como um apêndice, mas pelo reconhecimento do Estado para que eles tenham o seu espaço de vivência e continuem a cultivar suas tradições, ainda está bem longe do desejável. Mas os que eles têm, e continuam tendo, foi fruto também das condições físicas locais, que serviram de fortaleza para se abrigarem e se defenderem das atrocidades de seus senhores.

No entanto, a convivência dos Kalunga nos “limites territoriais de sua área” nunca foi pacífica: indígenas, posseiros, fazendeiros, mineiros e grileiros sempre estiveram presentes, cada um com seus interesses pessoais. Essa questão será resolvida tão logo o governo regularize as terras devolutas e aquelas pendentes de indenização.

A escolha do Título “As condições que sacralizaram o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga na Microrregião da Chapada dos Veadeiros – no Nordeste de Goiás” veio fechar o ciclo na escala do tempo, onde os aspectos físicos, como clima, a morfologia do relevo, a vegetação e o senso comum, todos integrados num único sistema, o socioambiental, levaram à “sacralização desse Sítio Histórico. Essa “sacralização” vem carregada de simbolismo religioso, no qual tudo o que ocorre no interior do Território Kalunga tem forte relação com o “Divino”. No espaço sagrado Kalunga, há uma conexão muito forte com a natureza, sendo esta indissociável da cultura afro local, considerando que é dela que o povo Kalunga retira seu sustento. Esse simbolismo é tão importante que os Kalunga têm seu próprio calendário, que é diferente do mundo exterior, o qual relaciona as condições climáticas com a produção de alimentos. E é no espaço físico que se concretiza o sagrado, que, por meio de cerimônias religiosas e profanas, sejam móveis ou fixas, os afrodescendentes agradecem ao Divino pelos resultados obtidos durante o ano todo.

Didaticamente, esta Tese foi organizada em cinco capítulos, que foram elencados de forma integrados. A conexão entre eles é necessária para que se possa estabelecer o fio condutor que liga o passado ao presente desse povo.

O Capítulo I é composto pela Contextualização Histórica, a base de dados que forneceu toda a fundamentação conceitual para desenvolver os capítulos subsequentes. Por meio dele, foram selecionadas obras renomadas que tratam de questões bem primárias sobre a construção do Estado brasileiro, a respeito do Tratado de Tordesilhas de 1494 e das Capitânicas Hereditárias, os quais serviram de base para a mercantilização além-mar e com isso favoreceu a vinda do negro africano para o Brasil-colônia. Neste contexto, insere-se Goiás com seu imenso potencial mineral, mesmo por um curto período, que abrigou na condição de escravos uma leva bem significativa de negros “sequestrados” do Continente

Africano. Esse capítulo é a porta de entrada ao corpo da pesquisa. Para enriquecer este capítulo, foram realizadas algumas pesquisas de campo em áreas onde precisaria evidenciar a presença de negros e de bandeirantes, tendo como exemplo: Arrais, Natividade, Porto Nacional e Cidade do Paranã, no Estado de Tocantins; Formosa, Corumbá de Goiás, Pirenópolis, Jaraguá, Cidade Goiás (antiga Goiás Velho), e nas proximidades desta última os arraiais de Ouro Fino e do Ferreiro, estando o primeiro marcado pelo descaso das autoridades locais e até mesmo pelo governo de Goiás, que deveria cuidar desse patrimônio histórico.

O Capítulo II trata da caracterização da área de estudo: localização geográfica, caracterização humana, morfoclimática, geológica, geomorfológica, pedológica e do Bioma Cerrado. Este capítulo é o que caracteriza a geografia do lugar, do chão dos Kalunga.

O Capítulo III trata de Material e Métodos, os passos metodológicos que levaram à consecução dos objetivos propostos, os quais foram materializados por meio de ampla pesquisa bibliográfica e documental, aplicação de questionários, entrevistas com membros das comunidades Kalunga e estudos de caso na área do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, onde foram explorados sete caminhos internos, focando, principalmente, a questão do relevo, ou seja, a altimetria, como um dos condicionantes para a escolha do local para a formação do quilombo, bem como os recursos naturais que forneceram o sustento para essas comunidades ao longo de mais dois séculos.

O Capítulo IV apresenta os resultados e discussão. Nele, foram consolidados todos os objetivos propostos e procurou-se demonstrar, por meio de mapas e gráficos, a relação entre tempo e espaço na construção do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. Ainda neste capítulo, foram apresentadas as entrevistas e a análise de alguns dados explorados pelos questionários que foram aplicados no interior dos vãos.

O Referencial Bibliográfico, que foi utilizado ao longo da pesquisa. Os títulos elencados foram cuidadosamente selecionados e relacionados com a área de estudo.

SITUAÇÕES-PROBLEMA

- **A questão do relevo: problema ou proteção?**

Todas as pesquisas feitas na área do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, que doravante será identificado no texto como Território Kalunga, remetem-se, quase exclusivamente, a fatores sociais, econômicos, históricos e muito sutilmente ao relevo, como condicionante. No entanto, o relevo, com sua morfologia e coberto por exuberante

vegetação, o Cerrado, drenado por uma importante rede hidrográfica, foram também elementos importantes para sacralizar os afrodescendentes na Microrregião da Chapada dos Veadeiros, no Nordeste de Goiás, por quase três séculos, onde suas barreiras físicas serviram de fortaleza natural para abrigar essa população longe do alcance da visão de seus senhores, e assim terem liberdade para cultivar suas tradições e perpetuar suas origens.

O relevo local é muito acidentado e assim dificulta o deslocamento entre as serras, onde muitas trilhas que foram abertas por indígenas em tempos alhures também serviram para as investidas dos negros, território adentro, desde os primórdios da mineração aos anos 1970-1980, quando o governo local começou a enxergar essa gente. As estradas que cortam esse território foram construídas sobre essas trilhas, que apenas foram alargadas para possibilitarem a circulação de veículos, sendo, ainda, o animal o principal meio de transporte.

Dessa forma, torna-se importante associar o relevo com as condições de sobrevivência do Povo Kalunga no local, o que levou, necessariamente, pesquisar, *in loco*, todos os aspectos físicos, bem como os caminhos que nele foram criados.

- **A falta de um estudo mais profundo sobre como o Povo Kalunga chegou até o seu Território**

As comunidades afrodescendentes da Chapada dos Veadeiros não conhecem, com total segurança das informações, a sua história, a sua origem. Muitos deles, os mais velhos, ainda mantêm vivas experiências de seus ancestrais, que, no entanto, não são registros históricos, os chamados fatos históricos, que por meio deles se conhecem uma sociedade ou fragmentos dela. O que se ensina nas escolas Kalunga é o mais horizontal possível, o que não alcança em profundidade as raízes desse povo. Com esta pesquisa, o que se pretendeu foi suprir essa lacuna da história escrita e trabalhar mais na verticalidade, ou seja, buscou-se criar mais um banco de dados extraídos de obras que ainda não são conhecidas pelos professores afro, e isso só se conseguiu com as pesquisas.

Como contribuição, as informações contidas nesta Tese, após uma longa caminhada pelos assentamentos históricos oficiais e obras de autores renomados, pretende-se deixar, para as futuras gerações Kalunga, esse repositório, que certamente contribuirá para aumentar o nível de conhecimento sobre suas origens. Goiás é rica em história, porém é muito pouco divulgada, principalmente quando se fala de negro. Mas, nos últimos anos, pesquisadores estão se interessando nesta temática, o que ainda é insignificante, tornando-se necessário investir mais. Reduzir essa lacuna foi também um dos objetivos desta pesquisa.

- **A sobreposição dos Territórios da Área de Proteção Pouso Alto, dos Municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, do Bioma Cerrado e da Reserva da Biosfera**

Outro aspecto que foi estudado foi a configuração do Território Kalunga, uma vez que se sobrepõem às áreas dos municípios de Monte Alegre de Goiás, Teresina de Goiás e Cavalcante, do Bioma Cerrado, da Reserva da Biosfera Cerrado e do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, de onde foram subtraídas, segundo o posicionamento de algumas autoridades municipais, ou conquistadas, legalmente segundo o entendimento dos Kalunga, uma área de 253,2 mil ha desses municípios, que de certa forma reduziu o poder político dos prefeitos locais e fortaleceu o poder hegemônico da Fundação Cultural Palmares, que colocou os Kalunga no seu devido espaço geográfico. Por último, identificou-se que além da sobreposição do Território Kalunga com as áreas acima citadas, há também a sobreposição de todos eles com o território da APA Pouso Alto, que em termos de área representa uma intersecção de 44.119,0 ha.

Essas indagações, ao se fundirem, conduziram a pesquisa à seguinte hipótese:

HIPÓTESE

Os aspectos físicos como clima, relevo, hidrografia, vegetação, respeito pela natureza e o senso comum foram decisivos para a preservação da identidade cultural e manutenção das comunidades afrodescendentes na Microrregião da Chapada dos Veadeiros, por quase três séculos, aspectos esses que contribuíram para a segurança e “sacralização do povo Kalunga” em seu território ancestral.

OBJETIVOS

- **Objetivo Geral**

Esta pesquisa teve como objetivo geral identificar e analisar a inserção geográfica do negro, aqui entendido como Kalunga, na historiografia do Estado de Goiás, e que condições levaram esse povo a permanecer por mais de dois séculos quase sem contato com a civilização moderna, fenômeno esse que levou à “sacralização do Território”, e também identificar a sobreposição de territórios nos limites da Microrregião da Chapada dos Veadeiros, onde a territorialidade é o resultado da incongruência das políticas públicas estadual, federal e municipal, e que, pela ineficácia, vêm construindo um ambiente conflituoso nessa região.

- **Objetivos Específicos**

1. Discutir a inserção do negro africano no Território do Estado de Goiás, desde a sua origem, na África, até a sua chegada na Microrregião da Chapada dos Veadeiros.
2. Identificar e discutir os aspectos físicos e humanos que culminaram para a “sacralização do Território Kalunga”.
3. Mostrar e discutir a questão da territorialidade na Microrregião da Chapada dos Veadeiros, e de que forma essa territorialidade pode resultar em conflitos para os atores envolvidos.

JUSTIFICATIVAS

Num País de dimensões continentais como o Brasil, cabe ressaltar os avanços que teve em termo de legislação. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu novos princípios e diretrizes para as políticas públicas realizadas pelo Estado, onde definiu parâmetros precisos ao processo de elaboração e fiscalização das diferentes políticas setoriais. No entanto, o cumprimento delas ainda deixa a desejar, principalmente quando exige fiscalização e recursos financeiros, agravado pela dificuldade de consenso entre os atores públicos e a própria sociedade.

Neste contexto, se insere a Microrregião da Chapada dos Veadeiros, em que suas características territoriais se diferem de outras regiões do País, isso porque se mesclam questões que acabam convergindo para possíveis conflitos: 1) O Patrimônio Ambiental da Biosfera; 2) O Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga; 3) A APA Pouso Alto, destinada a fomentar o desenvolvimento sustentável e a preservar a flora, a fauna, os mananciais, a geologia e o paisagismo da região de Pouso Alto; 4) O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros; 5) Os Municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás.

Um dos problemas identificados por esta pesquisa foi a existência da sobreposição entre os territórios da Microrregião da Chapada dos Veadeiros, a Unidade de Conservação APA Pouso Alto e o Território Kalunga, uma vez que se mesclam áreas dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, dentro do Território Kalunga, que por sua vez está inserido nos limites da APA Pouso Alto.

A ocupação física do atual Território Kalunga ainda é pouco explorada, pois os pesquisadores que estudam a área se atêm muito mais aos aspectos culturais do que físicos,

sendo estes últimos trabalhados superficialmente. Daí a importância de se fazer um estudo mais avançado sobre as condições físicas quanto à escolha de um esconderijo mais seguro, onde as depressões circundadas por serras, morros, cobertos por uma densa vegetação, o Cerrado, elementos esses banhados por importantes rios, criaram a sensação de segurança e liberdade, e que esse ambiente se tornaria uma verdadeira fortificação, o que justificou a permanência desse povo naquela área.

A ausência de pesquisas que enalteçam os aspectos físicos, principalmente o relevo, pois nas obras pesquisadas, como artigos, dissertações de mestrado e até doutorado, apresentam a parte física de forma “morta”, aspecto esse que foi muito bem evidenciado nesta pesquisa.

Este trabalho também se justifica porque os pesquisadores que bebem no cálice das mentes dos Kalunga não levam o resultado de suas pesquisas para as comunidades da área, ficando as informações restritas às comunidades científicas, depositadas nas bibliotecas, físicas ou digitais, das universidades, sem nunca chegarem aos que mais interessam: os Kalunga.

Finalizando as justificativas, este trabalho foi fundamental para as comunidades quilombolas, principalmente para os jovens e pequeninos do Território Kalunga, que pouco conhecem sobre seus ancestrais. Vivem num verdadeiro “buraco”, entendendo assim por coexistirem essas comunidades no interior dos vãos e serras, e por não serem atendidos em um dos mais simples direitos da vida: a dignidade. Esses limites físicos, associados a outros aspectos humanos, e neste último os culturais, foram estudados.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O presente capítulo é a porta de entrada para o debate sobre o Território Kalunga, bem como será apresentada uma breve passagem pela Microrregião da Chapada dos Veadeiros, um ponto de encontro entre o passado e o presente, e que teve como resultado a criação do maior quilombo brasileiro, onde ainda inala cultura, arte e persistência, tudo isso sob o olhar geográfico.

1.1 Espaço, tempo e território: três dimensões indissociáveis

Antes mesmo de introduzir a discussão sobre a presença do negro africano na historiografia goiana, torna-se necessário conceituar espaço, tempo e território, essas três dimensões que criaram a teia de construção do Território Kalunga, na Microrregião da Chapada dos Veadeiros. Nessa teia, Portugal e Espanha foram os principais protagonistas, uma vez que as suas políticas se convergiam em termos expansionistas. Também neste contexto, como coadjuvantes, não se pode ignorar a participação dos Bandeirantes nesse processo de expansão, não pelas atrocidades que praticaram contra negros e índios, mas pela saga de romperem as fronteiras políticas do Tratado de Tordesilhas e diluí-las ao longo dos tempos, no espaço dividido: as Capitânicas Hereditárias.

De acordo com Santos (2002:63),

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.

Esses dois sistemas, de objetos e de ações, nos primórdios da história do Brasil, combinaram-se, uma vez que os objetivos da ocupação se desaguavam numa só intenção: descobrir novas terras e delas retirar proveitos econômicos. Os objetos eram representados pelos produtos (ouro, diamante, recursos naturais, a exemplo da extração do pau-brasil, terras férteis, água em abundância para produzir alimentos, principalmente o açúcar, dentre outros). As ações eram o próprio poder político que atuava sobre os objetos. Com relação ao território, esse é o resultado da combinação entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações, que se interagiram ao longo do tempo. Não necessariamente sincrônicos ou simétricos, pois podem variar conforme as circunstâncias e acontecerem em tempos diferentes.

Dentre tantas conceituações, Santos (2001:56), diz que território é

o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi.

Depois de tais conceituações, serão dissecados os dois sistemas: de objetos e de ações, mostrando a fragilidade dos negros diante da força do poder imperial e da arrogância e ganância da aristocracia rural que predominou no Brasil colônia. Esses dois sistemas serão discutidos dentro do Tratado de Tordesilhas e das Capitânicas Hereditárias, assim como no Capítulo de Resultados e Discussão.

1.2 A personificação do “território de Tordesilhas”: antecedentes históricos

Esse processo iniciou-se a partir do século XII a.C., quando a Península Ibérica fora palco de sangrentas disputas entre diversos povos que lhe circundavam e que buscavam ampliar o comércio, a exemplo dos fenícios, dos cartagineses, dos gregos e também dos romanos, já no século III a.C., e pela presença de importantes minerais. No século VIII, da era cristã, a Península foi invadida pelos árabes, que também tinham pretensão de atingir outras regiões da Europa. No intervalo entre os séculos XI e XV, conhecido como período de reconquista, a Península Ibérica tenta se libertar dos árabes e ao mesmo tempo eliminar os focos de discórdias dentro de seu próprio território. Com a formação da identidade nacional, Portugal e Espanha se voltaram para a concretização de sua vida política, bem como estabelecer suas independências territoriais. Foi assim que Portugal estabeleceu o seu primeiro reinado (VIANNA, 1961:16).

Com a fundação da dinastia de Borgonha, em 1139, tendo como fundador D. Afonso I, Portugal passou a existir como monarquia. Essa dinastia se prestava muito mais em resolver questões domésticas e consolidar suas fronteiras com a Espanha do que expansionista. Em 1385, inaugurou-se mais um período dinástico, a Dinastia de Avis, que durou até 1580, sendo o último soberano o Cardeal-Rei D. Henrique I. É nessa dinastia que se inserem as grandes navegações e importantes descobertas, dentre elas a do Brasil, uma providência do Tratado de Tordesilhas. Ressalta-se, entretanto, que as grandes navegações que mudaram as relações políticas entre Portugal e Espanha, e a própria Europa, foram frutos dos interesses de um grupo mercantil o qual teve sua “gestação” ainda no período borgonhês da história lusitana, entre 1140 e 1385 (LOPEZ, 1984:9).

Tordesilhas, na verdade, foi o desdobramento da insatisfação de Portugal, quando o Papa Alexandre VI conferiu à Espanha, por meio da Bula *Inter Coetera* de 4 de maio de 1493, todas as terras descobertas, ou por descobrir, que ficassem a 100 léguas a oeste de

qualquer das ilhas dos Açores e Cabo Verde. Essa decisão foi uma verdadeira afronta aos interesses de Portugal, que também tinha conhecimento da existência de grande massa continental, e de um oceano que lhe proporcionaria a descoberta do caminho para as Índias. D. João II, descontente com a posição unilateral da Espanha, reportou-se à Santa Sé, à qual depositou suas últimas esperanças no sentido de uma possível revisão, e nela considerar o marco divisório nas 370 léguas a partir da Ilha de Cabo Verde. No entanto, a coroa espanhola não aceitou as condições portuguesas para que fossem revisadas as referidas bulas, o que gerou de imediato um conflito diplomático com possibilidades de guerra.

Quanto às divergências entre as duas coroas sobre em que local se consideraria o marco zero para dividir o Mundo, hegemonicamente em duas partes, cada uma tinha seus interesses e conhecimentos prévios sobre a área contestada, até porque as incursões marítimas daquela época subsidiavam suas projeções geopolíticas. É importante ressaltar que qualquer decisão que fosse tomada por essas nações não mudaria o destino do Brasil, em termos de “donos” ou de “nome”. O seu território seria ocupado por uma delas, ou de repente por outras. A sua configuração poderia até ser diferente, sua língua a espanhola, francesa ou inglesa, talvez. O seu nome, possivelmente, não seria o mesmo. O importante é que o destino do Brasil estava traçado, mas na trajetória da sua história se confirmava o interesse de Portugal em ampliar sua empresa mercantil fora de seu território, daí a importância da futura colônia. A força dessas bulas fez nascer na América do Sul uma grande possessão europeia (RIBEIRO, 1992: 17).

Finalmente, com tantas idas e vindas, em 7 de junho de 1494, na povoação de Tordesilhas, foi assinado o Tratado de Tordesilhas, cujo nome original era “Capitulação da Partição do Mar Oceano”, que dava plenos direitos a Portugal a tomar posse das terras localizadas a partir de 370 léguas a oeste de Cabo Verde, que garantiu, também, a posse do caminho marítimo para as Índias e a conquista de grande massa territorial sul-americana, criando, assim, a gênese da futura nação brasileira. Graças à diplomacia e audácia dos portugueses, mesmo sabendo dos seus reais interesses mercantis, o Brasil já nasceu grande, com uma área de, aproximadamente, 2.800.000 km², nos limites dessa linha imaginária. Foi a primeira concepção de território na história brasileira (ANDRADE, 2000).

O caráter imaginário da linha de Tordesilhas permaneceu por quase toda a sua existência, evidenciando inexpressivo avanço quanto à sua demarcação. De 1494, ano em que foi assinado o Tratado de Tordesilhas, a 1750, quando Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madrid, selando este quase cem por cento a configuração territorial atual brasileira, as tentativas de demarcação, de certa forma, foram frustradas: ora por

conveniência das duas partes, ora pela dificuldade de acesso às áreas, e até mesmo pela falta de precisão dos instrumentos astrológicos e da própria cartografia da época, que davam chances de distorção das linhas e oferecer melhores fatias na partilha. Por força do Tratado, a faixa de terras brasileiras, situada dentro de seus limites, pertencia a Portugal, mas, pela distância fenomenal entre Sul e Norte, tornavam-se vulneráveis às visitas indesejáveis de outras nações, inclusive da própria Espanha, que era signatária da partilha do Mundo.

No intervalo entre 1500 e 1532, dois importantes eventos aconteceram: o “Descobrimento do Brasil”, em 1500, e a implantação de um novo sistema de controle territorial, as donatarias, em 1532, que, aliás, pegou carona no Tratado de Tordesilhas, recebendo como herança todas as suas imperfeições, como, por exemplo, o tipo de colonização e demarcação territorial transplantados de outras regiões do mundo. Com imperfeição ou não, Portugal dá início à ocupação do novo território colonial, quando, no dia 9 de março de 1500, o Rei D. Manuel I libera a frota, comandada pelo Capitão-Mor, o fidalgo Pedro Álvares Cabral, que tinha como missão consolidar os interesses políticos e mercantis lusitanos mundo afora. Neste contexto, insere-se o Brasil, que, em 22 de abril de 1500, com a chegada de Cabral ao litoral da Bahia, considera-se “Descoberto”. No entanto, foi no dia 1º de maio de 1500, após a celebração da segunda missa, já em terra firme, que o Brasil recebe sua certidão de nascimento, redigida em forma de carta: a Carta de Pero Vaz de Caminha, enviada ao Rei de Portugal, para informá-lo sobre o “achado”. Nesse documento, o escrivão da frota, cujo nome a carta herdou, fez um relato de toda a viagem, mas detalhou-a melhor durante os nove dias em que a esquadra se aproximava do ponto zero para desembarque. Foi o primeiro registro oficial do Brasil (VIANNA, 1961:43).

Após o descobrimento, Portugal, preocupado com os países europeus que não participaram das negociações do Tratado de Tordesilhas, em especial a França, que não reconhecia tal partilha, percebeu, de imediato, a importância de dar início à ocupação definitiva de sua nova colônia. Voltou, então, os olhos para o “território-objeto” e enviou-lhe duas expedições de caráter eminentemente exploradoras: a primeira, em 1501, comandada por Gaspar de Lemos, que aportou no litoral do Estado do Rio Grande do Norte e de lá partiu para o sul, chegando até o Rio da Prata. Sua principal missão era levantar as condições climáticas e a existência de riquezas minerais e também colher dados sobre a população autóctone, com o objetivo de conhecer seus hábitos e costumes, o que possibilitaria o contato sem tanta resistência. No entanto, a única riqueza visível naquele momento era a Mata Atlântica, que, no seu quadro natural, desenhava-se a “floresta de pau-brasil”. Em 1503, Portugal envia a segunda expedição, comandada por Américo Vespúcio,

para dar continuidade ao processo de exploração do território. Vespúcio aportou na Baía de Todos os Santos e, na sequência, Cabo Frio, onde estabeleceu feitorias e delas extraiu apenas pau-brasil e manteve breve contato com os indígenas da região, na qual permaneceu apenas alguns meses (VIANNA, 1961: 51).

No intervalo entre 1503 e 1530, não houve avanços significativos em termos de desenvolvimento da colônia, o governo português apenas mantinha o território sob “falsa ideia de controle”, mas as incursões francesas estavam tirando o sono dos lusitanos. Daí a necessidade de mandar também para a colônia expedições guarda-costas. Na verdade, nesses trinta anos de inércia administrativa, Portugal vinha perdendo influência político-econômica no Oriente, o mercado de especiarias estava perdendo força, e a França se apresentava com frequência no litoral brasileiro: ou ocupava definitivamente o território, ou perdia-o para aquela potência europeia.

Colonizar, então, foi a opção mais convincente que Portugal encontrou para toldar os interesses estrangeiros na região que lhe foi outorgada pelo Tratado de Tordesilhas. A primeira expedição colonizadora foi a de Martim Afonso de Sousa (1530-1533), que marcou definitivamente a ocupação do território brasileiro. É claro que as incursões portuguesas, também chamadas de Entradas, deram-se, nesse primeiro momento, ao longo do litoral, faixa de terra que se estendia do Maranhão à região do Rio da Prata. Foi aí que o referido Tratado começou a se “personificar”, quando Martim Afonso criou, em 1532, no litoral paulista, a Vila de São Vicente, onde proporcionou aos habitantes locais condições de sobrevivência e status oficiais de cidadãos, e um segundo aglomerado distante de algumas léguas¹, à margem do Rio Piratininga.

1.3 A territorialidade no Sistema de Capitânicas Hereditárias

O tempo passava, e Portugal se preocupava com o destino do Brasil, pois, de 1494 a 1532, foram poucos os esforços para manter vivo o Tratado de Tordesilhas e consolidar a posse das terras brasileiras. Entretanto, Portugal não tinha condições financeiras para levar avante o processo de colonização além-mar, uma vez que mantinha outras colônias na África e no Oriente. Nesse contexto, a única saída era distribuir as terras a donatários escolhidos pela coroa portuguesa, cujos ocupantes eram apenas possuidores e não proprietários. Dom João III criou, no Brasil, o sistema de Capitânicas Hereditárias, modelo esse implantado em

¹ Era a denominação de unidades de medidas usadas para medir distâncias ou itinerários. Foi largamente utilizada por Portugal e Brasil até à introdução do sistema métrico. Eram variados os valores. A Léguas Imperial, por exemplo, correspondia a 5.000 metros.

outras partes do mundo, e doou-as a donatários, entre 1534 a 1536. O limite ocidental das capitanias era a própria linha do Tratado de Tordesilhas, na qual se desenhavam faixas paralelas que se limitavam entre o Maranhão e Santa Catarina. Esse sistema era híbrido: havia capitanias privadas e também públicas.

Os donatários tinham plenos poderes sobre as áreas que lhes foram doadas. Tinham jurisdição e criminal, podiam fundar vilas dentro de suas possessões e até fortificações para o sistema de defesa. Essas prerrogativas, entre outras aqui não mencionadas, era o mínimo de poder para proporcionar uma boa administração, que se resumia em buscar o máximo de aproveitamento do “território-objeto”. Afinal, Portugal precisava recuperar os ativos financeiros perdidos nas Índias Orientais e, nesse sentido, implantou o sistema latifundiário-escravocrata na sua colônia sulamericana, responsável pela concentração exacerbada de riqueza nas mãos de poucos, promovendo, com isso, uma divisão profunda entre as classes sociais brasileiras.

Os mais de 2,8 milhões de km² conquistados com o Tratado de Tordesilhas, enfim estratificados em porções desiguais, apenas duas prosperaram: São Vicente e Pernambuco. A economia base das capitanias era a extração de pau-brasil, cana de açúcar e, também, a produção doméstica de alimentos para o consumo da população local.

Em termos de configuração territorial, a linha do Tratado de Tordesilhas, retangularizada pelas linhas das capitanias hereditárias, sinalizava a primeira divisão interna do território luso-brasileiro e o primeiro sistema político da Colônia (DI PIETRO, 2006:6). Entretanto, em decorrência de fatores como o controle da coroa portuguesa estando no outro lado do Atlântico, a vulnerabilidade da costa da nova colônia facilitou as diversas tentativas de invasão de países inimigos de Portugal, e a presença dos indígenas, que resistiam a presença de estrangeiros nas áreas de seus domínios, contribuíram também para o insucesso dessa primeira tentativa de ocupação do território.

Não se pode, portanto, com esse insucesso, tornar totalmente nulo o plano de colonização de Portugal, usando como instrumento as Capitanias Hereditárias. Se, num determinado momento, não trouxe bons resultados para a Coroa, no outro deu oportunidades para criar um novo sistema de administração de toda a área: o de Governo Geral, que teve início em 1549, e seu fim em 1808, com a vinda da Família Real. É importante mencionar que o sistema de donatarias não se extinguiu logo ao instituir o Governo Geral, ainda teve fôlego até 1759, quando realmente deixou de existir, por ato de Marquês de Pombal.

Com relação ao trabalho escravo, já havia, antes mesmo da implantação desse novo governo, pressão de donatários no sentido de trazer escravos da África para trabalhar na

produção de açúcar (VIANNA, 1961:236). Acirrado pela implantação de novos engenhos de açúcar no “território objeto” e pela complicada utilização da mão de obra indígena, que tinha forte reação dos jesuítas, e ainda no Governo Geral, Portugal precisava de farta mão de obra barata e em grande quantidade, uma vez que a exportação de açúcar crescia em ritmo acelerado. Daí, adveio a necessidade de buscar alternativas para compensar essa deficiência de trabalhadores: a mão de obra escrava africana era a solução, até porque esse novo sistema de produção passaria a exigir extensões de terras bem maiores.

A nova colônia ficou esquecida por longo tempo, pois, de 1500 a 1530, servia apenas como ponto de apoio para as naus portuguesas que se dirigiam para as Índias e transportar o pau-brasil para abastecer o mercado europeu, que servia de matéria-prima para a fabricação de corantes para tingir tecidos: essa atividade, a exploração dessa madeira, foi o primeiro ciclo econômico adotado no Brasil colonial, em que a sua linha do tempo iniciou-se em 1500 e terminou em 1530. Entretanto, nesse período, as portas do Atlântico brasileiro ficaram abertas e outras nações, dentre elas Holanda, França e Inglaterra, tinham interesses mercantis, e até mesmo de ocupação, a exemplo de França e Holanda, que se apossaram de importantes áreas ao longo do litoral. Dessa forma, em 1530, iniciou-se definitivamente a colonização do Brasil, mas ainda muito tímida, e que foi evoluindo numa linha ascendente, processo esse que durou até o dia 7 de setembro de 1822, quando foi proclamada a independência do Brasil, e, com tal ato, foi cortado o cordão umbilical que o ligava a Portugal.

Portugal e Espanha, no período entre 1580 e 1640, viveram um certo momento de tréguas com relação a disputas territoriais, e esse novo sistema e a turva visão espanhola, durante esse período, fizeram surgir interesses mercantis na Colônia, mas sob o comando lusitano, a exemplo de grupos capitaneados em terras hoje paulistas, os chamados bandeirantes, e que a procura de índios para escravizar e metais preciosos para garimpar, foram seus principais objetivos. Com essa visão turva, mas de forma tendenciosa, os bandeirantes foram rompendo a linha do Tratado de Tordesilhas e pelos caminhos sinuosos e desnível acentuado do relevo foram escrevendo a História do Brasil, mesmo que com sacrifício de vidas humanas. Esse novo sistema, corroborado pela “vontade” dos jesuítas de não escravizar os silvícolas, fez recrudescer e transplantar, do Continente Africano para a colônia, contingentes de negros para serem escravizados e forçados a trabalhar nos engenhos, como domésticos e como força motriz na exploração de minerais.

Até reconhecer que o papel dos bandeirantes foi, de certa forma, um contributo para a ampliação do território nacional, até aí tudo bem, mas não se pode deixar de considerar que

foi um aparato significativo perverso, uma vez que milhões de negros, e até mesmo indígenas, foram atingidos e sacrificados para dar sustentação ao projeto exploratório de Portugal. O ouro foi explorado em grande quantidade, mas os lastros para receberem esse metal estavam fora dos limites territoriais brasileiros: na Europa, e que aqui só ficou o rastro da destruição

1.4 A gênese da escravidão brasileira

O elemento negro, embora represente grupo étnico importante em sua contribuição no amálgama sociocultural brasileiro, recebe de parte da ciência tratamento diverso do dispensado ao elemento indígena; enquanto este é alvo de estudos sistemáticos desde séculos passados até os nossos dias, o elemento negro somente no alvorecer deste século passa a constituir tema de reflexão científica (BAIOCCHI, 1983:1).

Quando o europeu chegou às terras brasileiras, não encontrou outra “raça humana” senão a indígena, e a presença sistemática do negro no Brasil somente teve início a partir de 1531 e que, partindo deste até 1575, desembarcou no Brasil um pequeno contingente, com cerca de 10.000 escravos (MATTOS, 2011:104). Os silvícolas já eram conhecidos por estudiosos naturalistas que se debruçavam em pesquisas científicas sobre seus hábitos e costumes, além de serem, durante os primeiros contatos civilizatórios em território colonial, “a pedra no sapato do conquistador”. O negro, por sua vez, não tinha grande importância como pessoa, era apenas uma “peça”, ou, porque não dizer, uma das engrenagens que faziam parte do sistema produtivo de Portugal: a mão de obra escrava, que fez girar as economias açucareira, agropecuária e mineradora. A temática negra passou a ter maior interesse a partir de 1900, com o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil - Antropologia e Sociologia, mas foi a partir da década de 1970 que essa temática toma corpo como discussões científicas (BAIOCCHI, 1983:1).

Duas formas de escravidão existiram no Brasil: a indígena e a negra. Segundo Fausto (1999:48), existiram duas formas de escravizar os silvícolas: uma pelos colonos, que visavam economizar mão de obra – com “a escravidão pura e simples”; para satisfazer à empresa comercial lusitana; a outra, forçada pelos jesuítas, para cumprir os propósitos do projeto inicial de colonização, em que os índios seriam transformados em “bons cristãos”, mas que adquirissem “hábitos de trabalho dos europeus e que atendessem às necessidades da Colônia”. Entretanto, ainda segundo Fausto, esse sentimento protetor e respeitoso não se coadunava com as ideias do missionário Padre Manuel da Nóbrega, ao dizer que “os índios são cães em se comerem e matarem, e são porcos nos vícios e na maneira de se tratarem”. No entanto a experiência de escravizar índios não deu muito certo por razões diversas. E

numa situação superior ao negro africano, o indígena era autóctone e resistia melhor à escravidão, que, segundo Fausto (1999:50), “os índios viviam em sua própria casa”. Os indígenas permaneceram na condição de escravos até 1758, por determinação legal da coroa portuguesa que, a partir daí, pelo menos oficialmente, não mais poderiam ser escravizados.

Neste contexto, insere-se o negro africano, que era migrado de várias regiões do Continente Africano, onde já se praticavam formas avançadas, ao seu tempo, de agricultura (provavelmente por volta de 7000 a.C.), bem como técnicas de produção de metais (por volta de 3300 a.C.) e cerâmicas (aproximadamente em 9300 a.C.); e, por último, já sofriam a fatídica experiência da escravidão em seu próprio território, não aos moldes do que se praticava no “território objeto”, em que se tirava a liberdade daquelas pessoas e não lhes dava sequer o direito de pensar, apenas o dever de cumprir árduas tarefas sem o mínimo de dignidade, e os castigos corporais eram praticados para “energizá-los”, e com isso aumentar a produção de suas tarefas diárias (MACEDO, 2015:18).

A prática, em seu caráter original e moral, da escravidão no Continente Africano, segundo Macedo (2015:101), representava muito mais poder e sua

finalidade não era a exploração econômica em larga escala, e também a perda de liberdade pessoal não era completa, pois os cativos permaneciam integrados ao grupo social dos vencedores e a redução ao cativeiro era o modo mais frequente de demonstração de poder político e econômico.

Macedo ainda afirma que o modelo africano de escravidão se desenvolvia em três situações: por compra e venda, por dívida ou por guerra, esta última era a mais frequente pelos interesses territoriais e políticos. Um aspecto importante nesse modelo africano de “escravizar” era que

os cativos ou dependentes podiam ser utilizados em trabalhos agrícolas ou na exploração das minas, mas em geral eram incluídos no grupo vitorioso, em posição subalterna (Macedo, 2015:101).

A escravidão, em termos de existência, remonta, por exemplo, aos tempos dos Faraós, que por volta de 1530 a.C. dominaram os povos da Núbia, potenciais fornecedores de peles, minerais, animais, dentre outros produtos da época, inclusive “mercadorias vivas”, para desenvolverem trabalhos braçais. Também já era presente nas cidades greco-romanas por volta do II milênio. A partir do século VIII, outros agentes passaram a comercializar negros para a mão de obra escrava: árabe-muçulmanos e afro-muçulmanos, que alimentavam o repositório de escravos em propriedades rurais da Arábia, Síria e Palestina, Pérsia, e com pouca expressão a Índia e China. Outra importante rota por onde circulavam e traficavam escravos era o chamado “eixo transaariano”, por meio dos Estados do Sudão Oriental e Ocidental, os reinos de Mali, Gana e Songai, e o Estado do Kanem-Bornu. Essa área

apresentava um potencial muito grande de minerais, principalmente o ouro, e esses escravos seriam distribuídos para o Egito e Oriente Médio. A Núbia fazia parte das rotas de escravos e mercadorias comercializadas com os faraós (MACEDO, 2015:101). Dessa forma, o continente negro foi se abrindo para o mundo, miscigenando outros povos e, com isso, construindo marcas físicas e culturais que vêm se moldando em todos os continentes, e em especial no território brasileiro, oferecendo grande contribuição na cultura, na música, na dança, no vestuário e na alimentação.

A gênese da escravidão no Continente Africano, mesmo na sua forma mais branda, quando o agente passivo, o escravo, não sofria, pelo menos em parte, de agressões físicas, esse modelo de dominação extrapolou o verdadeiro sentido da vida. O negro passou a ser um objeto de negócio, pois abriu as portas dos territórios africanos para que os europeus importassem, por não dizer sequestrassem, forçosamente, e sem respeitar os mínimos princípios de dignidade humana, homens, mulheres, com preferência para os mais jovens, para serem distribuídos em escala planetária e no destino derramarem seus suores e seus sangues para fortalecer o poderio econômico dos grupos hegemônicos da época. No entanto, pelas leituras exaustivas, verificou-se que os negros africanos negligenciaram a sua própria dignidade: primeiro, escravizando a si próprio; depois, vendendo seus “objetos vivos” no mercado internacional.

Na rota do Atlântico, especificamente para o Brasil-colônia, e com o fim da linha no território de Goiás, objeto desta pesquisa, houve uma migração forçada, conhecida como “diáspora africana”, que transplantou pessoas, com a sua cultura, sua língua e modo de vida totalmente diferentes do que aqui existiam (ANJOS, 2012:37; MACEDO, 2015:100). Essa “diáspora”, na verdade, foi fruto da mudança de rumo da economia mundial no século das grandes navegações, na qual as empresas mercantilistas descobriam novas áreas e se especializavam na produção da cana-de-açúcar, exploração de minerais e, em consequência dessas atividades, a utilização do negro nos trabalhos na lavoura, nos engenhos e nas minas de metais preciosos, e também nos trabalhos domésticos. Com esse cenário que deslumbrava um ambiente de prosperidade para a coroa, Portugal passou a investir num outro tipo de negócio: o tráfico negreiro; empreendimento esse que lhe proporcionou benefícios financeiros de grande valia, inclusive o de ter o monopólio do comércio de escravos para a Europa, Ásia e para o próprio Brasil. Não foram somente os portugueses que traficavam negros, mas holandeses, espanhóis, franceses e ingleses. As áreas africanas dispensoras de mão de obra escrava foram, inicialmente, Guiné - Séculos XV, XVI e XVII, Costa da Mina - Século XVIII, até 1815, Angola - Século XVII e XIX e Moçambique - Século XIX

(ANJOS, 2011:268). Além desses Ciclos, Vianna (1999:240) apresenta um quarto Ciclo, de acordo com a concepção do historiador Artur Ramos, o Ciclo da ilegalidade, ocorrido no período de 1815 até à extinção do tráfico, em 1850, com a Lei Eusébio de Queiróz.

Quanto às áreas receptoras de escravos no Brasil colonial, as atividades se atrelavam aos seguintes períodos: Séculos XVI e XVII, nas costas Leste e Nordeste com a lavoura canavieira e produção do açúcar, sendo Pernambuco e Bahia os mais importantes centros de recebimento de escravos. Na ordem de importância, Rio de Janeiro se destaca entre os séculos XVII e XVIII, mas neste último assumia, também, a condição de distribuidor de mão de obra escrava para as minas de ouro e diamante do centro do país. Inserem-se, da mesma forma nesse período, o Maranhão, São Vicente, o Sul do Brasil, Pará e Amazonas, como outros centros pouco expressivos irradiadores de escravos.

De acordo com Anjos (2009:44), entre os séculos XVI e XIX, o fluxo de escravos para o território brasileiro foi muito intenso e as áreas geográficas de origem-destino foram as seguintes:

1. Rota da Guiné (da região da Costa da Guiné no ponto extremo oriental da África para os portos de Belém no Grão-Pará e São Luís do Maranhão);
2. Rota da Mina (da região do Golfo da Guiné para os principais portos do Brasil, ou seja, Salvador, Recife, Rio de Janeiro, São Luís, Belém e Santos);
3. Rota de Angola (da costa de Angola, dos portos de Loango, Luanda e Benguela, a direção do fluxo foi para os portos de Recife, Salvador, Santos, Rio Grande e, principalmente, para o Rio de Janeiro);
4. Rota de Moçambique (da costa oriental africana na região de Moçambique para os portos do Rio de Janeiro, Santos e Rio Grande);
5. Rota do Rio da Prata (da costa de Angola e de Moçambique para os portos do Rio de Janeiro, Santos, Rio Grande, Montevidéu e Sacramento).

Essas cinco Rotas registraram a marca do poder econômico dos senhores no período colonial, e que, segundo Anjos (2009:29), são estimados em quatro milhões de negros que entraram no território brasileiro, na condição de escravos, e que contribuíram para desenhar a história econômica nacional, na qual, ao longo de mais de quatro séculos, foram construídos os ciclos econômicos brasileiros, os quais foram distribuídos na tabela demonstrativa 1. Na referida tabela, serão apresentados, pela ordem natural dos acontecimentos, os ciclos do Pau-brasil, da Mineração e do Café, bem como o número de escravos advindos da “Diáspora Africana”. Os ciclos econômicos brasileiros foram períodos em que se desenvolveram atividades, com a predominância de um produto sobre os demais, que foram desenhando a história da formação econômica do Brasil. De acordo com Rego e Marques (2011), a teoria econômica afirma que

Os ciclos são flutuações nas atividades econômicas da era industrial, ou seja, alternância de períodos de expansão e de contração da economia. Tendencialmente, as crises cíclicas ocorrem em intervalos periódicos

relativamente constantes. Há diversas explicações para o fenômeno e inúmeras propostas para o enfrentamento da questão.

No entanto, esses autores direcionam essa teoria para a economia brasileira, mudando a natureza das atividades, afirmando que

Na história econômica brasileira, o conceito de ciclos econômicos é utilizado para identificar os movimentos de crescimento e declínio das atividades extrativas (ciclos do Pau-brasil), da produção agrícola (borracha, cana-de-açúcar, cacau e café) e mineradora (ouro).

Esses negros traficados para o Brasil foram, a seu tempo, distribuídos da seguinte forma (Tabela 1):

**TABELA 1 - DESEMBARQUE ESTIMADO DE AFRICANOS NO BRASIL
SÉCULOS XVI-XIX - PERÍODOS: 1551-1575 a 1861-1870**

PERÍODOS		CICLOS	Nº ESCRAVOS IMPORTADOS
1500-1530	Séc XVI Pré-Colonial		
1503-1550	Séc XVI	Pau-brasil Mão de obra indígena	
1551-1575			10.000
1576-1600		Açúcar	40.000
1601-1625	Séc XVI-XVIII	Mão de obra escrava	150.000
1626-1650			50.000
1651-1675			185.000
1676-1700			175.000
1701-1720			292.700
1721-1740		Ouro	312.400
1741-1760	Séc XVIII-XIX	Mão de obra escrava	354.500
1761-1780			325.900
1781-1790			181.200
1791-1800			233.600
1801-1810			241.300
1811-1820			327.700
1821-1830		CAFÉ	431.400
1831-1840	Séc XIX - XX	Mão de obra escrava/imigrante	334.300
1841-1850			378.400
1851-1860			6.400
1861-1870			-
Até 1930			-
Total:			4.029.800

Fonte:

Alencastro, Luiz Felipe. *O mito dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 69, *apud* MATTOS, 2011, adaptada pelo Autor)

Analisando a tabela 1, pode-se visualizar quatro principais ciclos econômicos brasileiros: pau-brasil (1503-1550), Açúcar (1551-1700), Ouro (1700-1800) e Café (1801-1930). Esses foram os “carros-chefes” propulsores da economia nacional, que se fizeram

presentes nos períodos pré-colonial, colonial, imperial e republicano. Com exceção dos períodos pré-colonial e republicano, sendo este último implantado em 1889, com o Ato da Proclamação da República, os demais foram impulsionados com o uso da mão de obra escrava, que, “sem dó e sem piedade”, moveram moinhos, transportaram cargas nas costas como se fossem animais, trabalharam arduamente nas minas em que somente o ápice do desgaste físico lhes fazia separação entre dia e a noite. O Ciclo do Café, entretanto, por não está no foco dessa pesquisa, apenas foi mostrado o número de escravos desembarcado no Brasil. Também, pela mesma razão, não serão discutidos os ciclos da Borracha, do Cacau, do Fumo, do Gado e do Algodão, denominados por vários pesquisadores como subciclos.

No período Pré-colonial, a atividade que predominava era a exploração de Pau-brasil, atividade essa que se desenvolveu de forma rudimentar e predatória. Foi um período em que o “território brasileiro” estava escancarado e propício às incursões estrangeiras, pois essa madeira era retirada das matas sem o mínimo controle de Portugal. A mão de obra utilizada era dos próprios traficantes (corsários), mas que se apossaram dos indígenas, sendo estes profundos conhecedores dos perigos das florestas, e que, cooptados por adornos e especiarias europeias, ou até mesmo forçados, prestavam serviços aos invasores.

Quanto ao Ciclo do Açúcar, este deu início à chamada “Diáspora Africana”, que foi marcada pela ganância dos grandes proprietários de terras, que implantaram engenhos em diversas localidades do território. O primeiro engenho implantado foi na Capitania de São Vicente, em 1533, por Martim Afonso de Souza, sendo a primeira matriz. Posteriormente, outros engenhos foram sendo construídos: Porto Seguro, Ilhéus e Espírito Santo. Em 1535, Duarte Coelho Pereira fundou o primeiro engenho na Capitania de Pernambuco, nas proximidades da Vila de Olinda. Ainda no Nordeste, o Maranhão, cuja expansão na linha litorânea lhe tocou, o que não fora uma área de grande importância, uma vez que os solos não eram tão propícios ao cultivo da cana-de-açúcar. O Rio de Janeiro também foi outro grande produtor de açúcar. Nesses sítios, a mão de obra utilizada na produção era a indígena, pois a africana deu início a partir de 1551, e seguindo na linha do tempo até, aproximadamente, 1700. Nesse período, cerca de 610 mil escravos foram importados para trabalhar nos engenhos e nas lavouras canavieiras; ressaltando que essas pessoas também eram ocupadas em outras atividades, como já foi citado anteriormente. Numa economia de mercado, os preços ditam o comportamento dos compradores ou até mesmo dos atravessadores. Foi o caso da Holanda, que se beneficiou da fraqueza de Portugal, no período entre 1580 e 1640, em que se deu a sua união com a Coroa Espanhola, e invadiu o Nordeste brasileiro, num primeiro momento, em 1621, em terras baianas, não obtendo êxito, pois suas

tropas foram rechaçadas pelos colonos portugueses, mandando-os de volta para a sua terra natal. Não satisfeitos, os flamengos retornaram em 1630, e o poderio militar estava sob o comando do Príncipe Maurício de Nassau, que aportou na Capitania de Pernambuco e se apossou das instalações, recriando ali a sua área de produção e um importante centro de exportação de açúcar para a Europa, o que afetou muito o monopólio do açúcar do Brasil. Entretanto a população luso-brasileira, insatisfeita com a administração holandesa, que os penalizava com altos impostos, conseguiram expulsá-los, em 1654, após duas batalhas importantes: a do Monte das Tabocas, em 1645, e a dos Guararapes entre 1648 e 1649. Nas batalhas de reconquistas, um brasileiro merece destaque: Henrique Dias, filho de escravos africanos libertos. Nasceu na Capitania de Pernambuco e hoje é considerado um dos símbolos da nacionalidade brasileira. Por ironia da vida, comandou, a bem dos brasileiros, um efetivo de negros e escravos e libertos contra a ocupação holandesa no Nordeste brasileiro. Como recompensa pelos seus feitos gloriosos, foi-lhe concedido pelo Conde da Torre a patente de “cabo e governador de crioulos, negros e mulatos de todo o Brasil”, além da patente de mestre-de-campo, conferida em Lisboa, e, no mesmo ato, conseguiu a liberdade para os seus soldados escravos.

Dessa forma, após esses acontecimentos, a produção do açúcar no Brasil foi sendo ameaçada, pois novas áreas se despontavam, a exemplo das Antilhas, que passaram a produzir e a competir com os engenhos nacionais, mas ao mesmo tempo iniciava-se um outro ciclo econômico: o do ouro, que se desenvolveu entre 1700 e 1800, sendo o seu apogeu compreendido no decênio entre 1750 e 1760 (FURTADO, 1982:78), e que contribuiu para aumentar o tráfico de negros para trabalhar nas minas, com, aproximadamente, 1.700.300 vidas. Encontrar metais preciosos, principalmente o ouro, em terras brasileiras, já fazia parte dos planos de Portugal desde os primórdios do Tratado de Tordesilhas, isto porque a Espanha, sua maior adversária política, já havia descoberto importantes reservas nas Américas. No entanto, Portugal vinha passando por problemas econômicos, por manter outras possessões na Ásia, e, por isso, adiou as investidas nesse sentido, o que recrudesceram as incursões de outras nações no litoral brasileiro. Concomitante ao declínio da produção de açúcar na Colônia, cabia a Portugal investir em outra atividade, o que forçosamente vinha à tona o aspecto da semelhança: se a Espanha descobriu metais preciosos em suas terras conquistadas no Continente Americano, por que não encontrar ditos metais em terras brasileiras, que estão contíguas? Furtado (1982:73) lembra muito bem o estado de desespero de Portugal no que diz respeito à sua economia, pois

O estado de prostração e pobreza em que se encontrava a Metrópole e a colônia explica a extraordinária rapidez com que se desenvolveu a economia do ouro nos primeiros decênios do século XVIII.

Na corrida pelo ouro, Taubaté se despontou como a primeira região a encontrá-lo, ocorrendo tal fato em 1697, em seguida a bandeira de Pascoal Moreira Cabral descobriu ouro em Mato Grosso. Em 1725, outra mina foi descoberta, dessa vez nos Goyazes, mais precisamente em Vila Boa de Goiás. Seguindo os rumos da história, concomitante aos movimentos migratórios (importação e distribuição) de escravos, outro fenômeno geográfico foi acontecendo no Brasil colonial: o rompimento das linhas demarcatórias do Tratado de Tordesilhas, bem como das próprias Capitânicas Hereditárias, e os bandeirantes tiveram um papel inquestionável, onde a vida ativa desses foi marcada entre os séculos XVI e XIX, que segundo Vianna (1961:192), “sendo seu último capítulo a conquista do Acre, já no Brasil Império”. As bandeiras tinham os seguintes objetivos: apresamento de indígenas, pesquisas minerais, combate aos indígenas rebeldes e negros aquilombados, povoamento de novas terras e abertura de vias de penetração. As bandeiras foram criadas com base no Regimento de 10 de dezembro de 1570, conhecido como as “Companhias de Ordenanças”, e constituíam-se de forças militares do Reino Português e de todas suas possessões. Essas entidades eram formadas por descendentes de portugueses de São Paulo. Já os capitães tinham origens variadas: galegos, castelhanos, cristãos novos, bascos, napolitanos e toscanos, dentre outros. As tropas, paradoxalmente, eram formadas por índios, negros, mulatos e caboclos. É importante ressaltar que esses componentes iam se miscigenando ao longo dos deslocamentos e plantando a “semente” para a formação étnica brasileira, além de implantar aglomerados nas terras por onde passavam.

É notório que as bandeiras apresentaram para o povo brasileiro a quinta maior extensão territorial do Planeta, com a participação da diplomacia nacional, é claro, que negociou os Tratados Utrecht (1713 e 1715)², Madrid de 1750³, Tratado de El Pardo de 1761⁴, Tratado de El Pardo de 1778⁵; Tratado de Santo Ildefonso de 1777⁶, também entre Espanha e Portugal,

² Tratados de Utrecht: Em 1713 foi reconhecido a Portugal a soberania sobre as terras brasileiras compreendidas entre os Amazonas e Oiapoque. Em 1715 acordou-se na restituição aos portugueses da Colônia do Sacramento.

³ Tratado de Madrid: Foi a primeira tentativa de pôr fim ao litígio entre Espanha e Portugal a respeito dos limites de suas colônias na América do Sul. O tratado não usava as linhas convencionais, mas outro conceito de fronteiras, introduzido neste contexto por Alexandre de Gusmão, a posse efetiva da terra (*uti possidetis*) e os acidentes geográficos como limites naturais.^[3]

⁴ Tratado de El Pardo: Tornou nulas todas as disposições e feitos decorrentes do Tratado de Madrid de 1750, que havia falhado em promover a paz nas colônias espanhola e portuguesa.

⁵ Tratado de El Pardo de 1778: Assinado pelas cortes de Portugal e Espanha. Portugal cedeu as ilhas de Annobon e Bioko (Formosa) e a Costa do Golfo da Guiné entre a foz do Rio Níger e a do Oqououé, bem como Portugal adquiria o atual Pampa Gaúcho. Também uma aquisição importante por parte de Portugal, em relação à Espanha, foi a ilha de Fernando de Noronha.

⁶ Tratado de Santo Ildefonso de 1777: Assinado por Espanha e Portugal, e por este Tratado praticamente revalidavam o Tratado de Madrid (1750). Os espanhóis mantiveram a colônia e a região dos Sete Povos das Missões, que depois passou a compor grande parte do estado do Rio Grande do Sul e do Uruguai; em troca, reconheceram a soberania dos portugueses sobre a margem esquerda do rio da Prata,

e o Tratado de Badajoz de 1801⁷, mas escreveu com o sangue de pessoas que apenas a pele lhes diferenciava dos europeus: os negros e os índios, que participaram, como sujeitos passivos, da construção do território nacional, mas com maior intensidade os primeiros, que foram sequestrados de seu próprio território sagrado: a África, e que vieram escrever essa triste história brasileira: a escravidão. Os rios e o terreno eram os principais caminhos que as entradas e bandeiras utilizavam para penetrar aos sertões. No entanto, os passos largos dos integrantes da coluna e o marchar dos animais que transportavam as cargas rompiam as longas distâncias entre serras e desfiladeiros, florestas, pântanos ou caatingas. Enfim, chegaram aos Goyazes.

1.5 A presença do negro em Goiás

Quanto à origem do negro em Goiás, Baiocchi (1983:20) afirma que os documentos históricos acessíveis sobre a presença do negro em Goiás são infelizmente em número reduzido ou não oferecem elementos de convicção. Com relação ao negro na contagem do povoamento de Goiás, Baiocchi mostra algumas situações inusitadas e que confirmam a pouca importância que ele representava para o país, pois

Para as estatísticas dos séculos XVIII e XIX, era considerada a margem de erros advinda da sonegação do quinto e do dízimo; os senhores ocultam o número de escravos, porque sonham com a capitação antiga; os pais ocultam os filhos, porque temem que os alistem como soldados; e todos desejam que os vigários ignorem as forças das famílias, para não exigirem direitos paroquiais e desobrigas da quaresma⁸ (BAIOCCHI, 1983):

Reforçando a tese de que a temática negra no Brasil central não era significativa para alimentar as estatísticas cartoriais, pois a contagem dessa gente causaria problemas de natureza diversa, conforme acima citado, o trabalho de pesquisadores e viajantes de outras nações contribuíram para que essa lacuna não fosse tão acentuada. Baiocchi (1983:1) afirma que a temática negra

não acompanhou as fases lógicas de estudos científicos realizados em outras áreas do país. A presença do negro em Goiás se evidencia nas obras publicadas por viajantes e cientistas estrangeiros (Saint-Hilaire, Castelnau, Pohl, Eschwege, Gardner e outros), em trechos literários (onde o negro surge e às vezes se torna

cederam pequenas faixas fronteiriças para compensar as vantagens obtidas no sul e devolveram a ilha de Santa Catarina, ocupada poucos meses antes.

⁷ Tratado de Badajoz de 1801. Estabelece as condições de paz na Península Ibérica, tornando nulas todas as disposições a respeito - entre estes dois países -, permitindo a expansão da ocupação gaúcha até o rio Uruguai.

⁸ Quaresma: Sobre a confissão e a comunhão dos escravos, as Constituições Primeiras legislaram na Breve Instrução, onde, como já foi visto, foram incluídas várias perguntas sobre a confissão e o ato de contrição. No texto, se volta a contemplar a confissão, nas obrigações anuais que tinham todos os cristãos, de confessar e comungar até a quaresma, abrindo exceções para os escravos, no que diz respeito ao prazo. Foi estabelecido que por ser "costume introduzido estender o termo da desobrigação dos escravos até o Espírito Santo, em razão do preciso impedimento que tem nos engenhos de açúcar, o qual não permite interpolação" (n. 86), podem os escravos cumprir com a obrigação anual até a festa do Espírito Santo. Foi estabelecida também pena para quem não cumprisse a obrigação "cinco tostões por cada vez" (n. 86). Houve, pois, por parte das Constituições Primeiras uma aceitação do costume que alterava o prazo da obrigação sacramental, em virtude das jornadas de trabalho estabelecidas pelo regime de produção de açúcar dos engenhos (TORRES-LODONO, 2005).

tema), em publicações do folclore e nas polêmicas políticas em torno do regime escravocrata.

Daí a ausência de obras e trabalhos científicos sobre o negro, tanto em termo de Brasil, quanto de Goiás, e com isso ignora boa parte, que é significativa, da historiografia negra no território nacional. É importante ressaltar que na historiografia do homem branco, o europeu, os senhores de engenho, os grandes proprietários de terras, os latifundiários e os grandes homens públicos, são lembrados nos mínimos detalhes e com galhardia, mas a historiografia negra deixa muito mais tristeza do que alegria. Para conhecer um pouco mais da sua história, precisa-se “garimpar” também documentos históricos, registros em cartórios e entrevistas com afrodescendentes, pois as marcas dessa historiografia foram as atrocidades que lhes fizeram.

Silva (2003:77) retrata também essa questão, a qual diz:

O estudo abordando a procedência histórica de escravos negros para o Brasil Central, parte do litoral ou do Norte, a bem dizer ainda não existe, não passando de preocupações esporádicas na ciência social regional e nacional, sendo mesmo escassas as informações sobre a origem desses povos, exigindo, portanto, percuente pesquisa.

Diante desse quadro obscuro, em que as informações sobre o negro, principalmente nos primórdios da ocupação nos Goyazes, são urgentes e necessárias as Universidades localizadas no Brasil central em todos os níveis de ensino mergulharem nas pesquisas para garimpem fontes primárias onde elas estiverem, bem como se aproximarem mais dos afrodescendentes enquanto ainda preservam suas mentes sãs, não importando o que guardam nelas, mas que são verdadeiras “caixas-pretas”, repletas de ricas informações. O antropólogo Kabengele Munanga comunga essa ideia, que aqui a denomina de escuridão histórica do negro no Brasil, principalmente no Estado de Goiás, e reforça a preocupação e a necessidade de capilarização da pesquisa nas academias, quando diz:

O essencial para cada povo é reencontrar o fio condutor que liga a seu passado ancestral, o mais longínquo possível. A consciência histórica, pelo sentimento de coesão que ela cria, constitui uma relação de segurança a mais certa e a mais sólida para o povo. É a razão pela qual cada povo faz um esforço para conhecer e viver sua verdadeira história e transmiti-la às gerações futuras. Também é a razão pela qual o afastamento e a destruição da consciência histórica eram uma das técnicas utilizadas pela escravidão e colonização.

Esse recorte também nos remete a uma preocupação também do Professor Dr. Rafael Sanzio, Geógrafo da Universidade de Brasília, que, em seu livro “Quilombos – geografia africana, cartografia étnica e territórios tradicionais, diz que

São várias as questões estruturais relacionadas à cultura africana, à população afro-brasileira e aos territórios étnicos no país que continuam merecendo investigação, conhecimento e intervenção. [...]. O Brasil precisa conhecer o continente africano e a África precisa conhecer o ‘continente’ Brasil. Nessa direção, configura-se uma

necessidade de recuperação, resgate e divulgação das informações e referências que possam permitir a construção de um perfil do continente africano de forma mais adequada” (ANJOS, 2009:9).

Existindo tantos outros pesquisadores que se preocupam com a historiografia negra no Brasil, tendo nela lacunas documentais que jamais preencherão os pontos obscuros do eixo temporal da escravidão no período colonial, essas duas expressões de sentimento resumem muito bem o desprezo que as elites brasileiras dispensaram, e ainda dispensam, a essa gente, desde os primórdios da ocupação do território (século XV) até a extinção da escravidão, final do século XIX. Entretanto é interessante ressaltar que a escravidão foi abolida apenas pela formalidade da lei, mas que os negros ainda nos tempos atuais permanecem escravos da intransigência da sociedade “branca”, em que o racismo continua fazendo vítimas milhares de seres humanos. Propositadamente, foi destacada entre aspas a palavra branca para chamar a atenção sobre a questão do racismo no país, uma vez que é incoerente afirmar que somos uma nação branca. O Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) indicou a tendência para o escurecimento da população, em que 50,7% dos brasileiros são pretos ou pardos. Com este percentual de escurecimento, “negar não ser preto ou pardo é negar a si próprio” (IBGE, 2010). No que diz respeito a quantitativos de escravos que entraram no território goiano, durante os séculos XVIII e XIX (de 1735 a 1832) a cifra de, aproximadamente, 203.266 escravos, que foram empregados em duas principais atividades: na mineração diretamente e na produção complementar, não mineradora (SALLES, 1992:276) (Tabela 2).

**TABELA 2 - NÚMERO DE ESCRAVOS NA CAPITANIA DE GOIÁS
PERÍODO: 1735-1832 (Continua)**

1735 (1)		10.000
1736 (2)		10.263
1737		13.151
1738		12.498
1741	Séc XVIII	15.321
1742		15.628
1748		12.459
1749		17.154
1750 (3)		14.437
1783 (4)		17.613
SUBTOTAL		138.524
1804 (5)		19.834
1808 (6)		19.185
1824 (7)	Séc XIX	13.375
1832 (8)		12.348
SUBTOTAL		64.742
TOTAL GERAL		203.266

(Continuação)

Fontes:

- (1) CARTA de Dom Luiz de Mascarenhas ao Dr. Sebastião Mendes de Carvalho, Ouvidor de Goyaz. Goiana, S.D.G., Cod. 1.129, p.8 (*apud* SALLES, 1992:276).
- (2) MAPPAS das Matrículas e Capitação. Lisboa, A.H.U., Goiás Marcos 1 a 5 (*apud* SALLES, 1992:276).
- (3) CORRESPONDÊNCIA de Dom Marcos de Noronha. Capitão General de Goyaz. Goiânia, S.D.E.G., Cod 1.129, p.142 (*apud* SALLES, 1992:276).
- (4) NOTÍCIA Geral da Capitania de Goyaz. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Cod 8.3.36, Passim (*apud* SALLES, 1992:276).
- (5) ESTUDO da População da Capitania de Goyaz no anno de 1804. Cod. 9.4.2., Doc. 164 (*apud* SALLES, 1992:276).
- (6) SOUZA, Luiz Antônio da. O Descobrimento da Capitania de Goyaz. Goiânia, U.F.G., 1967 (*apud* SALLES, 1992:276).
- (7) CUNHA MATTOS, P.J. da., *apud*. SAINT-HILAIRE, op. Cit., t. 1. P. 297 (*apud* SALLES, 1992:276).
- (8) CENSO da População da Província de Goyaz. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Cod. 808, Vol. I. fls. 96 (*apud* SALLES, 1992:276).

Esses escravos foram distribuídos pelos seguintes julgados: Julgados do Sul: Vila Boa, Meia Ponte, Crixás, Pilar, Santa Cruz, Santa Luzia e Rio das Velhas; Julgados do Norte: Traíras, Cavalcante, São Félix, Natividade e Arraias. As tabelas 3 e 4 separam as atividades relacionadas à mineração das atividades complementares (SALLES, 1992:277) (Tabela 3).

TABELA 3- NÚMERO DE ESCRAVOS NAS MINAS - POR JULGADOS ANO 1783 (1)

JULGADOS SUL	Nº DE ESCRAVOS	PORCENTAGEM	TOTAL
Vila Boa	3.282	70%	4.689
Meia Ponte	-	-	1.682
Crixás	770	64%	1.207
Pilar	622	40%	1.567
Santa Cruz	279	38%	723
Santa Luzia	552	61%	899
Rio das Velha	299	100%	299
SUBTOTAL	5.804	-	11.066
JULGADOS NORTE	Nº DE ESCRAVOS	PORCENTAGEM	TOTAL
Traíras	2.243	59%	3.790
Cavalcante	331	35%	923
São Félix	228	35%	648
Natividade	180	19%	923
Arraias	72	19%	363
SUBTOTAL	3.054	-	6.647
TOTAL GERAL	8.858	-	17.713

Fonte:

- (9) NOTÍCIA Geral da Capitania de Goyaz. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. Cod. 1.8.3.36, Passim (*apud* SALLES, 1992:277).

TABELA 4 - NÚMERO DE ESCRAVOS NA PRODUÇÃO COMPLEMENTAR À MINERAÇÃO - POR JULGADOS ANO 1783 (1) (Continua)

JULGADOS SUL	Nº DE ESCRAVOS	PORCENTAGEM	TOTAL
Vila Boa	1.407	30%	4.689
Meia Ponte	-	-	1.682

(Continuação)

JULGADOS SUL	Nº DE ESCRAVOS	PORCENTAGEM	TOTAL
Crixás	437	36%	1.207
Pilar	945	60%	1.567
Santa Cruz	476	62%	723
Santa Luzia	347	39%	899
Sertão	-	-	299
Rio das Velha	-	-	-
SUBTOTAL	3.612	-	11.066
JULGADOS NORTE	Nº DE ESCRAVOS	PORCENTAGEM	TOTAL
Traíras	1.547	41%	3.790
Cavalcante	592	65%	923
São Félix	420	65%	648
Natividade	626	68%	923
Arraias	291	81%	363
SUBTOTAL	3.476	-	6.647
TOTAL GERAL	7.088		17.713

Fonte:

NOTÍCIA Geral da Capitania de Goyaz. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. Cod. 1.8.3.36, Passim (apud SALLES, 1992:278).

Para encerrar essa passagem da triste história do negro no período da escravidão no Brasil, e ainda nos tempos atuais, é importante chamar atenção que essa gente é discriminada e o preconceito é marcante em todos os aspectos sociais, principalmente quando se trata de classes sociais, nas quais o negro não tem muita vez, pois os chamados brancos têm garantida a ascensão natural; o negro não. Baiocchi (1983: 60) confirma esse preconceito, com base na sua pesquisa realizada em Cedro, Mineiros e Goiânia, quando diz em frases estigmatizantes:

Um negro não pode ser Presidente da República. Acho que um preto jamais poderá ocupar tal cargo, não fica bem. Nas escolas, existem poucos professores de cor. Na política, não vejo negro em altos cargos. Na igreja, o negro está ausente entre o clero e a hierarquia. Nas universidades, existem poucos alunos negros. No meio do povo, o negro geralmente ocupa status bem inferior e quase sempre seus empregos são os mais humildes. Eu sou professor, e às vezes sinto discriminação de colegas e alunos. Não entrei no clube por ser preto. Como diretora (colégio católico), recebo pedidos de pais para não deixar os filhos conversarem com pretos, e eu pessoalmente acho o negro desconfiado e difícil. A condição econômica e o grau de escolaridade ajudam o negro a se impor socialmente. Quando se destacam, casam-se com branco para realizar o “branqueamento”.

Por fim, Silva (2003:368) se enquadra nessas colocações degradantes identificadas na pesquisa realizada por Baiocchi (1983), ao dizer: “escravos, negros e mulatos apareciam muitas vezes equiparados nas expressões correntes e mesmo nos documentos oficiais, como formando a ralé da sociedade”.

O Estado de Goiás de hoje é uma construção que vem de longas datas, e o território atual é o resultado da metamorfose do espaço geográfico. Esta unidade da federação brasileira está localizada na faixa onde fora denominada pelos portugueses como “sertão”,

termo este que foi incorporado à linguagem geográfica da época do descobrimento do Brasil. O termo “sertão”, entretanto, pode ter dois significados: um denotativo; o outro, conotativo. No caso denotativo, a palavra “sertão” se apresenta impessoal e original em seu sentido, pois não tinha muitas derivações na visão dos portugueses (ANTÔNIO FILHO, 2011).

No caso conotativo, a palavra “sertão” se apresenta com significados diferentes, ou seja, com interpretações que dependem do contexto ou da região considerada. A palavra “sertão” também já se fazia presente, mesmo que discretamente, na Carta de Pero Vaz de Caminha, como referência “a um vasto e desconhecido interior” (JOHN MONTEIRO, 2008). No caso dos Goyazes, o “sertão” também eram todas as terras afastadas do litoral e cujas paisagens se diferenciavam pelas condições do clima, do relevo e da vegetação. Nesse sertão, as primeiras vidas humanas que se desenvolveram foram os indígenas, assim como no restante do Brasil (CHAUVET, 2005:148).

A população foi o resultado da interação desses elementos, associados a esses o subsolo, que escondia toda a riqueza mineral, principal objeto das penetrações das bandeiras, a partir do Século XVII, além do apresamento a indígenas. As condições naturais encontradas nos Goyazes pelos bandeirantes eram bem diferentes da região de onde partiram, São Vicente. Palacin (1995:19) afirma que foram vinte as bandeiras que adentraram ao território de Goiás entre o século XVI e século XVII, sendo dez terrestres, que saíam de Belém e, subindo o Rio Tocantins, atingiam a sua confluência com Rio Araguaia, e dez fluviais, com a maioria chefiada por jesuítas, que conduziam índios para as aldeias da Amazônia.

Diante de uma crise sem precedente que ocorrera durante a Guerra dos Emboabas, entre 1707 e 1709, em que vicentinos e os chamados “forasteiros”, uma mistura de gente de várias partes da colônia, dentre elas Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e de outras Capitanias, além de portugueses, engajaram-se numa luta sangrenta na região de Cachoeira do Campo, hoje pertencente a Ouro Preto, Minas Gerais. Esse episódio foi decorrente da audaciosa expedição dos paulistas que alargaram seu campo de visão sobre o subsolo das minas gerais, nas quais descobriram importantes minas de ouro, o que logo foi aventado àqueles “forasteiros”.

Naquele cenário, entretanto, a legislação em vigor dava todo direito aos emboabas de terem seus terrenos para explorarem, o que suscitou descontentamento por parte dos vicentinos. As contendas se acirraram e, para complicar ainda mais, a administração da área passou às mãos de Manuel Nunes Viana, um minerador baiano de muita influência, que conseguiu, por pouco tempo, controlar a situação de desavenças entre as partes. Sua

administração, por descontentamento da autoridade constituída sediada no Rio de Janeiro, foi substituída por Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 1709, ano em que foi criada a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, como resultado da compra das capitanias de São Vicente e Santos, sendo ele conduzido ao cargo de Governador da nova Capitania. Na sua gestão, algumas ações foram tomadas: cobrança dos quintos do ouro, autorização para entrada de escravos e mercadorias e a criação de vilas (VIANNA, 1961: 272). Em 1748, foram criadas as capitanias de Goiás e Mato Grosso, destacadas de São Paulo (DE OLIVEIRA, 2015).

O ano de 1709 pode ter sido fatídico para os bandeirantes, que tinham um currículo de conquistas em diversos enfrentamentos e que eram verdadeiras “máquinas” de destruição humana, mas tal episódio não anulou as suas futuras incursões no território colonial, o que logo surgiu uma “Fênix”⁹, na figura do Bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o “Anhanguera II”, que desbravou, primeiro a região de Mato Grosso; segundo, o sertão dos Goyazes (CÂMARA, 2011:20). O Anhanguera, com a participação de seu genro João Leite da Silva Ortiz, organizou uma expedição, em 1722, com a devida autorização do governo Dom Rodrigo Cezar de Menezes (CÂMARA, 2011:21).

A expedição partiu de São Paulo no dia 3 de julho de 1722 à procura da tão sonhada e lendária Serra dos Martírios¹⁰. A rota histórica percorrida pelo bandeirante iniciou-se em São Paulo, passou por Jundiáí, Atibaia, Jaguari, Camanducaia, Rio do Peixe, Mogi-Guaçu, Jaguari-Mirim, o Pardo Paulista, o Rio Grande, Triângulo Mineiro, Rio das Velhas, hoje denominado Araguari, até o Paranaíba, Corumbá ou o Meia Ponte, onde alcançou o interior goiano e atingiu a bacia do Tocantins (VIANNA, 1961:278). A Figura 1 simboliza o poder dos bandeirantes na saga da procura de ouro Brasil a fora.

⁹ Pássaro da mitologia grega. Quando morria, entrava em combustão e, passado algum tempo, renascia das próprias cinzas (Wikipédia).

¹⁰ Serra dos Martírios: uma serra inteira de ouro, onde estariam gravados os instrumentos do suplício de Jesus Cristo: lança, a coroa e os cravos, e nessa época dizia-se que ela ficava no sertão de Goyazes.

Figura 1 – Monumento aos Bandeirantes – São Paulo



Fonte: Sebastião Fontenele França

Essa peregrinação levou, aproximadamente, três anos de dura caminhada pelo sertão adentro, cujo objetivo era encontrar ouro. Veio a encontrar sim, mas a sua passagem por Goiás deixou marcas profundas que até hoje se mantêm. Vilas foram sendo implantadas a partir de 1726, a exemplo do Arraial de Santana em 1727, em que no mesmo ano foi erguida a capela de Sant'Anna. Em 1743, portanto, essa capela foi demolida por ordem do Ouvidor Geral de Goiás, Manuel Antunes da Fonseca, uma vez que não mais comportava as pessoas da cidade, pois esta estava em crescimento. Como resultado, foi construída uma igreja com características Barroca (Fig. 2). Em 1736, o Arraial passou à condição de município e recebeu a denominação de Vila Boa de Goiás.

Figura 2 – Igreja Matriz de Sant'Anna



Fonte: Sebastião Fontenele França

De 1744 a 1937 foi sede administrativa da Capitania de Goyaz e posteriormente do Estado de Goiás, quando perdeu neste último ano a condição de Capital do Estado para a cidade de Goiânia, fundada especificamente para esse fim (Fig. 3).

No interior desse palácio, ainda há verdadeiras relíquias desse período. Móveis, fotografias, vestimentas e pertences pessoais, que perderam seus donos, mas deixaram marcas significativas da historiografia dos Goyazes. Pela beleza de tudo isso, pode-se dizer que o período aurífero goiano foi uma repetição do que ocorreu em outras partes do Brasil: poder, luxo e riqueza, em detrimento aos negros, índios e pessoas comuns, que eram apenas subservientes de um sistema escravocrata. Aliás, isso continua, mas com outro nome: sistema capitalista, que vem contribuindo na construção de um exército de milhões de subservientes famintos e sem emprego, isso somente no Brasil.

A passagem dos bandeirantes no interior do sertão foi rápida, mas o rastro de destruição foi grande. Nessa trajetória, ficaram apenas antigos arraiais com seus casarios que hoje têm a função de descortinar o passado, ou seja, a história nacional, e também mostrar a riqueza do senhoril na áurea terra goiana. A Figura 4 mostra a sala de jantar do Palácio do Conde dos Arcos, uma referência e homenagem a Dom Marcos de Noronha Conde dos Arcos, o primeiro governador da então da Capitania de Goyaz.

Figura 3 – Centro Cultural Conde dos Arcos - Sede do Governo de Goyaz - de 1744 a 1937



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 4 – Sala de Jantar do Palácio Conde dos Arcos



Fonte: Sebastião Fontenele França

Se considerar o ano de 1726 como o marco de criação do Estado de Goiás, assim pode-se caracterizar os anos anteriores como a sua “pré-história”, pois há registros mostrando que a “perambulação” de bandeiras a partir de 1590 já era quase que normal e que as origens eram diversas, principalmente de São Paulo, Bahia e Belém. As investidas de Bartolomeu Bueno da Silva, entretanto, não se cessaram em busca do ouro e, com toda sorte, veio a descobrir esse metal em Vila Boa de Goiás, onde nas suas proximidades foram encontradas jazidas de ouro no Sítio dos Ferreiros, no Rio Vermelho e no Ribeirão das Cabrinhas, localizados a quatro léguas da atual Cidade de Goiás (VIANNA, 1961: 278). Fundou ainda os arraiais de Barra, Ferreiro (Figs. 5 e 6), Anta, Ouro Fino (Figs. 7 e 8) e Santa Rita.

Figura 5 – Imagem Google Earth da Igreja de São João Batista do Ferreiro – Goiás



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 6 – Igreja de São João Batista do Ferreiro – Goiás



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 7 – Imagem Google Earth da localização do Arraial Ouro Fino – Goiás



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 8 – Arraial Ouro Fino - Goiás



Fonte: Sebastião Fontenele França

A notícia da descoberta de ouro nessa região causou intensas incursões de forasteiros. Associado a esse novo cenário, crimes de toda natureza também se fizeram presentes. Câmara (2011: 25) apresenta relatos de acontecimentos fatídicos daquela época de ouro, quando um desses relatos diz o seguinte:

Na aluvião dos homens que concorreram ao descobrimento de Goyaz, vieram pessoas de toda a qualidade, e até estrangeiros e, entre eles, muitos sem costumes, que cometeram crimes horrorosos; erbi causa: uma mulher paulista, que sufocou em uma toalha e sepultou nas suas lavras do Ouro Fino as duas filhas, só por serem vistas e louvadas a sua formosura: a mesma, frenética de zelos, matou o filhinho de uma escrava, julgando ser obra do marido, e lho apresentou assado em um espeto a horas da comida. Os assassinos eram frequentes, e por qualquer motivo.

Tal comportamento fazia parte do dia a dia desses povos, pois os bandeirantes já estavam acostumados a praticar essas atrocidades por onde passavam, e a febre do ouro encortinava nas mentes daquela época. A descoberta de ouro em Vila Boa de Goiás por Bartolomeu Bueno lhe rendeu o título de Superintendente das Minas, e seu genro Ortiz o título de Guarda-Mor. A sede do governo de Goyaz se comunicava com os Arraiais de Ferreiro e Ouro fino por um caminho que ligava o centro da cidade a esses arraiais. Hoje, são apenas fragmentos da história, que se encontram descaracterizados e mau conservados por serem pontos históricos de muita importância (Figs. 9 e 10).

Figura 9 – Caminho que ligava a sede do Governo de Goiás aos Arraiais do Ferreiro e Ouro Fino – Goiás



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 10 – Caminho que ligava a sede do Governo de Goyaz aos Arraiais do Ferreiro e Ouro Fino – Goiás



Fonte: Sebastião Fontenele França

No entanto, a figura de Bartolomeu Bueno foi perdendo sua importância, seu título restituído às autoridades, bem como seus rendimentos foram sucumbidos, chegando à miséria total, ao ponto de passar a receber doações para o seu mínimo sustento. De homem importante, afinal, contribuiu para dilatar o espaço geográfico além da linha do Tratado de Tordesilhas, e quebrar a rigidez das linhas demarcatórias das Capitanias Hereditárias, passou a ser considerado pelas autoridades como “persona non grata”. Bartolomeu faleceu no dia 19 de setembro de 1740, mas deixou registros importantes que compõem a história da cidade de Goiás, a antiga Vila Boa de Goiás, dentre eles o Museu das Bandeiras (Fig. 11), uma construção que durou de 1761 a 1766, e que lá funcionaram a Câmara Municipal da antiga Vila, esta localizada na parte de cima do prédio, e a cadeia pública na parte térrea.

Figura Nº 11 – Museu das Bandeiras – Câmara Municipal e Cadeia Pública



Fonte: Sebastião Fontenele França

No museu estão preservadas algumas peças históricas sobre a presença de Bartolomeu Bueno e de escravos na região, dentre elas as ferramentas de garimpagem (Fig. 12), as peças de aprisionamento dos negros escravos (Fig. 13) e a Cruz do Anhanguera (Fig. 14). Na

cidade ainda resistem algumas casas que Bartolomeu residiu, estando uma delas ainda bem preservada (Fig.15).

Figura 12 – Ferramentas de garimpagem



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 13 – Peças de aprisionamento do negros escravos



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 14 – Cruz do Anhanguera



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 15 – Residência de Anhaguera



Fonte: Sebastião Fontenele França

Os relatos que tratam sobre os prisioneiros daquela cadeia são assustadores, como por exemplo, as pessoas eram condenadas pelas autoridades judiciárias que ficavam na parte de cima do prédio, e em seguida eram conduzidas por uma escada para a parte de baixo onde ficava o cárcere privado. A escada era retirada em seguida e muitos dos presos ficavam ali até a sua morte (Fig. 16). Faziam suas necessidades fisiológicas no próprio local, recolhendo-as uma vez por dia. Era total desumanidade.

Figura 16 – Escada de Acesso à Cadeia Pública



Fonte: Sebastião Fontenele França

É importante ressaltar que a atividade mineradora foi a principal causa da ocupação do atual Estado de Goiás, mas teve um apogeu curto, que durou, aproximadamente, até 1770, quando suas reservas foram perdendo em termo de produção. Nesse processo de decadência na produção de minérios, principalmente o ouro que movia as mentes mercantilistas dos bandeirantes, “no auge ser rico representava possuir 250 ou mais escravos trabalhando para si, e houve proprietários desse porte”. No entanto, como iam se tornando escassas as minas de ouro na região dos Goyazes, também ia reduzindo a quantidade de escravos por produtor, chegando a cifra de doze escravos. Dessa forma, a paisagem foi modificada pelos mineradores, que deixaram para trás marcas irreparáveis no que diz respeito à usurpação do território, conforme palavras de Johann Baptist Emanuel Pohl (1976:111):

Maiores lucros deram, outrora, as minas de ouro, hoje inteiramente decadentes. Agora estão esburacados os bancos de areia dos rios de todos os lugares e a superfície da terra, faltando braços para explorar o que sobrou ou abrir novas.

Numa cronologia que se limita entre 1722 e 1777, campanhas voltadas para a descoberta desse metal precioso foram muitas e, em decorrência, foram surgindo alguns arraiais, uns importantes, outros muito mais importantes, que pontuaram o território goiano, e que deixaram marcas significativas no seu povoamento, não necessariamente financeira, até porque a atividade mineradora era temporária, mas que foram responsáveis pelo processo de miscigenação e formação da sociedade goiana.

Conforme Câmara (2011: 49):

Goiás foi o segundo maior produtor de ouro do Brasil, ficando atrás apenas de Minas Gerais. O metal extraído, cujo volume exato jamais será conhecido, acabou em mãos inglesas, ajudando a financiar a Revolução Industrial e a expansão colonial do Império Britânico no Século XIX. Pouco ou nada ficou em Goiás.

A produção do ouro em Goiás, nos períodos entre 1726 e 1822, foi em torno de 131.000 quilos, conforme Tabela 5 (SALLES, 1992:279) e o que restou de tudo isso foi uma sociedade que, surgindo das cinzas, prosperou e recuperou não o ouro que esvaiu-se do seu território, mas a dignidade humana que corria nas veias de seu povo. Toda a riqueza produzida nos Goyazes no período colonial reduziu-se apenas ao registro de pequenas vilas e arraiais¹¹. A decadência da atividade aurífera nesses arraiais levou ao endividamento dos

¹¹ 1725 – Arraial de Ouro Fino, nas proximidades da Cidade de Goiás; 1728 – Arraial de Santa Rita a 60 quilômetros de Vila Boa e Arraial de Flores, hoje Flores de Goiás; 1729 – Arraial de Santa Cruz, hoje Santa Cruz de Goiás, Arraial de Guarinos, localizada próxima à Pilar de Goiás e Uruaçu e Arraial de Calhamares, cujas ruínas ainda estão sendo pesquisadas; 1731 – Arraial de Nossa Senhora do Rosário da Meia Ponte, hoje Pirenópolis; 1732 – Arraial de Água Quente, também suas ruínas ainda estão sendo pesquisadas, mas os registros apontam sua localidade a 50 quilômetros de Niquelândia; 1734 – Arraial de Crixás, hoje Crixás. Recebeu este nome por causa da presença dos índios “Kirirás” ou “Kuruxás”. Está localizada entre os rios Crixás-açu e Crixás-Mirim, no Noroeste goiano. No período entre 1726 e 1734 a sua denominação era Nossa Senhora da Conceição. Ainda em 1734, foi criado Arraial de Natividade nas encostas da Serra Olhos d’água, ao lado da Cidade de Natividade; 1735 Arraial de Traíras, localizada no município de Niquelândia; 1736 – Arraial de São Félix, próximo à Cidade de Cavalcante, no Nordeste de Goiás. Neste Arraial havia uma casa de fundição; 1737 – Arraial do Córrego do Jaraguá, localizado na região central do Estado de Goiás; 1740 foram criados dois Arraiais: Arraial de Amaro Leite localizado nas proximidades de Pirenópolis e Arraial de Cavalcante, localizado no Nordeste de Goiás e Arraial de Almas; 1741 – Arraial de Pilar, hoje Pilar de Goiás. Está localizada

proprietários de lavras e, por consequência, aos funcionários das tropas que não recebiam seus salários com frequência. Esse processo alimentou o que se pode denominar de “o efeito dominó”, no qual tudo e todos se entrelaçaram com seus problemas, sejam de ordem moral, seja de ordem financeira. Segundo Palacin (1986:28), “tomando-se como critério a produtividade por escravo”, e com base na tabela 5, quatro etapas moldaram a economia mineira em Goiás, entre 1726 e 1822, sendo elas:

- 1) A primeira, de 1726 a 1735, quando o rendimento por escravo era até uma oitava ou mais, por dia;
- 2) A segunda, de 1736 a 1751, quando o rendimento chega a oitava e meia ou pouco mais por semana;
- 3) A terceira, de 1752 a 1778, período em que a produção não ultrapassava ou, se ultrapassa é muito pouco, a uma oitava por semana;
- 4) A quarta, de 1778 a 1822, período no qual feliz é quem consegue meia oitava por semana.

TABELA 5 - PRODUÇÃO DO OURO EM GOIÁS (Continua)

ANOS	QUILOS
1726-1735	15.000 (1)
1736-1751	50.000 (2)
1752-1778	48.000 (3)
1779-1822	18.000 (4)
TOTAL	131.000

Fontes:

(1) PALACIN, Luís. **Trabalho escravo: produção e produtividade nas minas de Goiás. In: Trabalho livre e trabalho escravo. Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, 6. Anais... Coleção da Revista (Continuação)**

de História sob a direção do Professor Eurípedes Simões de Paula, 1973. P. 433/448, p. 438 (apud SALLES, 1992:279).

(2) **Id. P. 438 (apud SALLES, 1992:279).**

(3) **Cálculo extraído da tabela do Anexo nº 02, perfazendo 47.700, tendo havido a aproximação para 48.000, para compensar os dados fracionados.**

(4) **Ibid. (apud SALLES, 1992:279).**

E essa problemática determinou o esfacelamento dessas pequenas comunidades, pois o esgotamento da atividade gerou um outro fenômeno: a migração da população para outros sítios, uma vez que o sustento familiar estava comprometido. A situação era tão triste que Bernardo Élis se expressou de forma poética ao dizer: “Goiás era a terra do que já foi, sem nunca ter completamente sido” (CÂMARA, 2011: 47) e completa:

Taperas estavam por toda parte: fazendas abandonadas, ou minúsculas e paupérrimas casas que não possuíam nem currais, nem paióis. O mais impressionante eram as povoações abandonadas, algumas com um número considerável de casas relativamente bem construídas, com igrejas, altares ornamentados, imagens e paramentos, sinos e missas – tudo abandonado, sem um único habitante. Reino de fantasmas e lendas, das quais o povo fugia apavorado e para os quais afluíam morcegos e corujas (in Chegou o Governador).

a 263 quilômetros de Goiânia; 1746 – Arraial de Santa Luzia, hoje Luziânia; 1748 – Arraial de Muquem, localizado em Niquelândia; 1749 – Arraial de São Joaquim do Cocal, localizado no município de Niquelândia, entre Traíras e Água Quente.

Algumas causas originaram a decadência mineradora em Goiás, sendo essas as mais significativas: a “falta de capital e de braços para trabalhar nas minas, técnicas rudimentares de exploração das jazidas, uma ação governamental mais eficiente, não preocupada apenas em arrecadar os impostos” (FUNES, 1986:28). Tudo isso associado à redução do quinto, que era o principal imposto cobrado pela Coroa Portuguesa. Polonial (1997:26) afirma que “na década de 1770, apesar da crise já evidente, o quinto do ouro ainda rendia à Coroa até 15 arrobas. Mas na década de 1820 essa arrecadação não passava de 1 arroba”¹².

Com a crise do ouro, naturalmente e necessariamente, desenhava-se outro tipo de atividade para Goiás: a agropecuária. Numa Capitania em que a economia estava vinculada, única e exclusivamente, à atividade mineradora, e que o capital dessa unidade administrativa tinha sido dilapidado pelos “caçadores de metais”, os bandeirantes, além do endividamento pela cobrança dos impostos, entrar numa nova fase de desenvolvimento sem a devida estrutura de transporte, estradas precárias, distâncias fenomenais do “sertão” ao litoral e mão de obra deficiente, a crise no abastecimento dos víveres, comércio de pequeno porte e estagnado. Nesse primeiro momento, a única classificação para essa nova atividade era o de subsistência, pois não havia, naquela época nos Goyazes, técnicas mais avançadas voltadas para a agropecuária. Contraditoriamente, não houve decadência na economia goiana. Tal afirmação se remete ao fato de que a economia na Capitania de Goyaz, naquele período, não era significativa, tanto em termo de administração, como de setores produtivos, isto porque: “o desenvolvimento atabalhado de Goiás e a fugacidade de seu momento de prosperidade não deram tempo à sedimentação de uma verdadeira cultura em nenhum dos campos” (POLONIAL, 1997:28). Não se pode dizer que com o fim da mineração em Goiás as outras atividades se extinguíram, ao contrário fez recrudescer a necessidade de sobrevivência, ressaltando-se que, durante o apogeu da mineração atividades complementares, foram sendo introduzidas: a produção de gêneros alimentícios e de meio de transporte. A agricultura, muito lentamente, e pecuária, na sequência, despontaram-se como novas possibilidades econômicas. Goiás passou a ser o ponto de convergência das caravanas que vinham de outras capitanias. Essa metamorfose que ocorreu, segundo De Oliveira (2015), “foi intensificada com a mudança da corte para o Rio de Janeiro”. Este momento, ainda segundo ele, deu início a um novo ciclo econômico: a pecuária, que representou, também, a migração de antigos mineradores para essa nova atividade. Nessa migração, a sociedade goiana também foi sendo “forjada”: as figuras do vaqueiro, dos meeiros e agregados foram configurando as classes sociais do Século XIX, cujo poder político era indispensável, sendo as grandes propriedades

¹² Antiga unidade de massa usada em Portugal, no Brasil e no Sistema Imperial de medidas. Equivale, aproximadamente, a 15 kg.

de terra a marca do senhorio. A economia da Capitania de Goyaz no período da mineração era o reflexo da sua inclusão no sistema colonial implantado pela coroa portuguesa, que, segundo Palacin (1975:16), “a região das minas eram, assim, uma espécie de colônia dentro da colônia: um território dependente economicamente dos produtores e dos comerciantes da Bahia, do Rio de Janeiro e de São Paulo”. Ou seja, as relações econômicas, fora desses eixos, não eram permitidas.

E, nessa mentalidade mercantilista, Palacin apresenta a estrutura da economia implantada por Portugal para as áreas mineradoras:

- 1) Dentro do Brasil se organizou logo uma hierarquia da produção: os territórios de minas deviam dedicar-se exclusivamente – ou quase exclusivamente – à produção de ouro, sem desviar esforços na produção de outros bens, que poderiam importar;
- 2) Os alimentos e todas as outras coisas necessárias para a vida vinham das capitanias da costa.

Na relação do homem com o terreno, os caminhos eram imprescindíveis e foram sendo alargados, como no caso das antigas trilhas indígenas, ou sendo construídos quando havia nova investida a outras áreas mineradoras. No território goiano, esses caminhos originavam-se em Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo e seus destinos eram Pirenópolis, Vila Boa de Goyas e Vila Bela da Santíssima Trindade, no Mato Grosso. Todos os arraiais dentro desse raio eram abastecidos por negros, que se destinavam aos trabalhos na mineração.

1.6 As redes de relações entre o urbano e o sertão: os caminhos que contribuíram para a construção do Território Quilombola Kalunga, na Microrregião da Chapada dos Veadeiros

A procura de índios e os indícios de existência de ouro em Goiás fizeram com que inúmeras bandeiras penetrassem em terras goianas, em busca da ambicionada mão de obra e da potencial riqueza. Dom Sebastião Marinho, quando penetrou nas cercanias das nascentes do Rio Tocantins em 1592, a Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, os índios e o ouro de Goiás despertavam ambições e atraíram bandeirantes e sertanistas que desbravaram esse território hostil e selvagem (CHAUIL, 1997:27).

No Brasil, as redes de relações territoriais se formaram a partir da necessidade de sobrevivência, no caso dos silvícolas antes mesmo da chegada dos europeus (portugueses e espanhóis), e pelos interesses mercantis desses dois signatários do Tratado de Tordesilhas, que se lançaram terra adentro no novo Continente à procura de riquezas naturais, dentre elas metais preciosos, a exemplo do ouro. Os silvícolas, por serem itinerantes, deslocavam-se constantemente pelo território, ora à procura de novas áreas para produzir seus alimentos quando as terras férteis se exauriam, ora para a conquista de novas terras. Essa perambulação contribuiu para que eles viessem a desenhar trilhas, que a partir da chegada do colonizador

serviram de rotas que ligaram o litoral ao interior, “como se fossem fios de uma grande rede: os caminhos” (NETO, 2001:55) e que, segundo ele,

os caminhos descortinam os horizontes e levam consigo esperanças, ansiedades e, não poucas vezes, também, amarguras; porém, mais esperanças que amarguras. Eles dão passagem, melhor seria dizer, abrem passagens a homens de toda espécie e caráter: uns obstinados pela riqueza incerta; outros aventureiros sem maiores ideias ou em fugas permanentes, alguns movidos pela fé cristã; outros pela ambição e pelo poder. Quaisquer que tenham sido as motivações particulares e coletivas, o certo é que esses homens deixaram-nos mil e um pontos de passagens, as sementes das futuras cidades de hoje – os arrais do ouro de outrora. Tudo, ou quase tudo, na antiga Capitania de Goyaz, parece ter nascido dessa vida de relações, engendrada pelo ouro e pelas atividades a ele inerentes: caminhos, fazendas de gado, registros aduaneiros, presídios e fortificações militares, aldeamentos indígenas, pousos de tropas e boiadas e tantas outras motivações que ajudaram a povoar e a urbanizar o espaço goiano-tocantinense.

Nessa vida de relações, e por esses caminhos, circulavam pessoas que não tinham nada de motivações, eram apenas peças das engrenagens que moviam os negócios da corte portuguesa: a economia do ouro e dos grandes engenhos. Para os bandeirantes, que apenas visavam obter lucros financeiros e títulos de nobreza, não carregavam em seus alforjes atributos de dignidade humana, principalmente com relação a indígenas e escravos negros que lhes prestavam forçados serviços, mas sim árduas tarefas para romperem as trilhas, alargando-as, diluindo a quase insignificante linha do Tratado de Tordesilhas que representava naquele momento, bem como das Capitânicas Hereditárias, e com isso conquistando, palmo a palmo, territórios para Portugal. As estradas de hoje, na maioria das vezes, são as sombras dos caminhos de ontem, contendo, nelas, pequenos fragmentos de antigas trilhas por onde transitavam as caravanas, mas, com o decorrer do tempo e pelas novas exigências sociais, esses caminhos foram se diluindo em seus trajetos. No entanto conservaram a espinha dorsal e mantiveram em sua órbita ruínas, muitas vezes como apêndice de cidades que se desenvolveram à sua volta, ou solitárias, que fazem parte da “pré-história brasileira”. Esses caminhos, que modernamente se denominam como estradas, foram as veias abertas que por elas circulavam todo tipo de sentimentos e materiais. Neto (2001:56) reforça muito bem a importância dos caminhos ou estradas na vida cotidiana das pessoas, quando diz:

A estrada é a própria mobilidade dos homens, é a busca de riquezas e de bem-estar, o seu suporte e sustentação. Em sentido amplo, ela é o primeiro, e talvez o principal elemento de sustentação do espaço econômico – a paisagem humanizada. Ela é sem dúvida o principal equipamento à disposição dos homens que se instalam no espaço para, aí, organizarem-se socialmente.

A rede de relações físico-territoriais no período colonial brasileiro, sem levar em consideração as de menor expressão, ou as de maior importância, como as estradas reais, é fonte de inspiração para vários autores de livros, teses de doutorado, dissertações de

mestrado, *papers* variados, que investigam a movimentação da população nos limites de um determinado território ou na transposição de pessoas pela imperceptível linha que separa estados-nacionais, a qual se conhece por fronteira.

1.7. Os mais importantes caminhos que fizeram a ligação entre o litoral e o centro do País no período da mineração

Para enriquecer esta Tese de doutoramento, num universo não muito confortável em termos de informações, algumas obras e artigos científicos foram pesquisados e, após rigorosa seleção, serão apresentadas, a seguir, algumas considerações sobre os caminhos ou trilhas que nortearam o deslocamento dos bandeirantes por todo o território brasileiro, transformando-o numa grande jazida de minerais preciosos, dentre eles o diamante e o ouro, e que o trabalho escravo do negro africano foi a marca de todo esse processo, mas o campo de visão a ser apresentado é a Capitania de Goyaz, que aliás se desenvolveu com forte influência das Capitanias de Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais e Salvador, as quais se comunicavam por uma rede de caminhos ou estradas, em que o controle da produção e a circulação desses minerais pela Coroa Portuguesa eram as condições básicas para que não houvesse desvio ao longo dos trechos percorridos pelos bandeirantes: a esse desvio o poder régio denominava descaminhos.

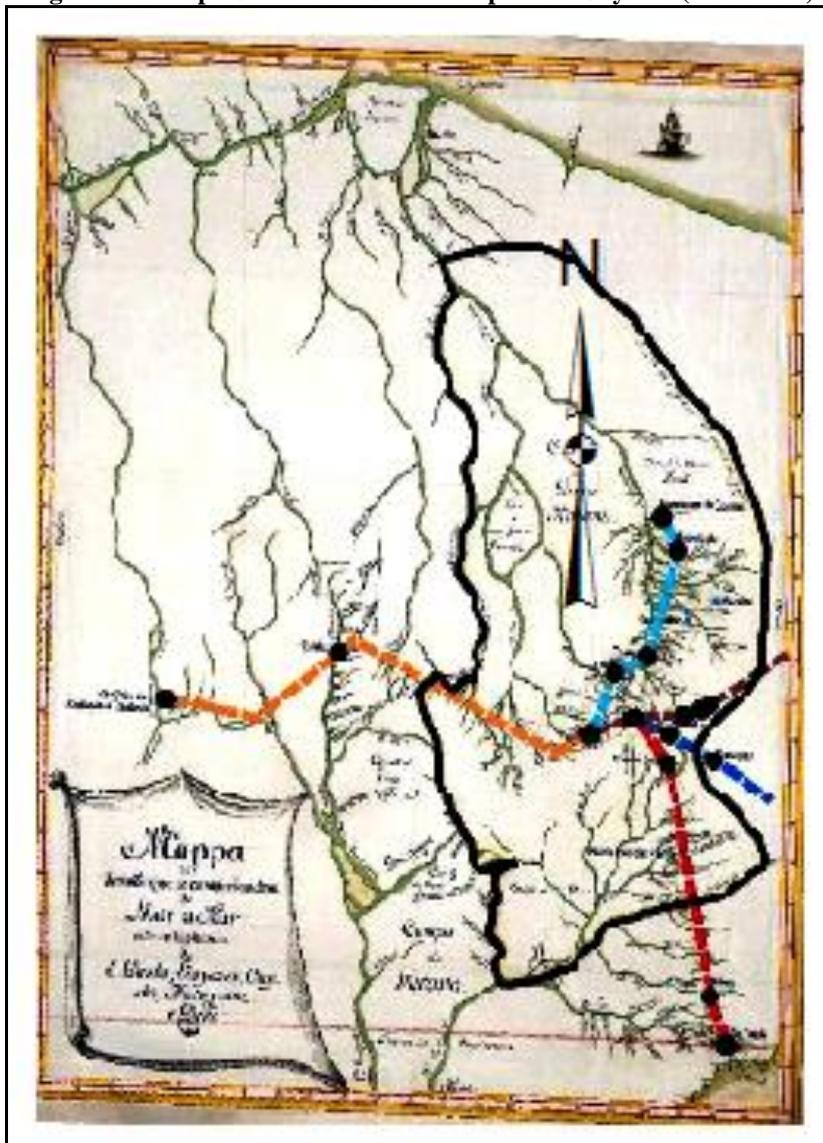
Segundo De Castro Barbo e Da Costa Ribeiro (2015:440),

As estradas reais, de caminho obrigatório para mercadorias e pessoas, eram as estradas da Coroa, o rei, as únicas vias autorizadas da imensa colônia. Fora delas, era o descaminho do ouro, a evasão fiscal, o contrabando de escravos, o garimpo clandestino e, como consequência, a punição implacável.

Os caminhos se ramificavam em cinco direções distintas a saber: o primeiro que saía do Rio de Janeiro e se dirigia para Vila Boa de Goyas – era a Picada de Goiás (linha tracejada na cor azul escuro); o segundo, que saía de Vila Boa de Goyas, passava por Cuiabá e finalizava em Vila Bela – na Capitania do Mato Grosso – era a Estrada de Cuyabá (linha tracejada na cor laranja); o terceiro, saía de Salvador e passava por São Domingos e Couros e Finalizava em Vila Boa de Goyas – era a Estrada da Bahia ou Caminhos dos Currais e Bahia (linha tracejada na cor marron); o quarto caminho, saía de Vila Boa de Goyas e se dirigia para o Norte da Capitania – era a Estrada do Norte (linha tracejada na cor azul claro); o quinto e último, saía de São Paulo, passava por Mogi Guaçu – era o Caminho de Goyazes (linha tracejada na cor vermelha). (DE CASTRO BARBO e DA COSTA RIBEIRO, 2015). Esses autores elaboraram um mapa de sobreposição dos cinco caminhos com o Mapa dos

Sertões que se compreende de Mar a Mar entre as Capitanias de São Paulo, Goyazes, Cuiabá, Mato-Grosso e Pará (1766-1775) (Fig. 17).

Figura 17 - Mapa Síntese dos Caminhos para os Goyazes (1766-1775)



Fonte: De Castro Barbo; Da Costa Ribeiro, 2015

O mapa acima apresentado foi o único que se aproximou da proposta desta Tese, porque procurou demonstrar, em três dimensões, o terreno por onde passavam as rotas antigas de bandeirantes. Os mapas dos caminhos que se seguem foram confeccionados cada um a seu tempo, mas com base nas experiências vividas por aqueles antepassados que contribuíram para mapear cartograficamente o território brasileiro. São fontes primárias de grande importância para geo-história do atual Estado de Goiás. Esses e outros caminhos, que se originaram muito distante da Chapada dos Veadeiros, foram as artérias que conduziram senhores e escravos, índios, mercadores e traficantes de negros e de ouro, pessoas livres e comuns ao território que ainda era pouco conhecido. As caravanas de exploradores,

aproveitando as antigas trilhas indígenas, reescreviam as linhas de penetração e que foram pontuando com feitorias as terras goianas.

Diferentemente da região centro-sul, onde as incursões tinham mais o caráter colonizador, de ocupação, na Capitania de Goyaz eram apenas de exploração, uma vez que os bandeirantes deixaram muito mais cicatrizes, tanto na natureza, quanto nas vidas humanas.

1.8 A fenomenologia dos caminhos da riqueza e da contradição: Caminhos da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro

O espaço geográfico das áreas mineradoras nos períodos colonial e imperial foi marcado por uma teia de trilhas e caminhos, nos quais sertanistas, bandeirantes e comerciantes devassaram o território brasileiro à procura de metais preciosos, sendo o ouro o metal mais importante em termos políticos, pois ele contribuiu para que Portugal pagasse suas dívidas no mercado internacional, embelezasse os palácios europeus com filetes de ouro e promovesse a ascensão de várias pessoas a cargos e títulos dos mais importantes da Coroa Portuguesa.

Quatro caminhos partiram de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador e desenharam um emaranhado de rotas que se convergiam em Meia Ponte, atual Pirenópolis, no Estado de Goiás. Muitos desses caminhos foram construídos sobre antigas trilhas indígenas e de caravanas de bandeirantes que antecederam as últimas incursões nesses territórios. Os terrenos, em termos físicos, por onde passaram, a rugosidade do relevo era muito acentuada, refletindo no desgaste físico durante a viagem. Pirenópolis foi o centro irradiador das incursões mineradoras no período colonial, onde fazia a ponte entre o Norte, o Sul, o Leste e o Oeste do Brasil.

Cavalcante (GO), também foi um ponto de convergência desses caminhos, pois recebeu quantidade significativa de escravos do Pará, Tocantins e Salvador para trabalhar nas minas locais. Partindo de Salvador, dois caminhos se dirigiam para a região central do Brasil: o Caminho da Bahia, que partia de Salvador, passava por Feira de Santana, Ipirá, Mundo Novo, Morro do Chapéu, Ibotirama, Barreiras, Luiz Eduardo Magalhães, todos no Estado da Bahia, Dianópolis, em Goiás, e Natividade, Tocantins. Natividade era o ponto que se comunicava com Salvador, o Norte de Tocantins, Monte Carmo e Porto Nacional, e as áreas mineradoras do sul, Conceição do Tocantins e Arraias. No Norte de Goiás, Natividade se ligava com Monte Alegre de Goiás, São Domingos, Cavalcante, antiga São Félix, hoje debruçada sob as águas do Lago Canabrava, Cocal, Amaro Leite (Mara Rosa), Pilar de

Goiás, Guarinos e Vila Boa de Goiás. De Vila Boa, o Caminho da Bahia se comunicava com Pirenópolis e Villa Bella de Santíssima Trindade, no Mato Grosso.

De Formosa, antigo Arraial dos Couros, outro caminho chegava a Salvador, passando pelas atuais cidades de Januária, Minas Gerais, Carinhanha, Caetité, Jequié e Nazaré, Bahia. Do Sudeste, dois caminhos alcançavam o Norte de Goiás: o Caminho de São Paulo e o Caminho do Rio de Janeiro. O primeiro partia de Santana de Parnaíba, São Paulo, cortando de Norte a sul esse estado, e passava pelo então Sertão de Farinha Podre, hoje Triângulo Mineiro, adentrava ao território de Goiás, em direção à Pirenópolis, então Arraial de Meia Ponte. Este Arraial era ponto de intersecção entre o Norte de Goiás, sul do Tocantins e Vila Bela de Santíssima Trindade. O Caminho do Rio de Janeiro chegava ao Arraial de Meia Ponte, passando por Petrópolis e Três Rios, no estado do Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Santos Dumont, Barbacena, Conselheiro Lafaiete, Ouro Preto, Caeté, Sabará, Curvelo, Corinto, Andrequicé, Três Marias, Abaeté, João Pinheiro, Paracatu e Arrendidos, todos no Estado de Minas Gerais.

De Arrendidos, o Caminho do Rio de Janeiro adentrava ao Estado de Goiás, passava por Luziânia e se dirigia para o Distrito Federal, onde desviava sua rota para a esquerda até chegar em Santo Antônio do Descoberto, novamente em Goiás. Daí se dirigia para Pirenópolis, mas passando antes por Corumbá de Goiás. O Caminho do Rio de Janeiro também alcançava Vila Bela de Santíssima Trindade, pertencente ao atual estado do Mato Grosso. A Figura 18 mostra esses caminhos, que foram georreferenciados com o mapa do Brasil e da Capitania de Goyaz. Essa sobreposição foi de extrema importância para se ter a ideia de amplitude dessa Capitania, cujos limites, no mapa atual do Brasil, penetram no nos Estados de Minas, Tocantins e Mato Grosso do Sul.

Grosso e Goiás e, em especial, como chegaram ao Território Kalunga, uma vez que é parte incontestável do processo de ocupação da Microrregião da Chapada dos Veadeiros. Essas povoações não estavam todas diretamente relacionadas com atividades mineradoras: o comércio de especiarias, a pecuária, a produção de couro e ferragens para abastecer as frentes de trabalho eram atividades complementares. Sem essas atividades seria impossível sobreviver às primeiras.

Em Tocantins, na rota de bandeirantes, sertanistas, missionários, mineiros, escravos e criadores de gado em direção a Salvador, algumas cidades se destacaram na produção de ouro, dentre elas Natividade, no Estado de Tocantins (TO), cuja fundação remonta ao ano de 1734 (Figs 19, 20, 21, 22 e 23), e Arraias (Figs. 24 e 25), onde as primeiras descobertas de ouro se deram por volta de 1740, na região chamada Chapada dos Negros.

Figura 19 – Placa de Natividade - TO



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 20 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos – Natividade (TO)



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 21 – Cadeia Pública antiga – Natividade (TO)



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 22 - Igreja de Nossa Senhora da Natividade (TO)



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 23 – Interior da Igreja de Nossa Senhora da Natividade (TO)



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 24 - Igreja Nossa Senhora dos Remédios de Arraias (TO)



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 25 – Casario antigo de Arraias (TO)



Fonte: Sebastião Fontenele França

Natividade e Arraias abrigaram outrora escravos fugitivos de São Paulo e Salvador, e que a partir delas parcelas desses escravos se evadiam para a Chapada dos Veadeiros, vindo alimentar o exército de fugitivos que se embrenharam nos Vãos de Almas e Moleque e na região da Contenda, distribuídos entre os municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás.

Em Natividade, a ocupação dos portugueses se deu no alto da serra, que depois foi denominada de Arraial de São Luiz. A mineração nesse local teve como mão de obra principal a escrava, cujo total chegou, aproximadamente, aos quarenta mil. As figuras 26, 27, 28, 29 e 30 retratam à época antiga em que se fazia a garimpagem na região. Desde as primeiras investidas dos bandeirantes à procura de ouro na Serra da Natividade, nunca cessou por inteiro, muitas ocorreram ao longo dos séculos, bem alhures, outras ocorreram bem perto do atual, com muita intensidade nas décadas de 1970/1980 (Figs. 31, 32, 33 e 34), quando os órgãos ambientais fizeram cessar tais atividades, mas ainda continua nos dias atuais.

Figura 26 – Serra da Natividade (TO) ao fundo



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 27 – Alto da Serra da Natividade (TO)



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 28 – Ponto de Contagem de ouro - Serra da Natividade (TO)



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 29 – Ruína de Residência - Serra da Natividade (TO)



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 30 Lagoa Encantada – Serra da Natividade (TO)



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 31 – Ferramentas de garimpagem utilizadas no garimpo da Serra da Natividade (TO)



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 32 – Áreas demarcadas para futuras garimpagem na Serra da Natividade (TO)



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 33 – Escavação no garimpo - Serra da Natividade



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 34 – Escavação de garimpagem - Serra da Natividade



Fonte: Sebastião Fontenele França

Duas outras cidades do Tocantins fizeram parte da rota do ouro: Cidade do Paranã e Porto Nacional. A cidade do Paranã recebeu as primeiras entradas na então província do Paranã, em busca desse metal, no período de 1740 a 1770. O primeiro nome que recebeu foi Palma, por situar-se na confluência dos rios Paranã e Palmas (Fig. 35). Em 1815, o povoado foi elevado a vila, com a denominação de São João da Palma, e, em 1857, passou à condição de cidade.

Figura 35 – Encontro dos rios Paranã e Palmas – Paranã - TO



Fonte: Sebastião Fontenele França

Esses dois rios formam o rio Tocantins, no Estado de Tocantins, principal via de penetração das entradas e bandeiras em direção a Belém do Pará, e foram também o elo com as outras áreas mineradoras do País. As figuras 36 e 37, da cidade de Paranã (TO), remontam ao ciclo do ouro na Capitania de Goyaz.

Figura 36 – Cela Solitária – Cadeia Pública antiga de Paranã - TO



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 37 – Casario antigo em Paranã - TO

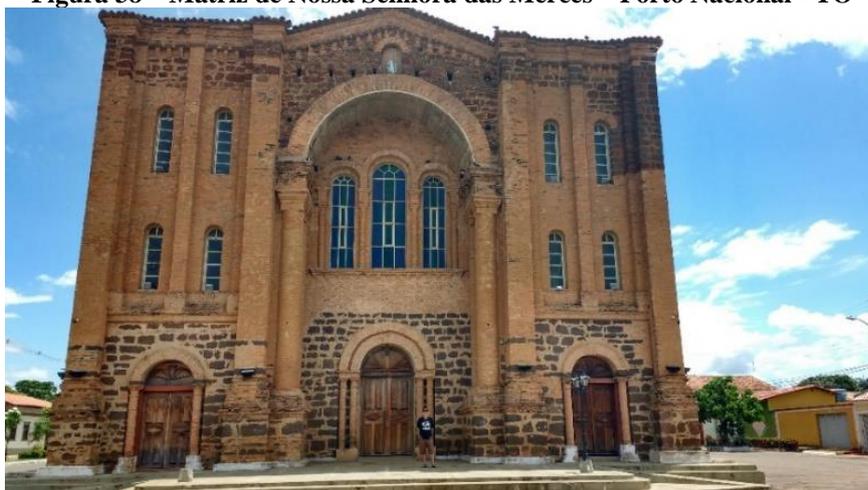


Fonte: Sebastião Fontenele França

Porto Nacional (Figs 38 e 39), com a denominação original de Porto Real do Pontal, com base em documentos históricos do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás, teve sua origem nos idos de 1738, não diretamente relacionado à extração de ouro, mas para a exploração do transporte, uma vez que, navegando-se pelo rio Tocantins, atingiriam as minas de ouro do Arraial do Carmo. Pelo Rio Tocantins circulava toda espécie de mercadorias, que alimentavam as trocas ou vendas de produtos em Belém do Pará (Fig. 40).

É importante ressaltar que o rio Tocantins também era conhecido como Rota do Sal por onde circulavam os remanescentes de escravos, que ainda vivem na Chapada dos Veadeiros, e que levavam seus produtos locais para trocarem por sal, querosene, ferramentas e panelas. Segundo o IBGE (2018), em 1861, por ocasião do censo, Porto Nacional contava com a seguinte população: 3.897 pessoas livres e 416 escravos, perfazendo um total de 4.313 habitantes.

Figura 38 – Matriz de Nossa Senhora das Mercês – Porto Nacional - TO



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 39 – Casario antigo – Porto Nacional - TO



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 40 – Porto no Rio Tocantins – Porto Nacional - TO



Fonte: Sebastião Fontenele França

Hoje, ainda há resquícios da história da mineração nessas cidades. Muitas obras sacras, edificações e documentos históricos se perderam ao longo dos anos, e os poucos que ficaram estão sujeitos a roubos ou destruídos pelas intempéries e até mesmo pela falta de cuidados em lidar com esses tipos de materiais.

1.9. Do sofrimento, a ousadia exalou como esperança de conquista de um território sagrado: a reconstrução da identidade ancestral

Este item, sem, no entanto, diminuir o valor das informações dos capítulos anteriores, uma vez que se complementam, remete ao ponto chave da questão a ser explorada: “as condições que sacralizaram o Território Quilombola Kalunga na Microrregião da Chapada dos Veadeiros”. Inicia-se este item com um parágrafo extraído da obra “Quilombos: Geografia Africana – Cartografia Étnica Territórios Tradicionais, de Anjos (2009:50), o qual traz uma conceituação substancial sobre quilombos, quando diz:

No “Brasil Colônia”, quilombo era uma reconstrução e elaboração concreta de um tipo de organização territorial existente na África Meridional. Nesse continente, a expressão tem várias significações e uma delas é num estado permanente de guerra. A palavra aportuguesada quilombo tem sua origem na estrutura da língua bantu ou banto (Kilombo) e pode ser entendido, ainda, como acampamento guerreiro na floresta; o nome de uma região administrativa em Angola; habitação na região central do antigo reino do Congo; lugar para estar com Deus na região central da Bacia do Rio Congo; e significa, ainda, na região Centro-Norte de Angola, “filho de preto que não é preto”.

Há outras conceituações de quilombo, dentre elas a do Conselho Ultramarino Português de 1740, que o definiu como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (LEITE, 2000:336). Entretanto, Munanga (2016:70) refuta essa ideia, dizendo:

“Apesar de terem passado centenas de anos, essa ideia distorcida de quilombo ainda permanece entre nós. Insistir em tal conceito significa negar ou tornar invisível o verdadeiro sentido e a história dos quilombos”. Na África, o sentido de quilombo estava ligado ao homem guerreiro, forte e combatente. Era, segundo Munanga, uma espécie de “Associação de homens, aberta a todos”. Eram considerados invulneráveis às armas.

Na África Central, quilombo era considerado uma instituição militar, mas relacionada à questão da resistência contra a escravidão. Reforça ainda Munanga:

Quilombo não significa refúgio de escravos fugidos. Tratava-se de uma reunião fraterna e livre, com laços de solidariedade e convivência resultante do esforço dos negros escravizados de resgatar sua sociedade livre. Os quilombos eram homens e mulheres que se recusavam viver sob o regime da escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra esse sistema (Munanga, 2016:72).

Não querendo aqui esgotar o oceano de conceituações sobre o significado de quilombo, pretende-se mostrar, sim, que a quilombo se associam “rebeliões, insurreições, protestos, assassinatos, fugas e morosidade na execução das tarefas, bem como na intolerância dos senhores e a brutalidade dos feitores”, onde “chicotadas, açoites, troncos e prisões eram rotineiros” (GOMES, 2015:9).

Essas atrocidades praticadas com os negros conduziram-no a criarem estratégias planejadas de fuga, que muitas vezes tinham ajuda de trabalhadores dos engenhos, de outros escravos alforriados, e também aproveitavam do descuido dos seus senhores e capitães-domato para fugirem, e poderiam também ser protegidos e acoitados por fazendeiros. Nos Goyazes, e no governo de D. Marcos de Noronha, aproximadamente no período de 1748/1753, houve registros sobre a criação e medidas contra a formação de quilombos (BAIOCCHI, 2013:43).

Neste contexto, nasce o Quilombo dos Kalunga, na Microrregião da Chapada dos Veadeiros. Nessa guerra entre senhores e escravos nem sempre significava a vitória dos primeiros, pois os negros rebelados invadiam os engenhos, saqueando tudo o que precisavam, até mesmo mulheres, e, em muitos casos, matavam os proprietários (MUNANGA, 2016: 74). Eram diversas as naturezas sobre as tipologias de quilombos no Brasil. De acordo com as características físicas, econômicas e sociais elas se distribuía em todo o território nacional. Gomes (2015:74) esclarece que essas tipologias se construía de acordo com as lógicas temporal e local, pois as condições do momento ditavam essas naturezas: ora como sujeito ativo, transformando a paisagem; ora como sujeito passivo, quando tinham que se adequar às novas condições.

A essas tipologias, Freitas (1991) atribuiu sete tipos de quilombos:

- os agrícolas, encontrados em quase todas partes;

- os extrativistas, encontrados na região amazônica;
- os mercantis, que praticavam o comércio entre indígenas e regatões;
- os quilombos pastoris, que se estabeleceram no Rio Grande do Sul;
- os quilombos do tipo serviços, que se desenvolviam nas cidades, são os quilombos suburbanos;
- os quilombos do tipo predadores, aqueles de pequeno porte e itinerantes, que praticavam saques.
- os quilombos do tipo mineradores, em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Várias foram as denominações sobre o significado de quilombos em todo o mundo: na Venezuela, eram conhecidos como *cumbes*, na Colômbia, *palenques*, na Jamaica, no Caribe inglês e nos Estados Unidos receberam a denominação de *marrons*. No Suriname, chamavam-se *bush negroes*. No Caribe francês, eram conhecidos como *marronage*. Em Porto Rico e Cuba, quilombo se traduzia em *cimarronage*. Ainda, segundo Gomes (2015:10), “estudiosos classificaram as fugas escravas nas Américas de *grand marronage*, que seriam as comunidades de fugitivos estáveis e mais duradouras, e a *petit marronage*, de grupos pequenos, formados de escapadas temporárias daqueles que retornavam à condição de cativos”.

Segundo Furtado *et al.* (2014:109),

Há registros de que a palavra quilombo foi trazida para o Brasil e toda a América por negros africanos escravizados, assumindo sentido diversos em épocas e regiões diferentes. Esse vocábulo juntamente com seu conteúdo militar e sociopolítico remete-se a povos africanos de línguas bantus, como os Imbangalas, os Mbundu, os Kongo, os Ovimbundu e os Lunda, apesar de ser originalmente da língua umbunda. A palavra quilombo possui uma conotação que envolve migrações, alianças e guerras em que homens, membros que não se distinguem por filiação ou linhagem, eram submetidos aos rituais de iniciação. Esses rituais os retiravam da proteção de suas linhagens e os integravam em uma organização como co-guerreiros e super-homens imunes às armas de seus inimigos.

No Brasil, esse fenômeno de resistência era conhecido como mocambos e depois quilombo, que, segundo Gomes (2015:10), era em razão da influência da administração portuguesa. Afirma, ainda, esse autor que os primeiros registros sobre fugas de escravos no Brasil datam de 1775, ocorridos na Bahia. Neste contexto, nos capítulos seguintes, serão abordados com maior profundidades a questão da origem dos negros na Chapada dos Veadeiros e, em especial, no Sítio Histórico Kalunga.

1.10 Os Kalunga no contexto da historiografia de Goiás

A história de um povo não está apenas na simples enumeração de seus feitos guerreiros, das suas lutas políticas e religiosas, das suas conquistas e de seus

revezes. Há uma força íntima e superior que a determina, um impulso irresistível que lhe define as características, uma chama palpitante que a ilumina perenemente: **a alma da raça** (grifo nosso). As amarguras e alegria, provações e glórias, derrotas e vitórias são comuns a todos os povos. Na sua marcha evolutiva através das idades eles sofrem igualmente se rejubilam, porquanto, neste mundo estreito e limitado, não há efeitos novos nem motivos inéditos de prazer ou de magua. É certo que uma aparência (*sic*) enganadora de progresso faz com que os homens acreditam nas excelências (*sic*) do tempo em que porventura vivem, na perfectibilidade dos momentos imediatos, na grandeza, em suma, da sua época. Está aí a razão de todas as modas científicas ou literárias, artísticas ou religiosas, como afirma Ronald de Carvalho (1893/1935) em sua Pequena História da Literatura Brasileira (1919, *apud* MATTOS, 1980).

Em Goiás, com a chegada dos bandeirantes no início do século XVIII, os vãos e serras da Microrregião da Chapada dos Veadeiros começaram a ser povoados, a partir das fugas de escravos africanos que trabalhavam nas minas. De Avelar e De Paula (2003:116) apontam que a partir de 1870 se iniciava o início da formação dos primeiros quilombos em Goiás. Na Chapada dos Veadeiros esse povo saía de Cavalcante, Arraias e Monte Alegre de Goiás, além de escravos fugitivos vindo do Nordeste brasileiro, e se fixaram nas margens dos principais rios da região, como Paranã e Almas.

Baiocchi aponta que

Nesta região o fator geográfico tenha sido de importância para a permanência e que chegassem até nossos dias. As montanhas, morros, serras e rios, acidentes geográficos ou fortalezas naturais? O mapa da região dá-nos a resposta. Diga-se de passagem que para se chegar a um dos núcleos de povoamento – Vão do Moleque, tem-se que ultrapassar sete serras (BAIOCCHI, 1989).

Os primeiros contatos oficiais se deram na década de 1880, do século XIX. Oficiais porque nem todos os Kalunga tinham contato com a circunvizinhança. Pelas características físicas do território goiano, com suas distâncias fenomenais, onde os arraiais eram pequenos pontos que se perdiam na imensidão do sertão, os fugitivos se embrenhavam entre serras, vãos e uma densa vegetação, o cerrado, nos quais se dispersavam, ficando longe e imperceptíveis de seus senhores e capitães-do-mato. Reforçando a contextualização acima,

Silva (2003:337) contribui dizendo:

Como ocorreu na parte sul de Mato Grosso, durante o século XVII, até as três primeiras décadas do século XVIII, as terras goianas foram mais uma rota de passagens de bandeirantes e aventureiros objetivando prear índios, descobrir as minas de Cuiabá e, sobretudo, garantir o território português da invasão espanhola, deixando essa área mais centralizada da Colônia num verdadeiro “isolamento geográfico”, facilitando, assim, a vinda de escravos fugitivos de outras regiões e a conseqüente formação de quilombos, embora, em sua grande maioria, só se possa identificá-los por meio de documentos e da história oral, a partir do século XVIII, havendo os que existiam no século XIX e até os seus remanescentes ainda existentes.

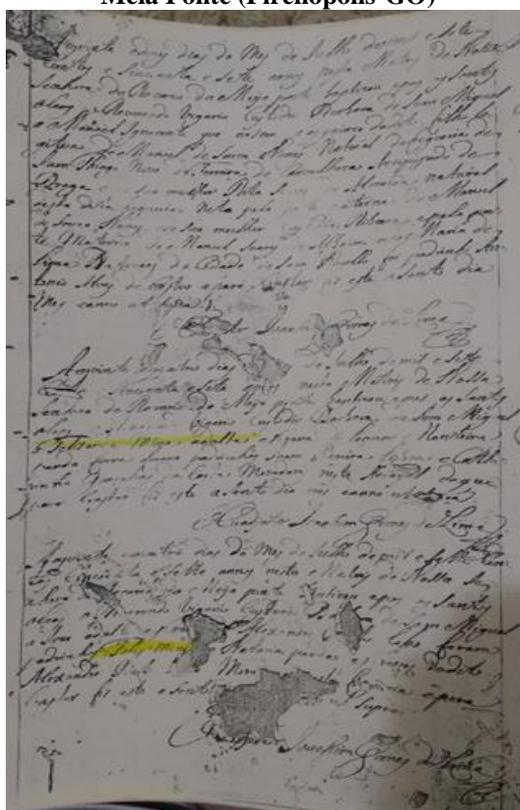
O autor chama a atenção para o descaso que perdura há séculos sobre a escravidão no Brasil. A escassa historiografia negra brasileira deixou lacunas irreparáveis, uma vez que

muitas informações se diluíram ao longo da história do país, o que dificulta levantar dados numa cronologia ininterrupta.

As fontes históricas sobre a escravidão no Brasil e em especial em Goiás ou estão retidas em arquivos mal cuidados, como o autor desta Tese pôde verificar em cidades goianas, a exemplo de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, bem como em cidades tocantinense de Arraias, Natividade, Porto Nacional e Paranã, onde tentou-se levantar dados cartoriais sobre negros escravos ou descendentes, mas não foi possível, considerando que os documentos pesquisados se encontravam em mau estado de conservação, sendo quase impossível de manuseá-los, estando os mesmos fragmentados em pequenos pedaços, além do descaso com o pesquisador, que não teve acesso a esses documentos históricos, uma vez que não foi autorizado para isso.

Em Arraias (TO), como muita insistência, conseguiu-se fotografar uma certidão de nascimento (Fig. 41). Neste contexto, a oralidade sobre a escravidão negra no Brasil e no Estado de Goiás ainda é, mesmo com poucos registros, importante para se costurar, a partir desses fragmentos, instrumentos acadêmicos como dissertações e teses de doutorado, em que a pesquisa, de gabinete ou de campo, são a base para construção ou até mesmo reconstrução da história negra goiana.

Figura 41 - Certidão de Nascimento de Afrodescendentes em Meia Ponte (Pirenópolis-GO)



Fonte: Cartório de Registro Civil de Corumbá de Goiás. Dez/2016

Silva (2003:338) corrobora com esse instrumento quando diz:

Possivelmente, só através do “entrelaçamento de dados” ou da pesquisa interdisciplinar profunda, sem se omitirem princípios como o da oralidade, poder-se-á escrever a história mais completa dos quilombos da Capitania e Província Imperial de Goiás. Detectá-los, catalogá-los e enumerá-los, portanto, não é tarefa fácil, ainda mais na sua dispersa e variável dimensão, às vezes ainda sem registro histórico do local onde puderam atuar.

Silva (2003:338) afirma, ainda, o seguinte:

O que é certo, entretanto, é que os maus-tratos e a brutalidade nas minas e nos engenhos levaram os escravos à revolta e, se bem-sucedidos, a formar quilombos nos sopés de montanhas vizinhas, furnas e vãos ou mais nos desertos, como se não bastassem outros esconderijos naturais do ecossistema dos cerrados e a falta de um número maior de feitores armados nas lavras mais distantes, também facilitando a fuga e a formação de quilombos no mais centralizado território da Colônia.

É nesse “desarranjo social” que se insere a historiografia do negro africano, bem como seus afrodescendentes, na Microrregião da Chapada dos Veadeiros, no Norte de Goiás, onde o Território Kalunga traduz a triste história dessa gente vivida no Brasil colônia e mesmo Imperial. O mais complicado nisso tudo é que os afrodescendentes Kalunga ainda permanecem ligados pelo laço da incompreensão e desprezo das autoridades constituídas, as quais com a morosidade na liberação dos títulos, deixam esse povo na mais degradante condição de vida. Nesse processo de fuga, o atual Estado do Tocantins e de Goiás receberam centenas de negros advindos de engenhos e de minas das mais variadas áreas do País, dentre elas São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e, também, Maranhão, Bahia, Pernambuco, que, segundo Silva (2003:340), parte desses fugitivos percorreu a “rota do sertão”, com destino ao Norte e Nordeste de Goiás.

No Tocantins, ainda fazendo parte da Capitania dos Goyazes, já se esgotando o século XVII, a atividade pecuária se fazia presente e, nela, a criação de gado dominava aquele sertão. Para este, fazendeiros do Nordeste, pela picada da Bahia, se dirigiam, implantando fazendas, cuja mão de obra, além de vaqueiros e assalariados, tinha a participação de negros escravos.

A história da trajetória do negro no Brasil, seja na condição de escravo, ou de ser humano, não deixa muito a vontade em dizer que nesse País não há discriminação: há, sim, razão pela qual são instituídos instrumentos legais para coibirem tais absurdos, por exemplo, a Lei Nº 12.711, de agosto de 2012, a chamada Lei de Cotas, que estabelece percentuais mínimos de ingresso nas Universidades e Institutos Federais, que, de acordo com a referida lei, em seu Art. 3º, diz:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos,

pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Tais dispositivos não existiriam se houvesse, por parte de todos os povos, o respeito e a dignidade para com as diferenças. Infelizmente, essa questão ainda perdurará por muito tempo nos corações de milhões de seres humanos. Os quilombolas, dentre outras minorias, são frutos dessas diferenças que foram produzidas, e ainda continuam pelas classes sociais abastadas, que só enxergam o poder econômico, o *status* em suas vidas profissionais, e a cor da pele. Neste contexto insere-se os Kalunga. O termo Kalunga, na língua Banto, tem um significado muito forte, pois representa um dos anseios mais importantes que uma pessoa ou um grupo de pessoas pode desejar: o território. Para os Kalunga, o território é símbolo de proteção e de expressão da cultura africana nos mais rincões da nação brasileira; é o território o âmago da mais alta expressão de confiança da existência de liberdade, pois sem ele esse povo permaneceria, sempre, como fugitivos de um sistema que dizimou milhões de negros durante a formação territorial e cultural do Brasil: a escravidão. No contexto local, o termo Kalunga surgiu em decorrência de um vale pantanoso, de um córrego e de uma planta, todos com o mesmo nome. Foi nesse local que também se fixaram os ancestrais das famílias atuais (JATOBÁ, 2002).

Por mais de 200 anos, os negros Kalunga sobreviveram entre serras, colinas, depressões, cortadas por rios, córregos que lhes proporcionaram a segurança necessária e a subsistência para centenas de pessoas. O censo de 1779 para Goiás “indica nas cidades fronteiriças à área da Comunidade Kalunga um percentual de ‘pretos’ de 70% da população, ficando o restante dos recenseados divididos entre as categorias ‘branco’ e ‘pardo”, de acordo com Jatobá (2002:28).

Esses mais de dois séculos vividos em condições precárias, sem o apoio do Estado, foi um tenebroso mar de isolamento entre o “território esconderijo” e o mundo exterior que, para muitos Kalunga, era desconhecido e sombrio, mas que a cultura desse povo sacralizou-se no interior do território, onde tudo e todos se mantiveram numa estreita relação de reciprocidade e de respeito, não somente entre pessoas, mas com o próprio meio em que vivem, onde os elementos da paisagem se lhes apresentam como místicos e fontes de suas próprias vidas, pois é dela que lhes vem o sustento.

Foi longa, obscura, dolorosa e humilhante a *via crucis* dos negros ancestrais para chegarem ao seu destino em terras goianas, historiografia esta já relatada em itens anteriores. A vida dos Kalunga do Nordeste de Goiás se confunde com a formação do Município de

Cavalcante, microrregião assentada numa das mais exuberantes paisagens do País, mas que sua população vive sob a visão turva do Estado brasileiro, que mostra ao mundo somente a importância do cenário físico, que, indubitavelmente, se destaca de outras regiões. No entanto, a cidade histórica, que deveria ser exemplo em termos de preservação da memória patrimonial e cultural, hoje está se esvaindo das únicas fontes vivas que ainda lá permanecem. Quando são procuradas por pesquisadores esforçam-se para subsidiá-los de informações importantes no que tange à história do lugar.

O patrimônio arquitetônico da cidade de Cavalcante é paupérrimo, uma vez que quase a totalidade foi destruída pelos religiosos ou pelos usurpadores que se preocupavam somente com as riquezas minerais, que do solo poderiam retirar, fenômeno esse que durou pouco tempo (Figs. 42 e 43). É importante ressaltar que lá nos idos de 1823 Cavalcante já se encontrava num estado de degradação urbanística, pois, segundo W. J. Burchell, em seu desenho nº 214, deixou explícito quando disse que “o velho Arraial acha-se hoje inteiramente descaracterizado, em meio às suas imponentes serras” (BERTAND, 1996:183). As marcas de destruição do solo são visíveis: nas margens de córregos e rios e nas serras deixaram profundas cicatrizes de onde extraíam o metal e pedras preciosas.

Figura 42 – Casa antiga em Cavalcante (GO)



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 43 – Casa antiga em Cavalcante (GO)



Fonte: Sebastião Fontenele França

O Rio São Bartolomeu, que serpenteia a Serra das Araras, foi um desses rios que passaram por esse processo de esfoliação do relevo. Lá no alto de sua cachoeira, esse rio foi desviado para que os trabalhadores rompessem a dureza das rochas, tocando fogo nelas. Esse ritual era frequente no Arraial de Cavalcante, e que Bertrand (1996:184), apontou o seguinte relato da época da mineração:

Tem encostado à Serra de S. Pedro, contíguo ao Arraial, o Morro do Bom Sucesso com uma lavra atual de mina em rochedo marmor (sic), que se descobriu no ano de 1739. Se abriu à força de fogo, onde trabalharam dez anos com tal desordem, que enchendo-se-lhes d'água, e desanimados de esgotá-la, e das infinitas pedras, limo e carvão, e por isso horrorosas, a deixaram deserta quase trinta anos, padecendo extrema necessidade.

Com o aquecimento e contato com a água, as rochas se fendavam e o ouro era exposto aos olhos dos mineradores. Quando retirava o ouro daquele lugar, o leito do rio voltava para o seu curso original, como pode ser observado na Figura 44. Esse orifício é apenas um dos vários que foram cavados no Rio São Bartolomeu e em rios da região, que deixaram apenas registros físicos para que a sociedade brasileira se reporte ao Brasil colônial, que deixou essas marcas profundas no relevo, que pouco contribuiu para a economia nacional, uma vez que os minerais de alto valor, como ouro e diamante extraídos, eram levados para a Europa, mantendo assim o poder real das cortes portuguesa e inglesa, duas potências ultramarinas que desovaram o solo brasileiro.

Figura 44 – Orifícios feitos na rocha do leito do Rio São Bartolomeu para retirar ouro – Cavalcante (GO)



Fonte: Sebastião Fontenele França

As pessoas “comuns” que vivem nessa cidade pouco sabem da história da formação desse município, pois gerações que já se passaram levaram consigo importantes registros memoriais. Já os Kalunga, por permanecerem isolados por longo tempo no mesmo local, suas gerações foram sendo alimentadas pelas experiências vividas e pelas histórias de seus ancestrais, contadas em seu território, mas muito do repositório de informações desse povo ainda se encontra e sobrevive nas mentes que já estão quase no final de suas vidas, e que se esforçam para externá-las quando são procuradas.

Em decorrência do mau uso das informações por pesquisadores descompromissados com a verdade dos fatos, de pessoas, acadêmicas ou não, que buscam informações sobre o povo quilombola, os líderes das comunidades Kalunga se mantêm resistentes e até mesmos desconfiados em dar entrevistas, pois relatam casos em que esses pesquisadores colhem informações e apresentam resultados muitas vezes deturpados. Além do mais, as pesquisas que são feitas no território servem, exclusivamente, para cumprir uma determinada etapa de um doutorado ou de um mestrado, mas não retornam os resultados para materializar o objetivo maior, que é levar ao povo quilombola o conhecimento da sua história ocorrida nessa região de Goiás, para que as futuras gerações possam se alimentar desse cabedal.

A construção do Território Kalunga ainda continua sendo uma incógnita, ou até mesmo uma utopia, pois é incerta a sobrevivência desses afrodescendentes naquele local, isto corroborado pelo que ainda acontece no mundo real no Estado brasileiro. A luta incessante e desonesta de posseiros, grandes fazendeiros e grileiros que disputam palmo a palmo a posse de territórios que, no atual momento, ou são terras devolutas¹³ ou são terras ocupadas da forma sobreposta, e que permanecem nas mãos de grupos hegemônicos e na maioria das vezes controlam a ilegalidade no poder público. Por mais de um século, os grandes proprietários rurais tiveram as terras devolutas sob seus jugos, grilando quase um milhão de hectares. Até os dias atuais pouco avanço tem tido no que diz respeito à titulação dos territórios quilombolas, um número mínimo já foi beneficiado, mas as promessas eleitoreiras são muitas. Em contrapartida, as pressões dos atores mencionados anteriormente criam bloqueios e retardam a liberação de verbas para indenizar os latifundiários. Enquanto isso, o povo Kalunga fica à margem das políticas públicas, recebendo, apenas, migalhas. Nessa morosidade, essas pessoas morrem à míngua sem que tenham o devido respeito das autoridades constituídas.

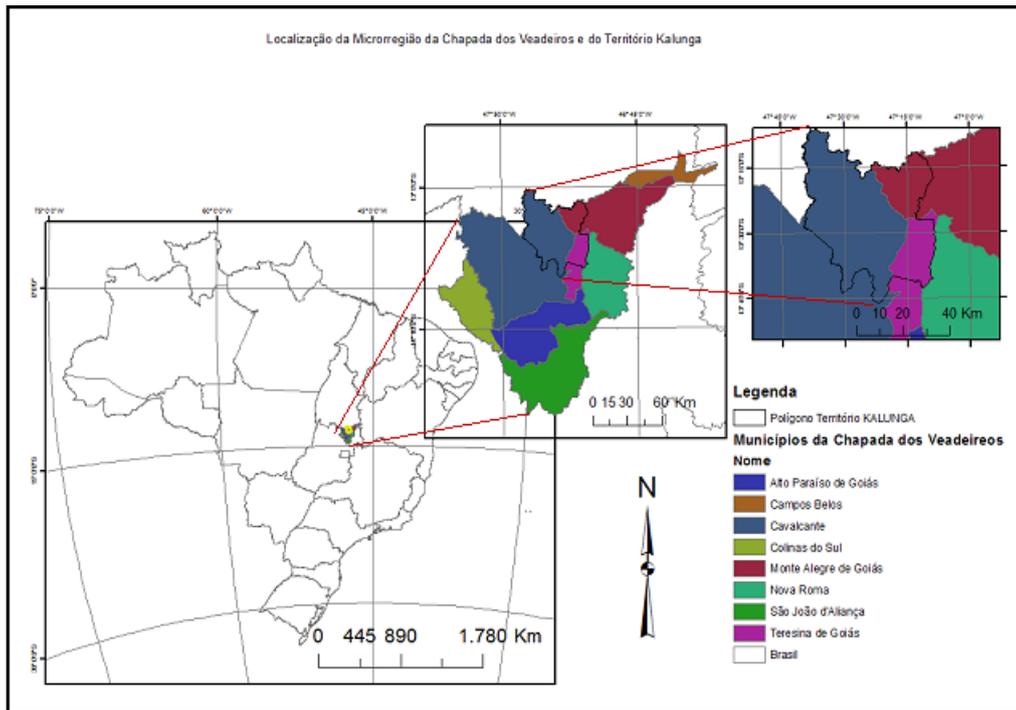
¹³ São terras públicas que em nenhum momento integraram o patrimônio particular, ainda que estejam irregularmente em posse de particulares. O termo “devoluta” relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado. Para estabelecer o real domínio da terra, ou seja, se é particular ou devoluta, o Estado propõe ações judiciais chamadas ações discriminatórias (<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/81573.html>): Acesso em 05/05/2016.

O Território Kalunga é um cenário místico, completo em seu uso; a população afrodescendente que lá vive transcende o mundo da razão. Tudo e todos se entrelaçam pelo respeito mútuo ao ambiente em que vive, ou seja, esse ambiente que se apresenta como um universo repleto de oportunidades. Entretanto essas oportunidades podem vir acompanhadas de obstáculos, que muitas vezes podem ser intransponíveis, principalmente quando se trata do poder público, que por muito tempo deixou esse povo à margem do progresso e bem longe dos direitos fundamentais, que são: assistência à saúde, alimentação de qualidade, recursos sanitários, uma boa educação, dentre outros. Neste contexto, pode-se dizer que o povo Kalunga, até a década de 1980, não existia, pois era oculto aos olhos do Estado. Em contrapartida, os Kalunga venceram as atrocidades dos seus senhores, perderam o medo de gritar por suas liberdades, não com o som de suas vozes, porque não podiam falar, mas com o som do coração e da alma, e com a ajuda da fé se ligavam com a divindade maior: Deus. Mas essa fé também precisava ter uma conexão com o território ancestral: a África, que se resumia em cultura, arte e amor pela terra, pois é dela que se retira o sustento e é nela que se constrói uma história e se preserva uma crença, um mito, um território sagrado, em que suas crenças mergulham no sincretismo religioso.

1.10.1 Delimitação e localização geográfica da Microrregião da Chapada dos Veadeiros e do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga

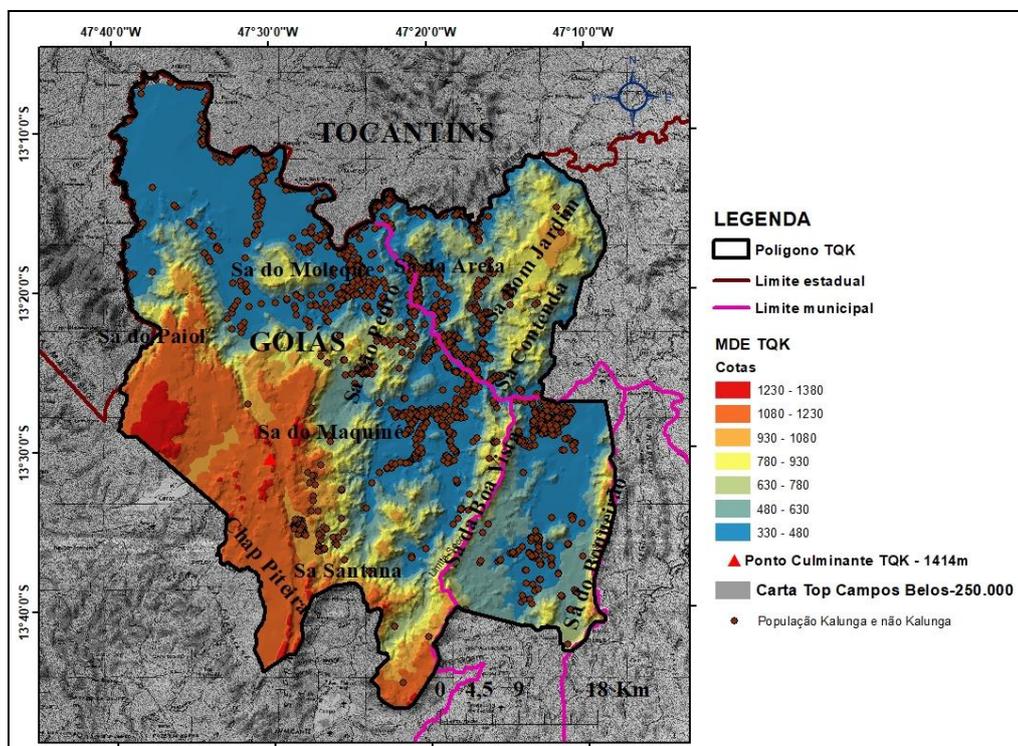
A área core de estudo é o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, mas por fazer parte de um sistema ambiental único, a Microrregião da Chapada dos Veadeiros, localizada no Nordeste do Estado de Goiás e pertencente à Mesorregião Norte do Estado. Serão apresentadas, individualmente, suas coordenadas geográficas, sendo elas: Microrregião da Chapada dos Veadeiros (48° 20'W - 46° 6' W, 12° 49' S, 14° 49' S); Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (47° 40'W – 47° 05'W, 13° 06'S – 13° 46'S). As duas áreas estão contíguas ao Sudeste do Estado do Tocantins, e ambas são ricas em recursos naturais, o que obriga os governos desses estados a implantarem sistemas de monitoramento ambiental capazes de fazerem face aos *inputs* causados pela ocupação humana nesses ambientes frágeis (Figs. 45 e 46).

Figura 45 – Localização da Chapada dos Veadeiros e do Território Quilombola Kalunga



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 46 – Delimitação do Território Kalunga Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga



Fonte: Sebastião Fontenele França

De acordo com o Decreto de criação, o Território Kalunga tem a seguinte delimitação:

Art. 1º - Constitui-se Patrimônio Cultural e Sítio de valor Histórico a área de terras situadas nos vãos das serras do Moleque, de Almas, da Contenda, Kalunga e

Ribeirão dos Bois, nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, no Estado de Goiás [...].

Parágrafo único – A área mencionada neste artigo tem a seguinte delimitação: Começa na Barra do Ribeirão dos Bois com o Rio Paranã; daí segue rumo leste com uma distância aproximada de 5.000 metros; daí segue rumo sul, com uma distância aproximada de 3.700 metros até a extremidade Norte da Serra do Boqueirão; daí segue para o sul pelo Sopé Oeste da Serra do Boqueirão, até a garganta do Córrego Boqueirão; daí, segue por este Córrego abaixo, até sua barra como o Córrego do Leite; daí, por este acima, até sua cabeceira na Serra da Boa Vista; daí segue rumo oeste com uma distância aproximada de 4.200 metros, até o Rio das Almas; daí, segue por este Rio abaixo, até a barra do Rio Maquiné; daí segue por este Rio acima, até sua cabeceira na Serra Maquiné; daí segue no rumo oeste, com uma distância aproximada de 17.200 metros, até a cabeceira do Córrego Ouro; daí segue Córrego abaixo, até sua barra no Rio da Prata; daí, segue por este Rio acima, até a barra do Rio Bezerra; daí, segue por este Rio acima, até a confluência com o Córrego Bonito; daí, segue com rumo sul, numa distância aproximada de 1.700 metros, até o sopé da Serra Bom Jardim; daí, segue para o sul, pelo sopé da Serra Bom Jardim e Contenda, até a garganta do Rio Paranã, no local denominado Funil; daí, segue Rio Paranã acima até o ponto onde teve início a descrição deste perímetro.

A linha demarcatória externa da Figura 46 é a expressão real da ocupação humana no Território Kalunga. O relevo, com serras, colinas, morros e morretes que circundam os vãos são os divisores naturais, ora servindo de proteção, ora oferecendo fontes de alimentos, numa união perfeita que garantiu a invisibilidade desse povo num tempo histórico.

Essa região, em termo de espacialização, sempre foi marcada pelas grandes mudanças na estrutura administrativa. Cavalcante foi o marco inicial dessas mudanças, pois a partir dele outros municípios foram surgindo. Nessa metamorfose, passa-se a discutir outros elementos que são responsáveis pela reterritorialidade da região, dentre eles a questão dos Kalunga, cujo território se mescla com o “território” da Área de Proteção Ambiental (APA) Pouso Alto e com os territórios da Microrregião da Chapada dos Veadeiros, em especial com Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás. Esses territórios configuram uma sobreposição de áreas geográficas e foram sendo construídos pelas circunstâncias históricas e por força das leis.

Portanto essa sobreposição de áreas geográficas leva a uma preocupação, pois são recortes territoriais que se conflitam em termos de interesses dos diversos atores que ocupam um dos mais belos ambientes ecológicos do País, e que está sob a força da legislação dos poderes municipais locais, estadual e federal, que estabelecem suas regras, não de maneira integrada, mas de acordo com seus interesses e ainda sofrendo pressões dos grandes proprietários de terras, com pouca participação da sociedade, que apenas tem o dever de cumprir. Principalmente nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás está o maior número de afrodescendentes do Estado de Goiás.

Em decorrência das atividades mineradoras, e posteriormente das atividades agropecuárias, os negros foram ocupando os vales entre as serras, cujo acesso dificultou a localização desse povo pela sociedade considerada branca. O Sítio Histórico Kalunga foi demarcado em 1995 pelo governo de Goiás, e, no ano de 2000, o Governo Federal emitiu o Título de Reconhecimento de Domínio sobre a área, que é habitada por 28 comunidades Kalunga (INCRA, 2016). Num País de dimensões continentais como o Brasil, cabe registrar os avanços que tiveram em termo de legislação. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu novos princípios e diretrizes para as políticas públicas realizadas pelo Estado, definindo parâmetros precisos ao processo de elaboração e fiscalização das diferentes políticas setoriais. No entanto o cumprimento delas ainda deixa a desejar, principalmente quando exige fiscalização e recursos financeiros, agravado pela dificuldade de consenso entre os atores (Poder Público, Setor Rural e Sociedade). Neste contexto, insere-se a APA Pouso Alto, na qual os atores locais vêm, a passos largos, tentando implementar os dispositivos constantes dos Decretos nº 5.419, de 7 de maio de 2001, e nº 7.567, de 8 de março de 2012.

O Plano de Manejo foi criado em 2005, mas até o ano de 2011 não tinha sido implementado (FERREIRA e DE ALMEIDA, 2014). Em 2014, entretanto, avançou um pouco mais quando o governo de Goiás apresentou um novo plano de manejo que agradou, mas com algumas restrições, reclamadas pelos ecologistas e pequenos produtores rurais, mas que ainda atendia aos grandes proprietários rurais, os chamados ruralistas.

O polígono da região da APA contempla uma rede hidrográfica densa, mas requer cuidados especiais, uma vez que está inserida numa região com grau elevado de erosão e que ainda mantém preservada boa parte do Bioma Cerrado, mais um motivo para que os atores sociais, órgãos ambientais e o próprio poder público, em conjunto, aprimorem a legislação e promovam discussões sobre as questões locais, incluídas nelas o gerenciamento integrado entre a rede hidrográfica e as atividades produtivas locais, uma vez que a água é fator indispensável ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

1.11 Dos arraiais de ontem aos municípios de hoje: Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás – os municípios negros da Chapada dos Veadeiros

1.11.1 Origem do Município de Cavalcante

Tudo começou no auge da mineração em território goiano, e os registros levam ao ano de 1736, quando o garimpeiro Julião Cavalcante, bem como o grupo que lhe acompanhava,

adentrou ao território à procura de novas minas de ouro, descobrindo esse metal às margens do córrego Lava Pés (Figura nº 47), localizado na Serra da Cavalhada.

Figura nº 47 – Córrego Lava Pés – Serra da Cavalhada



Fonte: Sebastião Fontenele França

Já nesse primeiro momento, o sobrenome Cavalcante passou a ser a toponímia desse lugar. No entanto foi em 1740 que se deu oficialmente a fundação do Arraial de Cavalcante. Sendo uma obra dos bandeirantes, Cavalcante apenas serviu de base temporária, em tempos alhures, para a exploração do ouro e, desta forma, recebeu contingentes de negros vindos de outras províncias. Segundo Sobrinho *et al.* (2016: 35), no auge da mineração do Arraial de Cavalcante, havia cerca de nove mil escravos. Toda essa gente sugando o subsolo dessa área logo o ouro foi-se exaurindo, e o que restava não compensava economicamente garimpar, o que levou a população a se ocupar em outras atividades, pois com a saída dos caçadores de metais preciosos, precisavam sobreviver e permanecer naquela área.

Sobrinho afirma ainda que:

A partir da decadência do ouro, o município passou a ter a produção agrícola como sua principal fonte de sustentação econômica, com destaque para a produção do trigo. Em 1780, existiam quatro engenhos de trigo na província de Goiás e, em 1861, Goiás exportou 777 alqueires de farinha de trigo. Destes, 66% foram

originários de Cavalcante, que recebeu o prêmio de primeiro lugar na Exposição Internacional de Produtos Agrícolas de Filadélfia (*et al.*, 2016: 35).

Simultaneamente às atividades de mineração, trabalho nos engenhos e outras atividades inerentes à sustentação econômica dos “senhores”, os negros, em decorrência dos maus tratos que recebiam, e não suportando tal sofrimento, fugiam de seus locais de trabalho e se embrenhavam entre serras, colinas e vales, onde o relevo, fortemente íngreme à volta dessas unidades, lhes conferiam o estado de segurança. Karasch (*apud* JATOBÁ, 2002:29), concluiu

Que escravos negros fugidos do Maranhão, Bahia e Pernambuco percorreram a rota do sertão com destino ao Norte e Nordeste goiano. Os quilombolas teriam, segundo a autora, um importante fator de povoamento da região e de dinamização da economia mineradora, pois descendentes de africanos fugitivos buscavam veios auríferos [...]. No conceito adotado pela autora, os quilombos começam em Goiás no século XVII com a fuga de escravos indígenas, mas o primeiro relato oficial data de 1727 e refere-se aos negros. Os quilombos do século XVIII eram, em sua maioria, escravos garimpeiros que continuaram com seus ofícios em áreas remotas. Eles trocavam ouro pelas mercadorias de que necessitavam para o seu sustento e, provavelmente, negociavam com contrabandistas mestiços acusados pelos portugueses de contrabandear ouro para a Bahia. Também viviam da caça e da pesca, coleta e de pequenos cultivos.

É interessante resgatar pesquisas feitas por Jatobá (2002) na área dos quilombolas do Nordeste e Norte de Goiás, onde se registra a presença desses negros no Vale do Paranã, Arraias (Tocantins), Pilar e Muquém, Niquelândia, locais esses que foram palcos de levantes e capturas de escravos fugidos. Ressalta-se que, quando os negros chegaram ao Norte de Goiás, se depararam com indígenas, dentre eles os Avá Canoeiro, Acroá, Xacriabá, Capepuxi, Caiapó, Xavante e Karajá. A presença de escravos nessa região, pelos registros documentais da época, presume-se ter sido a partir de 1740. Antes de iniciar a discussão sobre o Território Kalunga, é importante apresentar algumas características desses municípios, como se deu a construção de seus territórios. Alguns registros se fazem necessários para temporizar o ordenamento da formação do que hoje é Cavalcante, dentre eles: a instituição do Julgado¹⁴ de Cavalcante, em 1755, que passou a ser vinculado à comarca e município de Goiás; em 1809 incorporado à nova comarca de São João das duas Barras, cujo território agregava os arraiais de Santa Rosa, Flores e Mato Grosso; em 11 de novembro de 1831, por Decreto, foi elevado à categoria de vila, com a denominação de Cavalcante, e como distrito sede, o que foi formalizado em novembro de 1838. Numa nova divisão administrativa à Cavalcante, em 1911, foram agregados dois distritos: Moinho e Nova Roma.

¹⁴ Do ponto de vista jurídico, julgado é um território sobre o qual o juiz ordinário tem jurisdição.

Em 1920, com base na apuração do recenseamento geral, o município aparece constituído de cinco distritos: Cavalcante, Lajes, Nova Roma, São Domingos do Café e Veadeiros. Conforme dados do IBGE (2010), quanto ao desaparecimento do distrito de Moinho, não há registros. Nesse vai e vem, o distrito de São Domingos do Café, pelo Decreto-Lei estadual nº 557, de 30 de março de 1938, passou a denominar-se Cafelândia. Pelo Decreto-Lei nº 1233, de outubro de 1938, o distrito de Lajes foi extinto e seu território incorporado ao distrito sede do município de Cavalcante e Cafelândia. Entre os anos de 1949 e 1953, esse município passa a ser constituído pelos distritos de Cavalcante, Cafelândia, Nova Roma e Veadeiros. Seguindo essa corrida pela configuração de um novo território, o distrito de Cafelândia, pelo Decreto-Lei nº 8305, de dezembro de 1943, passou a denominar-se Araí e o Distrito de Nova Roma Guataçaba. Já no período de 1944-1948, o município de Cavalcante passa a vigorar com os seguintes distritos: Cavalcante, Araí (ex-Cafelândia), Guataçaba (ex-Nova Roma) e Veadeiros. Pela lei municipal nº 2 de janeiro de 1949, a sede do distrito de Araí foi transferida para Lajes, cuja denominação permaneceu. Pela lei estadual nº 355, de novembro de 1949, o distrito de Guataçaba voltou a denominar-se Nova Roma. Em 1950, o município é constituído de quatro distritos: Cavalcante, Lages, ex-Araí, Nova Roma, ex-Guaçatuba e Veadeiros.

Pela lei estadual nº 808, de 12 de outubro de 1953, foram desmembrados do município de Cavalcante os distritos de Veadeiros e Nova Roma, os quais formaram o novo município de Veadeiros, que atualmente é o município de Alto Paraíso, sendo que, nessa nova configuração, o município de Cavalcante passa a ter dois distritos: ele próprio e o de Lages. Esse último passou a denominar-se Colinas, por força da lei municipal nº 6, de agosto de 1955, permanecendo nessa configuração territorial até 1960. Em junho de 1968, pela lei estadual nº 7042, foi criado o distrito de Teresina de Goiás, e seus territórios incorporados ao município de Cavalcante. Em janeiro de 1979, o município de Cavalcante passa a ter três distritos, ele próprio e mais os distritos de Colinas e Teresina de Goiás. Colinas, pela lei estadual nº 10403, de dezembro de 1987, desmembra-se do município de Cavalcante e é elevado à categoria de município com a denominação de Colinas do Sul (IBGE, 2016).

1.11.2 Origem do Município de Monte Alegre de Goiás

Outro território que faz parte desse contexto é Monte Alegre de Goiás que teve uma estreita relação com os negros e com a mineração do Norte de Goiás, ocorrida durante o século XVIII. O embrião do atual município já se fazia presente em 1769, a exemplo do Arraial Santo Antônio do Morro do Chapéu, onde, em 31 de julho de 1852, pela Resolução

Provincial nº 12, passou a ser sede do município de Arraias. É importante ressaltar que, nessa época, durante a extração de ouro, 1800 negros, trazidos pelos bandeirantes paulistas, trabalhavam como escravos. Na contramão da história, o povoado volta à condição de Arraial, mas subordinado a Arraias, sob força das Resoluções nº 5, de 2 de agosto de 1853, e nº 338, de 31 de julho de 1861. Em 25 de julho de 1876, pela Resolução Provincial nº 563, o Arraial do Morro do Chapéu foi elevado à categoria de Vila, mas anos depois foi extinta e permaneceu nessa condição até 4 de julho de 1906, pela Lei nº 271, quando foi restaurada. Em 7 de agosto do mesmo ano, foi desmembrada de Arraias, recebendo nova denominação: Chapéu.

Com a nova configuração administrativa referente ao ano de 1911, Campos Belos e Monte Alegre figuravam como distritos do município de Chapéu, permanecendo nessa condição até 1935, quando perdeu sua autonomia, sendo, dessa forma, incorporado ao município de Arraias. No entanto, pelo Art. 62 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de Goiás, e também em consonância com a Lei nº 6, de 7 de outubro de 1947, foi restaurado o município em 12 de outubro desse mesmo ano. A denominação Chapéu permaneceu até 1953, quando passou a chamar-se Monte Alegre de Goiás (IBGE, 2016).

1.11.3 Origem do Município de Teresina de Goiás

A criação de Teresina de Goiás não teve relação direta com os tempos áureos da mineração, mas pela vontade individual de pessoas que vislumbravam o horizonte do progresso, da emancipação das terras que ocupavam. Da vontade de cinco pessoas: Delfino Szeerquins, José da Costa, Joaquim de Souza Fagundes, Joaquina Nunes Bandeira e Antônia Francisca Lopes, uma nova configuração se desenhou em terras do Norte de Goiás, quando em 1960 decidiram criar um loteamento à volta de Cavalcante e Campos Belos.

Tal ousadia culminou-se na criação do distrito de Teresina de Goiás por força da Lei estadual nº 7042, de 26 de junho de 1968, e, seguindo a trajetória, foi desmembrado do município de Cavalcante por força da Lei estadual nº 10449, de janeiro de 1988, Teresina de Goiás é desmembrada de Cavalcante e assume a categoria de município, e em 1989 realizou a sua primeira eleição municipal (IBGE, 2016). Diante do exposto, ficou claro e evidente que foi a partir do município de Cavalcante que uma nova territorialidade se manifestou, onde foram criados outros municípios como Teresina de Goiás, Monte Alegre de Goiás, Colinas do Sul, São João da Aliança e Alto Paraíso, que, incluindo Cavalcante, se sobrepõem

nos territórios da Microrregião da Chapada dos Veadeiros, APA Pouso Alto e Sítio Histórico e Patrimônio Cultural, no Estado de Goiás.

1.12 A Etnociência

Considerando que o objetivo principal desta pesquisa é demonstrar que os aspectos físicos, como relevo, vegetação, geomorfologia e hidrografia contribuíram para a formação do Território Kalunga, e assim reforçar a fenomenologia do esconderijo, o relevo, a geomorfologia e a vegetação, juntos, serviram de penumbra para camuflar os Kalunga entre os vãos e serras da Chapada dos Veadeiros (Figs. 48 e 49).

Figura nº 48 – Residência Kalunga no Engenho II



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura nº 49 – Residência Kalunga no Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Dando suporte a essa fenomenologia, inclui-se, também, o clima e o solo. Separar os aspectos físicos do humano, pelo menos neste trabalho, é incongruente para o objetivo proposto, pois esse conjunto deve ser analisado de forma sistêmica, um influenciando no outro. Daí a importância de se fazer um estudo integrado.

Para Capra (1982:260, *apud* RIBEIRO, 2014:25),

a concepção sistêmica vê o mundo em termos de relações e de integração. Os sistemas são totalidades integradas, cujas propriedades não podem ser reduzidas

às unidades menores. Em vez de concentrar nos elementos ou substâncias básicas, a abordagem sistêmica são princípios de organização”. O autor diz ainda que “um outro aspecto importante dos sistemas é a sua natureza intrinsecamente dinâmica. Suas formas são estruturas rígidas nas manifestações flexíveis, embora estáveis, de processos subjacentes.

Portanto, viver no interior dos vãos nos limites do Território Kalunga, por quase três centenas de anos, imperceptíveis até o ano de 1982, quando lá chegou a expedição comandada pela Antropóloga Mari de Nazaré Baiocchi, o povo Kalunga apropriou-se da natureza e a explorou de forma sustentável e integrada, ou seja, de forma sistêmica, em que cada elemento dessa natureza foi parte incontestável para a sobrevivência. Essa sobrevivência está diretamente relacionada à questão da sustentabilidade, ou seja, dos cuidados que essa comunidade teve com o meio ambiente, pois de certo modo aconteceu a preservação.

Apropriando-se da citação de Diegues (1996, *apud* RIBEIRO, 2014:54), que foi utilizada em outro contexto,

Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente ao lucro, mas à reprodução social e cultural, como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos (DIEGUES, 1996, p.82).

No “mundo dos Kalunga”, os elementos da natureza têm seus significados, isto porque o terreiro, o solo, o quintal, o sol, a lua, os rios, a vegetação, o clima e os animais são intimamente integrados diuturnamente, e os mesmos são tratados como se fossem um só organismo, porém com suas caixinhas nominadas, e é assim que vive a maioria das populações tradicionais, dentre elas as quilombolas, que tratam a natureza com intimidade, ou seja, cada elemento tem o seu nome próprio, seu significado.

Esse sentido de “mundo”, no qual estão inseridas essas populações, vem sendo estudado de forma científica, no sentido de compreender o conhecimento sobre elas, e esse conhecimento é adquirido por meio da Etnociência Diegues (1996:78 *apud* RIBEIRO, 2014:41),

parte da linguística para estudar o conhecimento das populações humanas sobre os processos naturais, tentando descobrir a lógica subjacente ao conhecimento humano do mundo natural, as taxonomias e classificações totais (DIEGUES, 1996:78),

Segundo Ribeiro (2014: 41), o termo Etnociência surgiu em 1964, com William C. Sturtevant, curador do Instituto Norte-Americano Smithsonian de Etnologia. Para este autor, a Etnociência se “dedicaria ao estudo do ‘sistema de conhecimento e cognição típicos de uma dada cultura’, e que englobaria Etnobotânica, Etnozoologia, Etno-história, Etnogeografia, Etnomedicina e outras etno-disciplinas” (COUTO, 2007, *apud* RIBEIRO,

2014:41). Esse conjunto de etno, ainda segundo Ribeiro (2014:41), tem como fundamento geral “documentar, estudar e valorizar o repertório de conhecimentos, saberes e práticas dos povos não europeus, particularmente os denominados povos tradicionais (indígenas, caboclos, ribeirinhos, seringueiros e quilombolas”.

1.13 A Etnociência no estudo da paisagem no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga

O Sítio Histórico Kalunga, por suas razões históricas, e pela necessidade de sobrevivência do seu povo, mesmo não tendo conhecimentos formais sobre o conceito de etnociência, já a pratica por séculos. A simbologia da paisagem já foi incorporada pelas comunidades no dia a dia das relações homem – meio. A morfologia do relevo, a vegetação, os rios, os animais e os lugares têm suas simbologias, seus nomes.

Os Kalunga reconstruíram a geografia do seu Território, criaram denominações próprias de acordo com o seu viver no espaço, associaram os aspectos físicos a seus modos de vida e os incorporaram à sua geografia cotidiana. As pesquisas realizadas *in locu* puderam comprovar o falar dos moradores das comunidades, que conhecem o relevo, a hidrografia, a mudança do tempo, se vai chover ou não, o momento de plantar e de colher, os cuidados que devem ter para conservar a natureza, pois é dela que elas retiram o seu sustento.

Dentro desta perspectiva, um dos enfoques que mais tem contribuído para se compreender o conhecimento das populações tradicionais é da Etnociência (DIEGUES, 1996, *apud* RIBEIRO, 2014:41), uma vez esta ‘parte da linguística para estudar o conhecimento das populações humanas sobre os processos naturais, tentando descobrir a lógica subjacente ao conhecimento humano do mundo natural, as taxonomias e classificações totais’ (DIEGUES, 1996, p.78, *apud* RIBEIRO, 2014:41).

O Conhecimento acerca da natureza e seus processos, elaborado pelas populações chamadas de tradicionais, ou seja, aquelas que apresentam ‘padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para receber, relatar e interpretar o mundo’ (DIEGUES, 1996, p. 87, *apud* RIBEIRO, 2014:41).

Essa geografia também segue a lógica da Etnogeomorfologia, na qual os aspectos físicos têm estreita relação com o saber cotidiano: cada serra, rio ou planta tem o seu significado etnográfico, como por exemplo os termos Riachão, Sucuri, Tinguizal, Saco Grande, Volta do Canto, Olho d'Água, Ema, Taboca, Córrego Fundo, Terra Vermelha, Lagoa, Porcos, Brejão, Fazendinha, Curriola, Vargem Grande, Engenho, Funil, Capela e mais dezenas de outros nomes, como a própria denominação Kalunga.

O que quer dizer Riachão, Boqueirão, Volta do Canto, Córrego Fundo, Olho d'Água, Lagoa, Funil? São nomes que descrevem o jeito dos rios, córregos e riachos, suas curvas, seus remansos, lugar onde a água brota, onde ela é represada, lugar onde o rio se estreita, apertado. E Terra Vermelha, Brejão, Vargem Redonda, Vargem Grande, Pedra, Ouro Fino? São nomes que falam de terra boa e terra ruim

para o plantio, das baixadas da beira dos rios, do terreno pedregoso que está sempre presente, do metal valioso que a terra dá. E o que são esses nomes, Tinguizal, Gameleira, Buriti Comprido, Palmeira, Taboca, Bananal, Limoeiro, Mangabeira? São nomes de plantas da terra, local onde cresce a árvore franzina e forte do cerrado, nomes de árvores frondosas ou elegantes, do bambuzal e das plantas que assim, devagarinho, o povo Kalunga foi se estendendo pelas serras dão fruto e são alimentos. E Sucuri, Ema, Porcos, Rio dos Bois, do Leite, Bezerra? São os bichos da terra, a cobra grande, a ave do cerrado, os bichos da casa que ajudam o trabalho do homem e o alimentam. Por fim, no que se pensa quando se ouve falar em Mocambo, Fazendinha, Engenho, Capela? Em lugares de moradia, trabalho e oração. Assim, esses nomes ensinam que a vida do povo Kalunga é inseparável de tudo o que é vivo e contribui para manter a vida, na terra e no céu, na água e no ar. Mas por que eles se chamam Kalunga? Assim, com k, Kalunga foi como passaram a ser chamados todos os moradores daquele território, depois que se descobriu, não muitos anos atrás, que eles tinham uma mesma história comum, como iremos contar mais adiante. Mas, escrito com c, calunga é uma palavra de muitos sentidos, que se incorporou à língua do povo brasileiro. Quer dizer coisa pequena e insignificante, como o ratinho camundongo que no Nordeste do Brasil se chama calunga ou então catita. E quer dizer também pessoa ilustre, importante. E também é o nome que se dá à boneca que sai nos cortejos dos reis negros dos Maracatus de Pernambuco. E ainda significa a morte, o inferno, o oceano, o senhor, conforme se diz nos livros. Mas, na terra do povo Kalunga, calunga é mesmo o nome de uma plantinha (simaba ferruginea) e do lugar onde ela cresce, perto de um córrego que também tem esse mesmo nome. Tudo isso parece estranho ou muito confuso? Pois não é, não (MEC, 2001).

As comunidades Kalunga são eternamente vinculadas ao solo, ao chão, ao ambiente sagrado, ao terreiro, o que leva, pela natureza da sua permanência secular no local, a enxergar o patrimônio físico como cúmplice de sua existência como ser humano, daí criar a sua própria toponímia, que segundo Bonnemaison (1981),

A rica toponímia que designa as serras, os rios, os vãos e os agrupamentos de casas, remete-se a uma construção subjetiva, a um dado símbolo natural ou cultural do lugar em questão. Configura-se, na concepção do Bonnemaison (1981, p.256), como um geossímbolo, “um lugar, um itinerário, um acidente geográfico, que por razões políticas, religiosas, históricas ou culturais possuem aos olhos de certos grupos sociais ou povos uma dimensão simbólica que alimenta e conforta sua identidade (*apud* ALMEIDA, 2010, p.36-69).

A gente costuma pensar que as palavras são só os nomes das coisas, mas esquece que elas circulam entre as pessoas. E, conforme vai passando o tempo, as palavras vão ficando carregadas de muitos significados que estão nas ideias das pessoas. Kalunga é uma palavra comum entre muitos povos africanos e foi com eles que ela veio para o Brasil. Era normal por isso que os próprios africanos fossem chamados assim, calungas. Este era apenas um outro modo de dizer negros. E, como os colonizadores portugueses consideravam todos os negros inferiores, é fácil entender por que a palavra calunga, nome que eles davam aos negros, passou a querer dizer também coisa pequena e insignificante, como o camundongo catita do Nordeste (MEC, 2001).

Dessa forma, a etnogeomorfologia passa a ser um importante instrumento de análise para compreender a relação entre o humano e o físico, pois quando se trata de comunidades tradicionais, e em especial os Kalunga, coloca-se em evidência a questão da paisagem, cuja sinergia contribuiu para o perfeito “casamento”. Baiocchi (1999:24) afirma que “a preservação dos Kalunga até os nossos dias deve-se a vários fatores, entre eles o difícil

acesso à região e sua capacidade de resistência”. A temporalidade e a necessidade de sobrevivência dos afrodescendentes naquela região criaram um vínculo muito forte entre o solo, o ter, o ser, o que levou essa gente a redesenhar os limites físicos, levando-a a uma configuração holística, na qual a paisagem foi reescrita e formatada de acordo com a visão da comunidade. O Território Kalunga é uma construção do imaginário sagrado, é o resultado da íntima relação do homem com o meio, é o respeito pela terra, de onde o Povo Kalunga retira seu sustento.

Essa íntima relação de respeito entre o homem e a terra é tão grande que

A maior parte da nomeação dos territórios ou subdivisões da área Kalunga se dá em relação aos animais que habitam o cerrado, a vida rural, as formações geológicas, as plantas ou as formações hidrográficas da região. Esses nomes simbolizam os elementos importantes na sua relação com a vida, com a terra ou com algo que faça parte de sua economia doméstica (SIQUEIRA, 2006, *apud* FURTADO, 2013:15).

Nas palavras de Dona Getúlia, no Engenho,

O Kalunga vê o lugar como uma extensão de si mesmo. —Bom ficar é no lugar onde a gente nasceu e criou e conhece. É o seu território que o permite ter liberdade de ser e existir. É no seu lugar que ele tem a memória viva de seus ancestrais, que ele sabe por que as glebas de terra estão divididas entre as famílias como estão, que ele entende as relações familiares entre tantos —Santos Rosal, —Moreira da Silva, entre outros (ALVES, 2015).

As palavras de Dona Getúlia reforça o respeito que os Kalunga têm pelo seu espaço, este com a sua função sagrada, uma vez expresso o valor que cada um dá a esse lugar. É importante ressaltar que esse povo jamais perdeu o senso comum de viver em coletividade, de considerar o seu espaço como lugar de vivência, de colaboratividade e, acima de tudo, de valorizar a relação entre a paisagem e o significado das coisas, dos elementos da natureza, onde tudo tem o seu valor.

A Figura 50 mostra essa harmonia numa fazenda Kalunga, onde o quintal da casa está em contato direto com os animais e ao lado se encontra o curral no qual o homem retira o leite para alimentr sua família e o excedente produz queijo, cangica e doce. “A economia Kalunga, que não devasta o solo, possibilitou a manutenção de um verdadeiro ‘santuário ecológico’. Ali a natureza reproduz-se e perpetua a vida” (BAIOCCHI, 1999:21). Lá no fundo, a vegetação preservada completa o cenário ambiental. Nota-se, entretanto, que não há energia elétrica, pois ainda não chegou nas residências do Vão de Almas, somente na área do Festejo. O gado é criado à solta, e os vegetais consumidos por ele não recebem nenhum insumo químico. Geralmente, os Kalunga usam o quintal para produzir seus alimentos mais básicos, temperos básicos como salcinha e cebolinha, hortaliças, abóboras, dentre outros. À margem direita do Rio Paranã, encontram-se os córregos Alminha, Buriti Comprido,

Riachão de Sicury. O Rio das Almas (Rio Branco) começa a tomar volume após receber as águas dos córregos ou ribeirões Gameleira, Capivara, Maquiné, Vargem Grande, Bananal, Escorregador, Moxila, Palmeira, Ave Maria, Terra Vermelha. O Rio dos Bois, que é afluente do Rio Paranã, margem esquerda, recebe os córregos Pedras, Leite, Limoeiro, Caldas, Santo Antônio, Tarumã, Boqueirão, Soledade, Almofo, Vargem Redonda, Sicury, Rancho e Ouro Fino. Na época da seca, ou seja, nos meses de abril, maio, setembro e outubro, a rede hidrográfica sofre decréscimo em seu volume de água, que, em consequência, reduz o abastecimento de água em todas as atividades, inclusive para o consumo humano. Contraditoriamente a tudo isso, Baiocchi (1999:23) relata dois momentos distintos sobre o comportamento do Rio Paranã: o primeiro, no período da seca, na qual o volume de água diminui, mas sem afetar o potencial do rio; o segundo, em intervalo de 10 em 10 anos, acontecem cheias no período chuvoso, dezembro a fevereiro, e como consequência suas águas transbordam e inundam quilômetros de terras plantadas. Mas, segundo Baiocchi, esse fenômeno significa para o povo Kalunga uma dádiva divina, e acrescenta:

O Rio Paranã, os morros e serras que abrigam e as lagoas interiores compõem o conjunto mantenedor da vida e da reprodução histórico-social do povo Kalunga. Impossível sobreviver em região inóspita sem a existência de um grande rio Baiocchi (1999:23).

A fauna é outro ponto de destaque no ambiente do Território Quilombola Kalunga, lá há uma simbiose perfeita entre o homem e mamíferos, répteis, que pertencem à fauna amazônica. Jacarés, botos, diversas espécies de peixes disputam seus espaços dentro desse ambiente. No ambiente de vegetação, no qual o cerrado predomina, as aves, o tamanduá-Bandeira, o Lobo-Guará e a Onça Pintada completam o cenário. Para justificar a importância que teve a rede hidrográfica para a existência desses afrodescendentes, Baiocchi (1999:24) afirma o seguinte:

Enfim, os Kalunga habitam os 237.000 hectares de vales, rios e montanhas situados às margens direita e esquerda do Rio Paranã que, como o Rio Nilo ou Zaire na África, possibilitou a existência e formação de um povo e de uma cultura singular.

Em conversa com o Senhor Mochila lá no Vão de Moleque sobre a importância dos rios para as comunidades Kalunga, foi taxativo em afirmar que sem a presença dos rios Tocantins, Almas (Rio Branco) e Paranã talvez não existisse tão expressivo número de afrodescendentes naquele local isolado. O Rio Tocantins pelo papel que teve no contato entre as suas terras e o Norte do país, principalmente Belém no Pará, uma vez precisavam levar seus produtos da roça para trocarem por roupas, panelas, utensílios para a agricultura e o produto principal, o sal, pois não podia faltar para o uso doméstico, principalmente para

conservar as carnes, pois não tinham geladeiras. Com relação à energia elétrica, é importante ressaltar que é um paradoxo humano tão significativo dizer que as maiores usinas hidrelétricas se encontram no Brasil e que desde 1881, na cidade de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, já se introduzia a energia elétrica. Mais de 137 anos depois, nos dias atuais, ainda não levaram energia na sua totalidade para os Vão de Almas e Moleque, apenas pouquíssimos lugares receberam esse benefício.

Figura 50 – Criação de gado no Vão do Moleque – uma perfeita harmonia entre o físico, o humano e o animal.



Fonte: Sebastião Fontenele França

1.14 O Território Sagrado

De certa forma, o território para um povo sempre foi e é sagrado, pois é nele que acontecem todos os tipos de relação: o homem com o solo, e ligado a ele o trabalho, a família com o Estado, que atribui direitos e obrigações, a família entre si, que mantém relação de respeito e de ética. Nesse contexto, insere-se o Povo Kalunga, que conquistou o seu território, não por guerras, mas pelas condições históricas e pela competência do Estado, por meio da sua Constituição, que lhe outorgou uma porção de terras, que outrora serviu de esconderijo para fugitivos da escravidão, e que hoje se encontram na condição de afrodescentes. Na verdade, foi o reconhecimento aos afrodescentes Kalunga. Nesse território, as famílias são próximas em termos de parentescos, geralmente são do mesmo tronco familiar, o que facilita o convívio entre elas, além de promover a construção da identidade cultural.

Para Berger e Luckmann (2004, p. 230):

A identidade é um fenômeno que deriva da dialética entre o indivíduo e a sociedade. Os tipos de identidade, por outro lado, são produtos sociais *tout court*, elementos relativamente estáveis da realidade social objetiva (sendo grau de estabilidade evidentemente determinado socialmente, por sua vez). As teorias sobre a identidade estão sempre encaixadas em uma interpretação mais geral da realidade. São embutidas no universo simbólico e suas legitimações teóricas,

variando com o caráter destas últimas. A identidade permanece ininteligível a não ser quando é localizada em um mundo.

Para Santos (2013:24),

A identidade é que localiza o ator social no seu tempo-espaço, em sua cultura, na composição e organização de sua comunidade, em suas lutas, nas políticas agrárias, de permanência e sobrevivência por melhores condições de moradia, saneamento básico, saúde, educação, transporte e direito legal da terra em que moram. Considerar-se Quilombola é assumir uma identidade negra, que traz um legado histórico carregado de estigma e preconceito. Quando os atores sociais dizem que se sentem valorizados, talvez queiram dizer, respeitado como pessoa, ser humano, como os autores.

De posse desses dois conceitos, pode-se afirmar que o Povo Kalunga construiu a sua própria identidade, ou melhor, reconstruiu, pois os genes da sua raça já se faziam presentes em seus organismos. A manutenção dessa identidade é fruto da continuidade das práticas sociais que ocorrem no território: as festas religiosas, que sempre são associadas ao aspecto agrário, uma forma de agradecer ao Divino pelas dádivas que acontecem dia a dia, razão pela qual esses afrodescendentes possuem um calendário de festas religiosas, associadas também às práticas profanas, não por ideologia, mas pelas condições sociais e econômicas que o mundo moderno oferece. No que tange ao sagrado, para efeito de estudo do espaço, não se deve levar em consideração somente ao aspecto religioso, mas a associação desses dois fenômenos. Essa associação é defendida por Gil Filho (2002:1), quando diz: “A abordagem geográfica da religião tem como característica marcante o condicionamento da análise do sagrado aos parâmetros da análise espacial” e, por isso, “propõe uma Geografia baseada na espacialidade do sagrado a partir de um ponto de vista relacional”. Na perpetuação dessa identidade cultural, torna-se mais do que necessário ressaltar a importância da Senhora Juliana dos Santos Rosa - Genitora do Senhor Cirilo dos Santos Rosa, líder comunitário que reside no Engenho II e que teve um significado de grande valia para o Povo Kalunga, pois graças a ele o Brasil já tem conhecimento da sua existência (Fig. 51).

Figura 51 – Senhora Juliana dos Santos Rosa - Genitora do Senhor Cirilo



Fonte: Sebastião Fontenele França

O espaço agrário do Território Kalunga é um dos elementos que contribuíram para a sacralização do chão e da cultura africana na Microrregião da Chapada dos Veadeiros, e o modelo de produção agrícola desenvolvido por esses afrodescendentes pôde proteger o meio ambiente contra os maléficos efeitos do agronegócio e da exploração predatória do garimpo.

Conforme afirma Anjos (2009:112-113),

Os povos africanos introduziram no Brasil variadas técnicas agrícolas e a rotação de culturas e plantação de variadas espécies num mesmo “quinhão” de terra são reconhecidos pelo sistema atual, como uma das formas mais adequadas de sustentabilidade ambiental. A cerca, o cercado, a fronteira são elementos novos que foram incorporados nas comunidades quilombolas. Os limites desses

territórios constituem, com raras exceções, instâncias de conflitos fundiários, de guerra e de mortes.

O trabalho cotidiano na comunidade é marcado por muitas tarefas. A “lida” na roça requer atenção, concentração, conhecimento e respeito. A roça que produz alimentos é um presente para a comunidade e uma recompensa ao trabalhador rural. Na maioria dos territórios quilombolas, o Brasil têm uma tradição de agricultura de subsistência. A preservação da natureza ou do moderno conceito de sustentabilidade ambiental, é algo que está “imbutido” na cultura quilombola de forma secular.

A agricultura está tão presente na vida cultural dos Kalunga que ela está atrelada a um calendário de festas que se desenvolve dentro do espaço sagrado, o território, onde envolvem todas as comunidades locais, que festejam os momentos relacionados à produção agrícola. “O religioso e o lazer, o sagrado e o profano representam práticas de toda a comunidade e concorrem para o fortalecimento das relações sociais. As festas são precedidas de folias e se intercalam durante todo o ano” (BAIOCCHI, 1999:43). Para todos os acontecimentos que ocorrem durante o processo de preparo, plantação e colheita que nos ciclos de chuvas e secas no espaço Kalunga há uma contrapartida cultural, que mistura o sagrado e o profano, em que as comunidades se reúnem para festejá-los, e que Baiocchi (1999:45) afirma:

No espaço sagrado realiza-se o sincretismo¹⁵, aqui abordado como modo de reproduzir o histórico, as relações sociais; o sincretismo como um sistema., um corpo de ações variáveis, conscientes ou inconscientes. Desse modo, festeja-se ‘Santo Católico em Espaço Africano’.

Desse modo, o calendário Kalunga, que é diferente do calendário nacional, envolve as diversas ações praticadas no processo agrícola desse povo e que requer, por parte dele, prévios conhecimentos sobre a meteorologia local, inclusive a previsão do tempo.

Os eventos se dividem em três momentos: “Surteio” de Santo Antônio, “Surteio” de São João, Folias e Festas. O “Surteio” de Santo Antônio ocorre entre 12/06 e 21/06, e se festeja o mormaço que ocorrerá em meses subsequentes. Conforme se apresente o mormaço durante o dia, os meses correspondentes serão de chuva ou seca. Exemplo: se no dia 16/06, o mormaço ocorrer de meio-dia para tarde, a chuva virá no mês de novembro e sempre do meio do mês para diante. O “Surteio” de São João ocorre entre 23/06 e 01/07 e segue os mesmos protocolos do de Santo Antônio. Exemplo: se no dia 15/06, o mormaço aparecer cedo, a chuva virá cedo e sua ocorrência acontecerá no começo de outubro, e assim sucessivamente. Da mesma forma, ocorrem as Festas e Folias, ou seja, faz-se a relação da meteorologia e do tempo com o processo produtivo da agricultura.

¹⁵ Fenômeno religioso resultante do encontro de religiões e que no Brasil designa o resultado do encontro das religiões trazidas inicialmente pelos escravos negros provenientes da África com o catolicismo oficial e, posteriormente, com o espiritismo segundo a codificação de Alan Kardec, e ainda com as religiões indígenas. Sincretismo nessa concepção caracterizaria “uma mistura de elementos culturais diversos que se puseram em contato ao longo de um processo histórico”. (BAIOCCHI, 1999:45).

Os ritos das festas e folias são marcados pela beleza cultural, cujas raízes estão bem longe dali, na África: a bandeira, o mastro, as danças, nas quais a “Sussa” é sua maior expressão, a fogueira, as indumentárias, a capela, onde são feitos os casamentos e batizados e as novenas, os foguetes, o fogareu que é condizido nas procissões, a alvorada, que ocorre pela manhã, é uma espécie de chamamento para um novo dia que se apresenta, as comidas típicas, preparadas pelas mulheres, regadas com cachaça e cervejas para aqueles que apreciam, o pandeiro, a sanfona e a caixa são o marcapasso dos ritmos das cantorias e o Alferes, o portador da Bandeira, que é responsável por ir à frente da folia. Um dado importante observado nas folias é que as mulheres não cantam e nem tocam instrumentos, e Porto (1982:50 *apud* SANTOS, 2013:45) confirma dizendo que “de modo geral, não se admite a presença de mulher numa folia. Abrem-se exceções para o caso de promessas, quando, então, a mulher é admitida como acompanhante, sem direito a cantar, nem tocar instrumentos”.

Além desses elementos, não se pode esquecer da figura principal: o Imperador, que é a figura política mais importante da festa. Enfim, todos esses rituais celebrados no Território Kalunga, que são oferecidos ao “Divino”, com todo o seu sincretismo religioso, corroboraram, e ainda continuam corroborando, para perpetuar a cultura africana bem distante de seu chão maior: o Continente Africano e também para promover a segurança e a invisibilidade, isto porque independiam de quase tudo de que consumiam, o que reduzia o máximo de contato com o mundo exterior.

As festas religiosas e rituais praticados no Território Kalunga são uma mistura que envolve atividades produtivas, religião e rituais, em que todos acontecem de forma interativa, é uma verdadeira sinergia. Nos eventos que ocorreram durante esta pesquisa, foi observado que há uma mistura entre o “sagrado e o profano”, os quais são assim conceituados: o primeiro diz respeito a tudo o que está relacionado com a divindade e aos cultos correspondentes, e os rituais devem ser bem definidos; o segundo é tudo aquilo que destoa do sagrado, ou que transgride as suas normas.

Na verdade, o Povo Kalunga pratica o sincretismo religioso, uma vez que nas festas religiosas se misturam Santos da Igreja Católica com religiões típicas da África, o espiritismo de Alan Kardec, por exemplo, além das religiões indígenas. O espaço sagrado é um dos elementos que congrega os membros do Povo Kalunga, e ele está distribuído em todos os núcleos. Segundo Baiocchi (1999:49), esses espaços se dividem em dois segmentos: espaços fixos, para os rituais maiores; espaços móveis, para os rituais menores. O calendário de festas dos Kalunga é bem distribuído durante o ano e leva em consideração os eventos

que o justificam.

Segundo Baiocchi (1999:65), essa festa “é o momento da afirmação da Identidade Mulequeira – Kalunga. O império propicia a prática coletiva da religiosidade ao mesmo tempo em que estabelece a convivência social necessária à reprodução cultural do grupo”. Em todos os Vãos, a religião é a ponte que liga o passado ao presente, e representa poder político. Baiocchi (1999:61) diz que:

A religiosidade dos Kalunga apresenta-se entre o homem e a divindade, entre o homem e os santos, entre o homem e as práticas fetichistas (magia, adivinhação, tratamentos, amuletos, etc.) A religião dos Kalunga como a religião africana é intimamente social. Os Kalunga acreditam em seres espirituais, almas ou espíritos. Esses são os elementos básicos de sua religião. Embora reservem um lugar para a divindade, o culto ao Santo da família, da casa, faz parte de sua prática religiosa. As festas reproduzem seu modo de vida e sua visão de mundo, um momento do inconsciente coletivo, uma crônica histórica.

O Presidente da AQK, o Senhor Vilmar, afirmou que a religiosidade que é praticada na área do Território Quilombola Kalunga “é a ponte que ligou o passado ao presente, e que sem essa ponte jamais teriam sido consolidadas a cultura e a unidade entre as comunidades, e o isolamento contribuiu para tudo isso”.

A missão dos Kalunga no Nordeste de Goiás foi de grande importância, tanto para perpetuar a cultura africana, quanto para garantir a sustentabilidade ambiental, o que corrobora Diegues (1996:87, *apud* RIBEIRO, 2014:41), quando diz:

O conhecimento acerca da natureza e seus processos, elaborados pelas populações chamadas tradicionais, ou seja, aquelas que apresentam padrões de comportamentos transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo (DIEGUES, 1996, p. 87) começou a ter maiores repercussões entre as décadas de 50 e 70 do século XX.

Dessa forma, o papel da etnogeomorfologia no processo histórico das populações tradicionais, mesmo sem a percepção do povo Kalunga sobre esse conhecimento, de geração em geração o relevo, com todos os seus elementos, sempre se representou como símbolos, que por isso sacralizou o seu espaço.

1.15 Políticas Públicas voltadas para as Comunidades Quilombola Kalunga

Antes mesmo de falar de políticas públicas é interessante conceituá-las, para que se possa enxergar a sua amplitude e sua aplicabilidade. No Brasil, há uma gama de políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas, mas nem sempre são aplicadas: ou falta fiscalização ou faltam recursos para implementá-las.

Mas o que é política pública? Há uma gama de definições sobre o conceito de política pública, mas todas acabam desaguando num delta que envolvem o Estado e a Sociedade ou uma comunidade específica. Por exemplo: Lynn (1980) define política pública como “um

conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”. Mead (1995) define como “um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas”. Peters (1986) diz que política pública “é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por meio de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”. Laswell (1936/1958) conceitua política pública como sendo “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

No entanto parece que esses conceitos não se aplicam aos Kalunga, pois nas pesquisas de campo realizadas na área, em todos os caminhos percorridos, foram extraídos relatos de toda natureza: respeito pela terra, que consideram sagrada; péssimas estradas, que, juntamente com os rios, são as veias abertas que se ligam com o “mundo exterior”, ou seja, com os municípios vizinhos de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, que também neles residem Kalunga; produção agrícola precária, porque as terras são pouco férteis, e os recursos para tocar a agricultura são escassos; escolas, que não atendem a todas as faixas etárias, sem falar que não têm tanta qualidade, uma vez que os professores não têm formação adequada, mesmo sabendo que recebem as mínimas orientações das secretarias de educação dos municípios; roupas, onde muitas famílias ainda costuram as suas próprias, utilizam tecidos de sacos ou recebem doações; calçados, muitos ainda andam descalços; saneamento básico, o qual não existe nos vãos de Almas e Moleque, somente no Engenho II, mesmo que precariamente; atendimento médico, muito aquém das necessidades da população.

Alves (2015:22) corrobora, dizendo que

A pobreza, a falta de oportunidades de inclusão socioeconômica e a ausência de serviços públicos de saneamento básico – eletrificação, saúde, educação e assistência social em grande parte da comunidade Kalunga – violam a liberdade tão almejada pelos remanescentes de quilombos ali presentes.

Mas foi graças ao governo de Goiás, com especial apoio da Antropóloga Mari Baiocchi, então Professora da Universidade Federal de Goiás, que esse Povo teve os primeiros contatos formais com a chamada sociedade desenvolvida. Baiocchi entrou na área Kalunga pela primeira vez no dia 10 de junho de 1982, e no seu relato de pesquisa disse o seguinte:

Por volta das dezesseis horas, aproximamos-nos da Serra da Contenda, majestosa com seus mais de 500 metros de altura. Vista de longe, enquanto se cavalga pelas veredas, transmuda-se; seu cume torna-se azul-escuro como um mar profundo em contraste com o céu claro, azul e límpido. À medida que nos aproximamos, aquela majestade nos agride em seus tortuosos caminhos para transpô-la. São tão pequenos: às vezes mal cabiam nossos pés. Apeamos do animal e nos arrastamos, dando-lhes passagem ou os guiamos, segurando as rédeas. Os espinhos, os insetos

e o cansaço se apoderam dos que fazem essa travessia. Somente a vontade de conhecer os Kalunga nos animava a subir e transpor a Serra da Contenda, fortaleza a ser vencida. Chegamos às dezoito horas, e, apesar do cansaço, com maior pressa, nos organizamos para o pouso antes que a noite chegasse. Inicia-se o desvendar da ‘lenda’ e a reposição da história dos Kalunga (BAIOCCHI, 1999:16).

Com a entrada de Mari Baiocchi na área do Território Kalunga, e com essas palavras contidas no seu relatório, pode-se afirmar que foi aí a gênese das políticas públicas para esses afrodescendentes, porque até então a sua existência se passava apenas por relatos (conhecido também como lenda) de moradores dos municípios acima citados, isso por volta de 1962/1970.

Até o presente momento, algumas ações já foram implementadas no Território Kalunga, mas muitas ainda não apresentaram resultados desejados, são mais retóricas de políticos do que políticas públicas, e que a maioria dessas ações aparece às vésperas de eleições, e o número de Kalunga que vota torna-se interessante para quem quer se eleger.

No que tange à amplitude dessas políticas ou determinadas ações que envolvem as comunidades Kalunga, essas ainda ocorrem de forma fragmentada no Território, ou seja, não são aplicadas uniformemente, há um certo desequilíbrio na contemplação, e isso cria descompasso no desenvolvimento em termo de comunidade, conforme afirma Alves (2015): “O advento de políticas públicas somente para algumas localidades trouxe desigualdade dentro do Território Kalunga”. Contradizendo tal afirmação, atribuindo tal situação a governos anteriores ao de Luiz Inácio Lula da Silva, De Souza (2010) diz que “não havia conexões entre as ações e entre os Ministérios que as executavam. Não havia um órgão responsável diretamente por essa articulação, a exceção da Fundação Cultural Palmares (FCP)”. Foi por essa deficiência de gestão que Lula criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPP/PR), em 2003.

Antes mesmo de apresentar algumas proposições de políticas públicas, ou desconsiderá-las por não haver necessidade, ou ações para o Povo Kalunga, torna-se necessário resgatar um pouco do que já existe em termo de pesquisa, até mesmo para valorizar o trabalho de outros pesquisadores que se debruçaram sobre o tema.

Alves (2015) e Da Silva (2018) apresentam algumas políticas públicas voltadas para os quilombolas, o que não significa dizer que estão sendo colocadas em práticas, mas já sinaliza certa preocupação com o bem-estar das comunidades tradicionais. Cabe lembrar, entretanto, que as políticas públicas focadas nos quilombolas começaram a ser aplicadas no Brasil a partir do ano 2000, que teve como suporte a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), criada em 2003, por meio do Decreto Federal 4.886, o Programa

Brasil Quilombola (PBQ), criado em 2004, e como ponto forte a criação da Secretaria Especial de Políticas e Promoção para a Igualdade Racial (SEPPIR), em março de 2003.

Em 2007, foi criada a Política dos Direitos Quilombolas, por meio do Decreto Federal nº 6.040, que trata da agenda social no âmbito do PBQ. Ainda em 2007, houve o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento Quilombola (PAC Quilombola), que teve como objetivo melhorar o acesso à educação, saúde, infraestrutura, por meio da edificação de estradas, abastecimento de água e também a regularização fundiária. Foi instituído o Plano Plurianual – PPA para o período de 2012 a 2015, intitulado de Plano Mais Brasil, com orçamento próprio para atender as agendas transversais que visam à diminuição das desigualdades entre grupos populacionais mais vulneráveis - Igualdade Racial, Comunidades Quilombolas e outros Povos e Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas, Políticas para Mulheres, Criança e Adolescente, Juventude, Pessoa Idosa, Pessoa com Deficiência, População em Situação de Rua e População LGBT (ALVES, 2015).

Em 2003, foi criada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), instituída pela Lei nº 12.188, de 2010, “que define como beneficiários da PNATER os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais” Dos Santos (2018). Segundo este autor, a PNATER é uma política que se encaixa perfeitamente aos padrões dos quilombolas, uma vez que a assistência rural contida nessa política está bem articulada com esse segmento humano, acrescentando ainda que:

[...] as especificidades raciais, étnicas, culturais e de gênero estão contempladas em todo o documento [que rege a PNATER], demonstrando que essa nova Extensão não pretende criar um padrão único ou uma só forma de atuar em meio à diversidade. Mais que isso, prevalece na Pnater o princípio da isonomia, em que a justa assistência se faz com o tratamento igual dos iguais, e o tratamento desigual dos desiguais, a fim de corrigir e compensar desníveis. (CALHEIROS; STADTLER, 2010, p.135, acréscimos nossos).

Justiça seja feita ao então Presidente Lula quando aprovou a Lei nº 11.645/08, suplementar a Lei nº 10.639/03, de março de 2003, que criou a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, em todas as escolas brasileiras de ensino fundamental e médio, tanto na rede pública, quanto das unidades particulares. Ressalta-se que essa decisão chegou ao ensino superior, o qual já incluiu em suas grades curriculares.

Se não fossem essas políticas públicas, os negros brasileiros continuariam escravizados, não pelas correntes de ferro que lhes prendiam aos troncos, mas pelo descaso da sociedade. Esse aparato legal se justifica por algumas razões, dentre elas destacam-se as seguintes (dados de 2014):

- 2.197 comunidades já foram reconhecidas pelo Estado brasileiro;

- 2.040 comunidades já foram certificadas pela FCP, sendo 63% delas no Nordeste;
- 1.229 processos ainda estão abertos para titulação de terras no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- 207 comunidades já foram tituladas, com área total de 995,1 mil hectares, beneficiando 12.906 famílias;
- Estimativa: 214 mil famílias e 1,17 milhão de quilombolas em todo o Brasil.

Quanto ao aspecto econômico, os números são os seguintes:

- 80 mil famílias quilombolas estão cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal (CADUNICO);
- 64 mil famílias, 79,78% do total, são beneficiárias pelo Programa Bolsa Família;
- 74,73% das famílias quilombolas estão em situação de extrema pobreza;
- 92,1% autodeclararam-se pretos ou pardos;
- 24,81% não sabem ler;
- 82,2% desenvolvem atividades de agricultura, extrativismo ou pesca artesanal.

Quando se trata de domicílio, os quilombolas se encontram em péssimas condições, conforme mostra o Quadro 1:

Quadro 1 – Situação dos domicílios quilombolas no Brasil (2014)

Julho - 2012	Janeiro - 2013
63% possuem piso de terra batida	48,7% possuem piso de terra batida
62% não possuem água canalizada	55% não possuem água canalizada
36% não possuem banheiro ou sanitário	33% não possuem banheiro ou sanitário
76% não possuem saneamento adequado (28% possuem esgoto a céu aberto e 48% fossa rudimentar)	54,7% não possuem saneamento adequado (15,07% possuem esgoto a céu aberto e 39% fossa rudimentar)
58% queimam ou enterram o lixo no território; apenas 20% possuem coleta adequada	57,98% queimam ou enterram o lixo no território; apenas 21,19% possuem coleta adequada
78,4% possuem energia elétrica	79,29% possuem energia elétrica

Fonte: Fundação Cultural Palmares

Fazendo o recorte dos dados nacionais para o mundo dos Kalunga, Alves (2015) apresenta-os a seguir:

Segundo dados do Cadastro Único no sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em outubro de 2014, 1.967 famílias, cerca de 7.868 habitantes, estavam registradas como quilombolas nos três municípios que compõem o Território Kalunga. Destas, 1.274 famílias eram beneficiárias do PBF, o que equivale a dizer que pelo menos 65% das famílias Kalunga possuíam renda per capita de até R\$ 140, enquadrando-se na faixa de pobreza.

A pesquisa do MDS sobre a situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas mostrou que somente 41,7% dos entrevistados declararam possuir trabalho, e destes, cerca de 90% estavam na informalidade. Dentre os quase 60% que declararam não estarem trabalhando, somente 12,3% afirmaram estar procurando emprego. O percentual de trabalhadores formais das comunidades quilombolas tituladas foi somente de 8,8% enquanto que, em 2011, mesmo período da realização do trabalho de campo da pesquisa, 56% da população trabalhadora possuía trabalho formal, segundo a PNAD 2011.

A produção por meio do trabalho formal no Território Kalunga está em situação agravada em relação à média das comunidades tituladas, uma vez que somente 8,3% declaram possuir trabalho. Destes, 14,5% tinham carteira assinada. Dentre os que não estavam trabalhando, somente 9,4% declararam estarem procurando emprego.

É importante lembrar que a etapa da titulação do território é um dos passos mais importantes para que os remanescentes de quilombo sejam contemplados com políticas públicas. Na demora da titulação, esse povo fica à margem da sociedade e, acima de tudo, permanecerá oculto ao Estado.

Cabe lembrar que a efetivação da implementação das primeiras ações voltadas para a área Kalunga ocorreu a partir de 1984, por meio da Lei Federal nº. 6.383/66 e na Lei Estadual nº 9.541 de 27 de setembro de 1984, quando iniciou o processo de regularização fundiária executado pelo IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás - a titulação de uma área de 50.000 hectares num total de 253.200 hectares reconhecidos no ano de 2000 pelo Governo Federal, ficando a diferença pendente de regularização pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (ALVES, 2015).

Em termos representativos, o Território Kalunga conta com a Associação Quilombola Kalunga (AQK), criada em 1999, que tem a missão de defender e representar o povo Kalunga perante o Estado brasileiro. A sua organização é comunitária, formada por moradores do próprio Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga e sua gerência abrange cerca de duas mil famílias, com aproximadamente oito mil pessoas. Agregadas à AQK outras menores se somam, como por exemplo a Associação dos Guias Kalunga de Cavalcante, entidade essa que dissemina a cultura quilombola para fora de suas fronteiras.

A AQK tem as seguintes atribuições:

- promover a integração e o convívio social do nosso povo como forma de fortalecimento de nossa cultura;
- promover, incentivar e fomentar o desenvolvimento econômico e social, por meio de núcleos comunitários ou de associações comunitárias, focando no trabalho agrícola, pecuária e agroextrativismo; na agroecologia e no manejo dos recursos naturais do Cerrado; no

artesanato, nas danças e outras manifestações culturais, para a produção sustentável e comercialização de seus produtos;

- participar do planejamento e da execução de programas governamentais que busquem o desenvolvimento socioeconômico de nossas comunidades;
- promover o desenvolvimento de atividades para a conservação e preservação do meio ambiente, ao uso sustentável dos recursos naturais e a promoção de empreendimentos ecologicamente corretos;
- fiscalizar, apoiar a execução e garantir construções e benfeitorias comunitárias;
- contribuir para a promoção, normatização, organização, fiscalização e realização do comércio de mercadorias, produtos culturais, bens e serviços resultantes do nosso trabalho;
- realizar a gestão de recursos, para o desenvolvimento dos empreendimentos associativos dos Kalungas, bem como financiamentos, para nossos objetivos sociais.

Concluindo este item, cabe uma pergunta: será necessário criar mais políticas públicas para os quilombolas? Fica essa reflexão para os futuros pesquisadores responderem. No entendimento desse Pesquisador, não: respeitar os afrodescendentes, implementar as políticas públicas já existentes e fiscalizá-las são as melhores opções. Entretanto é dever do Pesquisador apresentar proposições de melhorias para as comunidades aqui estudadas, o que será feito posteriormente.

Diante dessa enciclopédia, resumida em fragmentos, mas de forma ordenada e metódica, apresentada neste capítulo, a continuação dos capítulos muito dependerá dessa base de dados, uma vez que, para se conhecer a historiografia do negro que entrou no Estado de Goiás e, em especial, na Microrregião da Chapada dos Veadeiros, foi necessário voltar aos primórdios da ocupação do território brasileiro e como negros e bandeirantes chegaram ao Brasil central. Tal retrospectiva contribuirá para a educação dos futuros Kalunga.

CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Antes de aprofundar neste item, torna-se necessário apresentar algumas características territoriais da Microrregião da Chapada dos Veadeiros, com objetivo de realçar a configuração territorial, ou seja, os polígonos que abrigam áreas de proteção ambiental e histórico, um emaranhado de linhas geométricas que são importantes instrumentos de controle dos ilícitos ambientais, mas que acabam produzindo um ambiente de conflito entre legislação e o uso real do solo nessa região e entre as comunidades locais e ambientalistas, um jogo de disputas de interesses, no qual as melhores partes sempre ficam com os grandes proprietários de terras, representados pelo Setor Rural.

2.1 A dupla face dos polígonos que configuram, ambiental e historicamente, a microrregião da chapada dos veadeiros: proteção dos recursos naturais e a geração de conflitos

Hoje, o sistema terra vive uma crise de sustentabilidade ambiental sem precedentes em decorrência das demandas por recursos naturais e produção de alimentos. Nessa corrida, sem limites, esses recursos vão se esgotando, deixando para trás um rastro de destruição, ao mesmo tempo em que novas áreas vão se agregando, dando início a um novo ciclo. Quanto à produção de alimentos, os solos e os recursos hídricos são bastante vulneráveis às ações antrópicas, uma vez que recebem cargas abusivas de agrotóxicos e, por consequência, são contaminados. Bob e Bronkhorst (2010) afirmam que “o sistema terra, com todos os seus ecossistemas em harmonia, é a garantia de sobrevivência para os seres vivos e que a natureza como recurso fornece, direta ou indiretamente, meios de subsistência [...] e um ambiente sustentável”. Mas, se as sociedades globais não se atentarem para a manutenção desse sistema, as futuras gerações estarão fadadas à destruição.

No que concerne aos aspectos econômicos, os grupos financeiros se digladiam na disputa pelo domínio de grandes áreas rurais e de exploração de recursos naturais. Nesse campo de força, gravitam dois setores importantes: os pequenos produtores rurais e as comunidades tradicionais, que são os mais prejudicados, e os ambientalistas, que têm um importante papel na defesa de um ambiente saudável, incluído nele o Bioma Cerrado, que vem sofrendo, com intensidade, ações predatórias, razão pela qual são ativistas contumazes. Nesse Bioma, está localizada a Chapada dos Veadeiros, uma das Microrregiões do Estado de Goiás. Por estar totalmente localizada nos limites da Reserva da Biosfera Cerrado e pelas

características físicas ímpares que apresenta, é vista com os olhos da sustentabilidade, aspecto esse que vem preocupando os defensores desse frágil ambiente, no qual a relação entre o econômico e o ambiental vem deixando cicatrizes profundas na natureza, o que justifica os governos federal e estadual criarem normas de uso e ocupação do solo, que são aplicadas no interior de dispositivos legais: os polígonos. Nesse contexto, serão discutidos os seguintes itens: Uma breve conceituação de conflito; Caracterização ambiental da área de estudo; Antecedentes históricos e contextualização legal das Unidades de Conservação (UC); o Bioma Cerrado; a Reserva da Biosfera (RB)/Reserva da Biosfera Cerrado (Resbio Cerrado); a APA Pouso Alto; o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros; Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (Território Kalunga). Ressalta-se, entretanto, que o Território Kalunga não é UC, mas foi incluído neste estudo porque seus limites territoriais se mesclam com todas elas. Com seus polígonos específicos, serão analisados os dispositivos legais e as sobreposições geográficas, bem como os conflitos decorrentes.

2.2 Uma breve conceituação de conflito

Os conflitos se apresentam de formas variadas e complexas. As suas causas são diversas e originadas nas diferentes dimensões geográficas. Os conflitos podem se manifestar por meio de guerras, desacordos nas diversas escalas do poder e nos diversos espaços geográficos. Wallensteen (2007:13-15, *apud* BOB e BRONKHORST, 2010) argumenta que “conflito é formado por três partes: incompatibilidade, ação e atores” e define conflito como “uma situação social em que um mínimo de dois atores se esforçam para adquirirem ao mesmo momento no tempo um conjunto disponível de recursos escassos”. Na medida em que os recursos naturais vão se esgotando, os conflitos vão se afluando, uma vez que a competição por esses recursos aumenta assimetricamente.

O espaço geográfico é, por natureza, o *locus* das relações sociais e é nele que o homem realiza as suas multiatividades, seus desejos e, por isso, poderá utilizá-lo da forma como lhe interessa, modificando o meio segundo os seus projetos, demarcando território para criar signos. Santos (1996:37) ratifica isso afirmando que “o fenômeno homem é dinâmico e uma das formas de revelar esse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado”. Essa transformação, na maioria das vezes, não é a mais correta e que poderá desvirtuar o real sentido da importância que representa o espaço para o desenvolvimento humano. Esse espaço também deve ser entendido como lugar onde vivem os seres, incluindo neles os humanos, e que Santos (1996:37) afirma que “o lugar é o

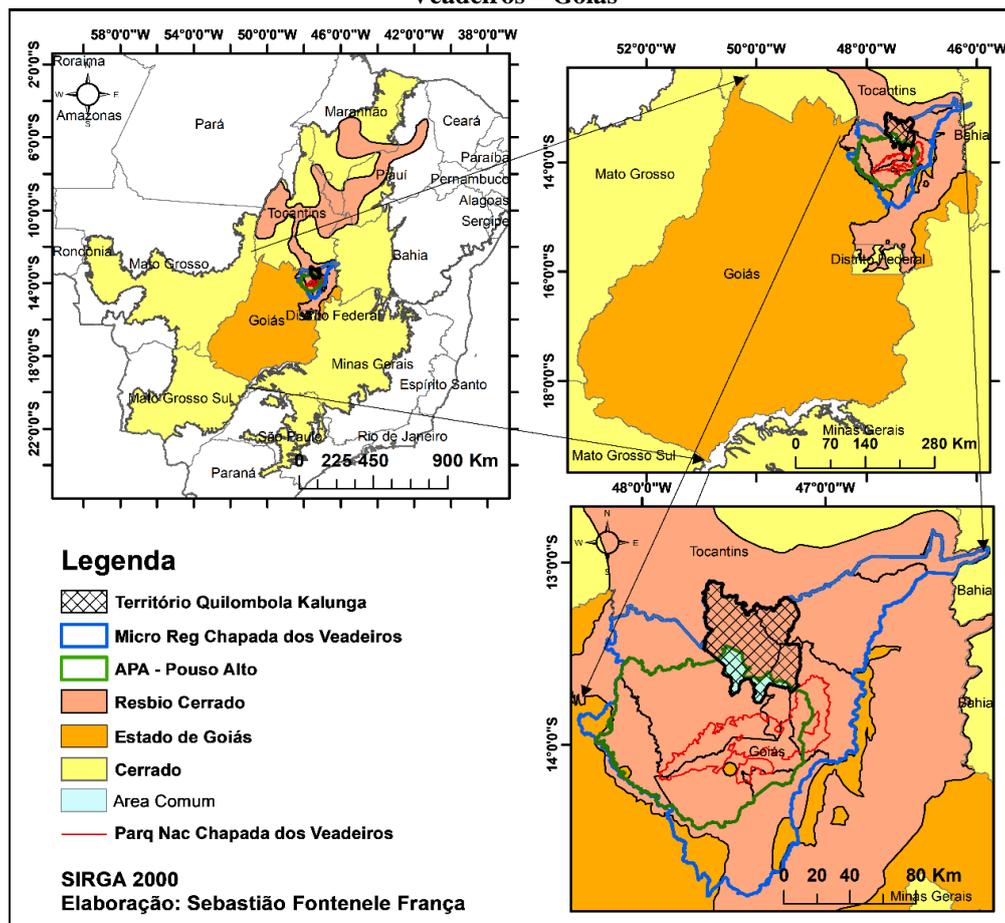
resultado da manifestação de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições, cooperação e conflito são a base da vida em comum".

2.3 Limites poligonais das Unidades de Conservação (UC) da área de estudo

Geograficamente, a Microrregião da Chapada dos Veadeiros está limitada pelas coordenadas: 48°20'49"W, 46°6'42"E, 12°49'29"S, 14°49'55"S. Com área de 21 mil km², é composta pelos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, São João D'Aliança e Teresina de Goiás (Figura 52). Com área de 21.337,612 km², está localizada dentro dos limites de importantes instrumentos de gestão ambiental integrada: a Reserva da Biosfera, fazendo parte desta a Reserva da Biosfera Goyaz, ambas envolvidas pelo Bioma Cerrado. Como instrumentos geométricos menores, a Microrregião é cortada pelos polígonos da APA Pouso Alto, com área de 872 mil ha, do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, com 240 mil hectares, e do Território Kalunga, com 253,2 mil hectares.

Nesse emaranhado de poligonais, há também uma área de intersecção de 44 hectares, ou seja, mais um polígono sobreposto, que até o presente momento não representa nenhum significado, mas que passa a ser identificado com uma área de intersecção geográfica e de contato entre as legislações vigentes, e que, por isso, conflitos poderão surgir futuramente. Sua linha corta áreas da APA Pouso Alto, do Território Kalunga e dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. Esse pequeno polígono está sob os ditames da APA Pouso Alto, da Fundação Cultural Palmares (FCP) e do IBAMA, que é responsável pela Reserva da Biosfera, e também está à sombra da legislação dos municípios nos quais compartilha seu território.

Figura 52 – Polígonos Geo-Histórico e Geoambientais que cortam a Microrregião da Chapada dos Veadeiros – Goiás



Fonte: Sebastião Fontenele França

2.4 Antecedentes históricos e contextualização legal das Unidades de Conservação (UC)

A caracterização legal é de extrema importância para a análise dos ambientes envolvidos pelos polígonos, considerando acontecerem neles as relações humanas com o mundo dos negócios e a sobrevivência das comunidades locais. A parte legal, sendo o instrumento que norteia e, ao mesmo tempo, arbitra essas relações, ainda tem a função de fiscalizar e punir os ilícitos que ocorrem no interior dessas áreas nas quais a natureza requer cuidados especiais. Dessa forma, é importante conhecer um pouco da legislação que está por trás desses polígonos, essas linhas imaginárias que funcionam como cordão de isolamento entre o que pode e o que não pode ser praticado.

Em termos de sustentabilidade, é a força invisível desses polígonos que protege as áreas frágeis ambientalmente e que são atrativas aos interesses do agronegócio, do turismo e das mineradoras. Os cuidados com a natureza vêm perpassando séculos de história da humanidade e esteve presente nas mais remotas sociedades. Na linha temporal ascendente nas questões ambientais, para efeito deste item, tomou-se por base os Estados Unidos, que

em 1872 criaram a primeira área de preservação no mundo, o Parque Nacional de Yellowstone, cujo objetivo era manter um santuário de remanescentes para contemplação (GUERRA e COELHO, 2012:32). A implantação desse parque serviu de exemplo para que outros países adotassem esse modelo, inclusive o Brasil, onde, em 1876, fora sugerida a criação de parques nacionais.

Em 1914, alguns parques foram criados, porém sem sucesso, pois a conservação da natureza no Brasil naquela época era desprovida de sensibilidade ambiental. Mas isso começou a mudar a partir de 1930, quando o país passava por mudanças na sua estrutura produtiva. Nesse contexto, os recursos naturais seriam essenciais para a produção industrial em larga escala, mas as pressões internas sobre a proteção ambiental cresceram, o que levou o governo a criar dispositivos legais para o controle territorial, dentre eles o Código de Caça e Pesca e a Promulgação do Código Florestal e do Código das Águas, em 1934. Ressalta-se que na Constituinte de 1934 a “conservação ambiental passou a fazer parte como princípio básico que deve ser assegurado pelo Estado” (GUERRA e COELHO, 2012:38).

Os primeiros polígonos de áreas protegidas começaram a se materializar a partir de 1937, quando o governo de então criou e implantou a primeira unidade de conservação: o Parque Nacional do Itatiaia, que “marca o início efetivo da política de estabelecimento e gerenciamento de áreas protegidas no País” (GUERRA e COELHO, 2012:38). Na sequência, foram criados outros parques nacionais, em consonância com o Código Florestal em uso na época.

Comparando os sistemas de áreas de proteção integral do Brasil com o modelo de paisagens intocadas dos norte-americanos, Guerra e Coelho (2012:39) chamam atenção para um aspecto importante: a implantação do Parque de Yellowstone foi anterior à ocupação dos colonizadores, local que ainda mantinha paisagem natural, diferentemente do Brasil, em que os parques eram implantados em áreas nas quais já havia ocupação humana, o que potencializava a geração de conflitos. O Código Florestal de 1965 foi reeditado com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, dando novo ordenamento às questões ambientais e uso sustentável do solo e das florestas nacionais. No entanto foi “forjado” em meio a acirradas discussões entres os próprios legisladores, que também se confrontavam com interesses dos ambientalistas, do Setor Rural, do Estado e das comunidades locais, até porque há no Congresso Nacional Brasileiro políticos fazendeiros. Uma das razões para a reedição desse Código é que não se adequava mais às novas condições econômicas e tecnológicas do país, uma vez que já estava repleto de vícios e de incongruências.

Mas será que o Novo Código Florestal, está sendo cumprido? As incongruências confirmam que não. A legislação estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal, a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais. Na contramão, Melissa Silva (2018) discorda da efetividade das leis, onde no próprio site do Ministério do Meio Ambiente afirma que “a exploração ilegal de carvão vegetal e de lenha, insuficiência de políticas públicas para promoção de atividades produtivas sustentáveis e baixa valorização da biodiversidade e dos recursos hídricos estão entre as causas críticas para o desmatamento no Cerrado”.

Com esse destaque, fica evidente que o Estado, com suas políticas públicas ineficazes, não consegue erradicar o desmatamento do Cerrado, pois a força do Setor Rural consegue criar máscaras que turvam a visão dos órgãos fiscalizadores, e com isso o Cerrado vai se esvaindo. É importante salientar que uma nova legislação, mesmo que seja inovadora, sempre deixa minado o campo de visão das partes envolvidas, principalmente as que são ativas no processo, ou seja, o Setor Rural.

2.5 O Bioma Cerrado

O Cerrado se localiza na porção central do Brasil e tem uma área de 2.036.448 km², o correspondente a 23,92% do território nacional. Suas terras são distribuídas nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Rondônia e São Paulo, e com presença nos estados do Amapá, Amazonas, Pará e Roraima. Os tipos de vegetação encontrados no Cerrado são bem variados: florestas, savana e campestres são as principais formações vegetais. O clima é responsável pelas fisionomias do Bioma, mas as atividades humanas modernas vêm acelerando o descompasso entre o ambiente sustentável e o desenvolvimento agroindustrial, o que traz incertezas quanto à preservação dessa área. Intercalado a essa fisionomia, encontram-se campo limpo, cerradão, cerrado sentido restrito, parque de cerrado, palmeiral, vereda, campo sujo, campo rupestre, mata ciliar e mata de galeria, que acompanham os cursos dos rios.

Nas palavras de Sano (1998, p. 38), “A região do Cerrado é um ponto de encontro entre a Amazônia, o Nordeste e o Sul”, todos com características próprias. Foi nesse ambiente que floresceram as primeiras civilizações do Cerrado, há aproximadamente 11.000 anos A.P.

Para a manutenção dessas civilizações, vários fatores contribuíram, dentre eles: o clima, que favoreceu a estabilidade biológica, a morfologia do relevo, que propiciou

segurança e proteção nos abrigos naturais, tudo isso sendo responsável pela formação do Sistema Biogeográfico, em que a Fitogeografia e a Zoogeografia se comunicavam intensamente, criando um ambiente de sinergia, no qual a fauna, a flora e o humano interagem-se. Contudo esse Sistema vem sendo golpeado quase que mortalmente e com muita rapidez, e as gerações atuais, em nome do desenvolvimento, vêm avançando nas áreas ainda vivas desse Bioma, apagando tudo que as antigas povoações fizeram em termo de usos e ocupação desse solo sagrado, e com o consentimento do próprio Estado, que muitas vezes faz vista grossa ao mau uso das terras desse ambiente, ou estabelece leis predatórias que favorecem o Setor Rural.

Mesmo considerando que o clima sofreu acirradas alterações e como consequência modificou a relação do homem com o meio ao longo dos tempos, nunca o Cerrado sofreu tanta agressão do homem moderno, com seu sistema de produção maléfico, desrespeitoso, que vem devassando as florestas, descaracterizando o relevo original, adequando-o ao modelo de desenvolvimento cancerígeno, corroborado pelo uso maciço de agrotóxicos.

Contraditoriamente, esses produtos fizeram parte de pacotes de modernização da agricultura brasileira, fruto da política de desenvolvimento dos anos 60. Mas a real ocupação do Cerrado no Brasil se deu a partir da década de 70 e teve como eixo central abrir frente para um novo espaço agrícola para responder à demanda internacional.

A esse novo espaço, uma concepção lhe foi atribuída, a chamada “Fronteira Agrícola”, onde as áreas antigas, na porção centro-sul, foram colonizadas por europeus, e já se apresentavam com pouca fertilidade, além de estarem imprensadas pelas áreas urbanas (DA SILVA *et al.*, 2013). Essa nova fronteira veio acompanhada de novos equipamentos, como tratores, semeadeiras e colheitadeiras com alta performance, e também máquinas e aviões para despejarem toneladas de produtos químicos: uns para melhorar as condições do solo; outros para envenenar os lençóis freáticos, os alimentos, e pelo uso de pessoas e animais.

Essas novas tecnologias, associadas aos incentivos fiscais, e a implantação de ferrovias no Brasil central criaram as condições para tornar o Cerrado um grande celeiro. A soja, o algodão, a pecuária leiteira e de carne e, posteriormente, a produção de cana-de-açúcar foram e continuam sendo o carro forte da economia desse Bioma (CASTRO *et al.*, 2010).

No eixo entre o sul e sudeste, Brasília e Goiânia tiveram um papel importante, principalmente pela implantação de grandes rodovias que motivou o Setor Rural a ocupar extensos espaços no Cerrado. Esse novo cenário, entretanto, não foi desenhado sem que houvessem conflitos, pois isso é quase nulo quando se trata de estabelecer a relação entre Estado, comunidades locais, Setor Rural e as Organizações Não Governamentais (ONGs).

No que concerne à legislação, esta tem a função de inibir as ações depredadoras dos recursos naturais, é um instrumento eficaz que tem o poder de punir pelos crimes ambientais, mas isso nem sempre ocorre na sua totalidade, uma vez que a corrupção consegue cooptar agentes públicos para atuarem com fraudadores nos âmbitos federal, estadual e municipal, em benefício dos grandes produtores rurais. Com isso, os pequenos produtores rurais ficam à margem das políticas públicas, restando a eles somente os favores do governo. Na verdade, a legislação propicia brechas para que esses gigantes do agronegócio usem o solo como bem desejam. Em consonância com o novo Código Florestal Brasileiro de 2012, o governo de Goiás cria também a sua lei maior que trata da proteção da vegetação nativa, quando em 18 de julho de 2013, institui a Nova Política Florestal do Estado de Goiás. Tal dispositivo demonstra a preocupação desse governo quanto ao meio ambiente. Nesse contexto, há uma incongruência entre o que pode e o que não pode ser praticado dentro do Bioma Cerrado: há uma legislação forte, mas Goiás precisa do agronegócio, que utiliza quantidade abusiva de agrotóxico na produção agrícola.

2.6 Reserva da Biosfera/Reserva da Biosfera Cerrado (Resbio Cerrado)

A UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, preocupada com o avanço das atividades humanas em áreas frágeis dos ecossistemas mundiais, criou as Reservas da Biosfera, um conceito que teve origem em 1968, durante a Conferência sobre a Biosfera, realizada em Paris. Em 1971, dando corpo a ideia, lançou o “Programa Homem e Biosfera”, que objetivou organizar uma teia de áreas protegidas, materializadas por polígonos, em todo o mundo, e que foi denominada Reservas da Biosfera, oficialmente criadas em 1972. Pelo Decreto Nº 74.685, de 14 de outubro de 1974, o governo brasileiro cria a Comissão Brasileira do Programa sobre o Homem e a Biosfera.

As Reservas da Biosfera têm como escopo principal “otimizar a convivência homem-natureza em projetos que se Norteiam pela preservação, convivência com áreas vizinhas e uso sustentável de seus recursos”. Tudo isso acontecendo em sinergia num determinado ecossistema. No Brasil, 7 Reservas da Biosfera foram criadas: Mata Atlântica (1992), Cinturão Verde de São Paulo (1993), Pantanal (2000), Cerrado (2001), Caatinga (2001), Amazônia Central (2001) e Serra do Espinhaço (2005). No entanto, para este estudo, será considerada apenas a Reserva da Biosfera do Cerrado (Resbio Cerrado).

Em julho de 2000, pela Lei Nº 9.985, o governo brasileiro institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Neste dispositivo legal, foram criados critérios e normas para a sua criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Neste contexto, também foi incorporada à Rede Mundial de Reservas da Biosfera, a Reserva da Biosfera Cerrado – Fase II – Resbio Cerrado (2000), uma vitória do governo de Goiás, sendo implantada em três etapas: Fase I - Distrito Federal, Fase II - Estado de Goiás e Fase III – Estados do Tocantins, Maranhão e Piauí (SANTOS, 2015; GUERRA, 2012). A Resbio Cerrado tem uma área de 296.500 km². Em julho de 2017, por meio do Decreto Nº 9.001, o governo de Goiás cria o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera do Cerrado, órgão superior de caráter consultivo, com o objetivo de coordenar e apoiar a implantação da Reserva da Biosfera do Cerrado.

2.7 Área de Proteção Ambiental Pouso Alto (APA Pouso Alto)

A APA Pouso Alto, com uma área de 872 mil hectares, o que corresponde a 2,36% da área estadual, foi criada em maio de 2001, por meio do Decreto nº 5.419, e foi “destinada a fomentar o desenvolvimento sustentável e a preservar a flora, a fauna, os mananciais, a geologia e o paisagismo da região de Pouso Alto”, bem como servir de zona de amortecimento para o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. As áreas da APA Pouso Alto e do Parque Nacional são distintas, cada uma com o seu polígono e sua administração, mas se complementam no seu objetivo principal que é o de proteger os recursos naturais e a fauna que se encontram ameaçados de extinção.

Os municípios que fazem parte dessa APA, com suas respectivas áreas em relação ao total, são: Alto Paraíso de Goiás (28%, sendo que 100% do município estão dentro dos limites da APA), Teresina de Goiás (4%, sendo que 53,41% estão dentro dos limites da APA), Nova Roma (3%, sendo que 15,07% estão dentro dos limites da APA), São João D’Aliança (2%, sendo que 8,05% estão dentro dos limites da APA), Cavalcante (44%, sendo que 58,44% estão dentro dos limites da APA), Colinas do Sul (15%, sendo que 80,90% estão dentro dos limites da APA). Desde a sua criação até a aprovação do Plano de Manejo, em 2016, os conflitos sempre fizeram parte das discussões entre os representantes desses municípios, as entidades civis, o Setor Rural, o próprio Estado de Goiás, as ONGs, os pequenos produtores rurais, os quilombolas e indígenas, e também as mineradoras.

De 2001 a 2015, poucos avanços tiveram em termo de consenso com relação ao Plano de Manejo, mas em 2016 esse cenário conflituoso começa a mudar, considerando que os pontos divergentes foram negociados entre as partes, dentre eles a falta de consenso quanto as regras de utilização de agrotóxicos, do plantio de transgênicos e da conversão de pastagem em lavoura, das centrais geradoras de energia, de energias renováveis e das atividades mineradoras.

Finalmente, em junho de 2016, o Plano de Manejo foi aprovado por meio da Portaria Nº 135-GAB, dando um fôlego para os integrantes do Conselho Consultivo da APA Pouso Alto seguirem em frente com as melhorias necessárias para o gerenciamento da área. Essa aprovação, entretanto, não significa que os problemas foram todos resolvidos, mas apenas amenizados, até porque nesse emaranhado de polígonos sobrepostos as divergências ainda permanecerão.

2.8 Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros teve sua criação original no governo de Juscelino Kubitschek, pelo Decreto Nº 49.875, de 11/01/61, com a denominação de “Parque Nacional do Tocantins”, com área de 625 mil hectares. Pelo Decreto Nº 99.279, de 6 de junho de 1990, o governo federal declara o parque utilidade pública, para efeito de desapropriação e, em 1972, o parque teve sua área reduzida para 171.924 hectares (Decreto Nº 70.492, de 11/05/72). Em 1981, ocorreu nova redução, bem significativa, para 65.514 hectares (Decreto Nº 86.173, de 2/07/81), mudança essa orquestrada pelo governo de Goiás, justificada pela necessidade de abrigar os agropecuaristas no chamado “Projeto Agropecuários Alto Paraíso”, e associando a esse a construção da rodovia GO-239, que hoje é uma realidade. Com o asfaltamento dessa rodovia, houve aumento da mortalidade de várias espécies de animais, causada pelos constantes atropelamentos.

Nesse vai e vem, em 2001, o Parque Nacional foi reconhecido como Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO e, mais uma vez, sua área foi aumentada para 235 mil hectares, o que não se consolidou, pois, em 2003, em decorrência de falhas processuais apontadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), novamente a área do Parque voltou aos 65 mil hectares. Entretanto, por força do Decreto s/nº, de 5/6/17, do Governo Federal, mais uma vez a área do Parque foi ampliada, passando para 240 mil hectares, abrangendo os municípios goianos de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás, São João D’Aliança e Nova Roma, ressaltando-se que esses dois últimos municípios, antes da ampliação, não estavam dentro dos limites dessa UC.

A criação de uma UC nem sempre reflete a vontade de todas as partes envolvidas: um ou outro diverge quanto aos objetivos, pois os interesses são variados. Bonfim (2004) afirma que “no processo de disputa pelo uso preferencial da natureza socializada da Chapada dos Veadeiros, cada grupo de atores sociais lhe atribui significados especiais, indicando que existem diferentes naturezas”, as quais apresentam posições antagônicas entre os diversos autores. É importante ressaltar que os limites do Parque Nacional, com a última ampliação,

ultrapassaram a linha demarcatória da APA Pouso Alto, que aliás foi criada com o objetivo de amortecer os possíveis impactos ambientais negativos que lhe pudessem atingir.

2.9 Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (Território Kalunga)

O Território Kalunga está localizado no Nordeste de Goiás. Seu território foi reconhecido e constituído em 21 de janeiro 1991, por meio da Lei estadual goiana Nº 11.409, que especificou a área como Patrimônio Cultural e Sítio de valor histórico a área de terras situadas nos vãos das Serras do Moleque, de Almas, da Contenda-Kalunga e Córrego Ribeirão dos Bois, nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, no Estado de Goiás, conforme estabelecem o § 5º do art. 216 da Constituição Federal e o art. 163, itens I e IV, § 2º da Constituição do Estado de Goiás. Tais dispositivos constitucionais nos níveis federal e estadual se coadunam com o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o qual especifica que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Os conflitos nesse território também são latentes, pois fazendeiros e grileiros ainda insistem em permanecer nas terras quilombolas, não respeitando as leis, “atropelando”, inclusive, os registros que já foram concluídos. Hoje, em 2019, essas comunidades ainda vivem situações degradantes e sobrevivem de migalhas do poder público. A história reserva a esses afrodescendentes um futuro que ainda é obscuro, uma vez que a trajetória do negro no Brasil sempre foi marcada pelo desrespeito. As famílias ainda trabalham para fazendeiros no seu próprio território, recebendo míseros valores pelas tarefas executadas.

Diante dessa seletiva de casos em que o solo é ocupado de acordo com os interesses de determinados atores sociais, inclusive do próprio Estado, pode-se fazer uma reflexão sobre a real função do solo, que, no entender de qualquer estudioso do espaço geográfico, é a de dar sustentação às atividades econômicas e sociais, principalmente aos grupos que não têm o reconhecimento e o devido respeito do Estado, pois todos os benefícios que recebem têm o caráter muito mais assistencialista do que políticas públicas de desenvolvimento social de longo prazo, são muito mais políticas de partido do que políticas de Estado. Nesse contexto, os pequenos proprietários rurais, as comunidades quilombolas e indígenas, e os rejeitados de um sistema falido, que é o capitalista, são vulneráveis aos interesses do Setor Rural, que continua ocupando terras dentro de áreas de Unidades de Conservação sem respeitar os limites territoriais dessas comunidades.

Os conflitos socioambientais existem e sempre existirão e se desenvolvem de forma diferenciada nas diversas partes do mundo. O nível de desenvolvimento não é fator decisivo para classificar a problemática ambiental, bem como os conflitos decorrentes, uma vez que podem ocorrer tanto em países desenvolvidos, quanto em desenvolvimento. É notável ver a preocupação dos governos em reservar áreas para garantir a saúde do meio ambiente, quando cria grandes parques nacionais e áreas de proteção ambiental. Na verdade, nem sempre esses espaços cumprem suas funções, que são de preservar os recursos naturais, a fauna e a flora. Isso ocorre quando os perímetros dessas áreas são rompidos pelos interesses financeiros dos grandes grupos ou pela ocupação desordenada das próprias comunidades locais. Ressalta-se, também, o interesse empresarial em implantar o turismo dentro de áreas protegidas, procurando mostrar que essa atividade traz benefícios às comunidades locais. No entanto, as relações entre os atores não acontecem de forma harmoniosas, muitas das vezes dão margens a conflitos, sendo eles de ordem ambiental, social e econômica. No que tange à parte legal, é importante ressaltar que ela nem sempre dialoga com as poligonais, uma vez que o agronegócio rompe essas linhas e implanta a sua política depredadora em áreas protegidas. É importante ressaltar que a quantidade de polígonos na Microrregião da Chapada dos Veadeiros pode fomentar conflitos entre os atores e até mesmo em termos de legislação, uma vez que essas linhas se tornam ofuscadas quando os interesses vêm de setores que não respeitam a saúde do meio ambiente.

2.10 Características Físicas e humanas

Características Físicas

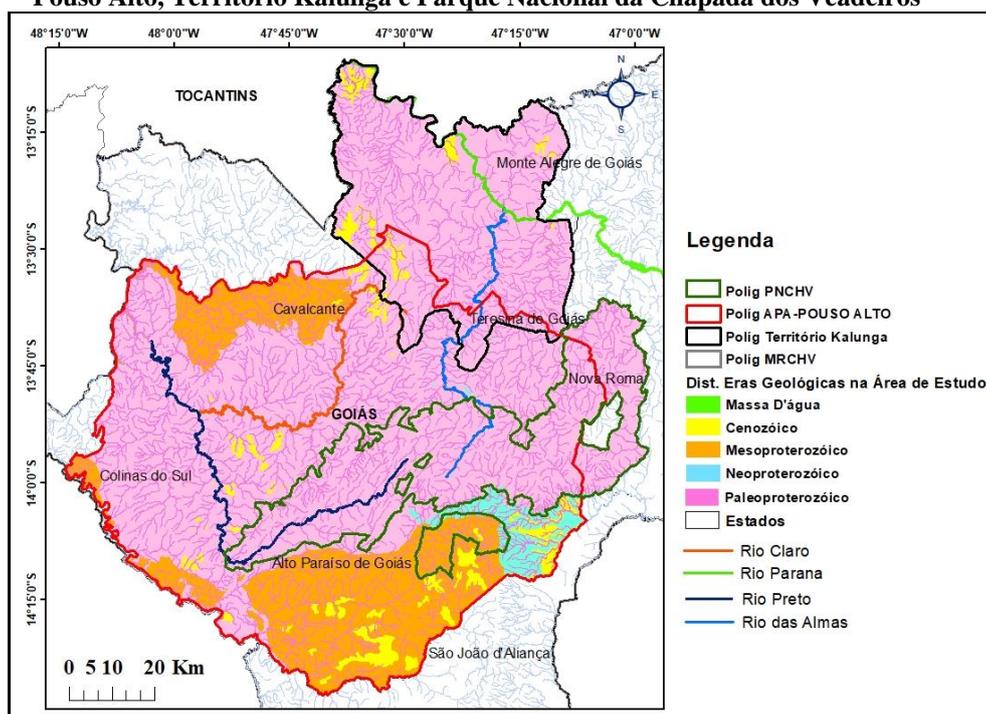
A Microrregião da Chapada dos Veadeiros é uma área privilegiada em termos geológicos, climáticos, geomorfológicos, recursos hídricos e biológicos, mas a ocupação humana, seja para fins turísticos ou para o uso da terra, representa um risco para a sustentabilidade regional. Por considerar que o foco desta pesquisa é demonstrar que a morfologia do relevo contribuiu para criar um ambiente de segurança para os escravos fugitivos e, posteriormente para seus descendentes, os aspectos físicos serão apresentados superficialmente, o suficiente para situar o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga no contexto físico regional, onde abriga uma rica composição de fauna, flora, recursos hídricos e as mais diversificadas formas de relevo. É importante conhecer o mínimo necessário dessas composições, para demonstrar o papel abrigador e protetor da morfologia local. Esse conjunto se apresenta de forma harmoniosa e seus elementos moldam um ambiente cênico e

de uma importância ímpar para o Estado de Goiás e, conseqüentemente, para o País. Esses aspectos físicos serão estendidos também à APA Pouso Alto e ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, considerando que parte da legislação é comum a todos.

Contexto geológico regional

O relevo da região Centro-Oeste se apresenta de diferentes formas estruturais, o que não difere da Chapada dos Veadeiros, onde planaltos e chapadas se mesclam com depressões dissecadas, incluindo, nessas últimas, grandes planícies que abrigam os afrodescendentes no interior dos Vãos. Em termos geológicos, a região Nordeste do Estado de Goiás é caracterizada por um mosaico de terrenos muito antigos, com o domínio dos Éons, 1) Proterozoico, incluídos neste o Paleoproterozoico, o Mesoproterozoico e o Neoproterozoico, 2) Fanerozoico, com o domínio do Cenozoico (BRANCO, 2016). Nessa região predominam rochas sedimentares e cristalinas e serpenteadas por escarpas e serras, e seus prolongamentos seguem a orientação dos dobramentos, onde morros e chapadas fazem parte desse cenário. Essa área está inserida na Província Estrutural Tocantins, que faz parte da Plataforma Sul Americana e está localizada a leste do Craton São Francisco e a oeste do Craton Amazônico. A Figura 53 mostra a distribuição das Eras Geológicas no Território Kalunga, distribuição essa que poderá subsidiar futuras pesquisas sobre esse assunto.

Figura 53 – Mapa das Eras Geológicas da Microrregião da Chapada dos Veadeiros, da Apa Pouso Alto, Território Kalunga e Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros



Fonte: Sebastião Fontenele França

A seguir, serão apresentadas apenas as caracterizações genéricas de cada Era Geológica, considerando que não é o objetivo principal desta pesquisa o seu aprofundamento, mas serão importantes para situar a morfologia no relevo local.

Mesoproterozoico

Há duas ocorrências significativas de rochas da era Mesoproterozoica, caracterizadas como metamórficas, na área de estudos: uma na parte sul da APA Pouso Alto, mais precisamente na região de Alto Paraíso; outra, ao Norte dessa APA, ambas ligadas por uma estreita faixa e intermitente de rochas semelhantes, a oeste dessa unidade de conservação. Nota-se que esses aglomerados sofrem dissecação constante provocada pela ação do clima e das águas. O Mesoproterozoico é da era do éon Proterozóico e está compreendida entre um bilhão e seiscentos milhões de anos, aproximadamente. A presença também do homem com seus empreendimentos rurais, principalmente o agronegócio, é um potencial acelerador desse processo.

Composição: Xisto verde, metarritmito, conglomerado oligomítico, metasiltito, filito, mármore, marga, siltito, siltito calcífero, calcário argiloso.

Grupo: Paranoá.

Neoproterozoico

Uma pequena porção do Neoproterozoico está presente no Nordeste do município de Alto Paraíso, encaixada na parte Norte do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. O Neoproterozoico pertence à era do éon Proterozoico e está compreendida entre um bilhão e quinhentos e quarenta e um milhões de anos, aproximadamente. Foi durante o Neoproterozoico que surgiu a Faixa Brasília, pertencente à Província Tocantins, que resultou da convergência e colisão dos Crátos Amazônicos, São Francisco e um provável Bloco localizado abaixo da Bacia do Paraná, o Cráton Parapanema (SANTOS, 2011).

Composição: Calcarenito, arcóseo, dolomito, siltito, folhelho, argilito, rocha pelítica ritímica, marga.

Grupo: Bambuí.

Paleoproterozoico

O Paleoproterozoico, que se estende de 2.500 a 1.600 Ma, domina a maior parte da área estudada, cobrindo toda o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, a parte ocidental,

a depressão dissecada, cortada pelos rios Preto e Claro, as bordas da Serra do Tombador, nos limites da APA Pouso Alto, e todo o Território Quilombola Kalunga. Os terrenos localizados nesses ambientes se encontram bastante erodidos, uma vez que a força da *Etchplanação*¹⁶ vem acelerando a modelagem do relevo. É importante ressaltar que o Paleoproterozoico está presente em todas as classes hipsométricas da região estudada e que o processo erosivo modulou o bloco de serras original, deixando bastante evidente a formação de depressões e, no caso dos afrodescendentes, contribuiu para a construção de suas fortalezas.

Composição: Granito, biotita monzogranito, biotita sienogranito com fácies rapakiví e granofíricas, xisto carbonático, clorita xisto, filito, quartzito arcoseano, siltito, metassiltito, riodacito, dacito, leques aluviais, arenitos fluviais, metaconglomerado, metavulcânica ácida, quartzito, quartzito feldspático, ortoquartzito, quartzito feldspático, ortoquartzito, metassiltito, metarritmito, metassiltito argiloso, quartzito, xisto, sienogranito, biotita-muscovita sienogranito, biotita-muscovita monzogranito, muscovita-biotita sienogranito, muscovita-biotita monzogranito.

Grupo: Grupo Araí - Formação Traíras, Grupo Araí - Formação Arraias, Formação Ticunzal, Complexo Almas-Cavalcante - Unidade Gnáissica-migmatítica, Suíte Aurumina - Fácies 1, sienogranito.

Cenozoico

O domínio do Cenozoico, que compreende terrenos do Terciário e Quaternário, é pouco representativo na área estudada, concentrando-se, timidamente, no centro da depressão dissecada dos vales dos Rio Preto e Claro, no sul de Alto Paraíso de Goiás, no sudeste do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e no sudoeste e noroeste do Território Quilombola Kalunga. A Era Cenozoica, juntamente com o Paleozoico e Mesozoico, pertence ao Éon Fanerozoico, que na escala do tempo geológico é a mais recente na história da formação da Terra, com apenas 65 milhões de anos. Essa Era foi responsável pela intensa movimentação da crosta terrestre que originou os grandes dobramentos modernos, sendo eles os Andes, na América do Sul, os Alpes, na Europa e o Himalaia, na Ásia. Há cerca de um milhão de anos ocorreram as grandes glaciações, do chamado quaternário, a atual formação dos continentes e o surgimento do Homem.

¹⁶ Essa teoria foi revolucionada a partir dos trabalhos de Büdel (1957, 1963, 1982). Com o conceito de *einebnungsflächen*, ou seja, de dupla superfície de aplainamento, Büdel consolidou o papel do intemperismo na análise geomorfológica (Thomas, 1989, 1994). Na sua concepção existe uma “integração dialética” entre a alteração 1. Saprolito, genericamente, pode ser definido como o produto do intemperismo, geoquímica das rochas e a erosão superficial (Büdel, 1982), sendo que os processos de lixiviação e lessivagem promovem a disjunção nas ligações ferro-argila, instabilizando os horizontes superficiais, preparando-os para o processo erosivo nas encostas (VITTE, 2001).

Composição: Depósitos de areia, argila, silte e cascalho, aglomerados de laterita, argila e areia.

Grupo: Bambuí.

São terrenos bastante trabalhados pela ação do clima, onde as chuvas modelam e remodelam a paisagem, formando belíssimas cachoeiras e cânions, a exemplo da Catarata dos Couros, a região do Prata, em Território Quilombola Kalunga, os cânions no encontro das águas do Ribeirão São Miguel com o Rio Tocantinzinho, que alimentam o Lago Serra da Mesa, próximo à Colinas do Sul. É importante ressaltar a coloração das águas desses dois rios, em que o primeiro apresenta suas águas mais límpidas, uma vez que corta terrenos mais antigos, e o segundo com suas águas mais barrentas, isto ocorrendo porque o volume de água é maior e, por isso, possui maior poder de provocar erosões (Fig. 54).

Figura 54 – Encontro das águas do Rio Tocantinzinho e do Ribeirão São Miguel na Chapada dos Veadeiros



Fonte: Sebastião Fontenele França

O mapeamento da cronologia geológica apresentada serve de base para uma nova configuração: a estratigrafia do Território Quilombola Kalunga, onde serão apresentados, individualmente, os seguintes grupos e suítes: Grupos Araí, com suas formações Traíra e Arraias, Paranoá e Bambuí. Suítes Pedra Branca, Aurumina e Complexo Almas-Cavalcante.

Unidades Litoestratigráficas da Área de Estudo

Em termos geológicos, o relevo do Planalto Central foi modelado em sucessivas etapas erosivas, datados do Cenozoico - Terciário e Quaternário (Brasil e Alvarenga, 1989, *apud* Cunha e Guerra, 1998) e Arqueano, Proterozoico e Mesozoico (MOREIRA, 1995). Segundo

Moreira, a estrutura geológica do Nordeste de Goiás pertence ao Cenozoico; Mesozoico; Proterozoico Superior; Proterozoico Médio; Proterozoico Inferior.

Nessas sucessivas eras, a região Nordeste de Goiás foi contemplada com uma estrutura mineralógica variada, mas que a comunidade local pouco usufrui em termos sociais e econômicos, uma vez que esses benefícios vão se projetar muito distante de onde são retirados.

Esse cenário se justifica pela ação morfogenética dos rios e do clima, que sempre tiveram uma participação fundamental na modelagem do relevo. Está inserido na faixa de Dobramentos e Cavalgamentos Brasília¹⁷ na província Estrutural do Tocantins, onde se destacam metassedimentos do Grupo Araí (Araí - Formação Traíras e Araí – Formação Arraias) e rochas de composição granito-gnássico do arqueano-paleoproterozoico, o Grupo Araí do Paleo-Mesoproterozoico e o Grupo Paranoá do Meso-Neoproterozoico (LACERDA FILHO, 1999). O Grupo Bambuí, caracterizado por associação de litofácies siliciclásticas, químicas e bioquímicas, formadas pelo acúmulo de sedimentos depositados sobre uma extensiva plataforma epicontinental, no qual o mar teve um papel fundamental durante o término do Neoproterozoico.

Os estratos encontrados nesse ambiente “correspondem a uma associação de rochas pelito-carbonática e, de forma restrita, intercalações de arenitos imaturos, predominantes nas unidades superiores, concentrados no limite sul-ocidental do Cráton do São Francisco” (ALVARENGA, *et al*, 2007 e DARDENNE, 1978).

- 1) Grupo Araí¹⁸, na forma de ferradura, com os pontos extremos no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, e mergulhando no sentido sudoeste, até o ponto onde o Rio Preto se desvia no sentido noroeste. Daí, segue em direção ao lago Serra da Mesa, de onde mergulha à direita seguindo a Serra do Tombador, que no contato com a Serra Santana, conhecida localmente também por Serra Nova Aurora, se desvia para Norte até a altura da chamada Serra do Paiol. Sofre uma interrupção

¹⁷ Constitui uma unidade geotectônica representada por um cinturão móvel que evoluiu do meso ao neoproterozoico, depositado e deformado na margem oeste do Cráton do São Francisco, sobre um embasamento constituído por terrenos granito-gnássicos paleoproterozoicos, afetado por um sistema de dobramentos neoproterozoicos (LACERDA FILHO, Joffre Valmório de; Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil. Geologia e Recursos Minerais do Estado de Goiás e Distrito Federal: Organizado Por Joffre Valmório de Lacerda Filho, Abelson Rezende e Aurelene da Silva. 1:500.000. Goiânia: CPRM, 1999. (Conv. CPRM/METAGO S.A./UnB).

¹⁸ O Grupo Araí ocorre na porção Norte da Zona Externa da Faixa Brasília, sobre o embasamento granito-gnássico e a Formação Ticunzal, sendo recoberto por metassedimentos dos grupos Paranoá e Bambuí. A presença de flossilicatos nas paragêneses minerais define o grau de metamorfismo destas rochas variando de anquimetamórfico a xisto-verde baixo. Segundo Martins (1999), a sequência sedimentar da região do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros teria condições deposicionais condizentes com ambientes continentais e plataforma/marinhas. Observa-se a ocorrência localizada de depósitos flúvio-deltaicos, relacionados ao assoreamento de lagos efêmeros pelo sistema fluvial entrelaçado. A sequência continental possui aproximadamente entre 100 e 150 metros de espessura. A sequência marinha apresenta sedimentos depositados em ambiente de plataforma aberta, e com a presença ocasional de tempestades. Ocorrem lentes de carbonatos no topo da seção. Esta sequência possui aproximadamente de 700 a 800 metros de espessura (Secretaria de Indústria e Comércio. Superintendência de Geologia e Mineração. Hidrogeologia do Estado de Goiás. Por Leonardo de Almeida, Leonardo Resende, Antônio Passos Rodrigues, José Eloi Guimarães Campos. Goiânia, 2006).

nos vãos de Moleque e Almas e aparece nas Serras da Areia, dos Mendes e da Contenda. O Grupo Araí aflora na porção Norte da Faixa Brasília a Nordeste do Estado de Goiás e sul do Estado de Tocantins. O Grupo Araí divide-se em duas porções distintas: Grupo Araí – Formação Arraias, que ocupa áreas centro-leste da APA Pouso Alto e a parte central do Território Kalunga, com um hiato entre eles e Grupo Araí – Formação Traíras, pouco representativo, que se encontra entre o Grupo Araí e o Grupo Araí – Formação Arraias, na Serra Nova Aurora e entre este último e o Grupo Bambuí, na parte sudeste, ocupando uma minúscula faixa longitudinal.

- 2) O Grupo Paranoá¹⁹ ocupa a porção Norte da Serra do Tombador e ao sul do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em áreas de Alto Paraíso e São João D'Aliança.
- 3) O Grupo Bambuí²⁰ é uma importante área sedimentar que se originou no neoproterozóico e que ocupa uma pequena porção no sudeste de Alto Paraíso de Goiás. Essa importante unidade estratigráfica teve seu processo de deposição nos limites da orógena Faixa Brasília e coberturas sedimentares do Cráton São Francisco (SANTOS, 2011; RIMANN, 2016).

A área de estudo também é contemplada por quatro Suítes que se mesclam com os grupos geológicos, sendo elas: 1) Suíte Aurumina²¹ – composta por granito gnaisses peraluminosos, formados na colisão paleoproterozoica durante o Evento Transamazônico. A Suíte Aurumina ocupa a faixa de terras no sentido sudoeste-nordeste da área estudada, cobrindo a depressão dissecada dos vales dos rios Preto e Claro, tendo uma pequena interrupção na Serra Santana, dando sequência na depressão onde se encontram a cidade de Cavalcante e todo o território do município de Teresina de Goiás. Ressurge na porção

¹⁹ O Grupo Paranoá, de idade meso-proterozóica (1350 a 950 Ma), representa uma sequência deposicional, com espessura da ordem de 1.600 m, limitada por superfícies de discordância que o separa do Grupo Araí na base e do Grupo Bambuí no topo. Essa sequência deposicional foi depositada em ambiente marinho e subdividida em doze litofácies (com *status* de formações): - Paraconglomerado São Miguel (SM); - Metarritmito (R₁); - Quartzito fino a médio (Q₁); - Metarritmito (R₂); - Quartzito Microconglomerático (Q₂); - Metassilito Argiloso (S); - Ardósia (A); - Metarritmito Arenoso (R₃); - Quartzito Médio (Q₃); - Metarritmito Argiloso (R₄); - Quartzito Feldspático (QF); - Pelito-Carbonatada (PC). (FARIA, 1995).

²⁰ Compreende uma sequência de metassedimentos clasto-químicos e clásticos depositados em ambientes de mares epicontinentais, em regime de plataforma estável, distribuídos amplamente como uma faixa de direção N-S, a Nordeste do Estado de Goiás, estendendo-se de forma contínua para os estados do Tocantins e Minas Gerais. Os primeiros estudos desenvolvidos nesta unidade foram os de Derby (1880), Rimann (1917), seguidos por Branco & Costa (1961), Oliveira (1967), Almeida (1967b), Braun (1968), Barbosa *et al.* (1969, 1970a), Schöll (1972, 1973), Beurlen (1974) Alvarenga & Dardenne (1978) e Dardenne (1978a,b; 1979).

²¹ “A Suíte Aurumina e caracterizada por rochas graníticas de diferentes estágios magmáticos, representadas por fácies classificadas como precoces, tardias e evoluídas. As fácies apresentam variedade composicional, com diferenças texturais e na proporção de minerais essenciais. Outras diferenças estão relacionadas aos processos de alteração hidrotermal e de deformação, em que fácies tardias e menos deformadas são intrusivas em fácies mais deformadas e precoces. A região de Aurumina é considerada a área-tipo da Suíte Aurumina por ser o local da primeira descrição de seus granitos e por conter as melhores relações entre as fácies graníticas dominantes. Essas fácies, que afloram adjacente à mina de Aurumina, são classificadas como muscovita granito e biotita-muscovita granito. Apresentam diferenças cronológicas e deformacionais, além de diferentes níveis de alteração hidrotermal.” (CUNHA, 2006).

noroeste do Território Kalunga, onde ocupa toda a depressão dissecada, que abriga a Comunidade Quilombola do Vão de Moleque. 2) Suíte Pedra Branca²², formada, além de outros elementos, por maciços graníticos, com idade que varia entre 1,77 e 1,74 Ga, representadas por fácies de afinidade rapakivítica e fácies metaluminosas a peraluminosas, mineralizadas em estanho. Essas duas fácies são ricas em ferro, estanho, rubídio, ítrio, nióbio, ródio e terras raras (ALVARENGA *et al.*, 2007). 3) Suíte Granitos da Subprovíncia Paranã²³. Essa Subprovíncia pertencente à Província Estanífera de Goiás e se localiza na porção Nordeste do estado de Goiás, próximo à cidade de Cavalcante. 4) Suíte Granitos da Subprovíncia Tocantins²⁴, localiza-se no extremo Norte do Estado de Goiás, mais precisamente no noroeste do município de Cavalcante e Norte do município de Colinas do Sul, ambas nas proximidades da Serra da Mesa, e o Complexo Almas-Cavalcante²⁵. Esse Complexo está localizado ao Norte do município de Teresina de Goiás e ao Norte do polígono do Território Quilombola Kalunga, bem no ponto de intersecção entre este município e o de Cavalcante.

A Figura 55 apresenta as Unidades Litoestratigráficas das áreas de APA Pouso Alto, Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e Território Kalunga.

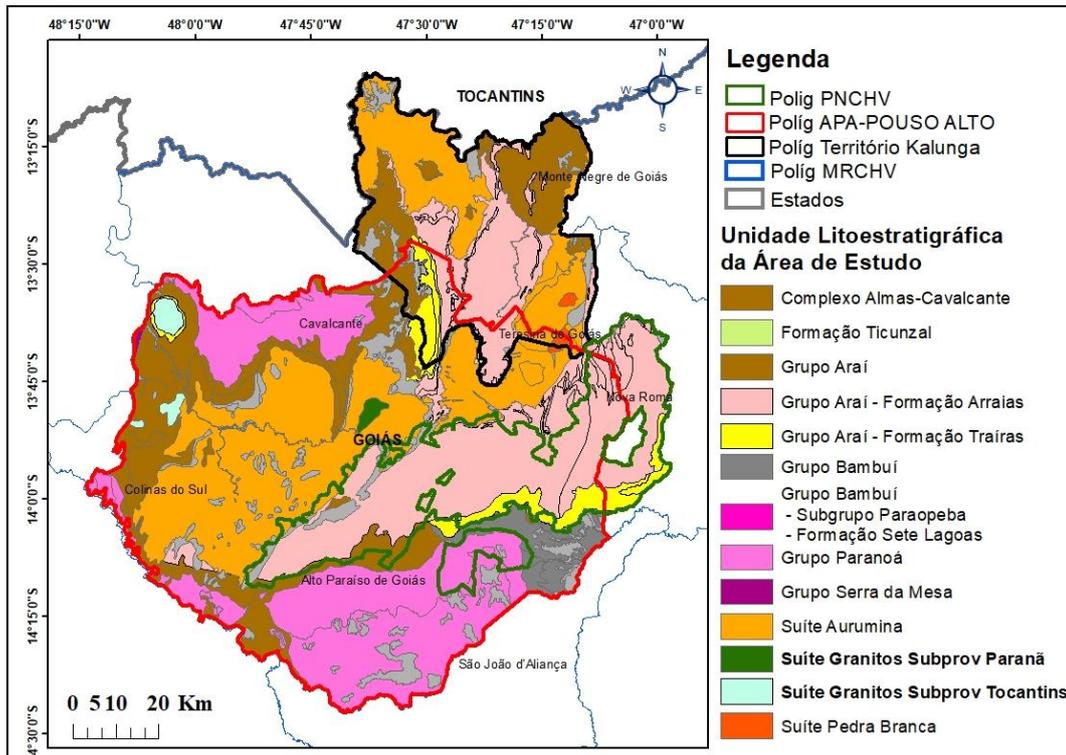
²² Termo utilizado pela primeira vez, na região Nordeste de Goiás, para designar os granitos, ou parte deles, anteriormente conhecidos como granitos estaníferos de Goiás (Marini & Botelho, 1986), granitos Tipo A g1 e g2 (Botelho *et al.*, 1992), Suíte Paranã (Lacerda Filho *et al.*, 1998). A denominação Suíte Pedra Branca está sendo utilizada já que o maciço granítico de mesmo nome representa a área-tipo dessa suíte, com maior representação das diversas fácies que a compõem, além de conter os mais importantes depósitos de estanho do estado de Goiás, geneticamente ligados à evolução geológica dos granitos da suíte (ALVARENGA *et al.*, 2007).

²³ Composta por xisto verde, leucogranito, biotita monzogranito.

²⁴ Composta por Granitos, Biotita e Greisen. Nos estados de Goiás e Tocantins, inúmeros depósitos de estanho relacionam-se a granitoides intraplaca paleo a mesoproterozóicos (1,78 a 1,57 Ga), ricos em F, Sn, Rb, Y, Th, Nb, Ga e ETR e com assinatura geoquímica compatível à de granitoides do tipo A. Essas rochas foram agrupadas em subprovíncias e englobadas na denominada Província Estanífera de Goiás (Marini & Botelho 1986). O Maciço Granítico da Serra Branca (MGSB) hospeda mineralização de estanho, onde a cassiterita ligada aos greisens, descoberta em 1972, foi ativamente explorada até o início da década de 80. A porção Norte da Província Estanífera de Goiás, a mais importante em termos de mineralização de estanho, divide-se em duas subprovíncias: Rio Tocantins, a oeste, e Rio Paranã, a leste. O MGSB situa-se na subprovíncia Rio Tocantins e é intrusivo no embasamento do Cinturão de Dobramentos Brasília. (Discussões geológicas e metalogenéticas sobre o maciço são encontradas em Pinto-Coelho (1996) (PINTO-COELHO *et al.*, 2016).

²⁵ Delgado *et al.* (2003) denominaram o embasamento gnáissico da porção setentrional da Faixa Brasília de Terreno Almas-Cavalcante ou Complexo AlmasCavalcante. Este embasamento é constituído por um núcleo síalico formado no Paleoproterozoico e são reconhecidos dois blocos com características distintas: i) região entre Conceição do Tocantins e Almas; ii) região de Cavalcante-Arraias (SEERAFIM, 2017).

Figura nº 55 – Unidades Litoestratigráficas da APA Pouso Alto, do Território Quilombola Kalunga e do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros



Fonte: Sebastião Fontenele França

A Suíte Aurumina teve um papel importante na região estudada e teve forte relação com os negros da Chapada dos Veadeiros, estando no Município de Nova Roma um dos sítios auríferos mais significativos do País, que, em 1962, publicado no Jornal 4º Poder, de Goiânia, o Engenheiro Manoel Passos, se retratando aos Kalunga, escreveu:

Estar-se processando, ininterruptamente, na localidade de Aurumina, município de Nova Roma, a extração de quartzo aurífero e localizar-se, às margens do rio Paranã, um povoado de remanescentes dos antigos quilombos ‘constituídos dos negros fugidos dos duros trabalhos de mineração das minas de ouro de Arraias, Monte Alegre e Cavalcante’, remontando as suas origens, portanto, aos tempos do regime escravagista (BAIOCCHI, 1999:87).

O estudo sobre as caracterizações geológicas e geomorfológicas da região é importante porque mostra a necessidade de comprometimento com o ambiente local, no qual os olhares econômicos das empresas mineradoras e agropecuárias ofuscam as potencialidades do meio ambiente em equilibrar a contabilidade ambiental. Da mesma forma, o turismo na região deve ter monitoramento permanente, uma vez que as pessoas visitantes nem sempre respeitam as normas de utilização do espaço. É claro que nessa contabilidade o econômico tem um peso maior na balança da sustentabilidade, ou seja, o meio ambiente assume os prejuízos e transfere para os seres vivos os efeitos danosos da irracionalidade.

Concluindo o item 2.2.3 – Unidades Litoestratigráficas, é bom ressaltar que a exploração mineral na Chapada dos Veadeiros, no caso desta Tese, em especial no Território Kalunga, é uma ameaça para o meio ambiente, uma vez que mineradoras se apossaram de importantes minas e, por isso, vêm preocupando os ambientalistas e também os Kalunga, pois estão presentes no seu território.

Conforme publicação de Cristiane Passos, Assessora de Comunicação da Comissão Pastoral da Terra, em 06 de dezembro de 2017,

O ritmo do extrativismo mineral vai na contramão do discurso de preservação e conservação do meio ambiente, e traz consigo desperdício, uso abusivo e contaminação das águas, erosão dos rios, contaminação do solo, exploração de mão de obra local, degradação do meio ambiente. Em um momento em que muitos comemoram a ampliação do PNCV e que acham que o maior mal da Chapada, o fogo, está sob controle, a maior ameaça pode vir de outra direção (CPT, 2017).

A exploração mineral não é preocupante somente em termos ambientais, mas também sociais, parece até que os tempos da escravidão estão voltando, o que ratifica esse presságio a Dra. Caroline Gomide, professora de Geociência da UnB, quando diz:

Hoje a mineração nessa região significa uma exploração muito grande, não somente dos territórios, mas das próprias pessoas. A mineração já tem o histórico de terceirizar o trabalho, com condições muito precárias para os trabalhadores. Além disso, já tem mapeados vários requerimentos de pesquisas e algumas concessões de lavras dentro do Território Kalunga (CPT, 2017).

Clima

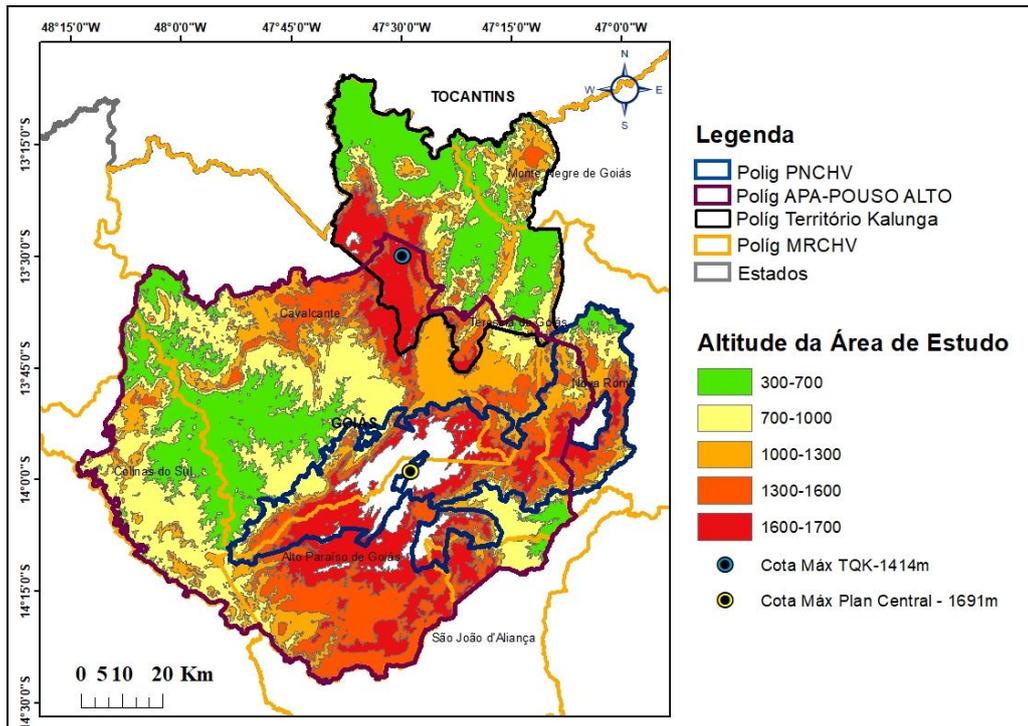
Climaticamente, a Chapada dos Veadeiros está localizada na Zona Tropical e, por estar inserida no Bioma Cerrado, caracteriza-se por verões úmidos e invernos secos, bem definidos. A precipitação média anual é de 1.500mm, podendo oscilar para baixo ou para cima, conforme o período, variando entre 750 a 2.000mm. Na classificação climática de *Köppen*, a região é dominada pelo modelo AW, clima tropical, e Cwa, clima tropical de altitude. As temperaturas que predominam nessa área são reflexo da sua localização geográfica. Recebem influências das massas de ar provindas da Amazônia, a Equatorial Continental (Ec) e da Tropical Atlântica (Ta), que varre aquela região no momento propício. Podem variar entre 18°C e 25°C, dependendo das condições da atmosfera e da época do ano (SANO e ALMEIDA, 1998:89). O clima é um fator muito importante para a manutenção do sistema ecológico da região, com suas fitofisionomias próprias de cerrado, uma vez que funciona como regulador das temperaturas e da umidade, ambas imprescindíveis para a sustentabilidade do Bioma Cerrado. Além do mais, o clima da região da Chapada dos Veadeiros contribuiu para a manutenção dos afrodescendentes naquela área, uma vez que se assemelha ao clima de suas regiões africanas de origem. Entretanto as altas temperaturas

associadas à umidade do ar aceleram a modelagem do relevo, levando, principalmente, ao processo de erosão. Como fator positivo, a umidade contribui para alimentar as nascentes dos rios que cortam o Território Kalunga.

Contexto geomorfológico regional

A área estudada, pelas características climáticas locais, é bastante trabalhada, o que gerou um ambiente cênico único. A geomorfologia da região é fruto do trabalho do clima, onde as altas temperaturas, com a proximidade do Equador, proporcionam a formação de uma rede hidrográfica magnífica, que também é alimentada por caudalosos rios que correm na direção sul-norte e lá se encontram. Suas altitudes são bem consideradas, alcançando 1.414 metros na área do Território Quilombola Kalunga, localizado na Serra de Maquiné, 1.691 metros localizado no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, mais precisamente na Serra Pouso Alto, sendo também este último o ponto mais alto do Planalto Central, conforme Figura 56. Entretanto, o ambiente é marcado por um processo erosivo natural acentuado e pela ação antrópica, gerada pelo agronegócio. Tais ações vêm preocupando as autoridades ambientais públicas e grupos protecionistas que incansavelmente vêm defendendo o território ameaçado. A própria criação das unidades de conservação, a exemplo da APA Pouso Alto e do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, esta última tendo sua área quadruplicada em 2017, vêm acirrando discórdias, principalmente por parte dos grandes proprietários de terras.

Figura 56 – Altimetria do relevo da APA Pouso Alto, do Território Quilombola Kalunga e do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros



Fonte: Sebastião Fontenele França

A altitude varia entre 800 a 1.700m, encontrando-se na Serra Pouso Alto o ponto mais elevado do Planalto Central, com 1691 metros (Fig. 57).

Figura 57 – Serra Pouso Alto – Alto Paraíso de Goiás



Fonte: Sebastião Fontenele França

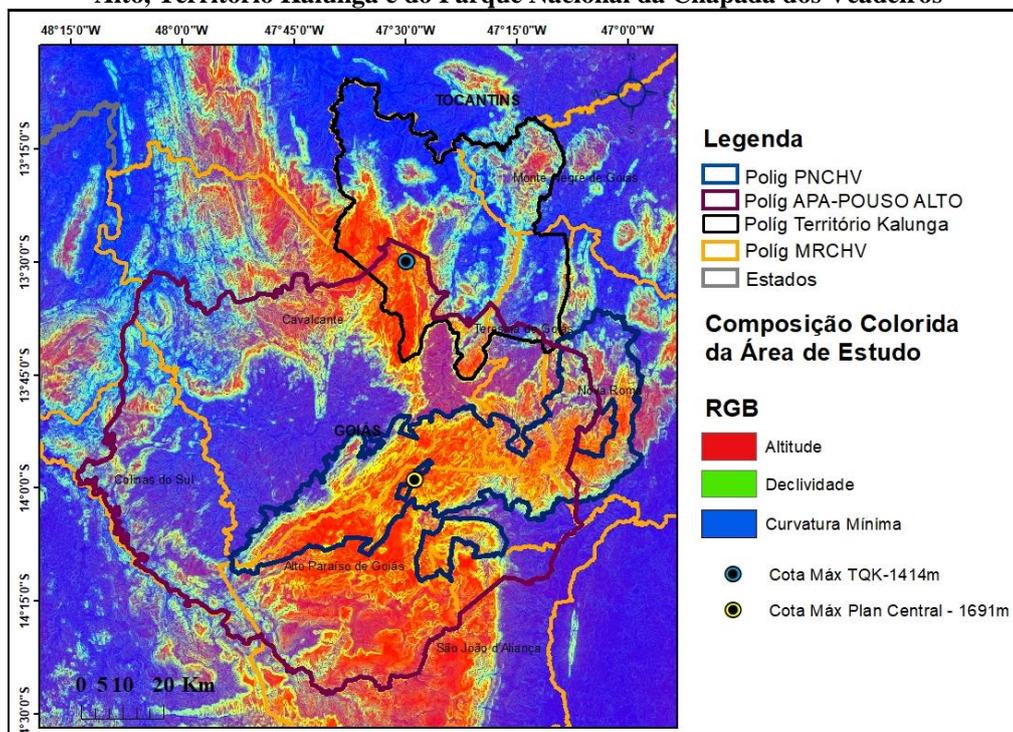
A morfoestrutura local é fruto de um intenso intemperismo que vem ocorrendo ao longo de milhões de anos. “O intemperismo é o conjunto de modificações de ordem física (desagregação) e química (decomposição) que as rochas sofrem ao aflorar na superfície da terra” (TEIXEIRA *et al.*, 2003). No processo de intemperismo, fatores como clima, relevo,

rocha mãe e o tempo de exposição dessa última aos agentes intempéricos foram fundamentais para a construção do relevo.

Os fatores como material parental, clima, topografia, biosfera e tempo são fundamentais no processo de intemperismo. Entretanto, numa concepção mais moderna desse processo na modelagem do relevo, em que as fisionomias se modificam, surgiu a Teoria da *Ecthplanação* de Jullius Büdel que considera o papel do manto e do *front* de intemperismo na modelagem do relevo, cujo resultado é uma nova paisagem. Com seus trabalhos publicados em 1957, 1963 e 1982 e de Bremer em 1971, 1981, 1992 e 1993, “a originalidade da teoria da *etchplanação* é que ela considera os processos geoquímicos e pedogenéticos como os principais mecanismos da morfogênese e do aplainamento das formas de relevo” (VITTE, 2011).

Desta forma, a Chapada dos Veadeiros abriga um modelado geomorfológico ímpar, cujas feições se mesclam entre chapadas, onde os planos elevados são contornados por escarpas ferruginosas, colinas, depressões dissecadas, cortadas por uma rede de drenagem significativa, que contribui para a formação de relevos cársticos, falhas e fraturas, nas quais surgem grutas e outras formas estruturais, uma variedade de rochas metaformizadas e dobradas e altitudes consideradas (Fig. 58).

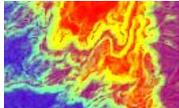
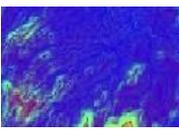
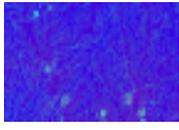
Figura nº 58 – Padrões de cores que caracterizam o relevo da APA Pouso Alto, Território Kalunga e do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros



Fonte: Sebastião Fontenele França

Para maior compreensão, o Quadro 2 apresenta os padrões de cores que identificam as formas de relevo da área estudada, extraídos da composição colorida (RGB) acima. Nessa composição foram identificados Chapadas, com suas Frentes de Recuo, Depressão Dissecada e Colinas. É uma metodologia que poderá subsidiar trabalhos ambientais, principalmente em áreas nas quais a sustentabilidade é necessária para retardar os efeitos do mau uso do solo.

QUADRO 2 - PADRÕES DE CORES QUE IDENTIFICAM AS FORMAS DE RELEVO DA ÁREA DE ESTUDO

Chapada	A cor vermelha mostra as áreas com maior altitude com relevo plano a suave ondulado, característico das chapadas	
Chapada, Frente de Recuo Erosivo e Rampa de Colúvio	Transição de chapada (cor vermelha) para depressão dissecada (cor azul), tendo como ponto de intersecção a frente de recuo erosivo (cor verde) e a rampa de colúvio (cor roxa) encaixada.	
Mesa, Frente de Recuo Erosivo, Depressão Dissecada	O relevo se apresenta com uma área azul representando uma Depressão Dissecada, mesclado com mesas e intermediada por Frente de Recuo Erosivo	
Colinas e Depressão Dissecada	O relevo ondulado em azul escuro representa colinas no interior de uma Depressão Dissecada	
Relevo altamente erodido	Resíduo de chapada (cor vermelha) se intercalando com dissecamento intermediário (cor amarela), tendo ao seu interior rampas de colúvio	

Fonte: Sebastião Fontenele França

Declividade e Hidrografia da Área de Estudo

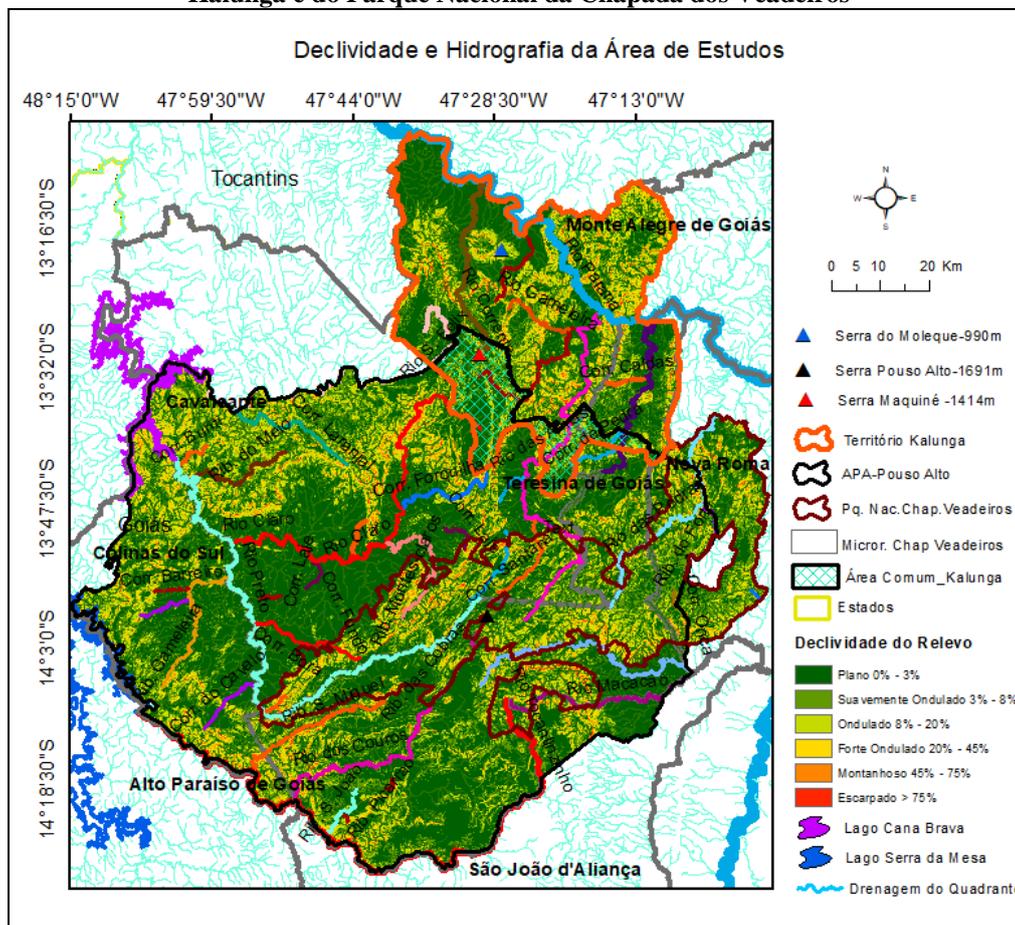
O estudo da declividade do terreno é um fator muito importante para uso e ocupação do solo, principalmente numa região que tem fortes restrições quanto ao meio ambiente. Nesse estudo, não se pode desprezar também a rede hidrográfica, por ser fundamental para a modelagem do relevo. A rede hidrográfica da área de estudos é muito densa e é responsável pela tributação dos mais importantes rios da região. A figura 59 apresenta a declividade e a rede hidrográfica da área de estudo.

Para anteceder a representação dos solos da Área de Estudos, faz-se necessária apresentar a declividade, uma vez que a topografia é um componente importante para a análise ambiental, bem como para apontar e definir áreas favoráveis aos assentamentos humanos. No caso desta pesquisa, o assentamento humano já existe na área por quase 300

anos. Entretanto, como a topografia é importante para a prática das atividades agrícolas, a declividade deve fazer parte desse pacote de análise e “os mapas de declividade emergem como ferramenta de vital importância para a análise do relevo, sendo uma forma de representação temática da distribuição espacial dos diferentes níveis de inclinação existentes em um terreno amparando a análise da paisagem (COLAVITE; PASSOS, 2012, *apud* LEDA, V. C, 2015).

Segundo Lepsch (*et al.*,1991, *apud* LEDA, V. C, 2015), a declividade foi distribuída em classes de desnível, onde 0 - 3% é plano, 3% - 8% é suavemente ondulado, 8% -20% é ondulado, 20% - 45% é forte ondulado, 45% - 75% é montanhoso) e acima 75% é escarpado. No entanto, a declividade nesta pesquisa seguiu a orientação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), onde utilizou-se a seguinte distribuição de classes de desnível: 0% – 3% (Relevo Plano), 3% - 8% (Relevo Suavemente Ondulado), 8% - 20% (Relevo Ondulado); 20% - 45% (Relevo Forte Ondulado), 45% - 75% (Relevo Montanhoso) e acima de 75% (Relevo Escarpado).

Figura 59 – Declividade e Hidrografia da APA Pouso Alto, do Território Kalunga e do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros



Fonte: Sebastião Fontenele França

Caracterização Pedológica

Segundo Casseti (2005), a geomorfologia é uma ferramenta de extrema importância para analisar as diversas formas do relevo terrestre, objetivando estudar e entender as transformações geológicas pretéritas. No processo lento de construção do relevo, fatores endógenos e exógenos são fundamentais para investigar as causas que proporcionaram a construção do relevo atual, bem como a modelagem cênica da paisagem na face da Terra. Estudar a distribuição dos solos, a vegetação, o grau de fragilidades e potencialidades do ambiente local é uma tarefa incansável, pois a maneira como o homem se apropria pode trazer benefícios ou destruição para o meio ambiente.

A geomorfologia, além de ser uma ferramenta de estudo do relevo, ela serve de instrumento de orientação para o Estado, na busca de elementos que sejam capazes de corrigir as práticas não sustentáveis no ambiente de interesse. Durante seis meses, no período chuvoso, que se estende de outubro a março, as chuvas torrenciais desnudam as bordas das chapadas e carregam os sedimentos para as partes mais baixas do relevo. Nesse transporte, partes significantes do solo são levadas, acompanhadas de nutrientes importantes para o uso agrícola. Macedo (1994), *apud* Cunha e Guerra, (1998), apresenta a seguinte divisão dos solos do Planalto Central: Latossolos (49%); Podzólicos (15%); Neossolos Quartzarênicos (Areias Quartzosas) (15%); Cambissolos e Litólicos (10%); Hidromórficos (8%), bem como outros de menor expressão. A falta de cuidado com esses solos vem provocando o aparecimento de ravinas e voçorocas.

Guerra e Botelho (1998. p. 181), Embrapa (2006) e Sano (1998:57) classificam os solos do Planalto Central em: Cambissolos, Latossolos, Neossolos e Plintossolos, os quais também estão presentes na área do Território Kalunga.

Caracterização geral dos solos da área de estudo:

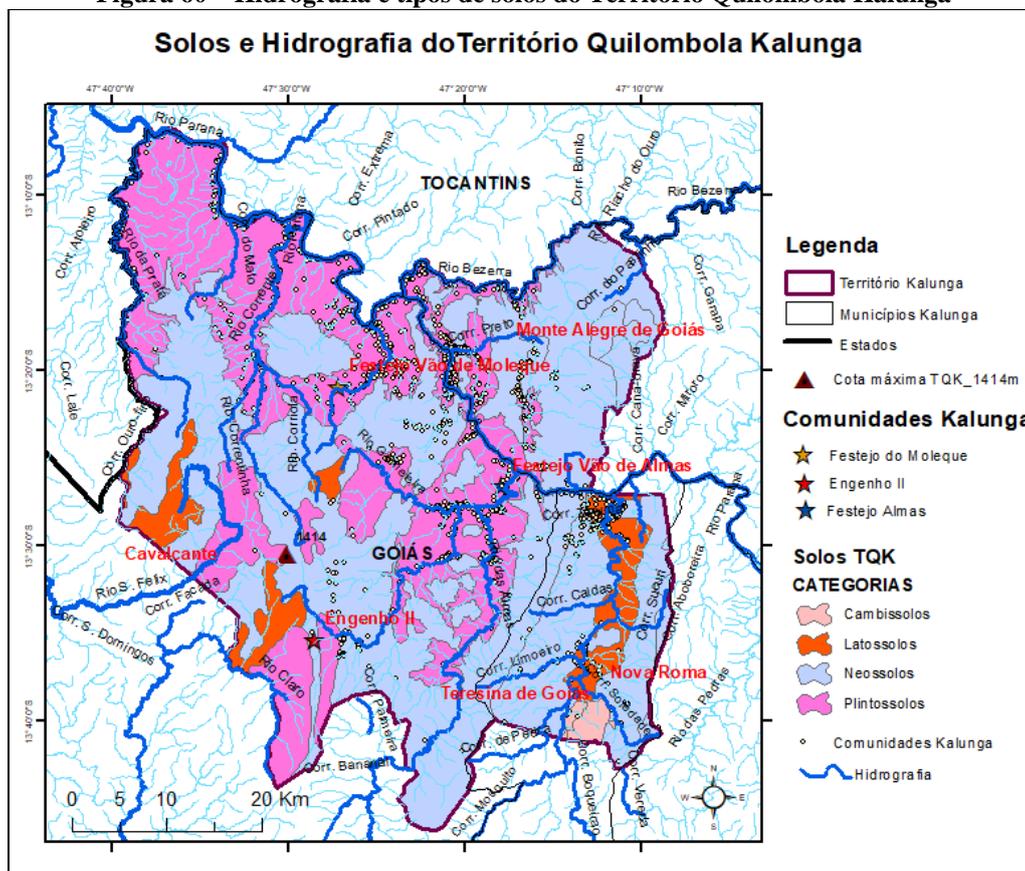
- 1) Cambissolos possuem horizonte B incipiente, caracterizados pela presença de vários minerais primários facilmente intemperizáveis, variando de franco-arenosa a muito argilosa. São identificados no campo pela presença de mica na massa do solo e pela sensação de sedosidade na textura, devido ao teor de silte.
- 2) Latossolos são típicos de áreas florestadas e de campo cerrado, se adaptam em áreas de relevo plano a suave ondulado. São solos que apresentam horizonte B latossólico (Bw). São solos bastante intemperizados, argila de baixa atividade, cores amareladas e avermelhadas.

- 3) Neossolos são constituídos por um aglomerado de material mineral ou orgânico pouco espesso. Esses solos são pouco evoluídos e não possuem horizonte de diagnóstico.
- 4) Plintossolos, caracterizados por possuírem horizonte plíntico, com forte presença de plintita na quantidade não inferior a 15%, com espessura de no mínimo 15cm e profundidade variada. O horizonte B apresenta as cores vermelho acinzentado ou alábico, indicando redução do ferro. São típicos de zonas quentes e úmidas, com estação seca bem definida. Encontram-se normalmente nas bordas de platôs e também em áreas ligeiramente dissecadas de chapadas. Ele é pobre em matéria orgânica, mas pode ser utilizado para o cultivo do arroz.

A figura 60 mostra a concentração humana no Território Kalunga, os tipos de solos e a rede hidrográfica, uma íntima relação entre homem e a natureza. Uma sinergia perfeita.

Os solos do Território Kalunga

Figura 60 – Hidrografia e tipos de solos do Território Quilombola Kalunga

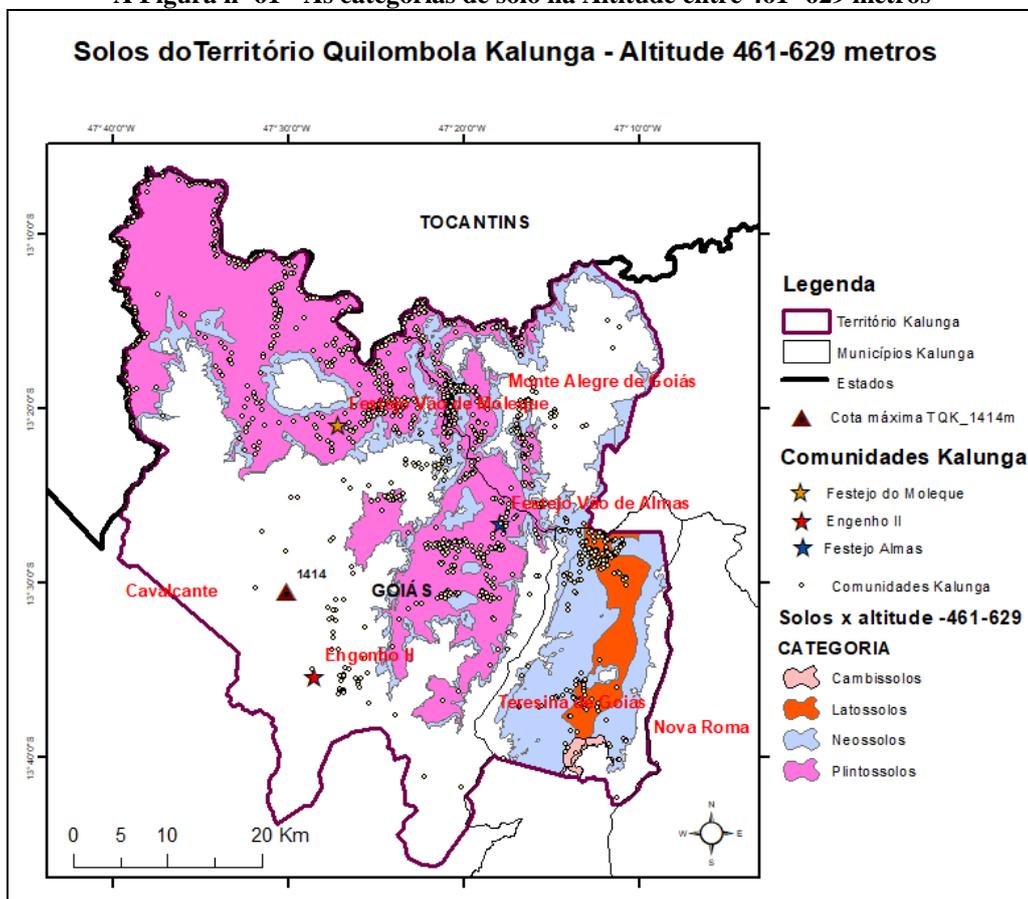


Fonte: Sebastião Fontenele França

Distribuição dos solos do Território Kalunga

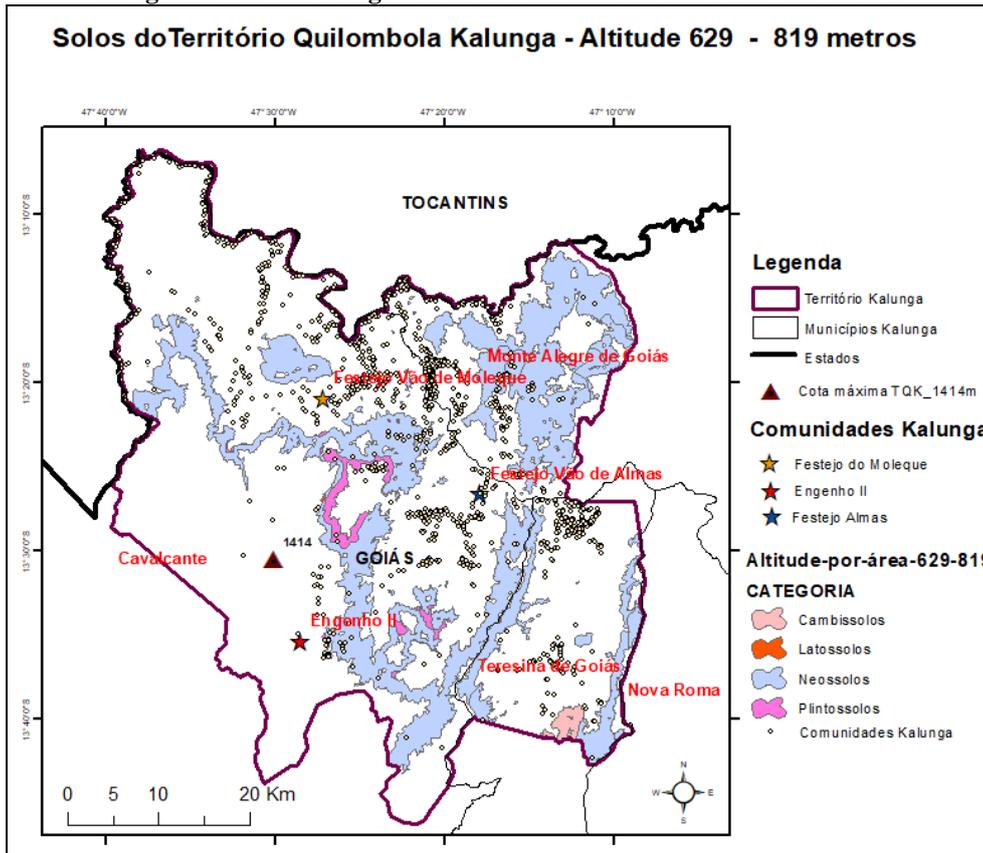
A partir da Figura 60, foram extraídos quatro outras de acordo as faixas de altitude, cuja finalidade é mostrar os tipos de solo dentro de cada uma, a concentração humana ao longo das margens dos principais rios, sendo a primeira faixa entre 461 – 629 metros, na qual se encontram: 1) Cambissolo, 2) Latossolo, 3) Neossolo e 4) Plintossolo. O primeiro é característico de relevo ondulados e forte-ondulados. No mapa, esse solo é pouco representativo e está localizado no sudeste do Território Kalunga. O segundo tipo de solo encontra-se fragmentado no Território Kalunga, em superfícies de aplainamento, ao longo do Ribeirão dos Bois, no município de Teresina de Goiás, e outras duas no alto do chapadão da Serra Santana, onde se localiza a Comunidade do Engenho. O terceiro tipo de solo é muito representativo no Território Kalunga e sua ocorrência se concentra nas regiões mais elevadas, onde a declividade é mais acentuada, o que dificulta a sua utilização para fins agricultáveis, que, por essa limitação, é muito utilizado para pastos. O quarto tipo de solo é encontrado na região da chapada localizada na Serra Santana. Por ser uma região que se restringe o uso de agrotóxico, também se restringe ao uso agricultável, o que direciona para o uso como pasto (Figs. 61, 62, 63 e 64).

A Figura nº 61 - As categorias de solo na Altitude entre 461 -629 metros

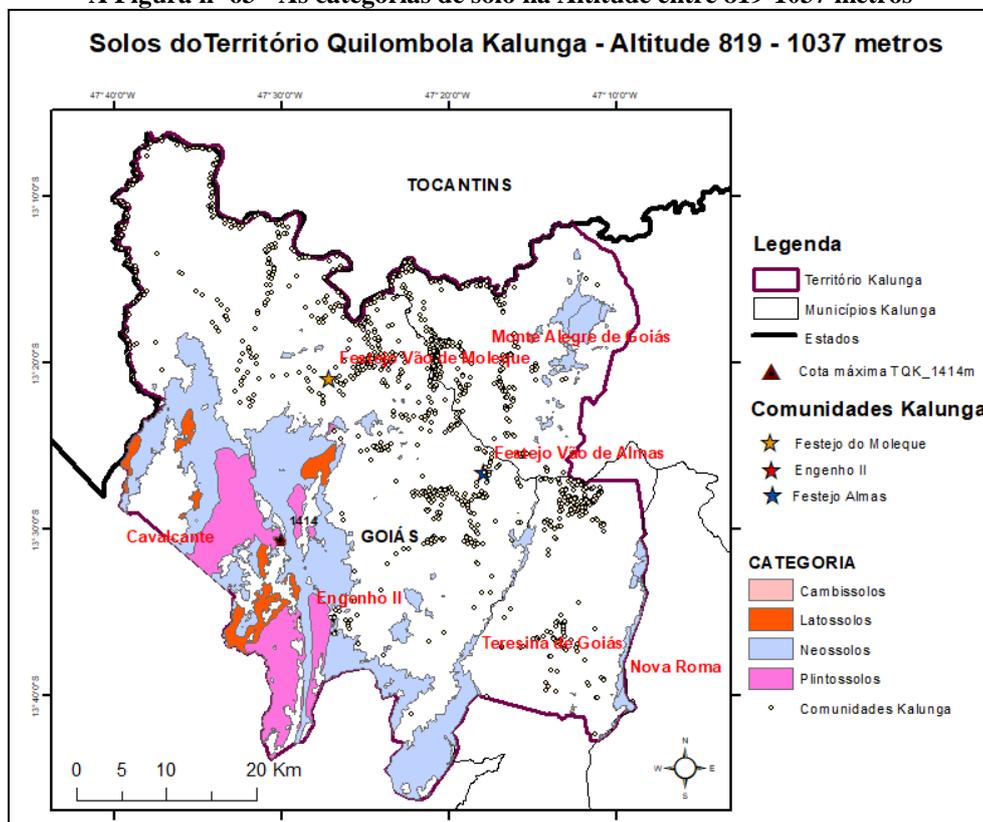


Fonte: Sebastião Fontenele França

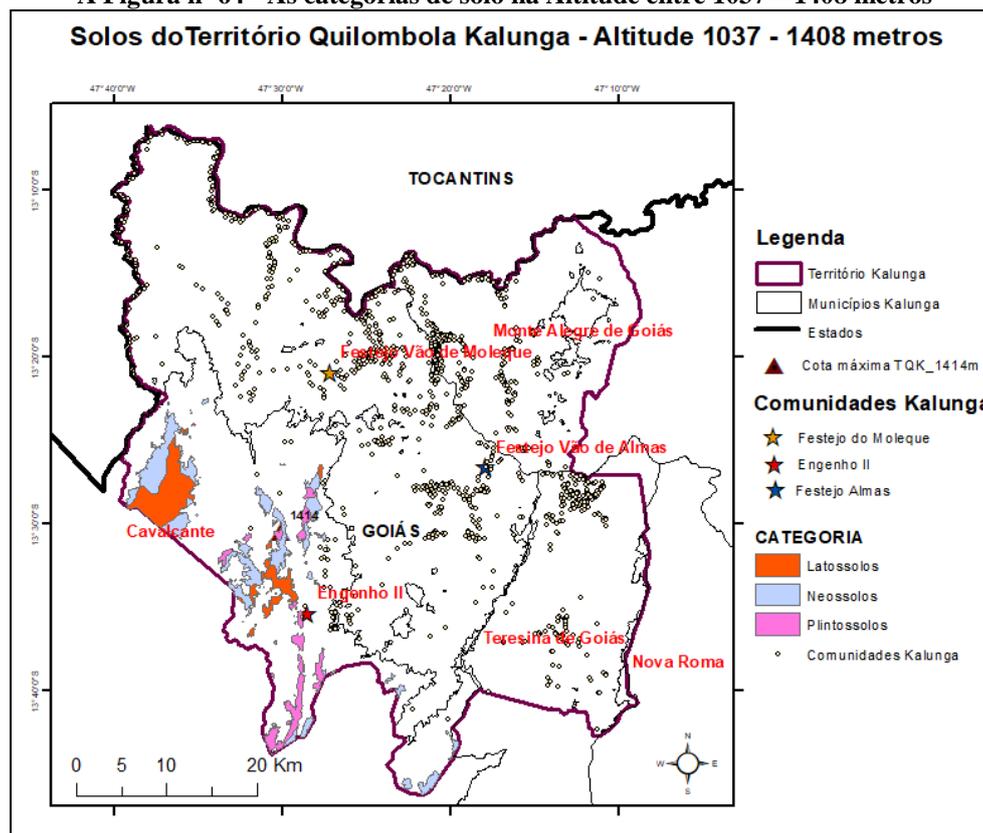
A Figura nº 62 - As categorias de solo na Altitude entre 629-829 metros



A Figura nº 63 - As categorias de solo na Altitude entre 819-1037 metros



A Figura nº 64 - As categorias de solo na Altitude entre 1037 – 1408 metros



Fonte: Sebastião Fontenele França

Nesse território sagrado, os solos, mesmo com pouca fertilidade, deram sustentação para as culturas da mandioca, do arroz, do feijão, da cana-de-açúcar, das favas, das hortaliças, do gergelim, da banana, do milho, do jiló, da laranja e, dependendo das condições climáticas locais, o café para o consumo interno das comunidades. Produz-se numa área de acordo com a qualidade solo, da água, do período de cheias nas várzeas. Produz-se no quintal as frutas, as hortaliças, e nas encostas e nos lugares próximos as grotas e córregos, as roças. O consumo de carne tem como base a galinha caipira e o frango, que são criados no terreiro, a carne bovina, que é consumida uma vez por semana e a carne suína, da própria produção. No meio Kalunga, a gricultura de subsistência sempre foi o carro forte da sua existência naquele “sertão”, mas, nos dias atuais, pela melhoria das estradas, que vêm tornando menos distante dos centros econômicos vizinhos, é notória a falta de vontade de produzir seus próprios alimentos, tudo pode ser comprado nesses lugares. Mas ainda há pessoas que preferem plantar e colher seus alimentos, como explica uma moradora da Comunidade chamada Maiadinha:

Kalunga que falar que passa fome porque não tem o que comer (...) que passa necessidade porque não tem terra boa pra plantar, que a plantação carece de água porque o rio é longe, é porque é preguiçoso, não tem braço pra trabalho (...). Meus fios tem tudo aqui, vou comprar pra que? O que precisam arrumo pra eles, planto tudo! O rio tá mais longe aqui, mas dô o meu jeito, como pode ver. Kalunga que

passa fome é porque quer (...). Dizem que a plantação não dá porque as formiga não deixa, mas porque aqui elas deixa? (DE JESUS SILVA *et al.*, 2015).

A área de uma roça varia entre 2.000 m² e 20.000 m², dependendo do número de consorciados, ou seja, as famílias (Figs. 65, 66 e 67), pois o trabalho é coletivo. Além da produção agrícola, os Kalunga também fabricam artesanatos, usufruem dos rios para a pesca e do subloso para o extrativismo.

Figura 65 – A Roça do Senhor Mochila, no Vão do Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 66 – Roça de arroz no Território Kalunga



Fonte: Vilmar Souza Costa

Figura 67 – Roça de arroz no Território Kalunga



Fonte: Vilmar Souza Costa

No que tange à criação de gado, o espaço territorial Kalunga oferece condições para a criação de gado e animais cavalares e muares, estes últimos históricos para os remanescentes de escravos. O gado é criado de forma extensiva, em toda a área territorial estudada (Fig. 68). Há uma variedade de gado chamado Curraleiro, conhecido também como Pé-Duro, tendo em vista sua rusticidade e facilidade de adaptação ao ambiente do cerrado (Fig. 69). O gado Curraleiro foi reintroduzido na área em 2007, num total de 86 cabeças, pois até 1960 essa raça ainda fazia parte do rebanho local, e que a partir da década de 1980 foi substituída pelo gado Nelore

Figura 68 – Gado Curraleiro – Pé-Duro – Vão do Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 69 – Gado Curraleiro – Pé-Duro – No alto da Serra Santana – Engenho II



Fonte: Sebastião Fontenele França

Os solos encontrados no Território Quilombola Kalunga são drenados por uma densa rede hidrográfica, mas sofre anualmente com a falta de chuvas, pois nos períodos de estiagem muitos rios e córregos secam e isso reflete na produção de alimentos e na criação de animais. Em setembro de 2016, quando este autor fazia pesquisa na área Kalunga, deparou-se com essa situação na Comunidade Kalunga do Ribeirão dos Bois. A Figura 70 mostra o Ribeirão dos Bois quase sem água, situação essa que deixa os Kalunga com pouca opção hídrica, até mesmo para o consumo humano.

Figura 70 – Córrego Ribeirão dos Bois – Comunidade Kalunga do Ribeirão dos Bois – Setembro de 2016



Fonte: Sebastião Fontenele França

Esses solos, em toda a sua extensão, não são tão férteis, e, por essa razão, dificultam a produção de alimentos de boa qualidade. No entanto as comunidades recebem apoio das prefeituras dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás, não na sua plenitude, mas para corrigir os défices de nutrientes. Além desse apoio, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás (EMATER-GOÍÁS) também oferece assistência aos produtores rurais quilombolas.

Características humanas

O território da Microrregião tem uma área de 21.337,612 km² e uma população estimada em 2016 de 67.994 (IBGE, 2017), distribuída em oito municípios, conforme Tabela 6.

TABELA 6 – CENSO DEMOGRÁFICO, PIB-PERCAPITA E IDHM DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DA CHAPADA DOS VEADEIROS

Municípios	Aérea (Km ²)	Censo de 2010	Censo de 2016*	Porc Cresc	PIB-R\$ (2014)	IDHM (2010)
Alto Paraíso de Goiás	2.593.904	6.885	7.454	8,26%	16.224,41	0,713
Cavalcante	6.953.666	9.392	9.803	4,37%	27.199,72	0,584
Campos Belos	724.068	18.410	19.665	6,82%	12.163,13	0,692
Colinas do Sul	1.708.188	3.523	3.540	0,48%	11.722,76	0,658
Monte Alegre de Goiás	3.119.808	7.730	8.392	8,56%	8.950,70	0,615
Nova Roma	2.135.960	3.471	3.453	-0,51%	10.316,48	0,634
São João D'Aliança	3.327.379	10.257	12.360	20,50%	17.230,31	0,685
Teresina de Goiás	774.639	3.016	3.327	10,31%	8.388,23	0,661
Total	21.337,612	62.684	67.994	8,47%	112.195,74	0,655(média)

*2016 – Previsão.

Fonte: IBGE (2017) - Adaptado pelo Autor

Para fins de análise do Território Quilombola Kalunga, extraiu-se dados da Tabela 6, referentes aos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, os quais mostram a área, os censos de 2010 e 2016, o percentual de crescimento da população entre eles, o PIB de 2014 e o IDHM de cada município, sendo Cavalcante o município mais importante nos quesitos área, censos e PIB, mas perdendo para os demais municípios nos quesitos percentual de crescimento e IDHM, podendo ser visto na Tabela 7.

TABELA 7 – CENSO DEMOGRÁFICO, PIB-PERCAPITA E IDHM DOS MUNICÍPIOS QUE COMPARTILHAM ÁREAS PARA USO-FRUTO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA KALUNGA

Municípios	Área (Km ²)	Censo/2010	Pop Est 2017*	Perc Cresc	PIB-R\$ (2015)	IDHM (2010)
Cavalcante	6.953.666	9.392	9.829	4,65%	25.562,28	0,584
Monte Alegre de Goiás	3.119.808	7.730	8.464	9,49%	9.357,26	0,615
Teresina de Goiás	774.639	3.016	3.363	11,50%	8.653,41	0,661
Total	10.843.113	20.138	21.522	6,87%	44.538,65	0,620(média)

*2017 – Previsão.

Fonte: IBGE (2017) - Adaptado pelo Autor

A Tabela 8 é o recorte do Território Quilombola Kalunga, cuja área é representada em porcentagem. Com relação à área total dos municípios que compartilham terras com o Território Kalunga, Cavalcante tem o maior percentual (64%), seguido de Monte Alegre de Goiás (29%) e Teresina de Goiás (7%). No que tange à área territorial Kalunga em relação a cada município, os percentuais são os seguintes: Cavalcante (25,97%), Monte Alegre de Goiás (13,62%) e Teresina de Goiás (49,36%), representando cerca de 253 mil hectares. Baiocchi (1999:39) afirma que “a população que hoje se apresenta formou-se com quilombolas, índios, posseiros e proprietários de terras que adentravam os sertões”.

Baiocchi (1999:38) diz que, por meio da história oral,

Existia uma mina de ouro ali bem perto, nessa mina trabalhavam muitos escravos. O nome da mina é Boa Vista, fizeram um rego grande prá levar água até a mina. Eram maltratados, o trabalho era por demais... O primeiro povo morador é do Kalunga, os Pereira que chegaram aqui tinha era índio. A Contenda passou por 03 mulheres, é terra doada de madrinha. As Areia tem caminho real onde passava o home do oro o fiscal que realizava a cobrança dos impostos, a captação para o governador. O Sicury é mais novo de terra comprada. O Vão do Muleque, Vão de Almas veio depois. O Ribeirão foi o último. Os cumpadre (índio) morava aqui. As moças passava nós com eles ficava amigo.

TABELA 8 – PERCENTUAL DAS ÁREAS DOS TRÊS MUNICÍPIOS QUE COMPARTILHAM ÁREAS PARA USO-FRUTO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA KALUNGA (Continua)

Território Kalunga x Municípios	Área Total (Km ²)	Perc em relação à área total	Área Kalunga (Km ²)	Perc área Kalunga (%)
Cavalcante	6.953.666	64%	1.806.28	25,97
Monte Alegre de Goiás	3.119.808	29%	425.07	13,62

(Continuação)

Território Kalunga x Municípios	Área Total (Km²)	Perc em relação à área total	Área Kalunga (Km²)	Perc área Kalunga (%)
Teresina de Goiás	774.639	7%	382.43	49,36
Total	10.843.113	100%	2.613.78	65,56
Área em Ha	261.378.037948			

Fonte: Sebastião Fontenele França

As comunidades quilombolas estão distribuídas em três vãos: Vão da Contenda, Vão de Almas e Vão do Moleque, conforme abaixo discriminado:

- 1) Vão da Contenda: Contenda, Curral de Taboca, Sucuri, Tinguizal, Areia, Faina, Bom Jardim, Riachão, Saco, Boa Vista, Boa Sorte, São Pedro, Olho D'água e encaixado nesse espaço fica o “Vão do Kalunga”.

O Vão da Contenda foi fruto de doação, e o nome originou-se da própria Serra da Contenda, que fica no lado de Monte Alegre de Goiás.

Aziz Cosac, em seu Artigo “A Arribação dos Calungas” (1970, *apud* Baiocchi (1999:83), descreve Contenda como:

Encravada numa cadeia de montanhas num mundo esquecido pela humanidade, a aldeia de Calunga, formada por ex-escravos evadidos da cidade de Arraias no Nordestegoiano, situou-se nos confins daqueles seridós. Mesmo na região, poucas pessoas conhecem a aldeia formada através dos séculos, cujos moradores fazem questão da ausência do homem branco naquelas paragens. Pretos negregosos vivem ali a sua vida tal qual nas aldeias distantes da terra africana, de onde viveram os seus antepassados trazidos nas amarguras dos navios negreiros, cuja condição abominável teve o seu fim decorridos os anos. Antes da chegada do abolucionismo da escravatura, Arraias manitinha uma legião de escravos a serviço de seu povo naquela época. Dentre os que para ali foram destinados muitos fugiram, escondendo-se nas serras das imediações, passando a viver com os recursos únicos da natureza, temendo a ira de seus perseguidores. E assim, foi formada a hoje aldeia Calunga nos sertões goianos nas imediações de Monte Alegre, recanto do Rio Paranã. As suas arribanas, construídas com palhas de babaçu e outros coqueiros, conservam as características e a simplicidade das aldeias da África. Pretos centenários verdadeiros decanos e negras que ainda conservavam as marcas da escravatura fizeram daquela aldeia o seu refúgio, criando os seus filhos, casando nos seus rituais e buscando nas lavouras os seus alimentos e no algodão a matéria-prima para os seus enfeites e suas vestes. À primeira vista a aldeia tem um aspecto sinistro e assustador. Os seus habitantes se escondem à aproximação dos curiosos. Fomos recebidos com hostilidades pelos decanos calungas que a muito custo amainaram com a nossa presença.

Dessa forma, Contenda se perpetuou naquele rincão do sertão goiano, território este sagrado por manter viva a historiografia do negro em Goiás.

- 2) Vão de Almas: Vargem, Jataroba, Paranã, Vão das Almas, Sobrado, Brejão, Limoeiro e Sucuri, Caiçara, Tarumã, Ribeiro, Taboca, Ema, Caldas, Soledade e Borrachudo. As comunidades do Vão de Almas se limitam pela margem esquerda do Rio Paranã e pelas margens do Rio das Almas e seus afluentes e circundadas

pelas serras e morros que desenham a paisagem. O Vão de Almas também é fruto da migração interna, que segundo Baiocchi (1999:78) os moradores do Kalunga, Saco Grande e Vão do Moleque, onde os Pereira, Dias, Faria, Fernandes de Castro, da Cunha, Mangano, Santos e Ribeiro de Souza, unem-se em matrimônios, perpetuando esse povo na região.

- 3) Vão do Moleque: Saco, Boa Vista, Lagoa, Terra Vermelha, Congonhas, Vargem Grande, Vargem da Capela, Fazendinha, Buriti Comprido, Boa Sorte, Córrego Mochila, Lagoa, Volta do Canto, Redenção, Altamira, Curriola, Morro, Córrego Fundo e Guarió. O Vão de Moleque situa-se à margem esquerda do grande Rio Paranã, apenas mais 50 km, pela estrada cavaleira que passa pelo Choco, o separa da cidade de Cavalcante. O Vão de Moleque recebe migração interna, formado por alianças matrimoniais (BAIOCCHI, 1999:78).
- 3) Engenho II. Fica entre a Serra Santana, Serras do Maquiné e da Paciência. Em termos de espaço físico, o Engenho se identifica mais com o Vão de Almas, mas ainda continua sendo uma comunidade, que se pode dizer autônoma, por ter sua vida própria.

As terras dessas comunidades foram ocupadas pelos negros em diferentes formas, e suas posses se deram ora por testamentos, nos quais os padrinhos deixavam para os seus afilhados um pedaço de terra, ora pela compra direta, quando os negros juntavam uma soma de dinheiro adquirido no trabalho nas minas e compravam direto dos senhores.

A outra forma era a aquisição de terras da Igreja, as chamadas *terras de santo*. Dessa forma, “iam-se formando as *terras de preto*, que pertenciam às famílias de escravos e ex-escravos” (MEC, 2001). Pelas pesquisas realizadas nessas áreas, e ouvindo os mais antigos residentes nesses vãos, registra-se aqui uma ordem de ocupação do Território Kalunga, que ocorreu da seguinte forma: primeiro, Contenda e Vão de Almas, que irradiaram negros para o Vão de Moleque e Ribeirão dos Bois. Também há uma migração desses núcleos para as sedes dos municípios vizinhos: Monte Alegre de Goiás, Teresina de Goiás, Cavalcante, Alto Paraíso, e também para as grandes cidades: Brasília e Goiânia, em busca de uma vida melhor. No caso de Ribeirão dos Bois, denominação esta que substituiu a de Ribeirão dos Negros, por considerarem os kalunga como uma expressão depreciativa, tem a ocupação mais recente e sofre até hoje as agruras da modernidade, em que as suas terras foram invadidas por grileiros, posseiros, empresarios rurais e fazendeiros. Em termos quantitativos, ainda não há

um censo preciso e sim uma estimativa baseada nas informações da AQK²⁶ e da Secretaria de Saúde da Cidade de Cavalcante – Goiás, as quais contabilizam o seguinte:

- Vão de Moleque: 412 famílias, com 2.060 pessoas;
- Vão de Almas: 350 famílias, com 1.750 pessoas;
- Teresina de Goiás (Ema, Diadema, Ribeirão dos Bois, Limoeiro), 300 famílias, com 1.500 pessoas;
- Monte Alegre de Goiás: 570 famílias, com 2.850 pessoas; Engenho II: 150 famílias, com 750 pessoas.

Segundo informações do presidente da AQK, em entrevista em 2017, cada família corresponde, em média, a cinco pessoas (Tabela 9).

TABELA 9 – ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DAS COMUNIDADES KALUNGA NOS LIMITES DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Comunidades	Área Total (ha)	Famílias	Pessoas
Vão de Moleque		412	2.060
Vão de Almas	253 mil ha	350	1.750
Engenho II		150	750
Teresina de Goiás		300	1.500
Monte Alegre de Goiás		570	2.850
Total		1.782	8.910

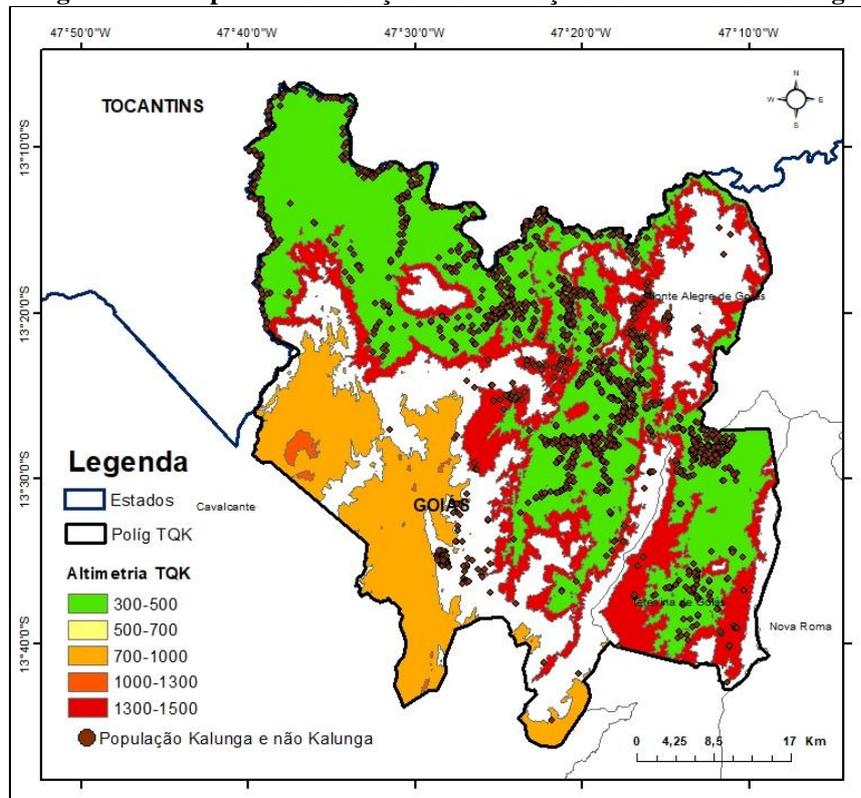
Fonte: AQK, adaptada pelo Autor

Até o final de 2017, esta era a estimativa da população do Território Quilombola Kalunga. Por ser difícil o acesso à área do Território, principalmente nos vãos de Almas e Moleque, ainda não se conhece números mais concretos e confiáveis. Outro aspecto que dificulta a contagem da população naquele local é a distribuição das moradias, uma vez que são muito dispersas no território. Entretanto, em 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) concluiu novo levantamento, específico para a área, mas os dados ainda não foram divulgados, o que certamente trará novos números, podendo oscilar para mais ou para menos. As Figuras 71 e 72, mostram, respectivamente, a distribuição das edificações no Território Kalunga, que foram extraídas do Google Earth, podendo ser residências ou apêndices das mesmas, e a densidade dessas edificações. É importante ressaltar que esses mapas não retratam a realidade demográfica Kalunga, mas que serviram apenas para

²⁶ Associação Quilombo Kalunga (AQK): Essa associação foi criada em 1999 com a missão de defender e representar o povo Kalunga. É uma organização comunitária formada por moradores do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, o maior território quilombo do Brasil. Conhecidos também como Associação Mãe, congregam as comunidades Kalunga dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre, assim como outras associações menores. Esta associação é destinada a promover a defesa dos interesses de todos os quilombolas Kalunga, e representar sua comunidade em todas as instâncias legais e administrativas.

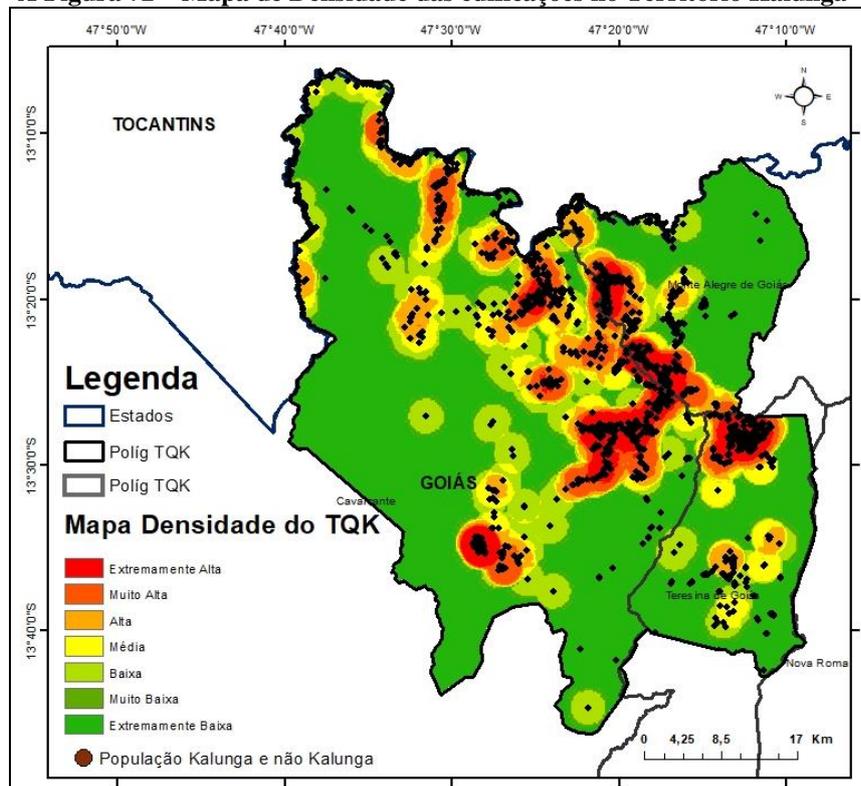
demonstrar a ocupação da área como Quilombo, ou seja, as partes mais baixas cercadas por serras e chapadas.

A Figura 71 – Mapa de Distribuição das edificações no Território Kalunga



Fonte: Sebastião Fontenele França

A Figura 72 – Mapa de Densidade das edificações no Território Kalunga



Fonte: Sebastião Fontenele França

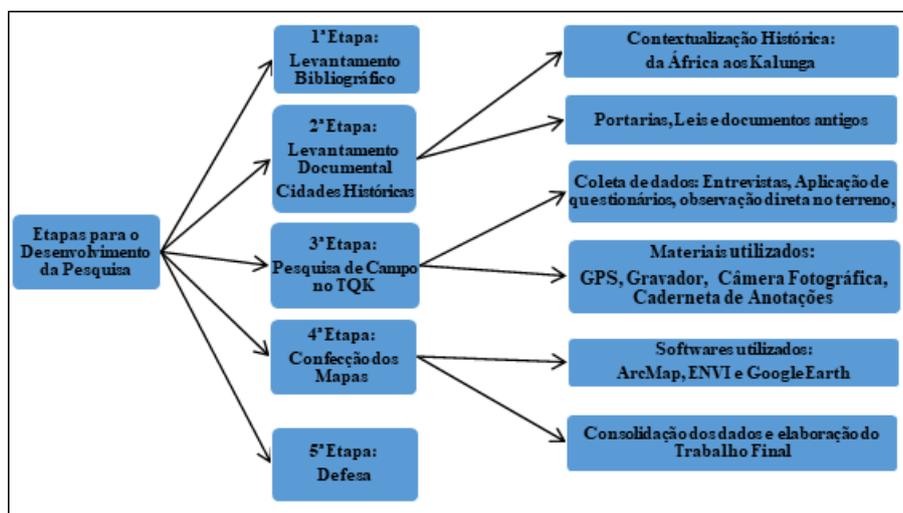
CAPÍTULO 3 – MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Aspectos gerais e estrutura metodológica da Pesquisa

Numa pesquisa, o que se pretende é apropriar-se de informações que possam subsidiar um trabalho final, o que necessariamente segue um ritual conforme o foco da pesquisa. Como metodologia, trabalhou-se com a qualitativa, na qual foram levantados dados históricos dos negros na rota para Goiás, e quantitativa, porque procurou-se dar ênfase aos aspectos do relevo, para mostrar as diversas altitudes por onde passam as velhas estradas cavaleiras, hoje servindo de vias, sem asfalto, para veículos, e trilhas antigas que ainda servem aos menos abastados, que circulam com seus muare para terem acesso aos municípios vizinhos. Quantitativo, ainda, porque contabilizou-se as populações dos municípios da Microrregião das Chapadas dos Veadeiros, dos municípios que, por força da lei, compartilham terras com os Kalunga, bem como das populações do próprio Sítio Histórico.

Para alcançar os objetivos propostos, as seguintes etapas foram adotadas, conforme disposto no Fluxograma das Etapas para o desenvolvimento da pesquisa (Fig. 73):

Figura 73 – Fluxograma das Etapas para o desenvolvimento da Pesquisa



Fonte: Sebastião Fontenele França

- Na primeira Etapa, foi realizada a Pesquisa Bibliográfica, todas relacionadas com o tema da pesquisa;
- Na segunda Etapa, foi realizada a Pesquisa Documental, instrumento esse de grande importância para identificar documentos antigos sobre a passagem do negro no

Centro Norte de Goiás e Centro Sul de Tocantins. Nesta Etapa, foram visitadas as Cidades goianas de Corumbá de Goiás, Pirenópolis, Teresina de Goiás, Monte Alegre de Goiás, Cavalcante, Jaraguá, Cidade de Goiás (antiga Goiás Velho), Arraias, Natividade, Paranã e Porto Nacional, no Estado de Tocantins. Na primeira e segunda Etapas, foram levantados dados sobre os aspectos físicos, sociais, políticos e institucionais, para identificação e análise de obras publicadas referentes à área estudada, como por exemplo: a inserção do negro na historiografia brasileira, a partir da sua saída do Continente Africano, sua entrada do Território Brasileiro e, dando continuidade à “Diáspora africana”, também a sua inserção no Estado de Goiás, onde três caminhos originados em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador contribuíram para formar exércitos de mão de obra para as minas de ouro e outros metais preciosos descobertos na antiga Capitania de Goiás;

- Na terceira Etapa, ocorreram as Pesquisas de Campo, em forma de Estudo de Caso, na área do Território Kalunga, momento em que foram aplicados os questionários e feitas as entrevistas. As Comunidades Kalunga do Engenho II, Vão de Almas e Vão de Moleque e, por encontrar-se na rota de um dos caminhos percorridos no Funil do Rio Paranã, a comunidade do Ribeirão dos Bois, foram os focos principais das pesquisas de campo. Esta Etapa teve ainda o objetivo de observar as questões sociais e econômicas, que, de certa forma, interferem nas relações entre os seus membros e nas relações desses com o meio ambiente em que vivem, além de auscultar o Povo Kalunga quanto ao aspecto principal da pesquisa, que foi o de responder ao quesito Hipótese.

O Estudo de Caso foi importante porque buscou-se identificar, por meio de fotografias, a rede hidrográfica, os saltos que abrigam cachoeiras, as nascentes de rios das áreas locais, a morfologia do relevo, com a finalidade de mostrar a integração desses elementos e, principalmente, fazer a inter-relação com a ocupação dessas áreas pelos Kalunga, para justificar que as condições de acessibilidade perpetuaram esse povo nesse mar de serras e vãos por mais de dois séculos de história. O Estudo de Caso levou o Pesquisador a mergulhar em profundidade na área Kalunga para confirmar a hipótese desta Tese referente à parte física. O mapeamento físico da área do Sítio Histórico e Patrimônio Quilombola Kalunga também foi a marca desta pesquisa, onde procurou-se dar vida aos aspectos físico-geográficos, mostrando em três dimensões a morfologia do relevo, aspecto esse de grande importância para entender o grau de isolamento dos quilombolas. Os

caminhos externos que ligam os municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás ao interior do Território Kalunga, bem como os caminhos internos que ligam as comunidades quilombolas locais, foram estudados levando-se em consideração a altitude do relevo, pois foi neste ambiente que essa gente sobreviveu e continua vivendo até os dias atuais. Todas as pesquisas de campo foram realizadas com o auxílio do GPS, cujo objetivo foi tirar a altitude do relevo ao longo das trilhas e demonstrar, após a confecção dos mapas, o desnível do mesmo para demonstrar o grau de isolamento das comunidades Kalunga. Isolamento esse que caracterizou o Território como Quilombo.

Optou-se pelo Estudo de Caso porque “envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a se obter o amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2006:1).

Dencker (2000) afirma que:

O estudo de caso pode abranger análise de exame de registros, observação de acontecimentos, entrevistas estruturadas e não-estruturadas ou qualquer outra técnica de pesquisa. Seu objeto pode ser um indivíduo, um grupo, uma organização, um conjunto de organizações ou, até mesmo, uma situação.

E complementa Gil (2006:8), dizendo:

A maior utilidade do estudo de caso é verificada nas pesquisas exploratórias. Por sua flexibilidade, é sugerido nas fases iniciais da pesquisa de temas complexos para a construção de hipóteses ou reformulação do problema. É utilizado nas mais diversas áreas do conhecimento. A coleta de dados geralmente é feita por mais de um procedimento. Entre os mais usados, estão: a observação, a análise de documentos, a entrevista e a história da vida.

Essas argumentações reforçaram a importância de se buscar as respostas diretamente no campo de pesquisa, ou seja, lá no Sítio Kalunga. De 2015 a dezembro de 2018, foram realizadas mais de dez expedições nos Estados de Tocantins e Goiás, e em especial na área do Território Kalunga.

Ainda no Estudo de Caso, foi levantada também a possibilidade de implantar sistemas energéticos sustentáveis, considerando que a área apresenta os principais elementos pontenciadores para a geração de energia limpa;

Concomitante à realização do Estudo de Caso, foram realizadas entrevistas com atores locais com a finalidade de identificar os problemas relacionados ao uso e ocupação do território da Microrregião da Chapada dos Veadeiros, mas com abrangência nos territórios da APA Pouso Alto, Kalunga, bem como a sobreposição dessas áreas com as dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás. Ressalta-se, portanto, que as entrevistas foram sendo

complementadas à medida que novos fatos foram ocorrendo. Mas o foco principal foi o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, mais precisamente nas comunidades do Engenho II e nos Vãos de Almas e Moleque, pois de lá vieram as respostas para fundamentar o objeto de estudo desta pesquisa. As perguntas foram feitas de forma direta, ou seja, oralmente, e as respostas foram respondidas livremente e anotadas pelo Pesquisador. Em algumas entrevistas, foi utilizado o recurso de gravação que facilitou muito a análise das respostas. As entrevistas foram realizadas ao longo dos caminhos, nos quais se encontravam famílias Kalunga, e seguiram o roteiro pré-estabelecido pelo Pesquisador, mas sempre preservando a privacidade e o interesse do entrevistado em querer colaborar. Antes da entrevista, o Pesquisador se identificava como aluno do Doutorado de Geografia da Universidade de Brasília (UnB). Os registros fotográficos e as gravações sempre foram autorizados previamente. Em alguns casos, as pessoas pediam para não serem fotografadas, e isso sempre foi atendido.

O questionário foi uma das técnicas utilizadas para coletar os dados na área do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga e sua aplicação foi realizada no momento das entrevistas, cuja finalidade foi direcionar, não de forma tendenciosa, as respostas aos objetivos da pesquisa, e isso foi de grande valia, uma vez que complementou a oralidade das entrevistas. É importante ressaltar que os dados coletados no questionário foram apresentados de forma descritiva ao longo da Tese.

Gil (1996) corrobora com este instrumento de coleta de dados afirmando que “esta técnica de investigação composta por questões apresentadas por escrito as pessoas, tem a intenção de identificar o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas e outras”.

Uma técnica muito utilizada no momento das entrevistas foi a de eliminar as influências negativas, dentre elas o preconceito cultural, ou seja, a entrevista foi realizada levando-se em consideração, em primeiro lugar, ao respeito pela cultura do Povo Kalunga.

- Na quarta Etapa ocorreram, concomitante, a todas as etapas anteriores, uma vez que à medida que elas iam acontecendo, os mapas iam sendo confeccionados;
- Na quinta Etapa foi a parte final do trabalho, foi nela que foram compilados e registrados os dados no corpo da Tese e feitas as revisões de conteúdo e de forma. Esta Etapa foi a preparação para a Defesa do Trabalho.

Para o cumprimento das etapas, foram utilizados, como instrumentos de apoio, softwares específicos, a exemplo do ArcGIS 10.5 e do ENVI, que contribuíram para o seguinte desenvolvimento: 1) Elaboração de Composição Colorida (RGB) com parâmetros morfométricos, a partir do Modelo Digital de Elevação (MDE) da *Shuttle Radar Topography Mission* (SRTM). A metodologia teve como base nos trabalhos realizados por Silva (1987), sob a ótica da Teoria dos Sistemas. As imagens do relevo realçado foram geradas em composições coloridas RGB (*Red, Green e Blue*), na escala de 1:100.000, conforme adaptação do padrão de tabela de cores da USGS (*United States Geological Survey*). 2) Os mapas vetoriais tiveram como base de dados as tabelas de atributos desses instrumentos. 3) Foram confeccionados mapas vetoriais sobre os aspectos físicos e humanos da Microrregião da Chapada dos Veadeiros, com ênfase na APA Pouso Alto, Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, com dados extraídos do Sistema Estadual de Geoinformação do Estado de Goiás (SIEG), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Foi utilizado, também, o Google Earth, de onde foram extraídos os pontos de edificações da área do Território Kalunga.

Fontes de Dados

Para a consecução dos objetivos, as seguintes fontes de dados e informações foram consideradas:

- 1) Livros, Jornais, Relatórios do IBGE, Boletins Estatísticos, Informativos, periódicos, revistas, jornais, arquivos em mídia eletrônica;
- 2) Artigos científicos internacionais e nacionais, Documentos estatísticos produzidos por órgãos públicos ou privados;
- 3) Constituição Federal;
- 4) Decretos e Leis Federais e Estaduais;
- 5) Plano de Manejo da APA Pouso Alto;
- 6) Portarias do INCRA e da Fundação Palmares;
- 7) Google Acadêmico. De onde foram extraídos os principais artigos científicos relacionados ao tema da pesquisa.

Instrumentos Operacionais e de Pesquisa

- 1) ArcGis. Esse software foi utilizado para confeccionar os mapas físicos e humanos da Microrregião Norte de Goiás, da APA Pouso Alto, dos municípios envolvidos e do Sítio Histórico e Patrimônio Kalunga;
- 2) Google Earth. Essa ferramenta foi de extrema importância para o desenvolvimento desta pesquisa, uma que foram extraídos os pontos geográficos de edificações (residências ou não) para elaboração do mapa de densidade;
- 3) Cartas Topográficas extraídas do Site da Diretoria do Serviço Geográfico (DSG);
- 4) Cartas Topográficas e Modelo Digital de Elevação extraídos do Banco de Dados Geomorfométricos do Brasil – TOPODATA (DSR/INPE);
- 5) *United States Geological Survey* (USGS). – Nesse Site foi extraído o Modelo Digital de Elevação (MDE) da base *Shuttle Radar Topography Mission* (SRTM), disponibilizado pelo Site do Science for Changing World (USGS), na rede mundial de computadores.

Material e Método

Para alcançar os objetivos propostos, os seguintes passos metodológicos foram adotados:

1. Foi Selecionado o material bibliográfico específico sobre os aspectos físicos, humanos da região, principalmente no que diz respeito à historiografia dos Quilombolas Kalunga;
2. Foi levantado, junto aos órgãos competentes do Estado de Goiás, leis, resoluções, portarias e projetos votados para a sustentabilidade ambiental da região Norte do Estado, com o propósito de investigar o fiel cumprimento ou não por parte dos atores envolvidos;
3. No Sistema Estadual de Geoinformação (SIEG), do Estado de Goiás e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), foram levantados dados vetoriais do relevo, do clima, da altitude, da geomorfologia e pedologia, da vegetação e do uso do solo, bem como da rede hidrográfica, posteriormente, foram gerados os mapas correspondentes, onde foram feitas as análises desses vetores. As ferramentas de análise foram o ENVI e ARCGIS, imagens do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na resolução 30 metros e na escala de 1:250.000.

Análise e interpretação dos dados

A análise é de extrema importância numa pesquisa científica, sendo a partir dela que se pode interpretar os dados coletados e fazer a relação entre eles, de modo a chegar à resposta pretendida, ou não. Para esta etapa, pode-se escolher, da forma mais apropriada, o tipo de análise, se qualitativa ou quantitativa. Segundo Dencker (2000), “é conveniente a realização de uma análise descritiva, apresentando uma visão geral dos resultados, e na sequência, análise dos dados cruzados, que possibilita perceber as relações entre as categorias de informação, e da análise interpretativa”.

Foi seguindo essa linha de pensamento que optou-se pela análise descritiva, a qual possibilitou “enxergar” os fenômenos, que no Capítulo de Discussão dos Resultados, suas informações se cruzaram.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

“O SAGRADO TERRITÓRIO”

Este capítulo inicia-se com a narrativa de Tina Evaristo, Jornalista, que percorreu no Jornal Eletrônico Parabólica o tema: “Kalunga: uma viagem no tempo, um pouco da cronologia histórica do povo Kalunga”, que se embrenhou nas mais remotas serras da Chapada dos Veadeiros, na condição de aquilombados (EVARISTO, 2018).

Para não ficar uma narrativa tão densa e cansativa de ler, optou-se por dividi-la em recortes que apresentam momentos diversos, para que se possa entender uma lógica na ocupação do espaço geográfico Kalunga:

1) A ocupação do espaço:

Nos vãos da Serra Geral, no Nordeste de Goiás, o tempo parou de correr por volta de 1722, no início do ciclo do ouro, quando os negros que eram usados como mão de obra escrava nas árduas tarefas de garimpagem se rebelaram contra seus senhores. Eles fugiram e esconderam-se no mato adentro. Foi assim que surgiu o Kalunga, um dos tantos quilombos do Brasil. A escolha do local não poderia ter sido mais estratégica. De um lado, as inóspitas serras goianas e, do outro, o rio Paranã. Hoje, para se ter acesso à região, é preciso dirigir 40 km em estrada de terra e descer o rio, para os mais afortunados que podem contar com o apoio de uma canoa, ou caminhar 36 km em picadas feitas no mato, só conhecidas por quem nasceu na região.

O recorte 1 é a expressão que aproxima os Kalunga ao estado de isolamento, de aquilombado, o que contribui para confirmar a hipótese desta Tese, isso porque nenhuma pessoa, em sua consciência, se sujeitaria a viver por quase três centenas de anos num lugar distante de tudo o que se pode imaginar em termos sociais, de oportunidades de crescimento intelectual, de viver à margem da chamada “sociedade desenvolvida”, dentre outros dispositivos legais, como políticas públicas voltadas para o bem-estar, na área de saúde, de infraestrutura (boas estradas, água de qualidade, saneamento básico), de educação, alimentação e vestimentas. No entanto, por razões de intolerância racial e pela importância que tinham na relação de trabalho, só que de escravos ou remanescentes desses, esse povo escondeu-se nos vãos do Nordeste de Goiás, pois foi lá que encontraram um ambiente seguro.

2) Os primeiros contatos com o Estado:

No século XVIII, nenhum capitão-do-mato teria qualquer chance de encontrá-los. Hoje, cerca de 4 mil descendentes dos quilombolas ainda vivem na região, onde ocupam 237 mil ha, e conservam os mesmos traços culturais e o modo de produção apreendidos com os antepassados escravos. Seus primeiros contatos com outros brasileiros foram feitos em 1982, quando um grupo de antropólogos da Universidade Federal de Goiás, que havia dez anos suspeitava da existência de

uma remanescência de quilombo naquele local, chegou aos Kalunga. A maioria ainda não sabia que, pelo menos no papel, a escravidão havia sido abolida.

O recorte 2 reforça a necessidade de isolamento desses remanescentes nas serras e vãos daquele “sertão”, uma vez que os capitães-do-mato, a serviços de seus senhores, se embrenhavam nos “mares de serras”, e suas densas vegetações, a procura dessa mão de obra que se evadiu das minas e engenhos, o que causou grande prejuízo ao poder econômico de então, até porque esses escravos representavam custos às empresas da época. É importante ressaltar que esse isolamento contribuiu também para fortalecer a cultura africana de geração em geração.

3) A sobrevivência do grupo:

As casas são todas feitas de adobe, telhado de folha de piaçava e chão de terra batida. A farinha é a única produção da região, fabricada de maneira artesanal e carregada em lombo de burro por uma distância de 30 km até Monte Alegre, Terezina ou Cavalcante, as cidades mais próximas, onde é trocada principalmente por sal, açúcar, cachaça e querosene. Em Kalunga não existe dinheiro. A economia é à base do escambo. Os Kalunga vivem da agricultura e da pesca e, apesar de se alimentarem basicamente de mandioca, farinha, arroz e peixe, não ficam doentes com facilidade.

O recorte 3 traz a realidade dos Kalunga que sempre tiveram certa autonomia econômica com relação à cidade, pois os mesmos se restringiam aos “muros do quilombo”, dependiam muito pouco do comércio externo, até porque sua economia foi construída na base da subsistência. A simplicidade foi a marca dessa gente, começando com suas casas em suas construções utilizaram materiais domésticos, como barro, palhas, cipós, embiras e entrelaçamento de madeiras. O burro sempre foi o seu meio de transporte, mas também os pequenos barcos. Eletricidade? Nem pensar, pois até o início do Século XXI várias comunidades Kalunga não receberam energia elétrica. O querosene ainda continua sendo utilizado nas lamparinas. Mas nem isso abala essa gente.

4) O contato com a terra:

A maior causa de morte continuam sendo as picadas de cobra, que eles tratam com chá de palmito de guariroba e de pimenta malagueta. “É muito bom para combater o veneno”, garante seu Salú, que desde 1990 afirma ter 72 anos. O tempo para os Kalunga não é coisa importante, as pessoas em geral não sabem ao certo a idade que têm. As crianças andam de pés descalços pelo mato e nadam nas águas frias do Paranã. Aliás, desde o nascimento, não recebem muita assistência.

O recorte 4 mostra a intimidade que o Kalunga tem com o meio ambiente e muitos ainda não assumiram que estão no Século XXI, ainda continuam como se estivessem em regime de escravidão. Na verdade, estão, e vão continuar por muito tempo enquanto o Estado não assumi-los como filhos da terra, como brasileiros.

5) A importância da parteira na vida dos Kalunga:

As mães têm seus filhos por parto normal, deitadas em camas feitas com varas e coberta com folhas de coqueiro. Os serviços de obstetrícia e enfermagem são prestados por uma velha parteira, quando ela aparece. Quita, 28 anos, teve seus seis filhos todos em casa, sendo que alguns contaram apenas com o esforço da mãe para nascer. A sogra de Quita apareceu depois do parto para cortar o cordão umbilical com uma tesoura velha, esterilizada no fogo do fogão a lenha. O leite materno é oferecido às crianças enquanto elas quiserem ou enquanto a mãe tiver. Depois passam a comer papa de arroz com caldo de peixe e mingau feito com farinha, água e açúcar.

O recorte 5 é um dos pontos que merece destaque na relação do Kalunga com a terra, com o chão, com a vida. Sobreviver a um parto natural, no meio do mato, sem recursos modernos nenhum, distante da sociedade industrializada, pode-se dizer que é uma dádiva de Deus. Manter uma população com mais de oito mil pessoas, em ritmo crescente, muitas vezes equivalente a uma pequena cidade do interior do País, sem os recursos da medicina moderna, as parteiras fizeram muito bem o seu papel. Isso contribuiu para a “sacralização do território”, pois a vida é sagrada.

6) Pequenas coisas, grandes diferenças:

Alguns Kalunga já estiveram em cidades como Brasília e Goiânia; outros, somente nos vilarejos próximos, mas todos são unânimes em afirmar: "não troco o mato por cidade nenhuma". É o caso de dona Procópio, 62 anos, que nasceu e viveu toda sua vida em Kalunga. A única coisa que cobiça da cidade e que gostaria de ter perto de casa é uma quitanda, "mas só para comprar as coisas que não podemos fazer aqui". Dona Procópio tem um rádio que sintoniza, todos os dias, religiosamente, às 20 horas, na Rádio Nacional AM. Este, segundo ela, é o único divertimento além das festas religiosas em homenagem a Nossa Senhora da Abadia, que ocorrem em agosto e setembro. "O rádio é bom demais. O problema é quando as pilhas acabam e a gente não tem como ir na cidade comprar. Aí é muito triste".

O recorte 6 deixa qualquer um emocionado. Todo ser humano tem suas aspirações, seus projetos de vida, sejam simples ou complexos, mas tem. Não é diferente o Povo Kalunga, que vem, a passos largos, socializando-se, inserindo-se na modernidade. Entretanto, como o mundo deles sempre foi mais humilde, mais simples, suas conquistas, seus projetos também os são. Viajando no interior dos Vãos de Almas e Moleque ainda se depara com situações dessa natureza: pessoas ouvindo seus rádios de pilha e informando-se do que está acontecendo do lado de lá. Na maioria das vezes, não entendem a linguagem desses do lado de lá, mas só pelo fato de ouvir a voz de alguém já se sentem satisfeitos.

7) As políticas públicas como instrumento de manobra

A cidade mais próxima, Monte Alegre, fica a uma caminhada de no mínimo seis horas. Outra coisa que incomoda dona Procópio, esposa de seu Salú, é o fato dos políticos irem aos Kalunga na véspera de cada eleição e prometerem coisas que nunca cumprem. "Dessa vez eles fizeram inscrição para uma tal de cesta básica. Ficaram aqui quatro dias festando. No dia de votar, eles vão vir aqui no mato buscar a gente, mas eu não sei se vão trazer água até aqui e se vão construir uma escola nova. É isso que a gente vem pedindo para o prefeito há muito tempo".

O recorte 7 é uma das realidades que ocorrem em todas as esferas políticas. Ser político nem sempre reflete a honestidade, a ética, e como esse fenômeno não ocorre na sua totalidade, a sociedade se deixa levar por promessas sem fundamentos, oportunistas, eleitoreiras, o que não exclui o Povo Kalunga. Em todas as festas que ocorrem nos vãos, lá estão os políticos, principalmente se está próximo de eleições. As estradas são patroladas ou cascalhadas, as secretarias dos governos locais lá estão, enfim, um aparato municipal é colocado à disposição das comunidades. Passou a festa, são esquecidos. Enfim, esses sete trechos resumem a íntima relação dos afrodescendentes Kalunga com o seu espaço geográfico, que foi contruído na lógica da sobrevivência, onde todos vivem na mais profunda relação de ética, de cumplicidade, de grupo, de participação, de divisão de trabalho e de respeito um pelo outro, tudo isso podendo ser resumido numa pequena frase: “um são todos; e todos são um”.

A seguir, serão apresentados e discutidos alguns caminhos de relação no interior dos Vãos de Almas, Moleque, Contenda, Comunidade do Engenho II, Ema e Diadema, todos explorados pelo Pesquisador e sua equipe de apoio. São caminhos com vida, nas esferas humanas, animais, vegetais, mas também históricos. Esses caminhos inalam história, resgatam o passado dos Kalunga.

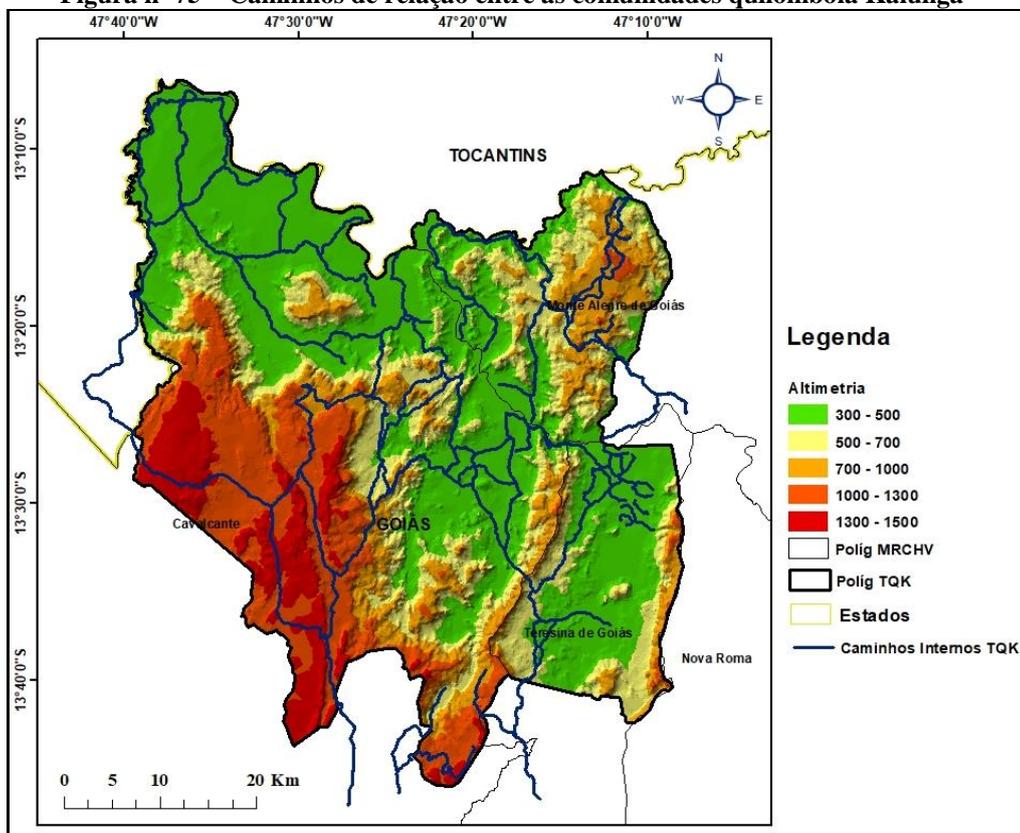
4.1 Os caminhos antigos da Chapada dos Veadeiros e suas relações com o Território Kalunga

O Território Kalunga é o resultado da procura ao ouro em todo o País, e, no caso desta pesquisa, a Microrregião da Chapada dos Veadeiros, um ponto de encontro entre os principais caminhos que circulavam riquezas e sofrimento, que partiram de três capitais distantes: São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro. A Figura nº 74 mostra a espinha dorçal que, a partir dela, deu início à formação dos diversos caminhos que hoje cortam o interior desse território. Foram mais de dois séculos para moldar os limites da terra Kalunga nessa Microrregião e desenhar as linhas de relação que ligam as residências entre si e os pontos estratégicos que ligaram no passado, e também no presente, em todo o limite territorial Kalunga.

preservado. Mas o relevo ainda continua sendo o grande entrave para que o desenvolvimento chegue às comunidades afrodescentes daquele lugar. As melhorias nas estradas somente chegam na época dos festejos, pois o deslocamento de quilombolas ou de pessoas comuns fora disso não é muito grande nessa época. No restante do ano, essas estradas ficam quase intransitáveis em determinados trechos para carros pequenos, sendo possível o trânsito para veículos traçados.

Esta pesquisa limitou-se a alguns caminhos internos do Território Kalunga, para entender a relação que existe entre as comunidades do Engenho II, Vão de Almas, Vão do Moleque, Contenda, Kalunga, Ema e Diadema, dentre outras, bem como os caminhos que ligam as sedes dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás com os referidos vãos. A comunicação entre essas sedes se dá por um numero reduzido de estradas que serpenteiam as serras, num labirinto de difícil acesso. A altitude varia entre 300m e 1400m. Por esses caminhos no interior desse ambiente sagrado circulam vidas humanas que se relacionam entre si, que por eles também circula todo tipo de solidariedade, aspecto esse que contribuiu para tornar os Kalunga independentes do mundo exterior, ou seja, o mundo que circundava seu habitat.

Figura nº 75 – Caminhos de relação entre as comunidades quilombola Kalunga



Fonte: Sebastião Fontenele França

Aqui, sem menosprezar os demais capítulos desta Tese, verdadeiramente inicia-se a parte mais representativa desta pesquisa, isto porque as respostas às confirmações constantes da hipótese começam a ser elucidadas. Os trabalhos se iniciaram tão logo o Pesquisador tomou conhecimento de sua aprovação na seleção do Doutorado de Geografia, em fevereiro de 2015 e, diante disso, apresentava-se à sua frente uma longa jornada a ser desenvolvida na área do Território Kalunga.

Durante mais de quatro anos de pesquisa, dez caminhos foram percorridos pelo autor, mas somente sete foram objeto de pesquisas e registros; caminhos esses que tiveram forte relação com a presença do negro na Chapada dos Veadeiros, e em especial nesse território. No entanto, esses caminhos são um símbolo de resistência para o povo Kalunga, uma vez que foram a espinha dorçal que ligava, entre si, as mais remotas áreas desse lugar. Conhecer esses caminhos requereu desprendimento a tudo aquilo que se pode imaginar em termos de conforto. Os meios de transporte utilizados foram contrastantes, uma vez que o relevo se apresenta de forma hostil, tenebroso, um mar de serra que circunda depressões. Os deslocamentos foram feitos ora a pé ou utilizando barcos para navegar nos Rio Branco (antes Almas) e Paranã. É importante ressaltar que às margens dos principais rios da região encontram-se fragmentos de antigos caminhos quilombolas. Diante de uma singela apresentação dos caminhos que foram objeto de estudo, serão discorridos alguns dos mais utilizados pelo Povo Kalunga, suas dificuldades e características principais.

4.2.1 Trilha dos Escravos – Caminho de Cavalcante ao Araial dos Couros (atual Cidade Formosa - GO)

Inicia-se esse item com a “Trilha dos Escravos”, um dos fragmentos de caminhos antigos que eram utilizados pelos negros e bandeirantes na época da exploração mineral em Cavalcante e outras regiões mais ao Norte da antiga Capitania de Goyaz. Segundo informações do guia que acompanhou a equipe durante a viagem nesse trecho, o Senhor Daniel Ângelo Dal Col, atrocidades contra os negros ocorriam sem misericórdia nessa trilha, muitos, quando não conseguiam subir, eram jogados relevo abaixo nas serras nas proximidades de Cavalcante. Tal informação foi confirmada por um dos Kalunga mais antigos da Comunidade do Engenho II. Além do escoamento do ouro, que circulava por essa trilha, os negros levavam seus produtos agrícolas para Formosa - GO, como por exemplo, farinha de mandioca, feijão, dentre outros, e, também, couro de animais, os quais trocavam por sal, enxadas, tecidos e outras ferramentas para o uso em suas atividades domésticas. A Figura 76 mostra a placa sinalizadora da Trilha dos Escravos e a Figura 77 a rota que acompanhava a silhueta da morfologia do relevo, que proporcionava desgastes físicos para homens e animais, uma vez que ao mesmo tempo em que iam se deslocando, a vegetação era abatida, as rochas eram talhadas e com elas eram construídas cercas de pedras para protegerem os transeuntes. Por esse caminho, as riquezas minerais iam se exaurindo e o custo ambiental e humano era muito grande.

Figura 76 – Placa sinalizadora da Trilha dos Escravos, na Serra das Araras – Cavalcante - GO



Fonte: Sebastião Fontenele França

**Figura 77 - Trilha dos Escravos, na Serra das Araras
- Cavalcante - GO - Altitude de 940 metros**

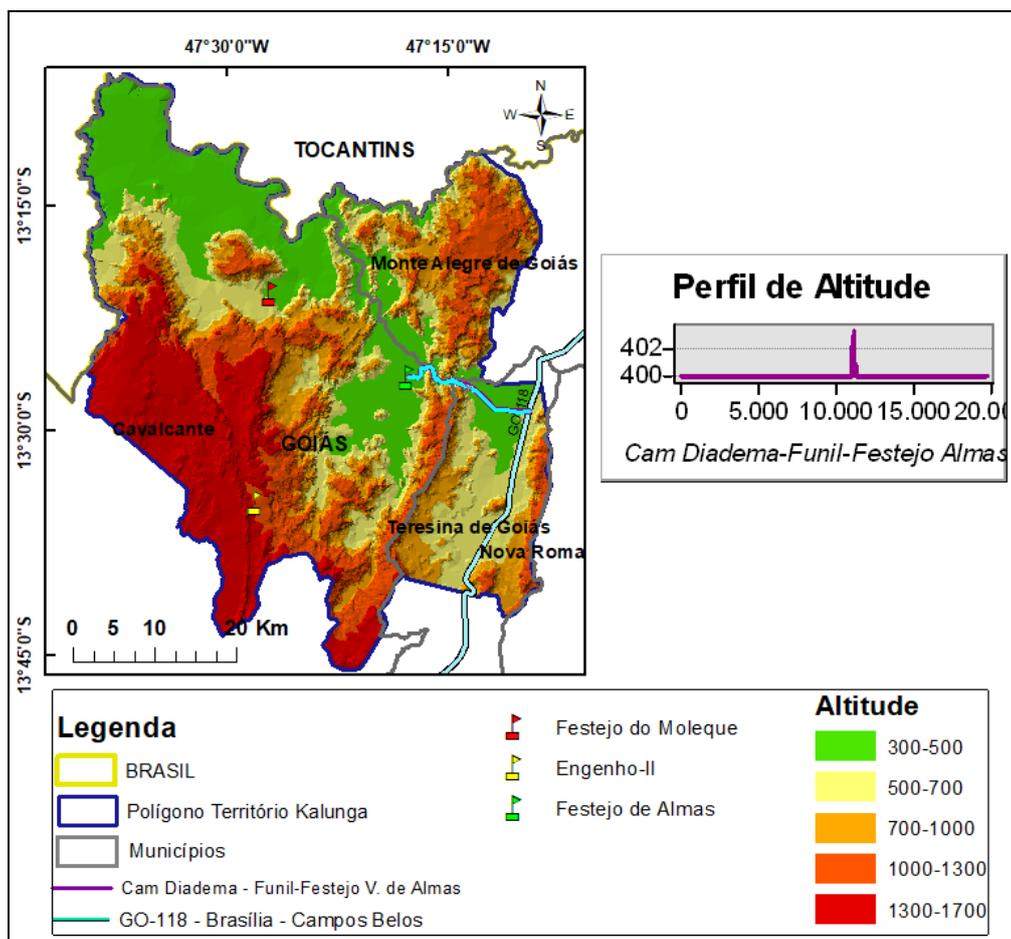


Fonte: Sebastião Fontenele França

4.2.2 Caminho para o Festejo do Vão de Almas – Via Funil do Rio Paranã

A primeira investida na região ocorreu em julho de 2015, rumo ao desconhecido, pois se tinha conhecimento somente das áreas urbanas da Chapada dos Veadeiros, com exceção da Comunidade do Engenho II, a qual já se conhecia. O Sítio se apresentava como um “eldorado” a ser desvendado e esse patrimônio começou a ser construído há quase três séculos nesse território hostil aos olhos daqueles que não testemunharam o tempo vivido e as condições que enfrentaram os afrodescendentes, mas esses se mostraram resistentes a tudo isso, graças às condições físicas, como por exemplo: clima, relevo, hidrografia, vegetação, bem como ao senso comum, tendo sido decisivos para a preservação da identidade cultural e manutenção dessas comunidades na região, por todo esse tempo. Esses aspectos contribuíram para promover a segurança das comunidades. A Figura 78 mostra o relevo, com suas altitudes, encaixado nele o Caminho para o Festejo do Vão de Almas, o qual passa pelo Funil do Paranã. Foi a primeira viagem realizada por conta do Doutorado.

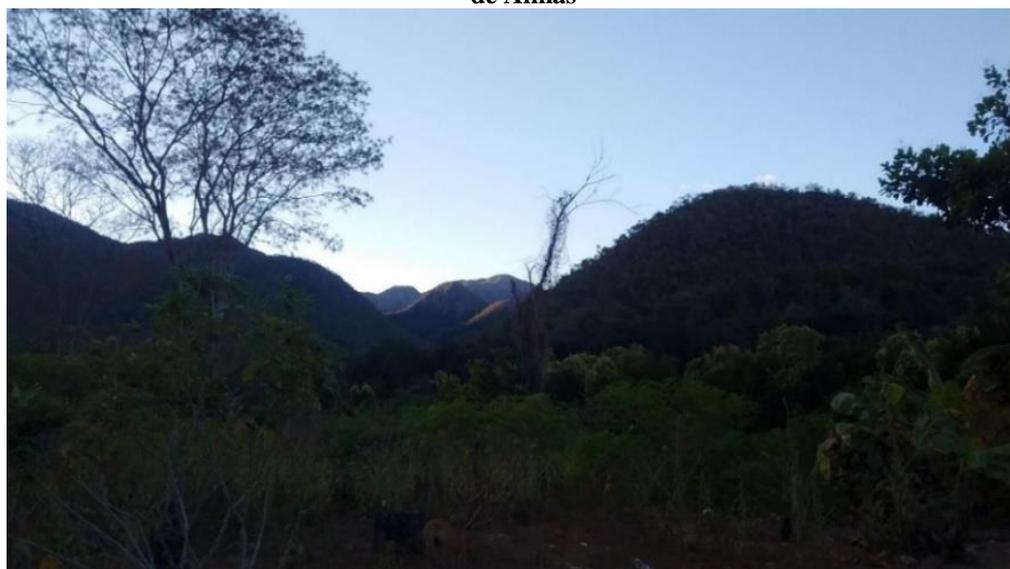
Figura 78 - Caminho para o Festejo do Vão de Almas – Via Diadema e Funil do Rio Paranã - MDE



Fonte: Sebastião Fontenele França

Essa investida iniciou-se em Brasília, em 2015, pela BR 020, que logo depois de Planaltina-DF a equipe pegou a alça de acesso à DF 345, que termina na GO-118, a qual se encaminha para a Chapada dos Veadeiros. Por essa rodovia chegou-se à cidade de Teresina de Goiás, onde incorporou-se à equipe o guia, o Senhor Daniel. De lá, seguiu-se em direção ao município de Monte Alegre de Goiás, ainda pela GO-118. Nas coordenadas 13°28'10.36"S; 47°12'26.30"O, na altitude de 400 metros, fez-se uma inflexão à esquerda e pegou-se a estrada de chão que dá acesso à Comunidade Quilombola Kalunga do Diadema, nas coordenadas 13°28'10.36"S; 47°12'26.30"O, na altitude de 410 metros. Ao longo dessa estrada, chegou-se à residência de uma família Kalunga, que ofereceu café e água para todos. Após essa recepção, a equipe retomou logo à estrada, pois o guia desenhava um relevo bastante acidentado e de difícil acesso, mas que foi recompensado com uma bela paisagem, o Funil do Rio Paranã. Na verdade, essa viagem era apenas de observação, para conhecer um dos caminhos antigos que ligava o Vão de Almas à cidade de Salvador na Bahia, era o primeiro contato com o “mundo dos Kalunga” nos Vãos. No percurso entre a GO-118 e a Comunidade Diadema, a equipe teve oportunidade de contemplar a beleza natural (Fig. 79). Lá no fundo estava o Vão de Almas, que se apresentava com suas imponentes serras que, aos olhos do observador, parecia mais um retrato, sem vida. Engano, lá se encontravam vidas, pessoas que fizeram e ainda fazem história, e que aquele retrato na realidade era apenas a capa do cartão postal, e que ao abri-lo as “batidas dos corações de centenas de Kalunga ecoavam nos ouvidos”.

Figura nº 79 – Funil do Paranã, entre as Serras da Contenda e Boa Vista – ao fundo o Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Mas, paradoxalmente a essa janela da natureza, pode-se encontrar situações consideradas ainda degradantes para o século XXI, quando esse povo ainda passa fome, não tem escolas de qualidade, nem recursos para implementar a agricultura, suas terras ainda não receberam a titulação definitiva e a maioria das moradias não atende ao mínimo de dignidade humana (Figs. 80 e 81).

Figura 80 – Residência de Adobe e Palha na Comunidade Diadema



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 81 – Residência de Adobe e Palha no Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

As pessoas que moram nessas choupanas são tão humildes e isoladas das cidades que recebem as pessoas com certo receio e, porque não dizer, com medo. Mas a equipe sempre fazia o seu papel social e humano e doava alimentos e roupas para eles e mantinha uma relação de respeito, por onde passava. O primeiro governo do Presidente Lula iniciou uma fase de construção de moradias de alvenaria (Fig. 82) no Território Kalunga, mas não atingiu a todos os moradores, e o projeto deu uma parada. Essas moradias amenizaram um pouco o sofrimento desse povo, uma vez que as originais ainda são de pau a pique e servem também de abrigo para barbeiros, morcegos, insetos indesejáveis e até mesmo animais peçonhentos.

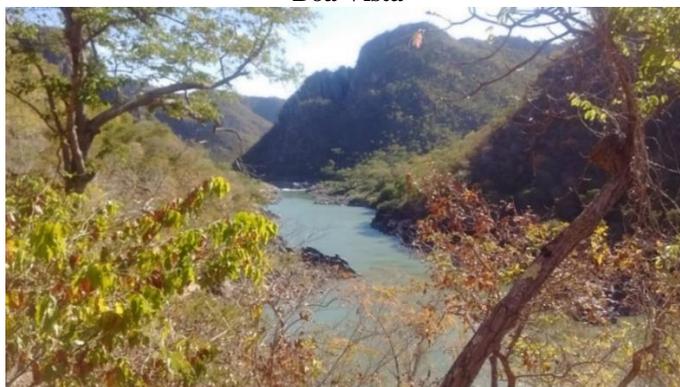
Figura nº 82 – Residência de Alvenaria na Comunidade Diadema



Fonte: Sebastião Fontenele França

Depois de uma boa conversa, a equipe seguiu a viagem de carro para o Funil do Rio Paranã, pois lá se encontrava o tal caminho. Quando chegou-se às coordenadas de 13°27'1.67"S; 47°14'34.66"O, na altitude de 400 metros, o guia Daniel pediu para parar o carro no limite de uma área de cerrado fechado, o qual não dava condições para seguir de carro, e pediu para que a equipe colocasse calça e blusa de manga comprida porque o cerrado era denso, espinhoso e com muitos insetos. E assim foi feito, avançou-se para o Funil com direito a contemplar a natureza (Fig. 83).

Figura nº 83 – Visão do Funil do Paranã, entre as Serras da Contenda da Boa Vista



Fonte: Sebastião Fontenele França

Foi uma hora de muita drenalina, e ao longo desse percurso o Pesquisador lembrava das leituras que fez nas obras de Mari Baiocchi, a pesquisadora e antropóloga da Universidade Federal de Goiás, a primeira a entrar na área Kalunga, em 1982 (BAIOCCHI, 1999:21), e uma das trilhas que andou foi a do Funil do Rio Paranã, uma verdadeira obra da natureza. Enfim, chegou-se ao Funil do Rio Paranã (Figs. 84 e 85), nas coordenadas 47°14'50.50"O, na altitude de 409 metros, uma paisagem jámais vista até aquele momento. Depois de contemplar a natureza, a equipe voltou para Brasília. Aí foi uma pequena amostra que serviu para corroborar com a hipótese desta pesquisa. As imagens das figuras foram

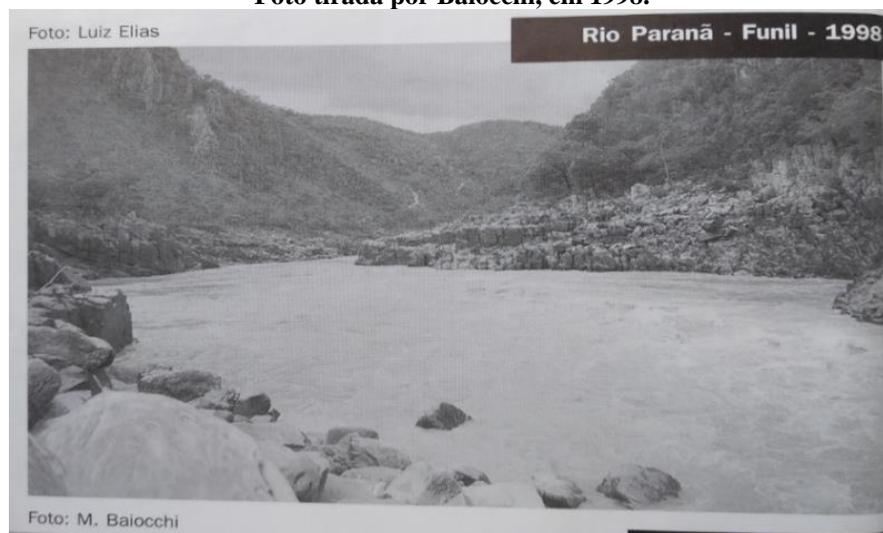
capturadas no mesmo local, a primeira pelo Pesquisador desta Tese, em 2015; a segunda, por Mari Baiocchi em 1998, dois pesquisadores que cruzaram seus objetivos.

Figura nº 84 – Funil do Paranã, entre as Serras da Contenda da Boa Vista (2015)



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura nº 85 – Funil do Paranã, entre as Serras da Contenda e da Boa Vista – Foto tirada por Baiocchi, em 1998.



Fonte: Baiocchi, 1998

Dois momentos marcaram a mente de todos da equipe quando andavam na trilha, dois dos vários trechos que existem são relíquias históricas do período aurífero do Território Quilombola, todos construídos pelos negros, mas que ainda servem de saída do Vão de Almas, a exemplo do percurso denominado “pula pula”, pois o desnível, em forma de batentes, é deveras assustador (Figs. 86 e 87). Por eles circulavam (e ainda circulam) pessoas e animais carregados de produtos da roça que são vendidos nos centros comerciais citados

anteriormente. Fica até difícil de descrever esse ambiente, não pela incompetência intelectual, mas pela a emoção de estar num paraíso histórico-cultural de tão grande importância. Passar por uma trilha daquelas é como se estivesse voltando ao passado, bem distante, quase três séculos. E o mais importante é que os afrodescendentes que resistiram e continuam no local são testemunhas vivas e cúmplices de um passado que não merece ser resgatado, mas sim respeitado por todos os brasileiros. O mais importante disso tudo é que o Povo Kalunga não guarda recentimentos e sim registros da sua história, que deverá ser contada a todas as futuras gerações, mas que só sejam apenas lembranças, que, aliás, não podem ser esquecidas, pois os registros históricos são os que identificam seus antecessores, os ancestrais.

Figura nº 86 – Caminho antigo na margem esquerda do Funil do Paranã, entre as Serras da Contenda e Boa Vista



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 87 – Caminho antigo na margem esquerda do Funil do Paranã, entre as Serras da Contenda e Boa Vista



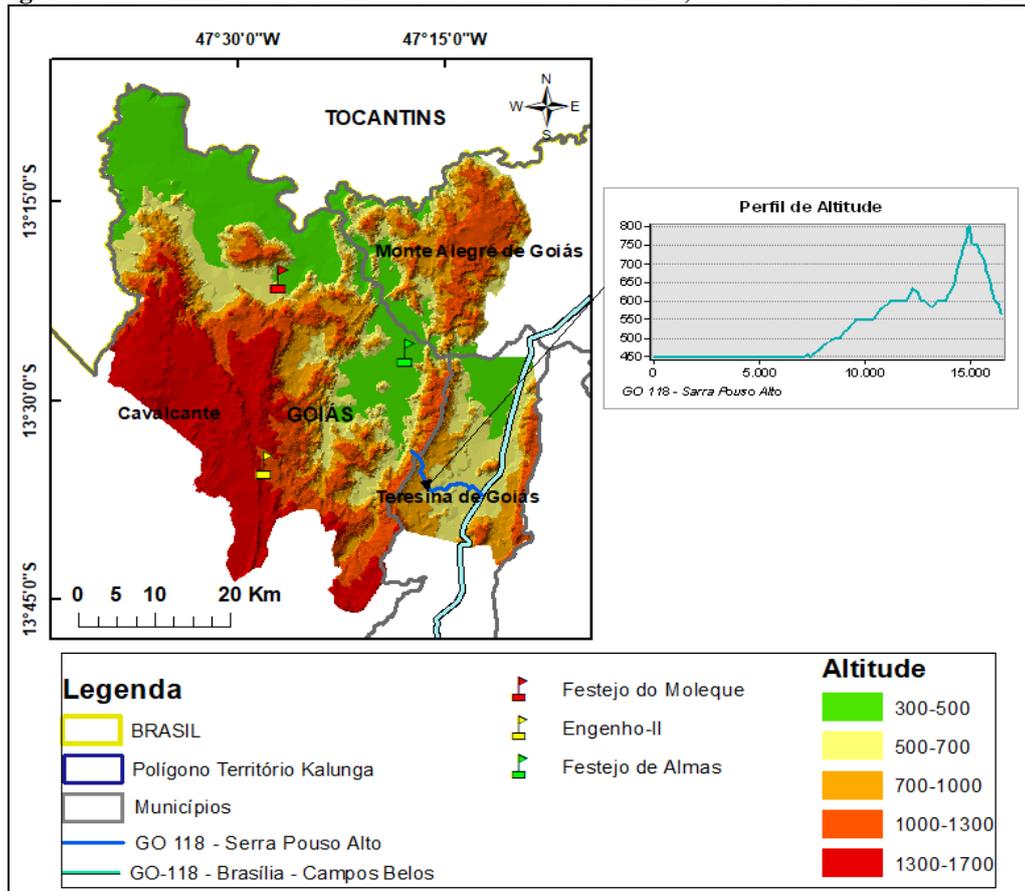
Fonte: Sebastião Fontenele França

Com essa curta passagem no Funil do Rio Paranã, teve-se o primeiro contato com o conjunto de serras do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, que esperava as próximas investidas do Pesquisador.

4.2.3 Caminho para o Vão de Almas – Via Serra da Boa Vista

A segunda ida a essa área ocorreu no mês de dezembro de 2015, quando partiu-se de Teresina de Goiás por volta das 8h40, Coordenadas Geográficas 13°46'45.82"S; 47°16'6.65"O, na altitude de 661 metros (Fig. 88).

Figura 88 – Caminho de Teresina de Goiás ao Vão de Almas, Via Serra da Boa Vista - MDE



Fonte: Sebastião Fontenele França

Na coordenada 13°37'22.19"S; 47°12'31.35"O, altitude de 451 metros, na GO-118, fez-se uma inflexão à esquerda, bem na entrada da Comunidade Kalunga Ema. Seguiu-se em direção à Serra da Boa Vista, mas nesse percurso passou-se antes pelo Rio Ribeirão do Bois, coordenadas 13°36'52.00"S; 47°13'21.99"O, altitude de 425 metros. que, infelizmente, não estava com a sua carga hídrica ideal, mesmo num período de chuvas próprias de verão (Fig. 89).

Figura 89 – Caminho de Teresina de Goiás ao Vão de Almas, Via Serra da Boa Vista – Ribeirão dos Bois



Fonte: Sebastião Fontenele França

A poucos metros dali, chegou-se à residência do Senhor Gregório Fernandes da Cunha, um Kalunga, de mais de 80 anos, que mora na Comunidade Kalunga Ema (Fig. 90). A equipe foi muito bem recebida por essa família afrodescendente, que ofereceu café e água, e para ajudar a vender suas mercadorias, todos da equipe compraram água para aumentar o suprimento. Conversou-se por mais de uma hora com o Senhor Gregório, que forneceu informações importantes sobre a sua vida e dos Kalunga como um todo. Ao Senhor Gregório foram feitas algumas perguntas sobre a sua família, dentre elas se sempre morou na Comunidade Ema. Ele disse que morava na Comunidade do Vão de Almas, que por convite de seu filho mudou-se há pouco mais de dois anos. Relatou que são grandes as dificuldades que as famílias Kalunga passam ali, isso porque ainda há grileiros e fazendeiros que ainda não deixaram a área, dizendo ele que o motivo principal é que o governo, até aquele momento, não havia indenizado essas pessoas, e elas não respeitam os nossos direitos.

Por essa razão, esses ocupantes praticam ações criminosas em resposta ao não cumprimento de tal dispositivo. Dentre essas práticas, relatou que entram nas áreas dos Kalunga, destroem suas plantações e constroem cercas, como se donos fossem. Disse que enquanto o governo não regularizar essa questão as famílias são obrigadas a trabalhar para outros fazendeiros, ou até mesmo grileiros, para não deixá-las passar fome. Foi perguntado ao Senhor Gregório como era morar lá dentro do Vão de Almas. Com o semblante de tristeza, disse que a vida no Vão, mesmo com as suas dificuldades, é uma “maravia, pois as “pessoa” se respeita muito”. Lá, disse ele, “a gente não passa fome, pois tem terra pa trabaiair”. “Mais as terra fica muito longe, e não é nossa, as veis temo que trabaiair nas nossa terra que eles tomaram”.

Foi perguntado ao Senhor Gregório se ele poderia relatar algumas dificuldades em morar nos vãos, considerando que as moradias são distantes umas das outras e o relevo é

muito acidentado. O Senhor Gregório, bem espontâneo, começo a discorrer a vida dos Kalunga naquele ambiente que para ele é sagrado. Disse que foi um sacrifício e uma necessidade de mudar para próximo da cidade, pois “morar no vão é morar no céu”, pois lá não farta nada, nois tem de tudo”. O Senhor Gregório reclamou da discriminação do branco para com o negro, “pois nois samos tratado com desrespeito”. “Lá no vão, a gente corta aquelas estrada a pé, contando causos, alegre, e não se conta a distância pelo tempo, mais pelo prazer de caminhar naquelas trilhas, onde a natureza é a nossa moradia”. Ele disse que as serras e a distância para as cidades de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás sempre foram consideradas difíceis, principalmente quando alguém fica doente. “Eu tenho mais de 80 anos e ainda vivi momentos de medo, pois até 1982 ainda se vivia com medo de ser novamente escravizado”.

Figura 90 – O Sr Gregório e seu filho - Comunidade Ema, às margens do Rio Ribeirão dos Bois



Fonte: Sebastião Fontenele França

O fim da tarde se aproximava e a vontade da equipe era chegar ao Vão de Almas, mesmo com a incerteza de romper o caminho, pois o veículo era um Fiesta 1.6, sem tração nas quatro rodas, e o guia era inexperiente, mas avançou-se serra adentro. Não ouvindo o filho do Senhor Gregório (Fig. 90), que disse que o veículo não subiria a serra da Boa Vista, mesmo assim correu-se o risco. Quando chegou-se ao pé da serra (Fig. 91), confirmou o que disse o filho do Senhor Gregório. O veículo não conseguiu subir e a única opção foi seguir a pé, uma caminhada cansativa (Fig. 92).

Figura 91 – Início da-Serra da Boa Vista



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 92 – Subida da Serra da Boa Vista



Fonte: Sebastião Fontenele França

Enfim, não foi possível chegar ao destino desejado, que era o Festejo do Vão de Almas, Via Serra da Boa Vista, a equipe teve que se contentar com a paisagem que ficou gravada na mente, uma janela que mostrou lá no fundo do horizonte o tão sonhado Vão de Almas. O ponto de visão foi cravado nas coordenadas 13°34'35.60"S; 47°17'5.68"O, na altitude de aproximadamente 800 metros (Fig. 93).

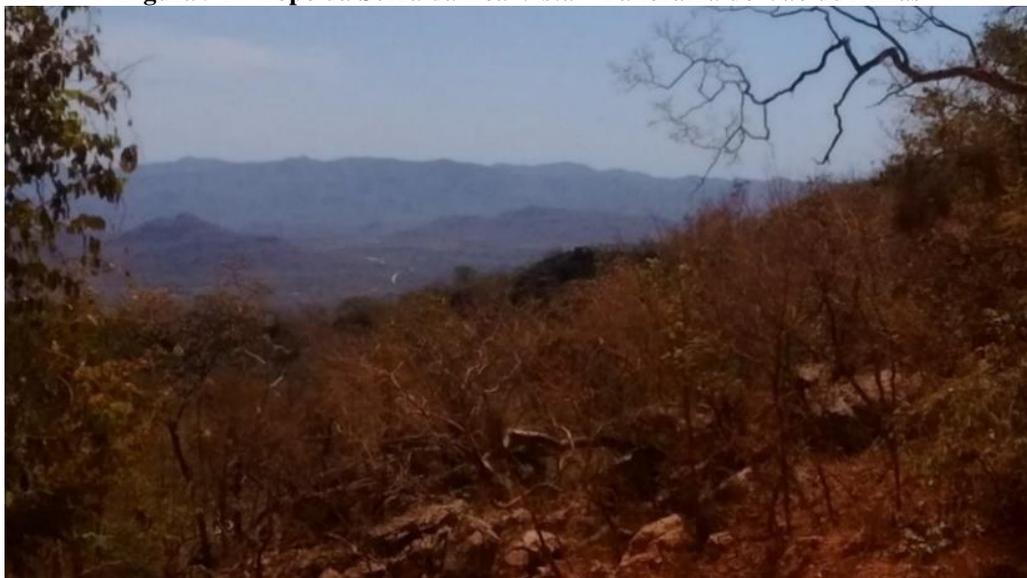
A Serra da Boa Vista, nesse ponto de visão, também é conhecida por Serra Pouso do Padre, pois dentro do Vão de Almas tem uma pista de terra chamada Pouso do Padre, onde, em época de festa, o avião que transportava o vigário, vindo de Goiânia, pousava. Não se chegou ao Vão de Almas mais uma vez o sonho foi adiado, sendo retomado em 2016, ficando registrado apenas os melhores momentos pela aventura (Figs. 94 e 95).

Figura 93 – Topo da Serra da Boa Vista – Pouso do Padre



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 94 – Topo da Serra da Boa Vista – Panorama do Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 95 – Momento de chegada ao topo da Serra da Boa Vista – Pouso do Padre

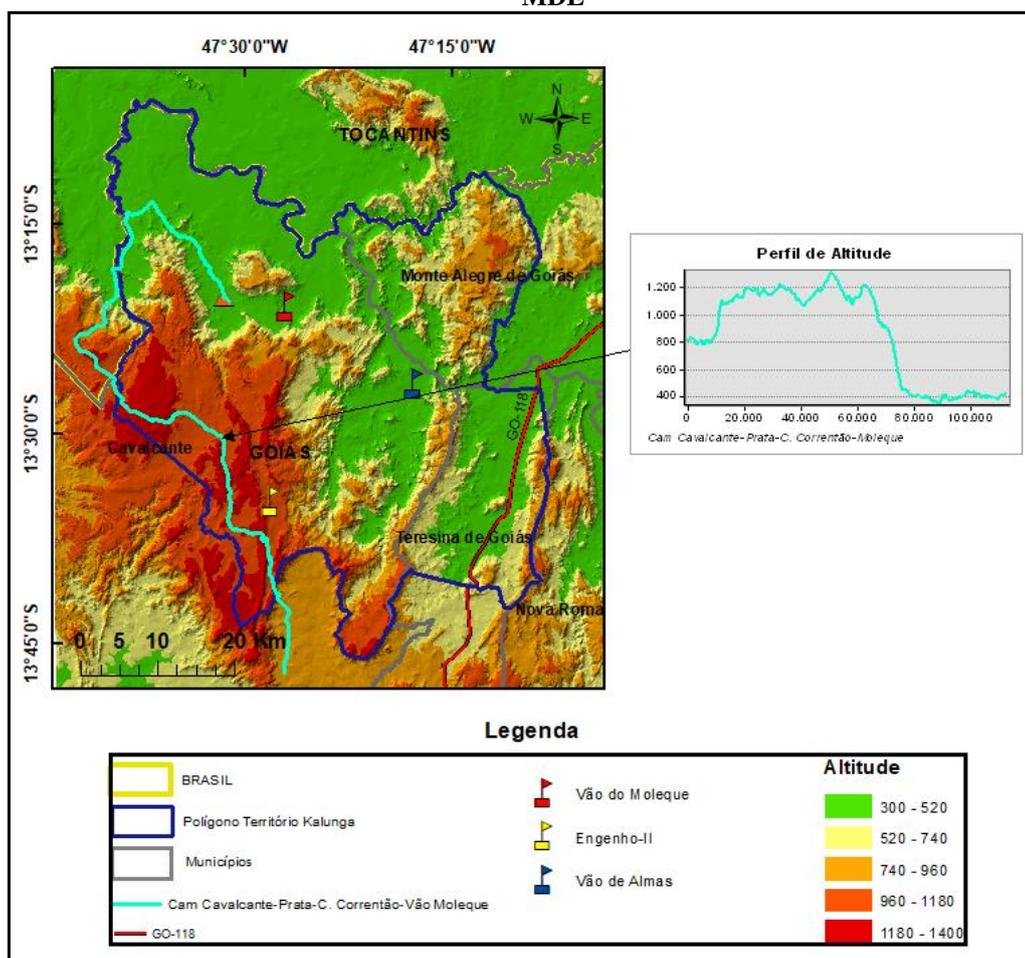


Fonte: Sebastião Fontenele França

4.2.4 Caminho de Cavalcante ao Festejo do Vão do Moleque, via Rio da Prata – Rio Corrente - primeira tentativa

Reescrevendo os caminhos no Território Kalunga (Fig. 96), começou-se pela ligação entre a cidade de Cavalcante, que está na altitude acima de 820 metros, e o Vão de Moleque, com altitude acima de 382 metros, distanciados de aproximadamente 140 quilômetros entre si.

Figura 96 – Caminho de Cavalcante ao Festejo do Vão do Moleque-via Prata-Rio Corrente MDE



Fonte: Sebastião Fontenele França

A equipe saiu de Cavalcante no dia 11 de julho de 2016, por volta das 8h30. Entre essas duas localidades, o caminho que as liga apresenta um percurso cujo perfil de altitude ultrapassa os 1.200 metros, e ao longo dele se apresentam unidades geomorfológicas bem heterogêneas, onde as chapadas são predominantes. Com a colaboração do Guia Daniel, a equipe fez o caminho de Cavalcante ao Vão do Moleque, via comunidade do Prata, e pôde contemplar a horizontalidade do relevo, que é interrompida por declives e aclives

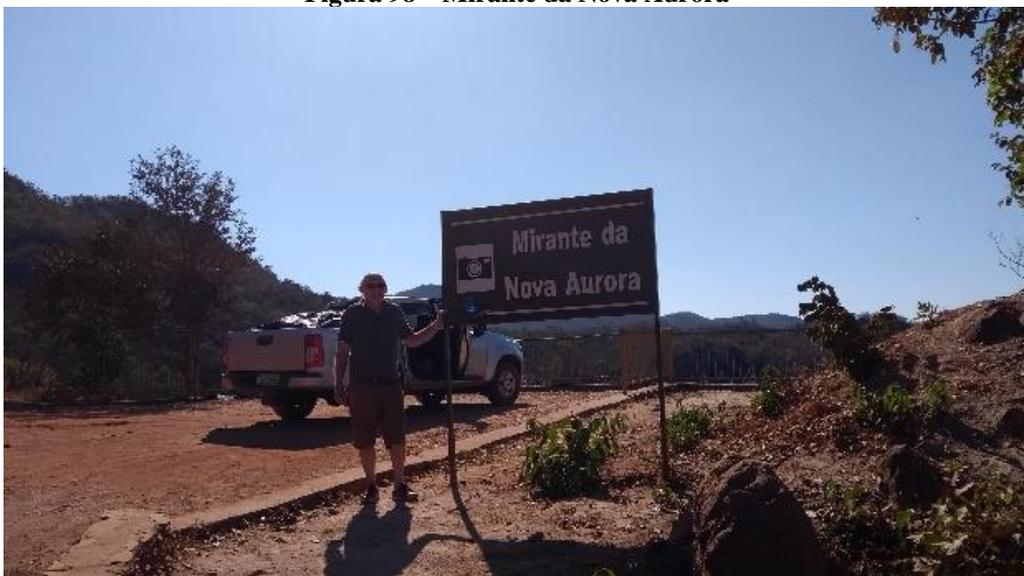
acentuados, com todas as suas características naturais ao longo desse trecho, com seus ambientes cênicos o suficiente para mostrar o capricho que teve a natureza para moldar o espaço do Território Kalunga. Subiu-se a Serra Santana (Fig. 97) e no ponto intermediário, chamado Mirante Nova da Aurora, foi possível contemplar a vasta depressão na qual se localiza a cidade de Cavalcante (Fig. 98).

Figura 97 – Subida da Serra Santana (Mirante Nova Aurora)



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 98 – Mirante da Nova Aurora



Fonte: Sebastião Fontenele França

Dando continuidade à viagem, poucos metros acima, foi feita uma curta parada para conhecer um pequeno fragmento do caminho mais antigo que ligava Cavalcante às comunidades quilombola do Engenho II, dos Vãos de Moleque e de Almas, nas coordenadas

13°41'32.33"S; 47°28'7.19"O, na altitude de 1.109 metros. Ao construírem a nova estrada, na década de 1980, deixaram à sua margem essa riqueza histórica (Figs. 99 e 100).

Figura 99 – Fragmento do antigo caminho que ligava Cavalcante à Comunidade do Engenho II



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 100 – Fragmento do antigo caminho que ligava Cavalcante à Comunidade do Engenho II – Ossos de animais devorados por onças



Fonte: Sebastião Fontenele França

Ao Terminar de subir a Serra Santana, encontrou-se uma vasta planície, a bela Chapada Piteira, já dentro do Território Kalunga, com depressões interserranas e com cerrado do tipo campo sujo, onde são ocupadas para a criação de gado da Comunidade do Engenho II (Fig. 101). Nesse trajeto, a 25 km de Cavalcante, no ponto onde se bifurcam o caminho que dá acesso à comunidade do Engenho II e o caminho do Vão do Moleque, nas coordenadas 13°37'59.70"S; 47°28'46.11"O, altitude de 1.134 metros, onde fica a placa indicativa da Comunidade Engenho II (Fig. 102), fez-se uma inflexão à esquerda, chegando-se a um extenso trecho plano também utilizado para a criação de gado, nas coordenadas 13°37'6.22"S; 47°30'6.21"O, altitude de 1.188 metros (Fig. 103), até chegar na placa (Fig. 104) que indica a direção a seguir para o Vão do Moleque.

Figura 101 – Área de pastagem no Engenho II



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 102 – Entrada para a Comunidade do Engenho II



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 103 – Área de pastagem na área de chapada



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 104 – Placa indicativa do caminho que vai para o Vão de Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

A 15 km da placa, chegou-se a um ponto onde se capta sinal de telefonia móvel, na altitude de 1.183 metros (Fig. 105), nas coordenadas 13°28'58.90"S; 47°35'35.27"O, único lugar daquela serra que se podia comunicar com o “mundo desenvolvido”. Ressalta-se, entretanto, que a placa com a marca vivo foi colocada pelos próprios Kalunga, ou seja, a placa não tem nenhuma associação com a Operadora Vivo. Mais 15 km a frente chegou-se à chamada Serra do Paiol, uma denominação regional (Fig. 106), nas coordenadas 13°21'31.62"S; 47°40'25.85"O, que no intervalo de 12 km, saiu-se da altitude de mais de 1.214 metros para uma de aproximadamente 370 metros, exigindo, de preferência, a utilização de veículos com tração nas quatro rodas.

Figura 105 – Ponto de sinal de celular



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 106 – Início da Serra do Paiol que dá acesso ao Vão de Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

Saindo dessa Serra, seguiu-se em direção à ponte do Rio da Prata (Fig. 107), nas coordenadas 13°18'9.94"S; 47°39'41.29"O, altitude de 404 metros, que divide Goiás de

Tocantins, na qual foi feita uma curta parada para apreciar essa beleza natural, que possui águas com a coloração azul.

Figura 107 – Ponte sobre o Rio Prata que divide os Estados de Goiás e Tocantins



Fonte: Sebastião Fontenele França

Já na área do Vão do Moleque, terminado a serra, chegou-se à casa de uma família Kalunga (Figs. 108 e 109), nas coordenadas $13^{\circ}19'39.76''\text{S}$; $47^{\circ}31'52.25''\text{O}$, altitude de 396. Lá estavam quatro senhores conversando debaixo de uma palhoça, e pareciam estar felizes, pois o sorriso nos rostos os denunciava.

Figura 108 – Família Kalunga do Vão de Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 109 – Residência Kalunga no Vão de Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

Tão logo a equipe foi apresentada pelo Guia, o Senhor Daniel, o dono da casa ofereceu água e café, que aliás é um ritual sempre praticado quando alguém chega a uma residência naquele sertão. O Pesquisador notou logo quando chegou que esses senhores estavam muito tranquilos, pois não deixavam transparecer preocupação com a presença do grupo. Na verdade, essa tranquilidade tinha um porquê: o guia da equipe era amigo daquela família Kalunga e isso deixou todos à vontade. Na conversa, o Pesquisador foi introduzindo uma de suas técnicas de entrevista que é o de excluir todas as influências que possam conduzir ao preconceito cultural, ao estado de humilhação e, assim, pôde-se investigar o mais profundo sentimento dessa família, que é o amor ao chão no qual mora. A conversa foi sendo “contaminada” para todos que estavam presentes e o Pesquisador foi fazendo suas perguntas de acordo com os objetivos da pesquisa, mas tudo dentro de um roteiro estabelecido. Na conversa, os objetivos da pesquisa foram se elucidando e a hipótese foi se confirmando. Como o foco da pesquisa era levantar a influência do relevo na vida dos Kalunga, nessa entrevista não foi diferente e, pelo ótimo acolhimento que o Pesquisador e sua equipe teve, as perguntas foram sendo respondidas. Quatro perguntas foram feitas: a primeira, que levou em consideração à questão do relevo e sua relação com o próprio quilombo; a segunda, contextualizando as parteiras na vida daquelas famílias; a terceira, foi a pergunta em que a resposta estava diante dos olhos do Pesquisador, foi sobre a questão da energia elétrica; a quarta, foi sobre a questão de saúde daquelas famílias.

Entrelaçando perguntas e respostas, num único contexto, as famílias entrevistadas, representadas pelos chefes ali presentes, foram unânimes em falar que o Território Kalunga tem um valor histórico muito grande para todos que moram lá e que o relevo é místico em suas vidas, uma vez que proporcionou segurança para todas as comunidades. O Senhor “fulano”, que não quis se identificar, disse que seus pais nasceram no Vão de Moleque e nunca saíram de lá para morar em outro lugar, pois suas vidas já foram incorporadas naquele cerrado, e não se veem em outros lugares. O que mais enalteceu aquela conversa foi quando outro Senhor disse: “as serra do Vão de Moleque é nossa casa”. No que diz respeito às parteiras, todos foram unânimes em dizer que elas são as médicas das mulheres que estão esperando seus nenéns e que, de certa forma, foram acompanhadas por essas pessoas em algum momento da gravidez e que a distância de 120 quilômetros até Cavalcante é muito longe para transportá-las no lombo de animais. Algumas não aguentariam a viagem. No que diz respeito à energia elétrica, disse que ainda é um sonho do seu povo, mas as promessas são muitas. Na frente das residências visitadas, apenas os postes, transformadores e um punhado de fios, que não ligam a nenhum lugar, foram colocados, mas até o momento da

entrevista a energia elétrica ainda não tinha chegado e o querosene ainda continua sendo o combustível para usar nas lamparinas, mas o sonho continua (Fig. 110). Com relação à saúde, pouco se tem feito, os atendimentos não são diários e, por falta de recursos da Prefeitura de Cavalcante, as ambulâncias pouco chegam ao Vão.

Figura 110 – Instalação de postes de luz no Vão de Moleque – sem energia



Fonte: Sebastião Fontenele França

Após essa conversa e o generoso acolhimento, a equipe partiu para o destino final da viagem, que era chegar à Capela do Vão de Moleque, o chamado Festejo do Moleque, mas quando se aproximou do Rio Corrente, nas coordenadas 13°20'19.56"S; 47°31'36.08"O, altitude de 410 metros, a poucos quilômetros de onde parou, o volume de água desse rio não permitiu que o atravessasse, o que conferem as Figuras 111 e 112, uma vez que, repetindo o que já foi dito, o veículo não era traçado, o que frustrou a equipe, forçando-a a retornar para Cavalcante, adiando, com isso, o sonho de conhecer o “Dedo do Moleque”, um monólito que dá representatividade e vida ao Vão. No final da tarde, do mesmo dia, a equipe retornou a Cavalcante, e lá na Serra Santana pôde-se contemplar o pôr do Sol (Fig. 113).

Figura 111 – Rio Corrente no Vão de Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 112 – Rio Corrente no Vão de Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 113 - O anoitecer na Serra Santana – Retorno do Vão do Moleque à Cavalcante



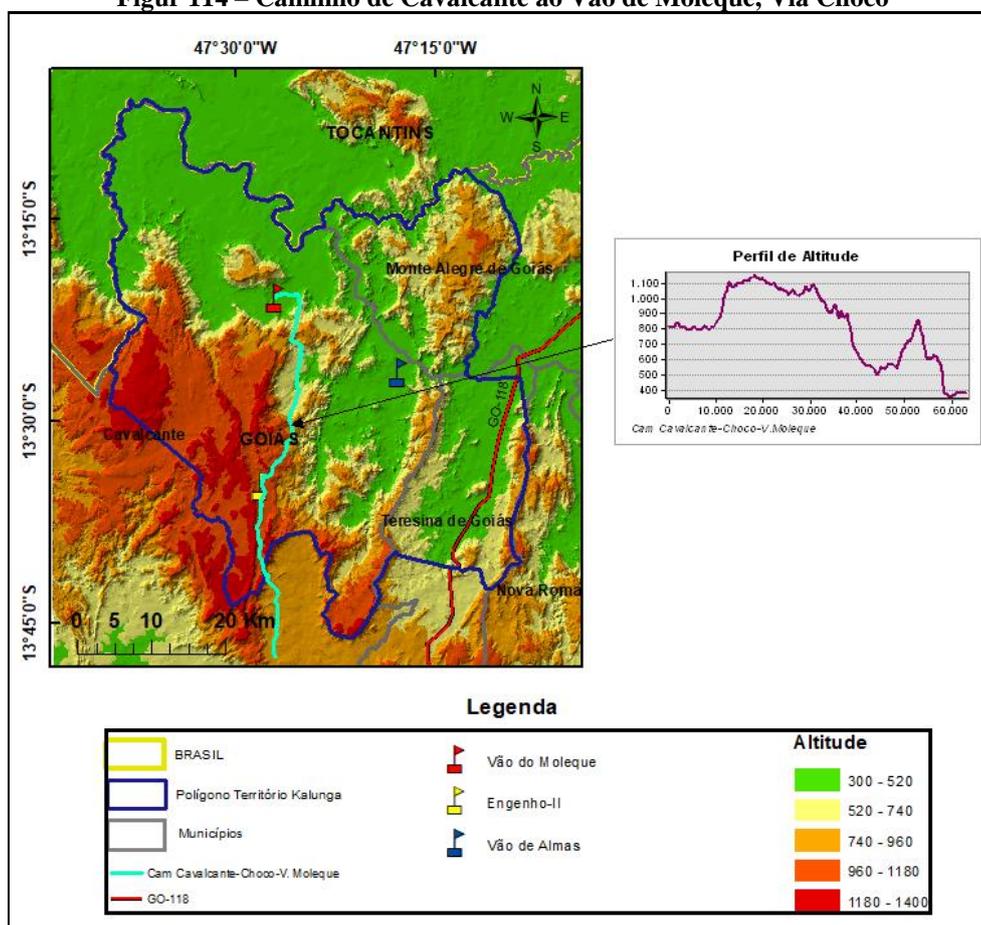
Fonte: Sebastião Fontenele França

A missão de chegar ao Vão de Moleque não havia sido “abortada”, e nova investida foi feita na área em agosto de 2017. Foi uma tarefa árdua, mas necessária para cumprir o objetivo da pesquisa.

4.2.5 Caminho de Cavalcante ao Vão do Moleque, Via Choco

Em outubro de 2016, retoma-se o projeto de conhecer e pesquisar o Vão do Moleque e conhecer a história dos afrodescendentes naquele lugar, e desta vez seguiu-se pela Estrada Cavaleira em direção ao Choco, um lugar esplêndido, uma concavidade entre serras e cortado pelo Rio Gameleira. (Fig. 114). Foram quatro horas de viagem em cima de uma caminhonete velha, mas com sua mecânica quase perfeita, isso porque quebrou no alto da serra, momentos antes de entrar no aclive que dá acesso ao Vão de Moleque.

Figur 114 – Caminho de Cavalcante ao Vão de Moleque, Via Choco



Fonte: Sebastião Fontenele França

Para se chegar ao Vão de Moleque, o ponto de partida sempre foi Cavalcante, e foi o que se fez. A equipe saiu da cidade às 9 horas pela estrada cascalhada, subiu a Serra Santana e no meio da subida, no ponto chamado Mirante da Nova Aurora, pôde novamente contemplar o horizonte e nele enxergar a mancha da cidade de Cavalcante que ficou para trás (Fig. 115).

Figura 115 – Panorama da cidade de Cavalcante – Serra Nova Aurora



Fonte: Sebastião Fontenele França

Logo após subir essa Serra, a equipe passou por um Kalunga (Fig. 116) a cavalo indo em sentido contrário para Cavalcante, pois, para a maioria desse povo, o animal ainda é o seu principal meio de transporte para romper o íngreme relevo. Na sequência, seguiu-se para o Engenho II (Fig. 117), mas no meio do caminho encontrava-se um veículo que se acidentou numa ponte de madeira, logo após a curva da estrada (Fig. 118), o qual foi fotografado pelo pesquisador momentos depois do acontecimento.

Figura 116 – Kalungueiro no Caminho de Cavalcante ao Vão do Moleque, Via Choco



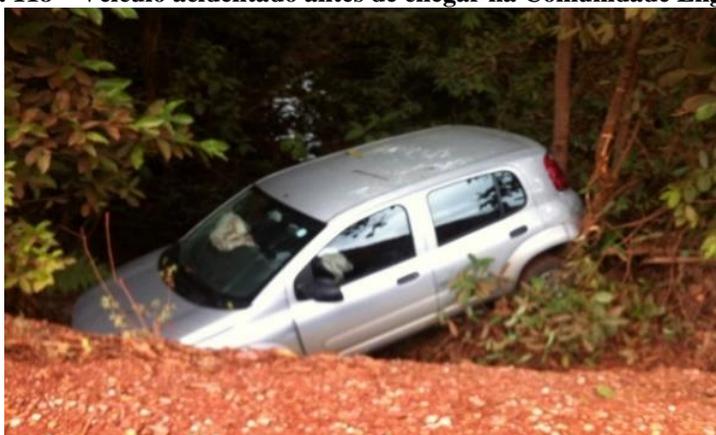
Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 117 – Entrada da Comunidade Engenho II



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 118 – Veículo acidentado antes de chegar na Comunidade Engenho II



Fonte: Sebastião Fontenele França

Do Engenho II, onde foi feita uma parada técnica para tomar água, a equipe deu continuidade à viagem para o Vão de Moleque pelo caminho conhecido como “Estrada Cavaleira”, caracterizada por um relevo bastante movimentado e de difícil acesso, cuja distância de Cavalcante é de aproximadamente 70 quilômetros, o que não representa muito, mas, pela má condição da estrada, o trajeto se torna muito longo (Fig. 119). O perfil longitudinal apresenta uma linha de altitude que varia de aproximadamente 800 metros em Cavalcante a 400 metros na Capela do Vão do Moleque, mas, entre as serras, encontram-se altitudes que chegam aos 1300 metros. Na primeira viagem realizada pelo caminho do Prata, chegou-se somente ao Rio Corrente, pelos motivos já apresentados. Entretanto, nessa segunda ida ao Vão de Moleque, utilizando-se um veículo traçado, conseguiu-se chegar ao destino tão almejado.

Figura 119 – Condições da via de acesso



Fonte: Sebastião Fontenele França

Nesse trajeto, a equipe pôde contemplar um verdadeiro “mar de serras” e encaixado nele o cenário da próxima viagem: o Vão de Almas, com seu imponente morro do moleque (Fig 120). Essa foi a segunda vez que apenas se avistou esse Vão, ao qual não foi possível chegar, tendo em vista às dificuldades já mencionadas nesta Tese. Essa imagem deixou registrada na mente do Pesquisador o que teria que enfrentar quando lá fosse.

Figura 120 – Vista panorâmica do Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Continuando a viagem, mas sempre enfrentando obstáculos naturais, a exemplo do Rio Gameleira (Figs. 121 e 122), que preocupou a equipe no momento da travessia, pelas experiências já vividas anteriormente no Rio Corrente, na primeira viagem, e a estrada que intimidava, isso porque conseguiu quebrar até o veículo traçado que conduzia o grupo (Fig. 123). O volume de água não estava muito grande, mas as pedras no leito do rio eram assustadoras. Enfim, conseguiu-se atravessar.

Figura 121 – Rio Gameleira



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 122 – Rio Gameleira



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 123 – Veículo utilizado pela equipe em pane na subida da serra



Fonte: Sebastião Fontenele França

Nas coordenadas UTM 23 L 237.149 e 8519455 e na altitude de 611 metros, chegou-se à casa da família do Senhor Geovane (Figs. 124, 125, 126 e 127), filho do Senhor Mochila, que mora no Choco, nas proximidades do Festejo do Vão do Moleque. A casa de Geovane é muito simples, foi construída com adobe e coberta com palhas, como são quase todas as

casas Kalunga, um singelo fogão de lenha, uma panela com um pouco de frango e um arroz da sua própria roça. Ao lado de sua residência, há um pequeno curral, o suficiente para proteger o gado. Geovane recebeu a equipe com muita alegria e deixou todos à vontade no seu terreiro. A essa família, foi entregue uma cesta básica de alimentos e algumas roupas, o que os deixou felizes, gesto esse que foi recompensado com água e uma xícara de café. Para não fugir do objetivo da pesquisa, ao Senhor Geovane foram feitas algumas perguntas seguindo o mesmo roteiro das que foram feitas em outras localidades. E para não ser repetitivo, as respostas se aproximaram das demais. Fez um relato da sua vida e de sua família, evidenciando as más condições que vivem: pouco dinheiro, longa distância da cidade, atendimento médico precário, escola longe de onde moram e o acesso a água é muito longe. Da mesma forma, fica longe a roça onde planta. No entanto, Geovane disse que, mesmo com certas dificuldades, ainda prefere morar lá, porque a sua liberdade não tem preço.

Figura 124 – Residência do Senhor Geovane



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 125 – Residência do Senhor Geovane



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 126 – Curral de gado do Senhor Geovane



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 127 – Residência do Senhor Geovane – Panela sobre o fogão de lenha cozinhando frango



Fonte: Sebastião Fontenele França

Cumprindo essa etapa, a equipe continuou a viagem, pela mesma “Estrada Cavaleira”, repita-se, muito íngreme, em direção ao destino, que era chegar ao Festejo do Vão do Moleque. Poucos minutos dali, no alto da serra, o magnífico “Dedo do Moleque” (Fig 128), um belo monólito, se apresentou no horizonte, encravado no alto da Serra do Moleque, e que apresenta-se lá no fundo da paisagem com a sua imponência total, um símbolo que identifica o próprio Vão. À sua volta se encontra a comunidade que recebeu o mesmo nome: Comunidade do Vão do Moleque.

Figura 128 – Serra do Moleque ao fundo, com seu iponente monolito “Dedo do Moleque”



Fonte: Sebastião Fontenele França

Seguindo a rota para o destino, e na altitude local de 450 metros, enfim, chegou-se ao “encantado e sacralizado Vão do Moleque”, onde o “Dedo do Moleque” saltou aos olhos de todos, isso por volta das 14 horas (Fig. 129), quando todos estavam cansados e famintos. Ao longo da estrada, os animais pareciam que estavam recebendo a equipe, pois acompanhavam o trajeto (Fig. 130). Para completar, na mesma cena do “Dedo do Moleque”, encontrou-se uma roça dos moradores locais, também um símbolo de resistência ao mundo exterior, ou seja, a agricultura de subsistência como elemento fixador dos fugitivos naquele ambiente hostil.

É importante ressaltar que à volta desse monólito vivem pessoas que foram marcadas pela escravidão e que o consideram como um símbolo de resistência e que só a etnogeomorfologia justifica. Para o Pesquisador, ficar a poucos metros desse monumento sacralizado na escala do tempo foi uma experiência ímpar, que por si só valeu à pena a pesquisa naquele lugar.

Figura 129 – Roça no Vão do Moleque – ao fundo o “Dedo do Moleque”



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 130 – Criação extensiva de gado no Vão do Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

É um lugar de sintonia entre a história dos Kalunga e o meio ambiente, mas as pessoas que o visitam não têm compromisso com a sustentabilidade do Planeta e muito menos com a comunidade que vive no local. É notório também que a comunidade local contribui para

esse desrespeito, porque jogam até bicicletas na área próxima às residências. Às margens do córrego dos porcos, um pequeno veio de água que corta o Festejo do Moleque, são depositadas expressivas quantidades de lixo, desde preservativos, latas de cervejas e sacolas de plástico, deixando, com isso, a marca da irracionalidade, da falta de respeito para com a natureza e com os moradores (Figs. 131, 132, 133 e 134).

Figura 131 – Lixo jogado no Córrego dos Porcos – Festejo do Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 132 – Lixo jogado no Córrego dos Porcos – Festejo do Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 133 – Lixo jogado no Córrego dos Porcos – Festejo do Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

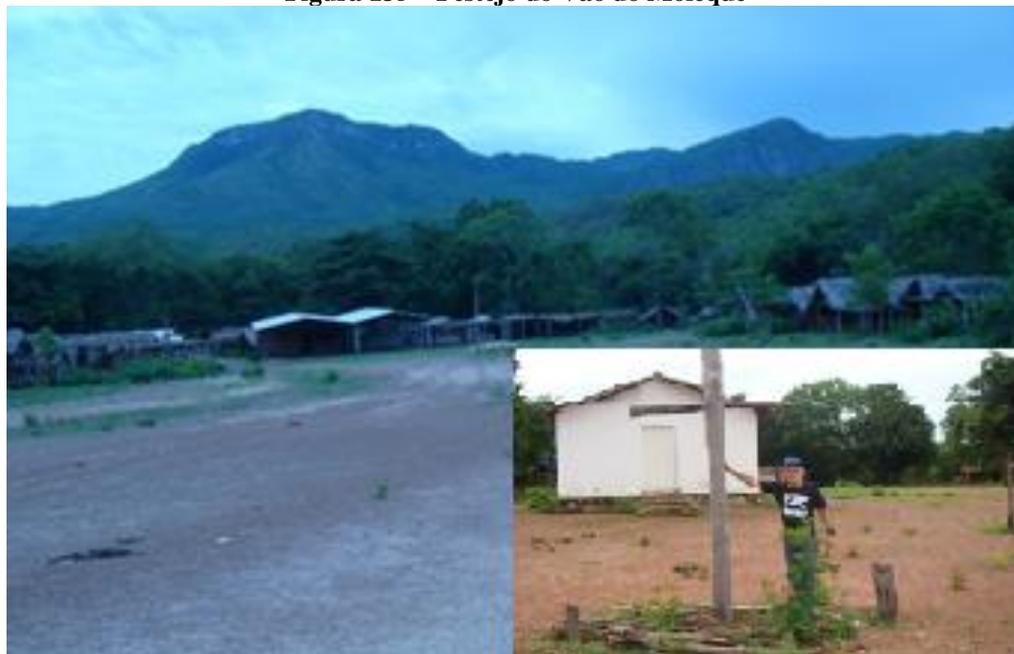
Figura 134 – Lixo jogado no Córrego dos Porcos – Festejo do Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

Enfim, chegou-se ao destino, e a primeira parada foi dentro do Vão do Moleque, mais especificamente na área do Festejo do Moleque, onde lá reside uma única família, a da Senhora Aurenita dos Santos, seu esposo Domingos dos Santos e seus três filhos, Valdinei dos Santos, Arlete dos Santos, Weverson dos Santos e Deivid Wille dos Santos (Fig. 135), que naquele dia não se encontrava em casa, pois estava trabalhando na cidade. Estar no Festejo do Moleque foi um momento de muita satisfação, pois ali se encontra o espaço sagrado no qual os Kalunga professam a sua fé. As choupanas de palha, com a capela na entrada do pátio, com o “Dedo do Moleque” ao fundo, completaram o cenário, no qual se interagem o sagrado e o profano, mas numa sinergia de respeito e de adoração ao Divino.

Figura 135 – Festejo do Vão do Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

A Senhora Aurenita, por ser amiga do guia Daniel, autorizou a equipe a montar as barracas no quintal e utilizar a sua cozinha para preparar o almoço, ou quase jantar, pois já se aproximava das 15 horas. Foi providencial a refeição, principalmente para aquela família, que, segundo informou a dona da casa, naquele dia não havia quase nada de alimentos na despensa (Figs. 136 e 137. Em seguida ao almoço, a equipe doou roupas e uma cesta de alimentos (Fig. 138).

Figura 136 – Preparação do Almoço



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 137 – Preparação do Almoço



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 138– Doação de roupas para a família Kalunga



Fonte: Sebastião Fontenele França

É importante ressaltar que as casas do Festejo somente são utilizadas na época das festas religiosas, que são realizadas a cada ano, entre os dias 13 e 16 de setembro, quando ocorrem a Romaria do Vão do Moleque, com a veneração de Nossa Senhora do Livramento, São Gonçalo e São Sebastião, levantamento de mastros, rezas de Benditos, Santa Missa, Batizados, Casamentos, Império, Forró e muita folia. Essa festa reúne a população Kalunga das comunidades dos vãos e também do Engenho II, políticos, comerciantes, pessoas comuns dos municípios de Teresina de Goiás, Monte Alegre de Goiás e Cavalcante, e de outras partes do Brasil, bem como populações Kalunga desses municípios. Esse público pode chegar a mais de 2.000 pessoas.

Infelizmente, a equipe não pôde participar do festejo do Vão do Moleque, uma vez que o período em que se realiza é sempre um mês depois, ou seja, no mês de setembro.

Para coroar essa viagem, quase no final da tarde, a equipe foi à casa do Senhor Mochila, um afrodescendente com mais de setenta anos, nascido naquele lugar, ex-presidente da AQK, que se mostrou solícito à visita (Figs. 139 e 140). Com o semblante de tristeza, disse que sua esposa faleceu a pouco tempo e ainda estava tentando se confortar com a perda de sua companheira.

O Senhor Mochila foi um dos contemplados pelas Políticas Públicas do Governo Lula e hoje ostenta uma bela casa de alvenaria, a qual substituiu a sua antiga de pau a pique e palha. No Território Kalunga, a maioria das residências ainda são construídas com esse material, conforme Figura 141. Ele disse que o mais importante ainda não chegou, a eletricidade e infraestrutura básica sanitária, mas acredita que não vai demorar muito. Disse que tem esperança.

Figura 139 – Residência do Senhor Mochila no Vão do Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 140 – Residência do Senhor Mochila no Vão do Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 141 – Tipo de residência Kalunga



Fonte: Sebastião Fontenele França

Por meio do Programa Brasil Quilombola (PBQ), criado em 2004, algumas famílias Kalunga foram beneficiadas, além das residências de alvenaria, com a instalação de reservatórios de PVC para fornecer água para o interior da casa. A transferência da água para uma caixa d'água é feita por sucção, com ajuda de um pequeno motor movido a gasolina (Fig. 142). Mochila explicou como funciona o sistema e os benefícios que trouxe para a sua família e disse que “a única coisa que ainda falta é energia elétrica, pois as promessas são

muitas, mas é esperançoso, acha que logo chegará”. Hoje, orgulha-se por ter uma moradia digna para vencer os dias que, segundo ele, “só Deus sabe o dia que deixará essa Terra”.

Figura 142 – Reservatório de água na residência do Senhor Mochila no Vão do Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

O Senhor Mochila nasceu no Vão de Moleque, assim como também nasceu sua mãe no ano de 1915. Contou que ela foi pega a cachorro dentro do cerrado, mas não entrou em detalhe. Entretanto, a história escrita mostra que escravos ou afrodescendentes na condição de aquilombados eram caçados por milícias ou capitães-do-mato (ARAÚJO, 2012). O nome Mochila, como é carinhosamente conhecido, é uma referência ao próprio local, ele é uma pessoa muito agradável e educada. A sua entrevista foi de grande valia e revelou assuntos de importância ímpar para o Pesquisador, que seguiu um roteiro apropriado ao tema de sua Tese. A primeira pergunta feita a esse Kalunga foi no sentido de saber por que viveu tanto tempo nesse mundo isolado, sem as benesses do lado de lá, ou seja, das cidades que circundam o Território Quilombola Kalunga, pois do lado de lá há hospitais, *shoppincenters*, meios de transportes modernos, lazer, grandes mercados de alimentos, de roupas e de eletrodomésticos, boas estradas, moradias de boa qualidade, dentre outras coisas modernas. Do lado de cá, no seu território, o relevo é bastante acidentado, as estradas são muito ruins, não existe atendimento de saúde adequado, não existem mercados para comprar alimentos para facilitar a vida das donas de casa, a população Kalunga não tem recursos o suficiente para a manutenção familiar, o deslocamento das pessoas para as cidades é muito sofrido. Como o Senhor enxerga tudo isso? Com toda sabedoria, Mochila foi se soltando, pois os Kalunga não costumam liberar informações para pessoas que consideram estranhas, e isso é decorrente da situação de aquilombados que sempre foram. Mas procurou responder as perguntas de forma simples e direta.

Disse que o Território Kalunga, com toda a beleza natural que existe: “relevo protetor do nosso povo, pois as suas serras serviram de proteção para a nossa gente, vivemos mais de

200 anos escondidos atrás dos morros em plena harmonia com a natureza”. Com relação a hospitais, Mochila disse que “os hospitais da nossa terra por muito tempo foi a natureza, pois ela sempre forneceu os remédios para curar as nossas doenças, e até hoje fazemos isso”. Acrescentou que o atendimento médico para o Povo Kalunga tem melhorado, mas ainda continua precário. O serviço de saúde de Cavalcante não vem com frequência e as pessoas quando têm algum caso grave vão para a cidade. Disse que no Engenho II foi criado um posto de saúde, mas aqui ainda não.

Até a década de 1970 – 1980, segundo palavras do Senhor Mochila, “esse mundo era só nosso, as pessoas de fora pouco tinham conhecimento da nossa existência, até porque o acesso a esse lugar sempre foi difícil”. Disse que, mesmo que precisasse levar alguém doente para a cidade, o transporte seria por redes carregadas por pessoas, ou no lombo de mulas por longas distâncias, tudo isso sendo complicado pelo relevo muito acidentado, onde havia somente trilhas. “As mulheres, quando estavam para ganhar seus filhos, recebiam a visita de parteiras, que sempre estavam à disposição até o momento do parto. As plantas medicinais sempre foram retiradas da farmácia natural, as quais serviam para fazer os chás que minimizavam as dores dessa gente”. Como o Senhor Mochila usou o verbo no pretérito, foi perguntado se esse procedimento continua nos dias atuais. Respondeu que sim, pois “as ervas medicinais sempre serão a nossa farmácia natural e as parteiras ainda ajudam muito as mulheres da nossa comunidade”.

Dona Getúlia, ex-esposa do Senhor Cirilo, que mora no Engenho II, sendo muito religiosa, corrobora dizendo (COSTA, 2014):

Os conhecimentos das ervas medicinais que são utilizados até hoje suste bens feitos, é uma maneira de estarmos esvaziando os hospital e que as pessoas não precisam sair da comunidade para ter cura das doenças mais simples que deparamos no dia a dia. Tem também os benzimentos, os trabalhos das parteiras e a ligação das pessoas com as tradições e curas, através das promessas que fazemos pedido aos nossos Santos, que são padroeiro e temos testemunhas das curas através das promessas. (Getulia, 2013).

As parteiras tiveram um papel preponderante e decisivo na continuidade da vida do Povo Kalunga, que resistiu a escravidão encravada nas serras da Chapada dos Veadeiros. Até o dia 12 de maio de 1888, os negros ainda eram escravos por lei. A partir do dia 13, a Lei Áurea os libertou. Os escravos urbanos ou os que moravam próximo às cidades ou vilas, logo tomaram conhecimento, o que os condicionou ao *status* de liberto. Entretanto, a questão da saúde no período da escravidão era uma calamidade: muitas vezes, o Senhor concedia a alforria a seus escravos para se ver livre, pois muitos estavam doentes e não tinham mais

significado a sua permanência na propriedade; outros eram alforriados pela benevolência do seu Senhor, para que ele fosse atendido, sem custo, em casas de saúde (MATTOSON, 1982:221). No caso dos Kalunga, a Lei Áurea nunca chegou, o que reforça a independência dessa gente no seu espaço de vivência, que não se perderam no exercício de cultivar as práticas religiosas e até mesmo de medicina comunitária e solidária, em que os conhecimentos colocados em prática vieram de seus ancestrais e continuam até hoje.

Porto (2006) reforça o desprezo que o Brasil conferia aos escravos na área da saúde, afirmando que:

O discurso médico do século XIX vê no negro escravo a causa de muitos males, sua presença no seio da família é corruptora, representando perigo físico e moral. Muito embora, para o pensamento médico higienista do Século XIX, não prevalecessem assertivas de origem racial, pesam mais os fatores sociais, os associados às condições de vida (maio, 2004). Poucas foram as propostas oficiais de atenção à saúde dos escravos, e menos ainda as que foram acompanhadas por medidas que nem sequer eram cumpridas, como observou Mercês Somarriba, em estudo pioneiro sobre a medicina no escravismo colonial (SOMARRIBA, 1984).

Costa (2014), que já foi Presidente da AQK em Cavalcante, deixa perceptível que o espaço geográfico quilombola foi construído com forte sintonia com as ideias de Milton Santos, enraizadas na Geografia Crítica, corrente esta que empodera o homem frente às causas sociais, bem como o Possibilismo de Vidal de La Blache, que afirma que o homem é o principal agente geográfico:

A resistência, que marca tão profundamente as comunidades quilombolas, se expressa nas práticas autônomas de saúde, uma vez que “o nascer” e “o morrer” se davam, e em muitas comunidades ainda se dão, no âmbito do próprio grupo, a partir de sua cosmovisão. Clóvis Moura (1981) ressalta que o quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência dos negros escravizados. O vínculo das comunidades quilombolas com sua historicidade, baseado em resistência e luta, é um aspecto fundante do universo simbólico e da consciência coletiva dessas comunidades. As práticas e saberes relacionados à saúde têm íntima relação com esse processo.

Com essas duas notas, pode-se afirmar que os Kalunga se tornaram independentes de políticas públicas por quase três séculos e que construíram o seu próprio sistema de saúde, com seu repositório natural, as ervas medicinais, as parteiras, com suas práticas, sempre trouxeram vidas ao mundo e que, por intermédio delas, a vida nos vãos nunca cessou. A primeira vez que agentes de saúde entraram na área Kalunga foi em 1976, quando a SUCAM (atual Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) começa a fazer seus primeiros encaminhamentos. Entretanto, pelo grau de isolamento que eles viviam, qualquer pessoa estranha que adentrava às suas terras era vista com desconfiança. Outro momento de apreensão foi quando em 1982 a antropóloga Mari Baiocchi, pesquisadora da Universidade Federal de Goiás, chegou com a sua equipe para complementar os trabalhos da SUCAM.

Mais uma vez o povo Kalunga desconfiou da presença dessas pessoas fora de seus convívios. A pesquisadora Baiocchi sentiu que havia um certo medo desses ancestrais quando lá chegou, e isso ficou claro no seu relato de bordo, quando disse:

Os Kalunga não esqueceram sua origem, e, a partir daí, quando lá chegamos em 1982, ficaram apreensivos, julgando que nossa presença pudesse significar uma nova escravidão. Alguns escondiam-se para não nos receber. Para os moradores das serras o “perigo” da escravidão não havia passado. Fomos confundidos com militares “disfarçados”, não se estabelecendo de imediato a hospitalidade própria dos Kalunga, criando um clima, até certo ponto, tenso inicialmente entre nós e a população. Acreditavam que a escravidão havia chegado e que seriam presos e levados embora dali. A escravidão era encarada com um fato que poderia repetir-se (BAIOCCHI, 1999:16).

Para o Pesquisador, a uma pergunta faltava uma resposta: como essa gente foi descoberta somente nas décadas de 1970 – 1982 se vivia na condição de escondidos? Tal resposta veio por meio de pesquisas bibliográficas, dentre elas a Dissertação de Mestrado de Danielli Jatobá (2002), que também fez pesquisa *in loco* na área dos Kalunga. Toda essa história começou com a chegada de Baiocchi ao Quilombo, quando se apresentou dizendo: “Soubemos que vivia aqui um grupo isolado e o governador Íres Resende mandou a gente saber que nação que era essa.”, palavras essas proferidas pelo Senhor Laurindo dos Santos Rosa, morador de uma localidade denominada Tinguizal (JATOBÁ, 2002:72). Segundo Jatobá (2002:72), Baiocchi tomou conhecimento por intermédio de uma pessoa que morava na cidade de Arraias, Tocantins, e que em uma de suas idas à Goiânia contou à pesquisadora, que disse o seguinte:

Mas de primeiro quem contou foi a Mariquinha. O pai era delegado de Arraias, aí ele levou ela pra Goiânia e lá ela casou, casou e aí acho que ela contou essa história pro povo. Ela tinha andado no rio mais o pai, no verão muita gente ia pra beira do rio pegar ouro pra vender pra quem passava de canoa pra comprar e Mariquinha viu, é... Contou era da língua nossa que era diferente e os pé era grande. Nada disso ela mentiu não, a língua era diferente mesmo e o pé era porque nós não calçava, é... (...) Foi em 45. (...) Aí passado tempo, passado tempo de modo que quando o Íres Resende mandou Dona Meire, eles veio pra fazenda deles, arrumaram animal lá e veio.

Para piorar mais a situação, ou seja, para deixar mais dúvidas sobre a presença de estranhos nas suas comunidades, Jatobá (2002:73) registrou as seguintes palavras do Senhor Laurindo, por ocasião da segunda visita de Baiocchi ao Vão, dessa vez trazendo um médico para colher sangue da população com a finalidade de identificar possíveis epidemias:

Ela voutou e foi pior ainda, chegou com o Doutor Paulo que ia tirar sangue e pôr na lâmina. Aí é que o povo correu mesmo... O sangue era pra saber que doença nós tinha porque não sabia que doença nós tinha. Conteí pro Doutor Paulo que o povo não queria tirar sangue falando que era pra saber se era negro pra voltar a escravidão. [por quê?] É porque Dona Meire chamava nós de negro, aí achava que queria buscar para voltar a escravidão.

Continuando a conversa com o Senhor Mochila, que foi respondendo as perguntas do Pesquisador, disse que o relevo, com as suas serras que envolvem as comunidades dos Vãos de Moleque, de Almas e de Contenda, representa e sempre representou sensação de segurança e que os rios são uma das fontes de alimento para o povo Kalunga, pois deles se retiram os peixes. Entretanto, nos períodos de estiagem, muitos rios secam e fica mais difícil para plantar. Os solos, ele disse, “não são muito bons, mas com as nossas técnicas ancestrais próprias conseguimos plantar e colher o necessário para o consumo, dependendo muito pouco do comércio das cidades”. Fenômeno esse que também contribuiu para o isolamento por tanto tempo, ou seja, a agricultura de subsistência foi fundamental para a manutenção da cultura e seus costumes. Ele disse que a roça num determinado lugar não é permanente, isso porque empobrece o solo. Planta-se um ou dois anos e depois deixa-se descansar, por outro período. O Senhor Mochila disse que “hoje em dia os Kalunga mais novos têm muito contato com as cidades e quando vão lá compram coisas que não produzimos aqui: doces, biscoitos, refrigerantes e muita coisa mais”.

Jatobá (2002:67), na sua pesquisa realizada em 2002 na região dos Kalunga, ouviu alguns moradores, dentre eles o Senhor Laurindo dos Santos Rosa, que corroborou com as palavras do Senhor Mochila sobre a importância da agricultura de subsistência para a quase total independência do mundo exterior, ou seja, da sociedade culta e industrializada. Ainda segundo Jatobá (2002:67), os Kalunga entrevistados lhes disseram que “as trocas comerciais eram feitas por poucas pessoas, sendo que a maioria da população, nas mais diversas épocas, pouco saía dos vales cercados pelas serras da região”. Importantes rotas, ou caminhos, ligavam a área Kalunga aos centros mais desenvolvidos, sendo os principais: Belém do Pará, para o qual os afrodescendentes levavam couro, pele, crina, farinha de mandioca para trocar por sal, panelas de ferro e ferramentas para agricultura. Dois principais caminhos foram identificados pelo Pesquisador e confirmados pelos moradores mais antigos. Esses caminhos sempre terminavam na margem esquerda do Rio Paranã, onde pegavam pequenas embarcações e alcançavam o Rio Tocantins. Como tudo o que acontecia (e acontece até hoje) no mundo fechado dos Kalunga, qualquer trabalho era (e é até hoje) motivo para agradecer ao Divino (Deus) e Jatobá (2002:67) resgatou um dos cânticos entoados por esses viajantes quando partiam para as suas viagens, que diz:

“...é, por isso que custava um ano de viagem...não era porque era muito longe não. Daqui pra lá não, de lá pra cá quando vinha ia topando dotas as enchentes nas estradas. Tinha lugar que não podia passar o dia, era meia noite de diferença por causa dos índio. Assim mesmo quando eles sentia, a flecha zuava. Tinha que passar no meio do rio e o rio era um mundo de largo, né? E do outro lado não alcançava. Outra hora eles dormia aqui, fazia comida e noutro dia viajava. Rodava o dia inteirinho e quando era de noite tinha que buscar os tição de fogo pra

cozinhar. Tinha lugar que era ruim de passar o bote, pancada de água forte, num lugar desse, eles descarregava ele pra ficar leve pra subir, puxar de corda essas coisa, ia e vinha no varejão, no rio, varejava. Varejando com a vara porque o rio onde ele é largo ele é raso. Era perigosa, ia e não voltava. A mãe que os filhos ia, a mulher que os marido ia, diz que na hora de embarcar tinha que entrar dentro do barco e tinha os folião que cantava o canto do divino pra eles, terminasse o canto afastava o bote e viajava, sem cantar o canto do divino não ia não. As mãe que tivesse na hora ou a mulher daquele infeliz que fosse quando via a hora que eles saía dava desmaio. Não tinha esperança de ir e voltar, né?” (Laurindo dos Santos Rosa)

Mesmo encontrando-se na condição de afrodescendentes, em que seus antepassados sofreram as pesadas penas da escravidão, e por defesa se embrenharam no meio das serras, onde não havia nenhuma forma moderna de produção, os Kalunga ainda reservavam tempo para agradecer à divindade pelas suas conquistas diárias. Após uma longa entrevista com esse afrodescendente, que dividiu um pouco do néctar de sua sabedoria e conhecimento sobre a vida do Povo Kalunga, ofereceu água, um bom café feito no fogão de lenha e uma boa cachaça. Levou todos para conhecer a sua área de trabalho, a sua roça, que fornece o sustento à sua família. Explicou como prepara o terreno para plantar as suas sementes, sem agredir o meio ambiente (Figs. 143, 144 e 145).

Figura 143 – Roça do Senhor Mochila no Vão do Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 144 – Roça do Senhor Mochila no Vão do Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 145 – Roça do Senhor Mochila no Vão do Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

Em todos os momentos em que se adentrou ao Território Kalunga, procurou-se levar doação de roupas e alimentos para as famílias, para minimizar o sofrimento desses quilombolas, e nessa viagem não foi diferente (Figura 146).

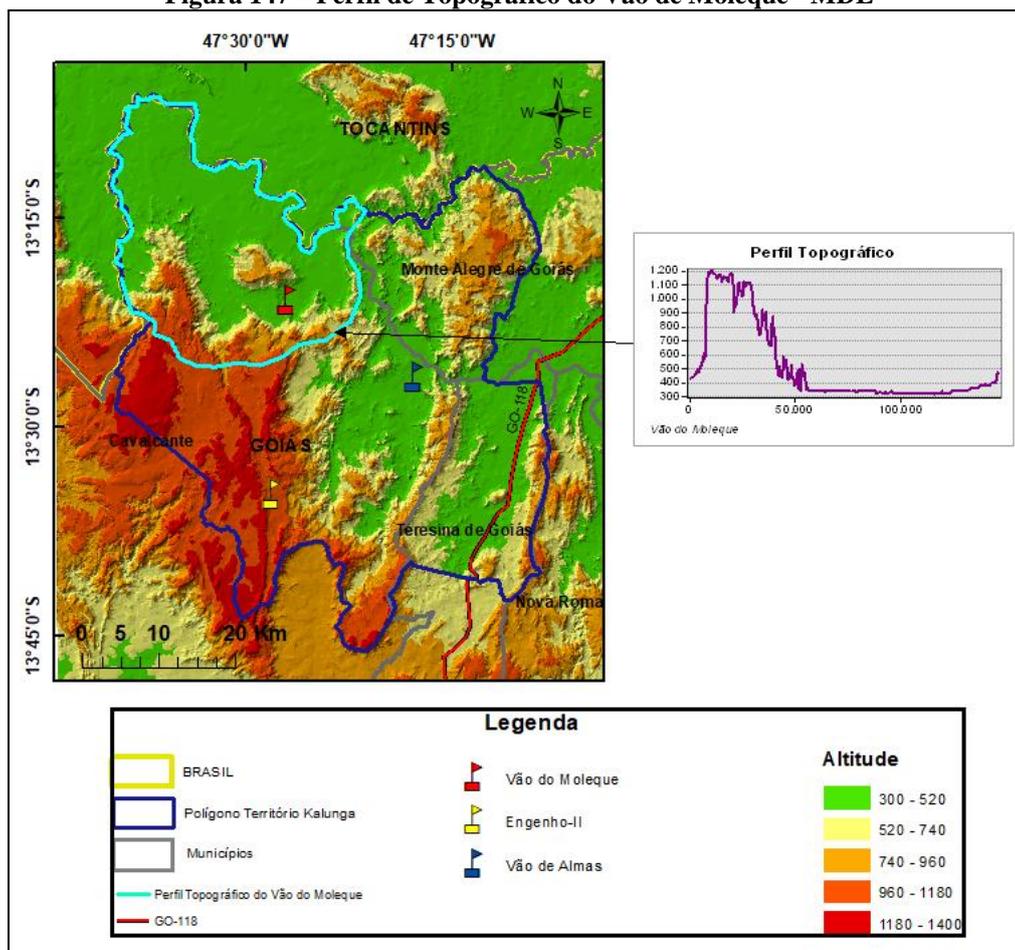
Figura 146 – Doação de roupas e alimentos às famílias Kalunga no Vão do Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

Encerrando esta etapa, segue a representação da linha de altitude que limita a área do Vão do Moleque. É uma verdadeira muralha que deu condições de abrigo para a comunidade desse Vão, que se limitou entre as serras, ao sul, e à margem direita do Rio Paranã, ao Norte. As altitudes das serras atingem mais de 1300 metros, e as velhas trilhas cortam esse “mar de serras” (Figs. 147).

Figura 147 – Perfil de Topográfico do Vão de Moleque - MDE



Fonte: Sebastião Fontenele França

É importante ressaltar que a Comunidade do Vão de Moleque está envolvida por um conjunto de serras na forma de ferradura, ao sul, e o Rio Paranã, ao Norte, que serviu de rota tanto para fazer o contato com o Norte, também chamada como rota do sal, quanto para rota de segurança, uma vez que, em caso de intrusos ou perseguidores, utilizava-se o rio como rota de fuga.

Baiocchi (2013:84), em seu livro “Kalunga: Povo da Terra”, apresentou um mapa que seria de fuga, elaborado por Luis França e copiada por Omar Carneiro Filho, é uma espécie de “Carta Geográfica” (Fig. 148). É muito mais um “croqui”, pois está bem longe dos padrões cartográficos. Enfim, ela mostra a ocupação inicial da área, mas com ênfase na questão de defesa. Entretanto, o Senhor Mochila afirmou que realmente existiu um plano de defesa, que na verdade é esse mapa de fuga.

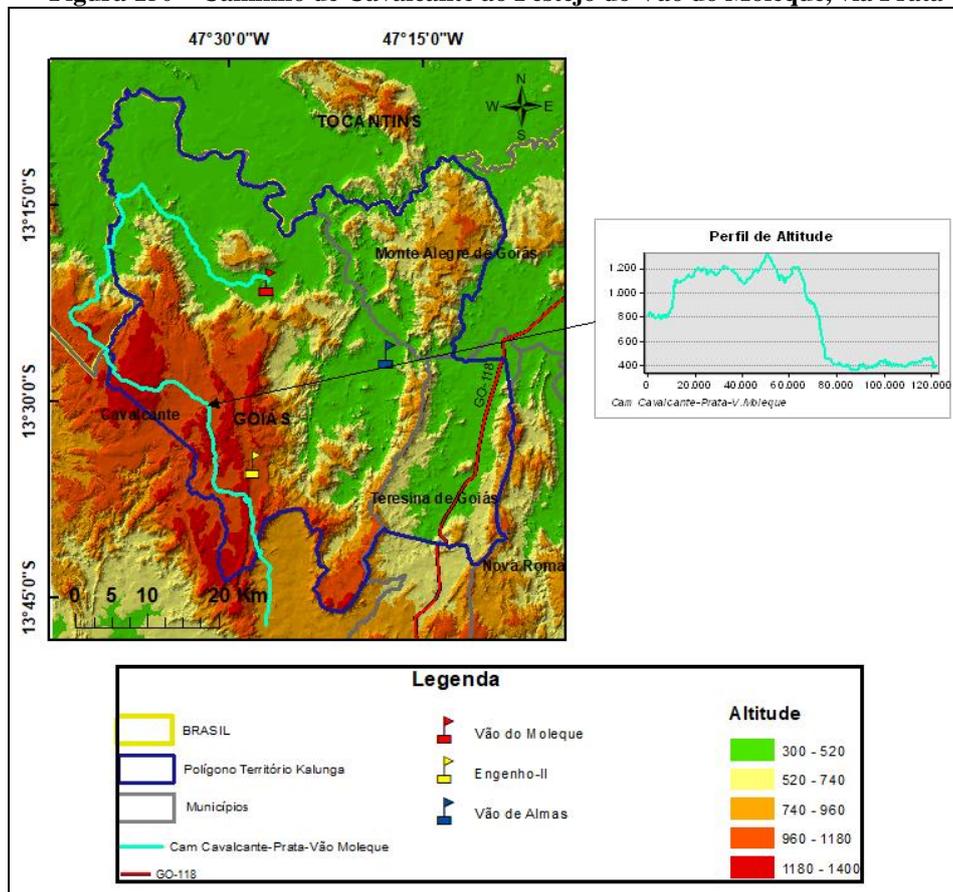
Para colocar nos padrões modernos, foi feito georreferenciamento da área e construído o Modelo Digital de Elevação (MDE), para melhor demonstrar a importância do relevo para a segurança do grupo (Fig. 149).

4.2.6 Caminho de Cavalcante ao Festejo do Vão do Moleque, via Rio da Prata – segunda tentativa

No dia 11 de agosto de 2017, o Pesquisador, com sua equipe, partiu da cidade de Cavalcante, às 14h30, para cumprir uma etapa que ficou para trás, quando em julho de 2016 pretendia chegar ao Vão de Moleque, via Comunidade do Prata, mas chegou somente ao Rio Corrente, pois não conseguiu transpô-lo em decorrência do nível de água que estava muito alto, e o veículo não era traçado.

Aquele fatídico dia ficou marcado, mas o bom pesquisador não se deixa vencer pelas intempéries. Encheu o tanque do veículo, uma caminhonete S10 traçada, e a carregou com os pertences pessoais e da equipe, alimentos para quatro dias, além de roupas e cestas básicas para distribuir no Vão de Moleque, e assim partiu para o destino (Fig. 150).

Figura 150 – Caminho de Cavalcante ao Festejo do Vão do Moleque, via Prata



Fonte: Sebastião Fontenele França

Dessa forma, o caminho seguido foi o mesmo de 2016, ou seja, pelo Rio do Prata, o que torna-se desnecessário fazer novamente os registros fotográficos e descrição do mesmo, os quais foram retomados quando adentrasse ao Festejo do Vão do Moleque, e isso ocorreu

por volta das 20 horas do dia 11 de agosto, momento em que a Senhora Aurenita, com seus filhos, receberam novamente a equipe (Fig. 151).

Figura 151 – Segunda tentativa – Chegada ao Festejo do Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

Como no Festejo não tinha energia elétrica, apenas lamparinas e velas, direcionou-se os faróis do veículo para o local em que foram montadas as barracas (Figs. 152, 153, 154). A equipe chegou com fome e perguntou à dona da casa se poderia assar uma carne, o que foi prontamente autorizado e logo preparou-se um bom churrasco à luz de vela (Figs. 155, 156, 157 e 158), que foi compartilhado também por todos da família da Senhora Aurenita. Banho, nem pensar, pois a única água disponível era do Córrego dos Porcos, água muito fria e lugar muito escuro.

Figura 152 – Chegada ao Festejo do Moleque – Montando o acampamento



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 153 – Chegada ao Festejo do Moleque – Montando o acampamento



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 154 – Chegada ao Festejo do Moleque – Montando o acampamento



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 155 – Chegada ao Festejo do Moleque – Fazendo Churrasco



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 156 – Chegada ao Festejo do Moleque – Filha da Senhora Aurenita



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 157 – Chegada ao Festejo do Moleque – Fazenda Churrasco



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 158 – Chegada ao Festejo do Moleque – Fazenda Churrasco



Fonte: Sebastião Fontenele França

Durante a noite, ainda sobrou tempo para investigar o comportamento de alguns animais e insetos, principalmente num ambiente que é atrativo a animais peçonhentos e insetos, dentre outros, considerando o tipo de construção das residências, de pau a pique e palhas. É importante ressaltar o seguinte: o que, para os citadinos, o hospedar é um momento de luxo, nos vãos quilombolas, as hospedagem ultrapassam os limites da simplicidade, e muitas vezes da desumanidade.

O Pesquisador teve a oportunidade de fotografar vários morcegos voando no interior das choupanas (Figs. 159 e 160), inclusive na residência da dona da casa, além da presença do protozoário *Trypanosoma cruzi*, conhecido como “Barbeiro”, e que causa Doença de Chagas, o qual estava entranhado nas cavidades da parede. No entanto, para essas pessoas, tudo isso é normal, uma vez que já estão acostumado e não tem como ser diferente enquanto as autoridades fecharem os olhos para essa gente. Há algumas obras construídas com alvenaria na área do Festejo do Moleque, mas somente aquelas destinadas a apoio nos períodos de festas, além do prédio que abriga a escola local.

Figura 159 – Chegada ao Festejo do Moleque – Casa de hospedagem dos kalunga festeiros



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 160 – Chegada ao Festejo do Moleque – Casa de hospedagem dos Kalunga festeiros



Fonte: Sebastião Fontenele França

Passou a noite e logo chegou o dia e um bom café foi feito no fogão de lenha (Fig. 161), ao mesmo tempo em que se alinhavava uma conversa de final de festa com o pessoal da casa e em seguida a equipe desmontou as barracas (Figs. 162 e 163) e preparou a carga na caminhonete para dar sequência à viagem para o Vão de Almas (Fig. 164). Como rito final, o Pesquisador reuniu a equipe para agradecer à família da Senhora Aurenita pela hospedagem e encerrou a visita, mas antes aproveitou a oportunidade para entregar um exemplar da Revista Múltipla, contendo um artigo sobre a escravidão em Goiás, com alguns fragmentos sobre os Kalunga e também doar uma cesta básica e roupas para a família, em agradecimento pelo acolhimento em sua residência (Fig. 165).

Enfim, a equipe deixou o Festejo do Vão do Moleque e seguiu para o Vão de Almas (Fig. 166), mas sabe que deixou para trás pessoas esperançosas e ainda sonhando com uma vida melhor.

Figura 161 – Chegada ao Festejo do Moleque – Amanhecendo o dia



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 162 – Desmontando o acampamento



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 163 – Desmontando o acampamento



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 164 – Chegada ao Festejo do Moleque – Doação de alimentos



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 165 – Momento de despedida



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 166 – Saída do Festejo do Moleque

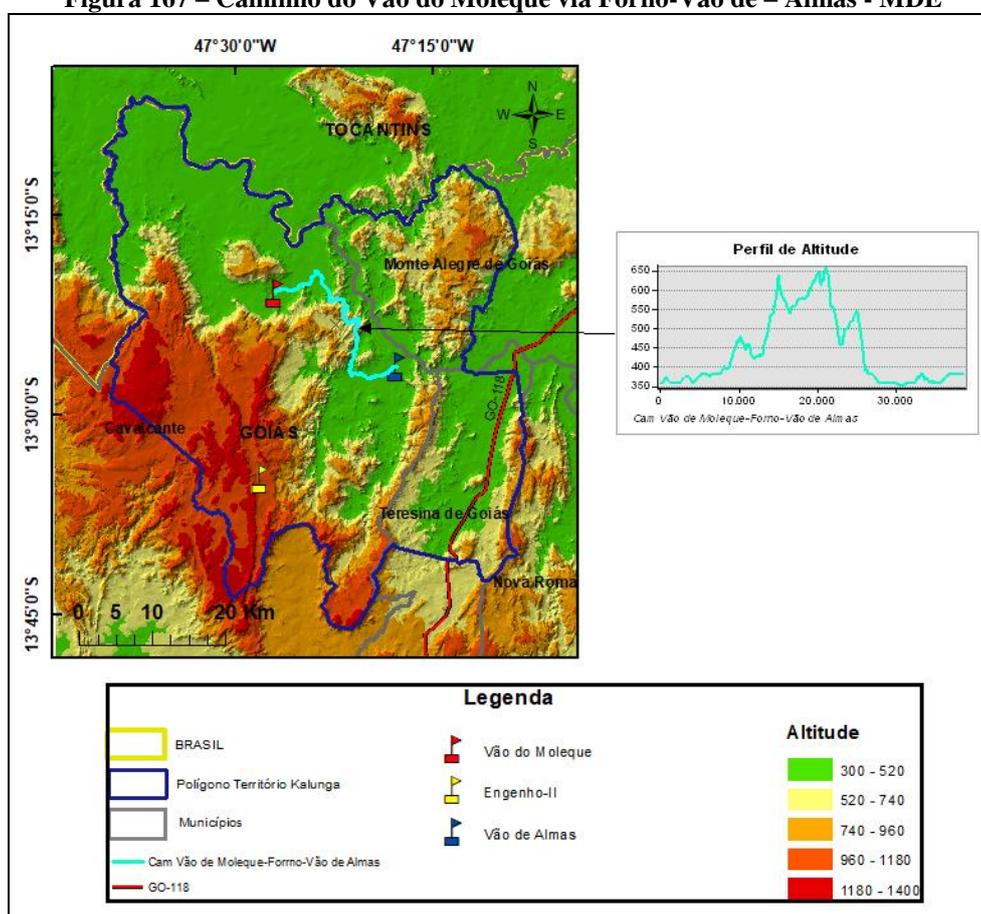


Fonte: Sebastião Fontenele França

4.2.7 Caminho do Festejo do Vão do Moleque ao Festejo do Vão de Almas, Via Forno

Esse caminho foi a continuidade do trajeto anterior, e o objetivo era chegar à Festa de Nossa Senhora D'Abadia, no Vão de Almas, que ocorre a cada ano no mês de agosto, entre os dias 13 e 15, quando são realizados a Romaria do Vão de Almas com missas, batizados e casamentos, sendo no dia 14 o Império do Espírito Santo e no dia 15 o Festejo do Reinado Nossa Senhora da D'Abadia. Esse aparato religioso também é um dos elementos que sacralizaram o Território Kalunga (Fig. 167).

Figura 167 – Caminho do Vão do Moleque via Forno-Vão de – Almas - MDE



Fonte: Sebastião Fontenele França

Foi uma verdadeira aventura, uma vez que o percurso, em termos de altitude, oscila no intervalo entre 380 e 410 metros, interrompido por um pico de serra com mais de 700 metros de altitude. Não é muito elevado, mas o curto percurso, em torno de 15 quilômetros, é muito íngreme, o que causa sensação de insegurança, de medo. O veículo utilizado foi uma caminhonete Chevrolet S10 traçada, mas teve que subir na primeira marcha, tendo em vista que a estrada é coberta por uma camada de cascalho e silte, muito deslizante. Até poucos

dias antes da aventura nessa estrada, que é uma Estrada Cavaleira, era apenas uma trilha feita por animais, ou até mesmo aberta pelos próprios Kalunga em tempos alhures, não passava veículos, somente pessoas a pé ou de mulas. O melhoramento se deu pelo trabalho colaborativo entre os próprios Kalunga e fazendeiros locais, pela necessidade de ter mais uma opção de ligar, entre si, os vãos de Almas e Moleque, e encurtar a distância entre eles. Às 9h30 do dia 12 de agosto de 2017, a equipe pegou a estrada, que liga o Vão de Moleque ao Vão de Almas, e deixou para trás o “Dedo do Moleque” levando na sua mente os momentos felizes que teve ao lado de pessoas humildes e generosas e que acolheram, com muita satisfação, o Pesquisador e sua equipe. A poucos quilômetros, chegou-se novamente à residência do Senhor Geovane e, para surpresa, lá estava o Senhor Mochila, pai de Geovane, pois estava chegando de viagem de Cavalcante e passou para ver o filho, a nora e sua neta. Com toda generosidade, ofereceu a todos água, leite fresquinho tirado da vaca, aquele cafezinho da roça e, em seguida, tirou-se uma uma foto (Fig. 168) para deixar registrado aquele momento único.

Figura 168 – Residência do Senhor Geovane - Choco



Fonte: Sebastião Fontenele França

A proza estava boa, mas o grupo tinha que dar continuidade à pesquisa, que se completaria no alto da Serra da Boa Vista, no ponto denominado pelos Kalunga de Serra Pouso do Padre, já registrado anteriormente. Aproveitava-se os últimos momentos para fazer aquela doação de praxe (Fig. 169).

Figura 169 – Residência do Senhor Geovane – entrega de cesta de alimentos e uma Revista Múltipla UPIS contendo artigo sobre a história dos Kalunga



Fonte: Sebastião Fontenele França

A poucos quilômetros da residência do Senhor Geovane, à frente, avistou-se a serra que por ela serpenteia a tal Estrada Cavaleira (Fig. 170) e logo veio a sensação de medo em ter que subi-la. Entretanto, o pesquisador não deve ter medo e, dessa forma, continuou com a investida serra adentro.

Figura 170 – Início da subida da serra São Pedro, que separa o Vão do Moleque do Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Antes de subir, o grupo fez uma oração em voz alta, pedindo a proteção de Deus, e foi em frente. Ao pé da serra, o Pesquisador, que também era o motorista, colocou a tração na primeira marcha e seguiu em direção ao céu, pois o percurso dava essa sensação. Foram aproximadamente 15 quilômetros de pula-pula, gastando-se em torno de trinta minutos, o que parecia uma eternidade. Como a estrada é cascalhada e misturada com areia fina, as rodas do veículo trepidavam e deslisavam. A preocupação era com o desfiladeiro que serpenteava a estrada. Depois de tudo isso, enfim, conseguiu-se subir a serra e chegou-se ao

patamar superior, e em seguida veio a descida e, a poucos quilômetros, chegou-se ao tão esperado Festejo do Vão de Almas, que estava em plena festa (Figs. 171 e 172).

Figura 171 – Entrada do Festejo do Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 172 – Pátio de Festas do Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Na expedição realizada nesses dois períodos, o Autor desta pesquisa, juntamente com a sua esposa, Maria Zinete, o seu cunhado, Salvador Barbosa, e o guia, Daniel Ângelo Da Col, que sempre o acompanhou nas suas caminhadas, esteve presente nessa magnífica manifestação, não apenas como curioso ou visitante, mas como pesquisador. No entanto, teve que mergulhar no âmago de cada evento, religioso ou de folia, para sentir a felicidade e a importância que representa cada elemento para a comunidade Kalunga. Chegando ao Vão de Almas – Via Forno, por volta das 13 horas do dia 12 de agosto, procurou-se logo montar as barracas (Figs. 173 e 174) na margem esquerda do Rio Branco (antes Almas), o local sagrado do povo Kalunga, onde lavam suas louças e roupas e tomam seus banhos, e que tem o mesmo significado do Rio Gange para os indianos. Esse ritual já foi incorporado

pela comunidade e se desenvolve de forma muito natural, mas ainda é uma tarefa destinada às mulheres Kalunga (Fig. 175). Na verdade, é um ponto de encontro comunitário em que todos usufruem do mesmo espaço de forma respeitosa (Fig. 176 e 177).

Figura 173 – Acampamento à margem do Rio das Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 174 – Acampamento à margem do Rio das Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 175 – Centro do Festejo do Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 176 – Ponto de encontro dos Kalunga no Rio das Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 177 – Banho no Rio Branco (Rio das Almas) no Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Ressalta-se, entretanto, que o Rio das Almas nasce nas proximidades da cidade de Cavalcante e corta de sul a norte a depressão que forma o Vão de Almas, e derrama suas águas na margem esquerda do Rio Paranã. O nome Rio das Almas ainda é depreciativo e lembra a escravidão, e essa foi a razão da mudança do nome para Rio Branco no trecho que corta essa depressão. Já dentro da água desse rio, observou-se que um trecho dele não tinham pessoas se banhando, e foi perguntado por que tal motivo. Disseram que naquele trecho a presença de arraias é uma ameaça aos banhistas e a quantidade é muito grande (Fig. 178).

Figura 178 – Trecho do Rio Branco (Rio das Almas) impróprio ao banho, devido a presença de arraiais



Fonte: Sebastião Fontenele França

Aproximando-se do horário do almoço, a equipe teve que deixar aquela água e subir para o acampamento para prepará-lo, enfim todos estavam com fome (Figs. 179 e 180). No momento do almoço, chegou como visita o Senhor Neco, um Kalunga de 54 anos de idade, alegre, que bebeu uma taça de vinho. Ele estava com uma pequena bola de futebol, pois tinha saído de uma “pelada” naquele momento (Fig. 181).

Figura 179 – Preparação do Almoço à margem do Bio Branco (Rio das Almas)



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 180 – Saboreando uma boa refeição à margem do Bio Branco (Rio das Almas)



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 181 – Visita ilustre do Senhor Neco ao acampamento à margem do Bio Branco (Rio das Almas)



Fonte: Sebastião Fontenele França

Chegou a noite e, como o Vão de Almas estava em festa, a equipe foi compartilhar aquele momento cultural com os Kalunga, entrou em ritmo de comemoração e, como bons religiosos, os membros do grupo assistiram ao ritual dentro da Capela do Festejo, pois a comunidade estava festejando um dos maiores eventos religiosos do Território Quilombola Kalunga. É importante ressaltar que, além dos afrodescendentes, pessoas de diversos lugares e de credos diferentes, como era o caso de alguns do grupo, infiltravam-se no meio da procissão que se deslocava por todas as ruelas do festejo, para compartilhar das orações e energias positivas que circulavam entre todos. As pessoas se concentravam nas orações, intercaladas por cânticos próprios (Figs. 182, 183, 184, 185 e 186). Fora da Capela, o evento é regado por muita cerveja e bebidas destiladas. No entanto, o trabalho do pesquisador não se resumiu somente à festa, apesar que esses eventos também faziam parte do roteiro, que era apresentar em cada caminho as particularidades próprias do lugar, ou seja, fazer os registros acadêmicos eram obrigatórios. Tinha que estar atento aos mínimos detalhes.

Figura 182 – Momento de oração na Capela do Festejo do Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 183 – Procissão no Festejo de Nossa Senhora D’Abadia no Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 184 – Procissão no Festejo de Nossa Senhora D’Abadia no Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 185 – Procissão no Festejo de Nossa Senhora D’Abadia no Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 186 – Curtindo a Festa de Nossa Senhora D’Abadia no quiosque do Senhor Neco no Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

No dia seguinte, após o café (Fig. 187), a equipe pegou um barco e deslizou sobre as águas do Rio Branco (antes rio das Almas) e seguiu em direção ao Rio Paranã, para buscar evidências de antigos caminhos Kalunga. Na metade do percurso, entre o Rio Branco e o Rio Paranã, deparou-se com um banco de pedras que atrasou um pouco a viagem, não o suficiente para “abortar” a missão, isso porque a equipe era muito coesa e prestativa, pois o Pesquisador, com seus mais de 65 anos, ficou dentro do barco, e a Senhora Maria Zinete e o Senhor Salvador desceram e o empurraram entre as pedras, sempre com o devido cuidado para não danificá-lo (Fig. 188), pois corria o risco de furar e, em consequência, afundar. Foram dois momentos de muito trabalho e muita preocupação, mas o barqueiro tinha muita experiência nesse tipo de aventura. E o barco passou.

Figura 187 - Área de Alimentação no centro do Festejo do Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 188 – Viagem para o Rio Paranã – Vão de Almas – banco de pedras



Fonte: Sebastião Fontenele França

Passado esse incidente, retomou-se a viagem e logo chegou-se ao encontro dos Rios Branco e Paranã, nas coordenadas $13^{\circ}25'26.50''S$; $47^{\circ}17'13.54''O$, na altitude de 349 metros (Fig. 189). Nesse entroncamento, fez-se uma inflexão à direita e seguiu-se em direção ao Funil do Paranã, uma denominação local, pois duas serras, Contenda de um lado (esquerda da Fig. 190) e Boa Vista do outro (direita da Fig. 191), apertam as águas do Rio. Às margens do Funil do Paranã, com ajuda do barqueiro, que também é Kalunga, foram localizados dois caminhos antigos, verdadeiras “reliquias do tempo”, dois fragmentos que “respiram história”. Um no lado direito, coordenadas $13^{\circ}26'58.88''S$ e $47^{\circ}15'21.62''O$ (Fig. 192); outro no lado esquerdo, coordenadas $13^{\circ}27'2.72''S$ e $47^{\circ}15'21.62''O$ (Fig. 193).

Segundo informações do barqueiro, o Senhor Sabino Gertrudes dos Santos, esses dois fragmentos de caminhos foram importantes para os afrodescentes se comunicarem com Arraias e Salvador na Bahia, e fazerem suas trocas de produtos locais, como arroz, feijão, couro, carnes secas, mandioca e farinha de mandioca por sal, ferramentas para agricultura e tecidos. A viagem para Salvador levava em torno de trinta dias, a pé ou a cavalo. Ainda hoje, essas antigas trilhas são utilizadas pelos Kalunga.

Figura 189 – Encontro dos Rios Branco (Rio das Almas) e Paranã – Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 190 – Funil do Paranã – Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 191 – Funil do Paranã – Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 192 – Caminho antigo do lado direito da margem do Funil do Paranã – Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 193 – Caminho do lado esquerdo da margem do Funil do Paranã – Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Durante a viagem de barco, o Pesquisador aproveitou para colher informações do Senhor Sabino, que se mostrou solícito e colaborador. Perguntado como era sua vida no Vão de Almas, disse que tem 53 anos e mora com uma mulher de 47 anos, e que também é Kalunga. O casal tem seis filhos, sendo três de Sabino com outra mulher e três da sua mulher atual. Trabalha na lavoura, onde planta arroz, milho, feijão e mandioca. Disse que quando a lavoura não vai bem trabalha de meeiro ou realiza empreitadas para fazendeiros locais.

No período de festas, trabalha de barqueiro para outro patrão, conduzindo turistas para conhecerem os lugares atrativos da área. Como mora distante do Rio Branco, a água que utiliza é de poço artesiano. Da mesma forma como perguntou aos outros entrevistados, fez o mesmo com o barqueiro. O Senhor é pai de três filhos, pois os outros três são do segundo casamento com sua atual mulher. Esses partos foram feitos todos por parteiras ou algum filho nasceu em hospital na cidade? Respondeu que somente um dos filhos naturais nasceu em hospital, enquanto os outros, dois nasceram no Vão de Almas. Disse, ainda: “as parteiras daqui são muito boas”. Complementou dizendo que, quando as pessoas têm conhecidos ou parentes na cidade, no momento em o parto está próximo de acontecer, a mulher vai para a casa dessas pessoas e aguarda o momento de ir para o hospital. Caso contrário, não tendo essas condições ou mesmo quando a mulher entra em trabalho de parto, a única saída é recorrer à parteira, tendo em vista que a distância e o tempo que leva para chegar a ambulância não contribuem para evacuar a futura mãe.

Foi-lhe perguntado se gosta de morar no Vão de Almas, e logo respondeu com muita firmeza que não se vê saindo dali para morar em outro lugar, pois seus avós e pais nasceram ali, e por eles foi criado, seus filhos da mesma forma. “Aqui temos dificuldade de colocar nossos filhos na escola, fica muito longe da nossa casa, mas os alimentos não faltam. Os nossos avós e nossos pais nunca saíram daqui e não morreram de fome”. Encerrou a sua conversa dizendo “O Vão de Almas é a nossa terra sagrada”.

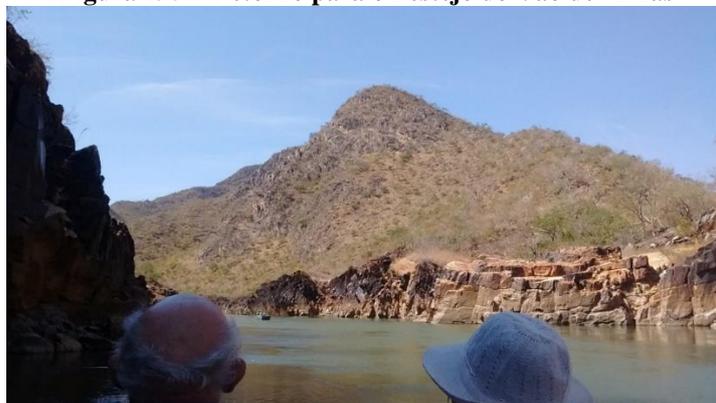
A hora já estava avançada, e a equipe tinha que voltar para o Festejo, mas antes fez um pequeno lanche dentro da canoa, preparado por Dona Zinete e o Senhor Salvador (Fig. 194). Depois do lanche, a equipe deixou o Funil do Paranã (Fig. 195) e percorreu de volta aquele mar de água, mas ainda tinha que passar novamente por aquele banco de pedras (Fig. 196).

Figura 194 – A equipe preparando o lanche ao término pesquisa no Funil do Paranã – Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 195 – Retorno para o Festejo do Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 196 – Retorno para o Festejo do Vão de Almas – banco de pedras



Fonte: Sebastião Fontenele França

No final da tarde, a equipe chega ao Festejo e foi direto para o acampamento, e também tomar um banho no Rio Branco para depois ir jantar e compartilhar dos últimos momentos da festa. Chegou a noite, enfim e todos da equipe foram para a barraca do Senhor Neco, para o jantar (Fig. 197). Quando tudo terminou, a Senhora Zinete e o Pesquisador se dirigiram ao cruzeiro (Fig. 198), que fica em frente à Capela do Festejo, para fazer a última oração

naquele lugar. Nos dias em que a equipe permaneceu na área do Vão de Almas, a sinergia foi muito grande, pois as pessoas de fora que lá estiveram demonstraram total respeito à cultura desse povo. Os excessos de bebidas alcoólicas não tiveram, até porque havia policiamento na área. Com relação aos Kalunga, foi um verdadeiro show: as danças, os foguetes, a comida e as rezas foram o ponto forte do evento. Com toda simplicidade, esses afrodescendentes apresentaram uma festa com toda pompa africana.

Figura 197 – Último dia no Festejo para a equipe no Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 198 – Agradecimentos a Deus pelo último dia no Festejo do Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

No dia seguinte, a equipe levantou cedo, desmontou as barracas e foi tomar o café, mas antes foi agradecer as pessoas que a acolheram e coroar a pesquisa com a doação da Revista Múltipla das Faculdades Integradas UPIS. Foram contemplados o Senhor Vereador Kalunga da Câmara de Vereadores de Cavalcante e a filha do Senhor Neco, dono da

barraquinha de alimentos. O sentimento de tristeza era grande, pois a festa ainda continuou, mas, enfim, a equipe tinha que retornar para Brasília, uma vez que o trabalho a esperava (Figs. 199 e 200).

Figura 199 – Doação da Revista Múltipla da UPIS no Festejo do Vão de Almas



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 200 – Doação da Revista Múltipla da UPIS ao Senhor Vereador Kalunga de Cavalcante no Festejo do Vão de Almas

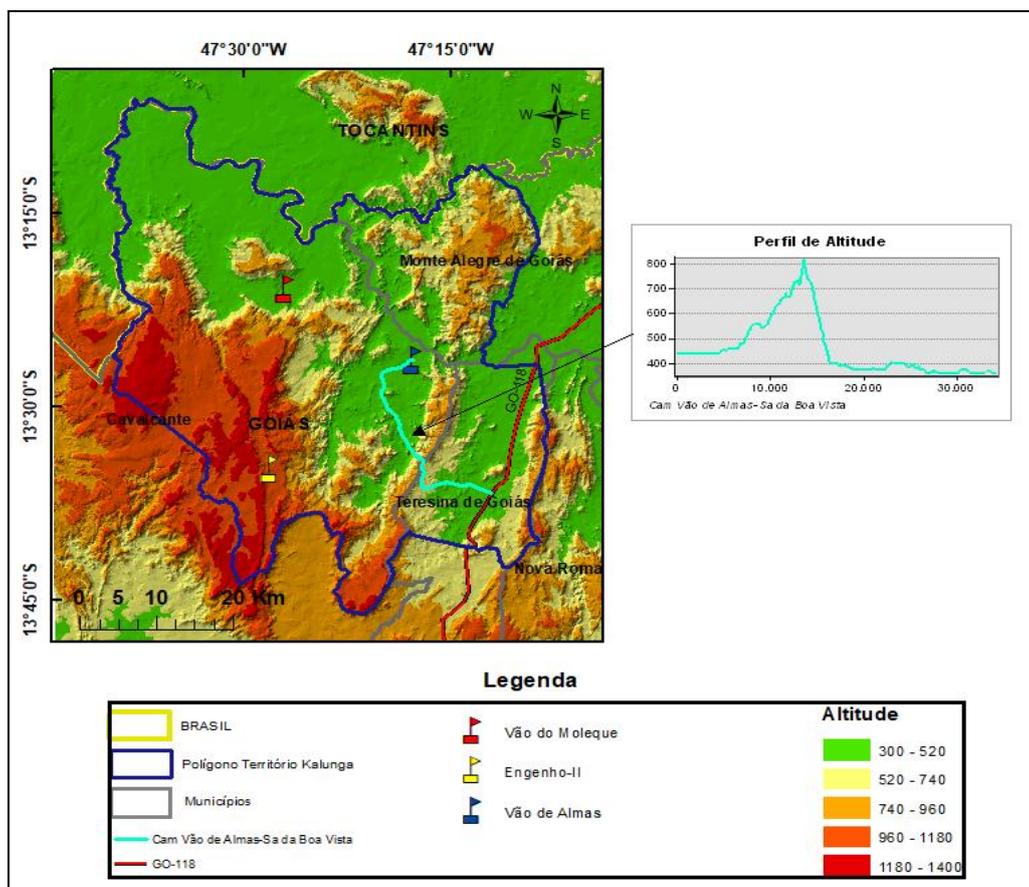


Fonte: Sebastião Fontenele França

4.2.8 Caminho do Festejo do Vão de Almas à Teresina de Goiás - Via Serra da Boa Vista

O Vão de Almas foi o encerramento dos quatro anos de pesquisa, e foi na Serra da Boa Vista que os trabalhos de campo se consolidaram. A Figura 201 demonstra mais um dos trajetos de difícil acesso aos Vãos de Almas, Contenda e Vão de Moleque.

Figura 201 - Caminho para o Festejo do Vão de Almas à Teresina de Goiás – Via Serra da Boa Vista



Fonte: Sebastião Fontenele França

O rastro que ficou para trás (Fig. 202) foi marcado por momentos felizes, e o que se encontrou pela frente completou o cenário, principalmente quando cruzou-se o Rio das Almas mais uma vez (Figs. 203 e 204), e dessa vez encerrando a última etapa desta pesquisa de campo. O Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, visto de longe, parece ostentar um ambiente apenas cênico, sem vida. No entanto, ele é revestido de um relevo bastante movimentado, uma vegetação densa, o Cerrado, uma rede hidrográfica exuberante, com sua estiagens, é claro, e o mais importante, de um povo guerreiro que não se deixou levar pela preguiça e pela intolerância do Estado. O Pesquisador, pelo conhecimento oral que tinha do

lugar, não esperava um final de pesquisa sem que passasse por mais um relevo hostil, com sua altitude agressiva à resistência humana. Isso foi comprovado na Estrada Cavaleira que liga o Vão de Almas à cidade de Teresina de Goiás. Passou-se pelo Rio das Almas, um trecho bastante pedregoso, mas como o veículo era traçado, tudo foi possível. A estrada até que estava boa, aliás uma festa estava ocorrendo no Vão de Almas, e essa melhoria só ocorre nesses períodos, mas a rugosidade do relevo e suas altitudes acentuadas continuam lá, e para transpô-las exige muito esforço físico, para quem se locomove a pé, veículos potentes e animais robustos, uma vez que muitos Kalunga ainda transportam suas carga utilizando animais.

Figura 202 – Saída do Festejo do Vão de Almas para Teresina de Goiás



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 203 – Travessia do Rio das Almas - do Vão de Almas para Teresina de Goiás



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 204 – Travessia do Rio das Almas - do Vão de Almas para Teresina de Goiás



Fonte: Sebastião Fontenele França

Transposto o Rio das Almas e seguindo em direção à Serra da Boa Vista, ao lado da estrada, lá no fundo, apareceu o Morro do Moleque (Fig. 205), uma beleza cênica que foi acompanhando o olhar de todos da equipe até perder o foco, pois logo começou-se a subir a Serra da Boa Vista (Figs. 206 e 207), momento em que todos da equipe assumiram que o medo ainda perdurava, uma vez que essa Serra é muito íngreme e perigosa.

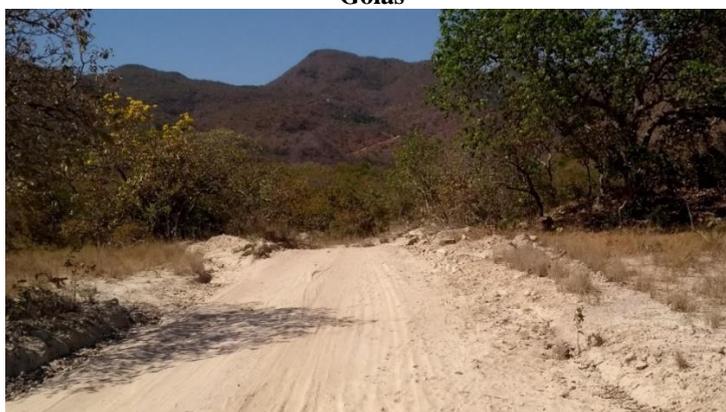
O Morro do Moleque não é aquele do Vão de Moleque, lá é o “Dedo do Moleque”. Esse Morro se localiza na parte central do Vão de Almas, fica próximo ao Rio das Almas. Esse “monumento da natureza”, por quatro vezes entrou no foco da câmera do Pesquisador, mas somente se materializou no final desta pesquisa. Em volta ao Morro do Moleque, a vegetação densa do cerrado segue à volta de sua base, e se perde quando ganha altura, onde o domínio passa a ser da rampa de colúvel, com vegetação típica de altitude.

Figura 205 – Morro do Moleque - do Vão de Almas para Teresina de Goiás



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 206 – Subida da Serra da Boa Vista - do Vão de Almas para Teresina de Goiás



Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 207 – Subida da Serra da Boa Vista - do Vão de Almas para Teresina de Goiás

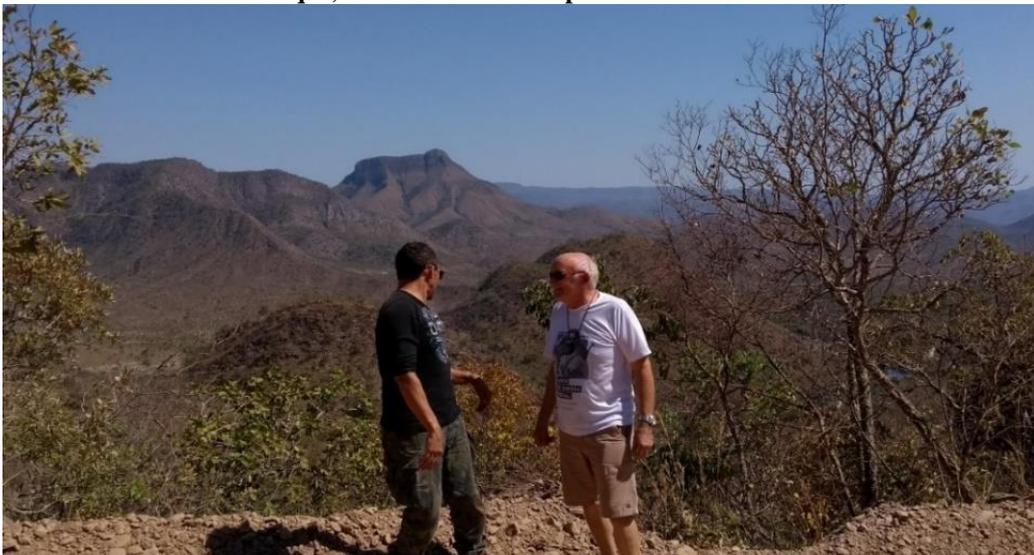


Fonte: Sebastião Fontenele França

Finalmente, a viagem chegou ao fim, mais uma atividade tinha se encerrado, mais uma muralha vencida, ou em termos de segurança para os afrodescendentes, mais uma fortaleza vencida, a do Vão de Almas, motivo pelo qual o Pesquisador, no alto da Serra da Boa Vista, ponto inicial de todas as pesquisas de campo que foram realizadas na área do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, agradeceu a Deus que esteve presente em todas as etapas das pesquisas de campo. Também agradeceu a sua esposa Maria Zinete e ao cunhado, Salvador, um companheiro brilhante, e em especial ao guia Daniel, que acompanhou o Pesquisador em todas as suas viagens ao Território Kalunga (Figs. 208, 209 e 210).

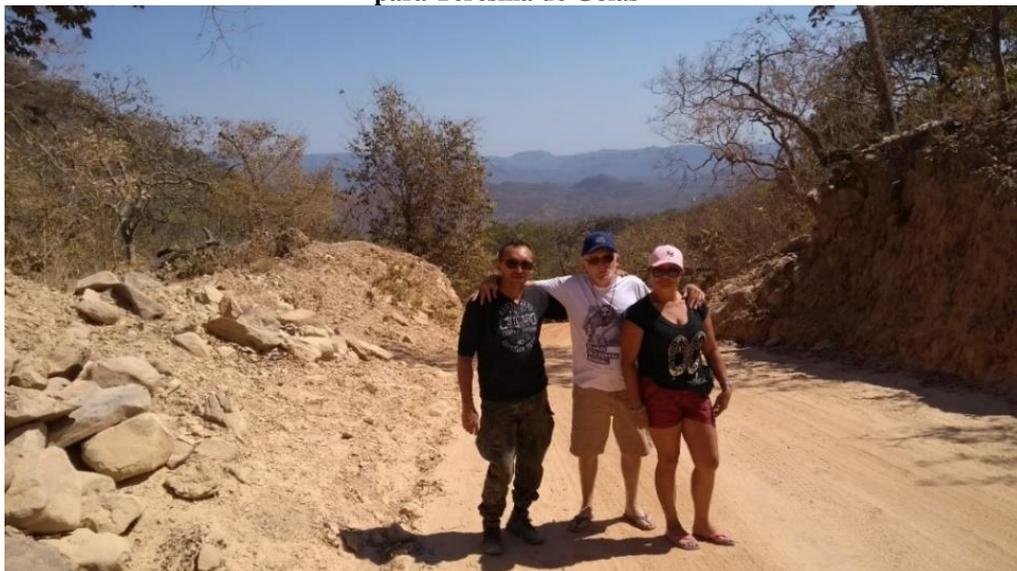
A altitude da fortaleza do Vão de Almas varia de 400 a 1200 metros, e se emaranham serras, colinas, morros, depressões dissecadas, rios, córregos e ribeirões, uma densa vegetação, o cerrado, e entranhado em tudo isso o que é mais importante, vidas humanas, que se relacionam por meio de trilhas, estradas cavaleiras e até mesmo pelos rios.

Figura 208 – Panorama da Serra da Boa Vista (ao fundo o Morro do Moleque) - do Vão de Almas para Teresina de Goiás



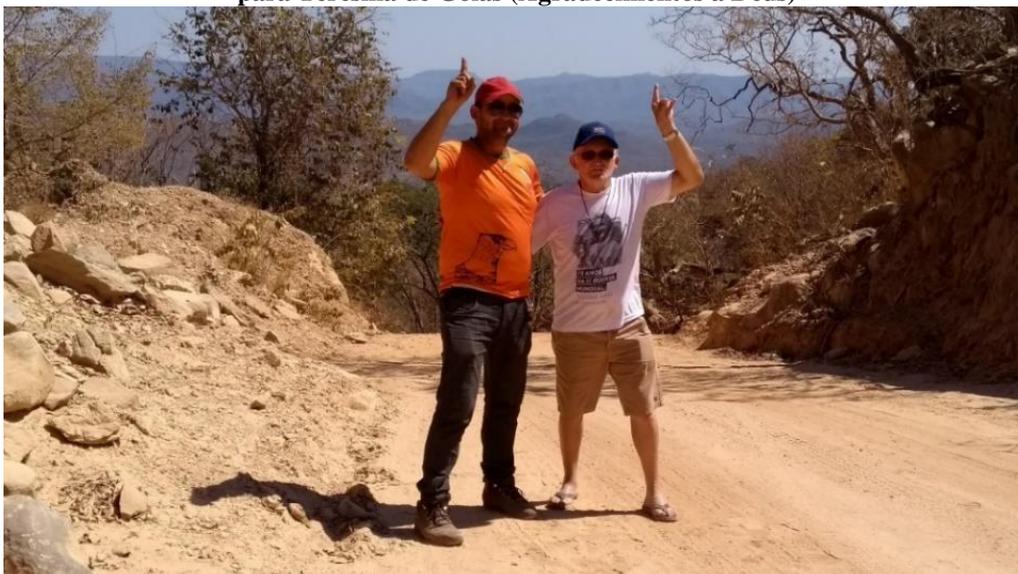
Fonte: Sebastião Fontenele França

Figura 209 – Final da Viagem – Alto da Serra da Boa Vista - do Vão de Almas para Teresina de Goiás



Fonte: Sebastião Fontenele França

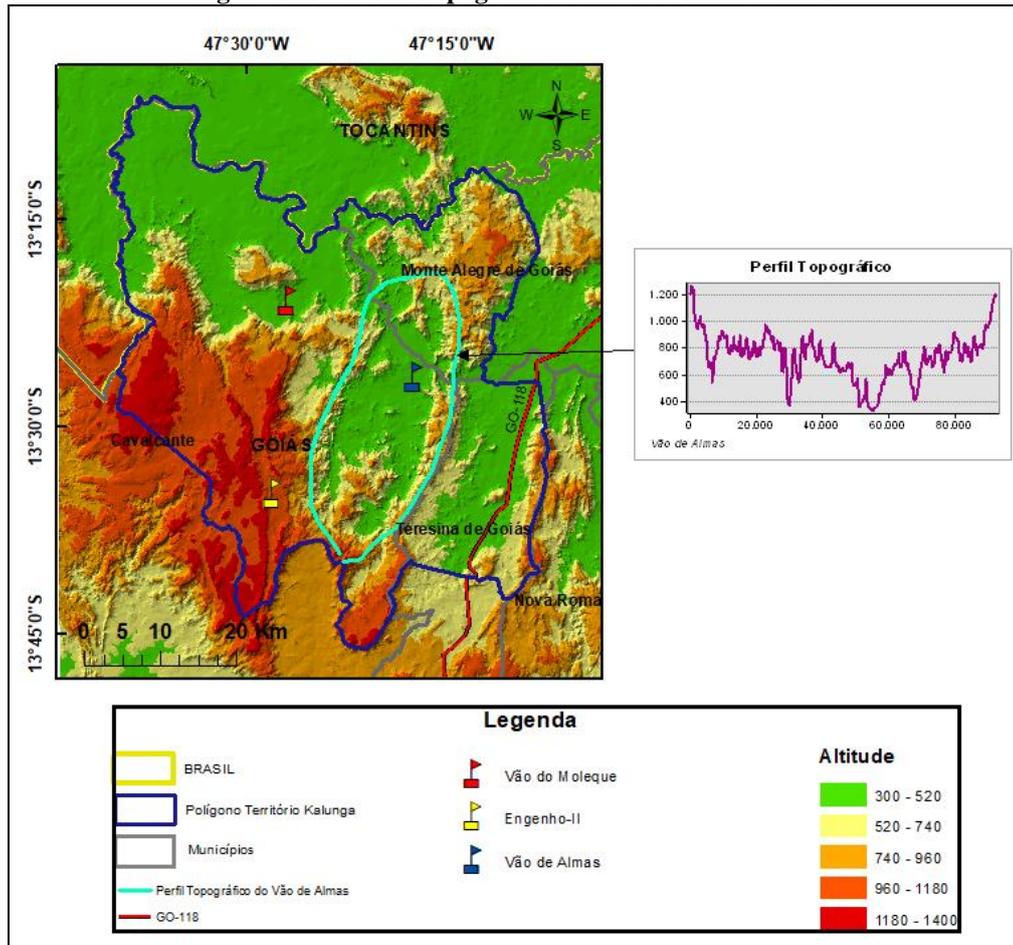
Figura 210 – Final da Viagem – Alto da Serra da Boa Vista - do Vão de Almas para Teresina de Goiás (Agradecimentos a Deus)



Fonte: Sebastião Fontenele França

A Figura 211 mostra o Perfil Topográfico do Vão de Almas em formato de Modelo Digital de Elevação (MDE), cuja altitude varia de aproximadamente 300 metros a mais de 1200 metros. Ressalta-se, também, que a altitude que predomina na parte mais baixa do interior desse Perfil gira em torno de 400 metros.

Figura 211 – Perfil Topográfico do Vão de Almas - MDE



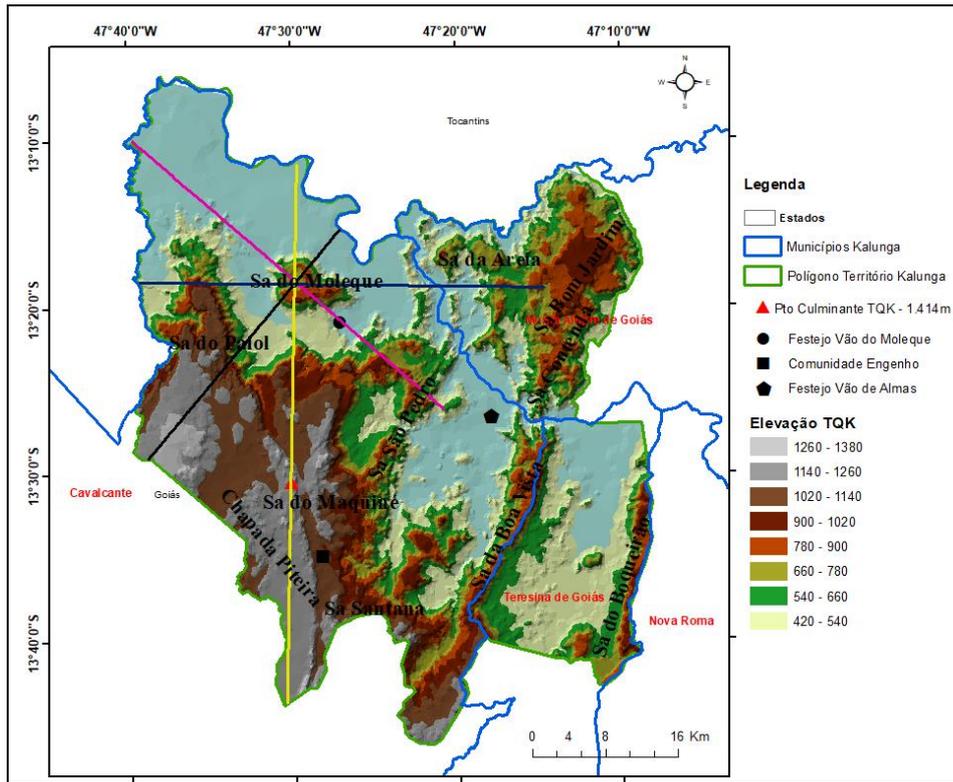
Fonte: Sebastião Fontenele França

Esses foram alguns dos caminhos, ou como os Kalunga os chamam “Estradas Cavaleiras”, que estão encrustados no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, onde as relações do homem com o meio se deram por intermédio deles, nos quais a cultura, com seus ritos trazidos da “mãe África”, perduraram-se por mais de dois séculos numa região, que outrora era conhecida como sertão. Esse sertão, no entanto, não é uma paisagem horizontalizada, sem obstáculos, apresenta-se, antes de tudo, como um relevo bastante movimentado, elemento esse que também contribuiu para o isolamento desse povo.

As figuras 212 e 213 encerram a pesquisa, são elas que consolidam a hipótese de que o relevo, junto com outros elementos, foi fundamental para criar um ambiente de segurança para os afrodescendentes, ambiente esse que na época da escravidão era conhecido como “Quilombo”. Os gráficos de altitude mostram muito bem a relação do relevo com as distâncias e o grau de isolamento, que é visivelmente observado.

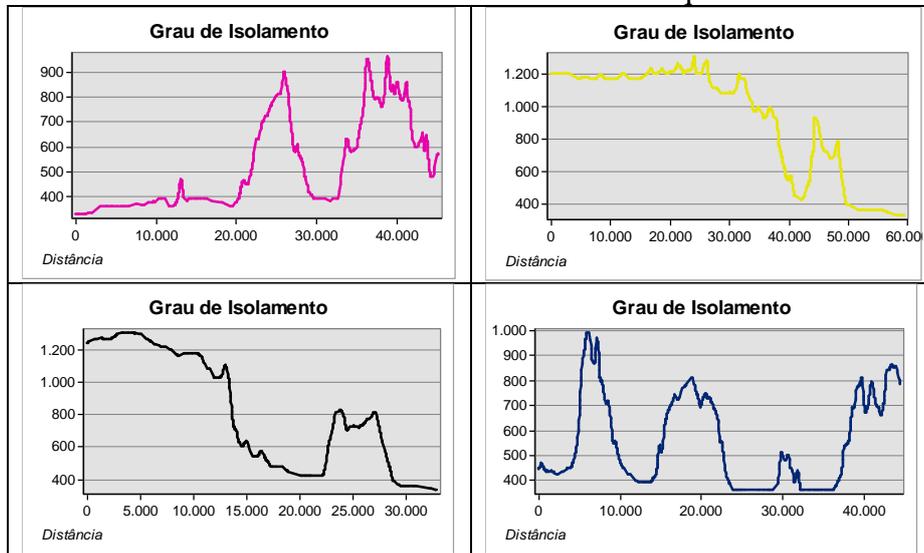
Para cada mapa, foram confeccionados quatro gráficos que representam o grau de isolamento, pois o acesso aos vãos obrigatoriamente se dá por essas serras.

Figura 212 – Grau de Isolamento do Vão de Moleque



Fonte: Sebastião Fontenele França

Grau de Isolamento – Vão de Moleque

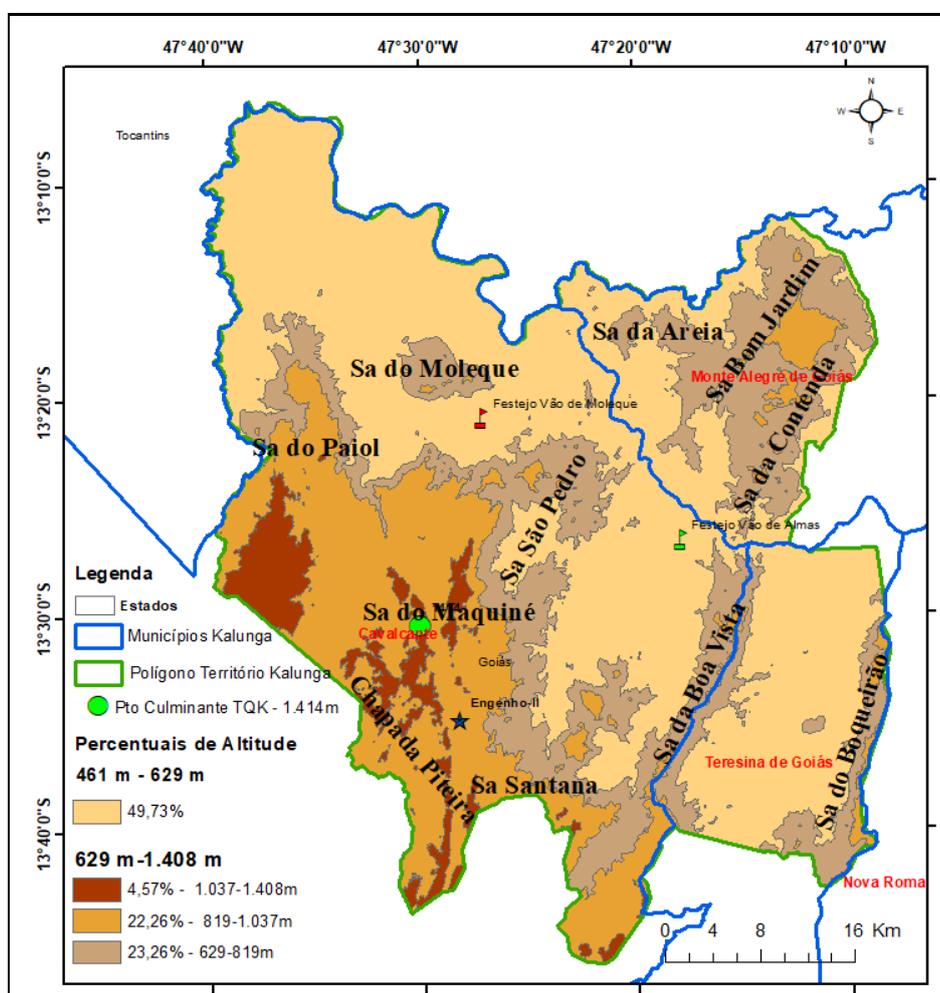


Fonte: Sebastião Fontenele França

com a perspicácia dos negros, eles não eram vitoriosos nas suas capturas e também a disposição das residências reforçaram a necessidade de proteção, uma vez que estão distantes uma das outras.

Em termos percentuais, o relevo do Território Quilombola Kalunga está distribuído da seguinte forma: 49,73% na altitude de 461 a 629 metros; 4,57% na altitude de 1.037 a 1.408 metros; de 22,26% na altitude de 819 a 1.037 metros; 23,26% na altitude de 629 a 819 metros, encontrando-se as maiores altitudes na faixa de 629 a 1.408 metros, o que corresponde a 50,09%. Evidenciando, neste caso, que as maiores altitudes dominam o relevo da área, o que corrobora com a hipótese desta Tese.

Figura 214 – Percentuais de altitude do Território Kalunga



Fonte: Sebastião Fontenele França

Para encerrar esta passagem pelo Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, o Senhor Vilmar, Presidente da AQKa, expressou seu sentimento em relação ao seu espaço dizendo uma frase que sintetiza muito bem a importância do relevo para a vida do Povo Kalunga:

A trajetória dos kalunga foi a fuga para a liberdade para o território que vive até hoje muitas vezes isolado sem ajuda dos governos, lugar esse isolado mas sagrado porque foi um lugar que nos escondeu das chibatadas dos patrões aqui nesses vales de serras e beira de rios (COSTA, 2013).

Finalmente, chegou-se ao final desta pesquisa, toda ela com validação no campo, onde foram coletados dados e, com auxílio de dispositivos tecnológicos, foram confeccionados mapas temáticos para representação do relevo, inseridas neles as comunidades quilombolas Kalunga.

Mas, antes do fechamento, será apresentada análise dos dados coletados durante a pesquisa *in loco*, nas Comunidades do Engenho II, dos Vãos de Almas e do Moleque. Considerando que há uma associação que defende os direitos do Povo Kalunga, a Associação Quilombola Kalunga (AQK), que tem como Presidente o Senhor Vilmar Souza Costa, e também o tamanho da população, que ultrapassa os oito mil quilombolas, a aplicação desse dispositivo foi feita diretamente nesse órgão. No Território Kalunga, além da AQK há outras três menores: Associação Kalunga de Cavalcante (AKC), a Associação Kalunga de Teresina de Goiás (AKT) Associação Kalunga de Monte Alegre de Goiás (AKMA). Essas três últimas representam a AQK em suas comunidades.

Ressalta-se que quase todos os itens do questionário já foram elencados ao longo desta Tese, mas alguns serão apresentados com maior ênfase: a Educação, a Atividade Rural e a Segurança, a seguir.

A Educação

A educação na área Kalunga ainda é muito precária, as escolas ficam muito longe das moradias, e as pessoas precisam se deslocar por vários quilômetros para assistir a uma aula, que não é de muita qualidade. O Presidente da AQK contou que nasceu e cresceu no Território Kalunga e estudou no campo até os 15 anos de idade e tinha que levantar às 4 horas da manhã e só retornava às 16 horas. “O lanche, quando tinha, era uma farofa de peixe e feijão com ovo”. Disse ainda que as escolas eram improvisadas nas próprias casas dos professores. Entretanto, as coisas mudaram, isso por força de movimentos sociais, nos segmentos da reforma agrária, comunidades tradicionais, povos da floresta, indígenas e quilombolas, que cobraram das autoridades mais atenção para essa gente. Segundo Vilmar, o marco teórico foi I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (IENERA, 1997).

Vários Kalunga cursam o ensino superior nas cidades de Anápolis, Luziânia, Goiânia e Brasília, que, segundo o Vilmar, esses foram os beneficiados pelas cotas do governo

federal, inclusive ele próprio que fez o curso de Licenciatura em Educação do Campo, na Universidade de Brasília (UnB). Disse que os Kalunga que conseguiram fazer seus cursos tiveram que fazer um sacrifício muito grande, pois deixam suas famílias e vão morar na casa de parentes naquelas cidades. No caso de Vilmar, a modalidade do curso era Tempo-Escola e Tempo-Comunidade, ou seja, não precisava se ausentar totalmente da sua comunidade. De acordo com o estudo de Koyanagi (2016:220), há 30 escolas dentro das Comunidades Kalunga, sendo 1.100 alunos matriculados na educação básica e 117 professores. Separando por município, os números são os seguintes: Cavalcante: 16 municipais e um estadual; Monte Alegre de Goiás: 10 municipais e um estadual; Teresina de Goiás: um estadual e um municipal. As distâncias das moradias até as escolas são grandes, mas o que complica é o deslocamento, uma vez que não há transporte adequado e as estradas são mal conservadas, além dos rios que, no período de cheias, tem a travessia dificultada. Um dos grandes problemas encontrados na educação nesses municípios ainda é o preconceito. Crianças brancas geralmente não aceitam estudar com as crianças negras, e essa rejeição acaba afetando a parte cognitiva. Esse aspecto foi levantado quando em pesquisa na área Kalunga.

Atividade Rural

A atividade principal dos Kalunga é na área rural, mas em decorrência da demora da expedição do título definitivo, os Kalunga se sujeitam a trabalhar como meeiros no próprio local, pois ainda resistem em morar na área de antigos fazendeiros, que ainda não foram indenizados por suas terras, e grileiros, que se apossaram indevidamente de porções de terras na área Kalunga. Por esse motivo, os conflitos ainda são latentes, uma vez que os Kalunga não aceitam intrusos na sua área, mas não podem fazer muita coisa, apenas se defenderem de atos criminosos dessa gente, como por exemplo, queimar plantações, derrubar cercas, abater animais, dentre outros atos criminosos.

A atividade produtiva do Território Kalunga até que é bem diversificada: de um lado, a criação de gado, que é criado à solta no cerrado, os quais fornecem leite, carne, couro, gordura para fazer sabão. É importante ressaltar que os currais são utilizado de forma cooperativa. Por outro lado, a roça de toco, uma técnica ancestral, produz arroz, feijão, abóbora, amendoim, banana, café, em alguns lugares das comunidades, cana-de-açúcar, farinha de mandioca, milho; o plantio do fumo às margens do Rio Paranã, em alguns lugares, a soja, tomate e algumas verduras. Entretanto, a produção é quase consumida pelas comunidades locais, mas no caso de excedente levam para comercializar ou trocar por outros produtos nas cidades. O transporte para as cidades é feito ou por animais ou por caminhões

do próprio local. As prefeituras de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás também disponibilizam veículos para fazer transporte de produtos, tanto os que saem do Território Kalunga, quanto os que saem dessas três cidades, no sentido inverso. Não há divisão do trabalho no Território Kalunga, homens e mulheres participam de todas as etapas do plantio.

Quanto ao aspecto segurança, a pesquisa foi mais profunda, pois exigiu desprendimento para enfrentar os obstáculos que o relevo apresentava. Este aspecto foi o que teve o maior peso na pesquisa, porque foi a partir dele que se investigou a relação do tempo de fixação dos negros no local, e como esse local lhes proporcionou o estado de segurança, de proteção. Todas as pessoas que foram entrevistadas destacaram as serras, os morros e as chapadas como elementos fundamentais de proteção. Realmente, encontrando-se no interior desses ambientes, ou seja, desses Vãos, pôde-se confirmar a fenomenologia do esconderijo. Na verdade, não se pode conceber um quilombo “em céu aberto, num descampado”. Por meio de mapeamento, conseguiu-se identificar e quantificar o grau de isolamento dos Kalunga.

4.5 Proposições de melhorias para as Comunidades Quilombolas Kalunga

No que concerne a adoção de políticas públicas para o Povo Kalunga, o Pesquisador não fará nenhuma proposição, isso porque já existem, mas apresentará algumas sugestões que podem melhorar a vida de centenas de pessoas que vivem naquele sertão, à sombra das benesses do Estado, e que não têm condições de cuidar com dignidade de suas famílias.

Considerando que o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga “já nasceu sustentável”, pois abrigou a população num ambiente rico em flora e fauna, uma densa rede hidrográfica que é fonte de vida, pois dela o homem retira sua alimentação básica, um relevo, que em termos da etnociência, representou (e representa até hoje) “um organismo vivo”, uma vegetação exuberante, que é o Cerrado, onde os Kalunga colhem frutos, madeira para fazer carvão e construir suas moradias.

Tudo isso pode ser aproveitado, desde que atenda à legislação vigente, o respeito pelo meio ambiente, que aliás é um dos pontos fortes desse povo, que sempre respeitou os limites da vida vegetal, das águas, da floresta e até o mesmo o solo, que precisa de correções para dar sustentabilidade na área de alimentação, uma vez que, mesmo com a pobreza de nutrientes, forneceu alimentos desde o século XVIII para os remanescentes de escravos num sistema de subsistência, isso porque utilizaram o solo para cultivar seus produtos num sistema de “roça de toco”, utilizando técnicas ancestrais, nos quais escolhe-se uma porção

do solo, derruba-se a vegetação, queima-se os arbustivos em sistema de coivara, exemplo apresentado no momento da visita à propriedade do Senhor Mochila.

É nesse ambiente que precisam ser adotadas técnicas que já vêm sendo utilizadas em outras parte do País e do mundo, como exemplo, o biodigestor, a enegia solar, o uso da biomassa como fonte de energia e pequenas centrais hidrelétricas.

No tocante ao Território Kalunga, este representa uma fonte de renda importante, onde o espaço geográfico possui todos os elementos necessários para o uso sustentável de ações turísticas. Sabe-se que a área da Comunidade do Engenho II já se apropriou desse potencial, uma vez que suas cachoeiras são belas e que oferecem opções de lazer a milhares de pessoas que as visitam. Dessa forma, serão apresentadas modalidades de fonte de energia, bem como sugestão para aplicar o turismo com sustentabilidade. Esta etapa, indubitavelmente, foi uma das mais importantes, porque se procurou mostrar como a área possui indícios de que o local, considerando sua latitude, o clima tropical e a rede hidrográfica, mesmo de pequena escala, pode abrigar pequenos sistemas energéticos renováveis, compatíveis com as atuais demandas da comunidade, que não são muitas, mas com certeza traria retorno socioeconômico e ambientalmente sustentável.

As modalidades energéticas renováveis identificadas foram:

- a) a solar, com radiação compatível com os sistemas fotovoltaicos e termosolares;
- b) a biomassa, que, por meio de práticas conservacionistas, pode contribuir na produção, em pequena escala, de carvão;
- c) a biodigestão, a partir de um planejamento agroenergético, aproveitando a matéria-prima que é produzida no próprio local;
- d) as micro centrais hidrelétricas, aproveitando a rede hidrográfica local.

- **Biodigestor**

Por se tratar de resíduos gerados no meio rural, uma alternativa que pode ser explorada é a produção de gás baseada no processo anaeróbico¹⁴, cujo equipamento produtor é o biodigestor. Como opção energética rural, o biodigestor pode ser a via menos agressiva, porque, além de produzir energia a baixo custo, pode contribuir para aumentar a produção de alimentos, isso porque devolve ao solo vários nutrientes em forma de adubo orgânico, e diminui os custos de transporte, porque é produzido no próprio local, dando, com isso, maiores poderes energéticos para o campo. O biodigestor funciona como o “*faxineiro rural*”,

¹⁴ Processo biológico sem a presença de oxigênio. O organismo anaeróbico não pode sobreviver enquanto existir oxigênio.

pois pode contribuir para a utilização de resíduos vegetais e animais, por meio do processo anaeróbico, tendo uma dupla função: gerar energia, cujo produto final é o biogás, e limpar o campo, que não possui sistema urbano de coleta de lixo (EMBRATER, 1981).

- **Características do biogás**

Segundo EMBRATER (1981), o biogás é uma composição de vários gases, dentre eles o metano, o carbônico e outros, cuja característica é não ter cheiro, cor ou sabor. O metano, por ter alto poder calorífico, é o gás mais importante, que varia de 5.000 a 7.000 kcal/m³, podendo chegar até 12.000 kcal/m³, dependendo da sua concentração. O material utilizado em um digestor deve ser diversificado e misturado para se obter melhor resultado, dando-se prioridade aos dejetos de culturas, que são mais facilmente digeridos. Estes materiais são, principalmente, restos de culturas, esterco, fezes, lixo e aguapé. Para conhecer o potencial de gás existente em uma propriedade rural, utilizando-se dejetos animais, deve ser levado em consideração o peso desses materiais, sendo que, em média, cada kg de animal vivo produz 19 gramas de esterco em 24 horas. Para chegar a esse resultado basta multiplicar o peso do animal por 0,019 gramas (Tabela 10).

Tabela 10 - Disponibilidade de matéria-prima animal/dia e sua equivalência em gás

Fonte-esterco	Dejeto/dia (kg)	Produção gás /kg
Bovino	10	36 l por kg
Suíno (50 kg)	2,25	78 l por kg
Galinha (2,5 kg)	0,18	62 l por kg
Fezes humanas	0,4	28 l por kg

Fonte: BARRERA (1993)

Para se obter a quantidade de biogás produzido por cada unidade ao dia, basta multiplicar o número da coluna 2 pelo da coluna 3, conforme Tabela 11.

Tabela 11 - Quantidade de gás produzido por unidade biodigestora

Fonte-esterco 1)	Dejeto/dia (2) (kg)	Prod. gás (3) (kg)	Quant. de gás Prod./dia (4)
Bovino	10	36	360 l por dia
Suíno (50 kg)	2,25	78	180 l por dia
Galinha (2,5 kg)	0,18	62	11,2 l por dia
Humano	0,4	28	28 l por dia

Fonte: BARRERA (1993)

Seguindo a fórmula acima, para se obter 350 litros de biogás/dia, deve-se utilizar um kg de resíduo seco de matéria vegetal, dependendo, é claro, do tipo de vegetal, pois o valor calórico varia. Além do biogás, o biodigestor tem a função de produzir, também, o biofertilizante, que pode ser utilizado na lavoura para nutrir o solo. A massa fermentada do biodigestor em forma líquida é muito rica em material orgânico na forma de húmus, cuja utilização facilita a oxigenação das raízes das plantas, porque deixa o solo mais poroso (SGANZERLA, 1983).

Todas essas experiências visam a obter resultados positivos quanto à emissão de gases causadores do efeito estufa. Fornecer energia ambientalmente sustentável evidencia a importância dos sistemas fotovoltaicos, eólicos, minicentrais elétricas e a utilização da biomassa e dos resíduos provenientes da lavoura na eletrificação rural e pode ser uma saída, mesmo em pequena escala, para aqueles que necessitam de energia para fomentar o desenvolvimento econômico rural.

- **Pequenas centrais hidrelétricas**

Este é um sistema energético que pode ser utilizado no Território Kalunga, porque a região possui um potencial muito grande nos rios encachoeirados. Entretanto, para utilização da rede hidrográfica, é necessário observar a legislação em vigor, que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos, lei esta que cria também o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Os saltos existentes na área representam grandes possibilidades para a geração de energia elétrica por queda d'água. As pequenas centrais hidrelétricas seriam uma boa opção. Entretanto, essa opção já foi contestada pelos ambientalistas e comunidades tradicionais da Chapada dos Veadeiros, cujos questionamentos se justificaram porque os grandes produtores rurais queriam construir médias centrais hidrelétricas que tivessem condições para represar os rios, o que levaria a inundação de grandes áreas, inclusive do Território Kalunga, que perderia parte significativa de seu território. Enfim, a força dos pequenos proprietários, das representações minoritárias, dos ambientalistas e das comunidades tradicionais venceram, e as pequenas centrais hidrelétrica podem ter seu espaço na região da Chapada dos Veadeiros, desde que não afetem o meio ambiente.

- **Solar**

O Território Kalunga, estando localizado em uma área privilegiada quanto à radiação solar, tem grandes perspectivas de implantar energéticas renováveis. Com uma temperatura

média que varia de 22°C a 24°C, uma insolação que fica entre 130 a 280 e com uma amplitude térmica muito baixa, isto pelas características da Região Centro-Oeste, a energia solar é uma boa opção, principalmente com a utilização dos sistemas fotovoltaicos e termosolares (INMET, 2002 *apud* FRANÇA, 2002).

O primeiro sistema, o fotovoltaico, é o processo físico pelo qual transforma-se diretamente a radiação solar em energia elétrica, e tem como finalidade fornecer energia a baixo custo para as residências, escola e, como propulsora do desenvolvimento econômico, a irrigação e energização de equipamentos necessários, como refrigeração para conservar vacinas e itens perecíveis produzidos no próprio local. O segundo sistema é a aplicação direta da radiação solar, é usado na produção de doces caseiros, utilizando-se o processo de desidratação de frutas e legumes.

A área do Território Kalunga tem a seu favor o sol que fornece radiação suficiente para manter um sistema energético renovável, sem grandes preocupações quanto ao abastecimento durante o ano todo, considerando a pequena demanda e o nível econômico local. A variabilidade máxima da radiação solar incidente entre o verão (janeiro) e o inverno (julho) em Wm^2 tem as suas médias máximas de 224 Wm^2 e mínimas de 179 Wm^2 , com uma diferença de 45 Wm^2 de radiação solar. No mês de julho, a média máxima é 210 Wm^2 e a mínima de 194 Wm^2 , tendo uma diferença de 16 Wm^2 de radiação solar. A média anual chega a 202 Wm^2 de radiação solar (INPE, 1979, *apud* FRANÇA, 2002).

- **Biomassa**

A biomassa, como fonte de energia a ser utilizada no Território Kalunga pode vir a ser uma opção, mas para a produção em pequena escala, considerando que a área está localizada na Biosfera Cerrado. Entretanto, a comunidade local, para utilizar os recursos florestais para fins energéticos, deve orientar-se à luz da legislação vigente, que, neste caso, é a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, o Novo Código Florestal; Lei esta que veio de encontro com os interesses das grandes empresas madeireiras e de proprietários rurais que utilizam os recursos florestais sem o mínimo de consciência de que as gerações futuras necessitarão também desses recursos.

- **Ecoturismo**

O Território Kalunga, por estar dentro de uma área de proteção natural, pode ser contemplado, na sua totalidade, pelas atividades de ecoturismo, seguindo o que já vem sendo

praticado na Comunidade do Engenho II, que abriu as portas para receber turistas de várias partes do Brasil e do exterior. Nessa Comunidade, as trilhas ecológicas e as cachoeiras são os grandes atrativos.

No entanto, o restante do Território fica a mercê da vontade dos governos, que estabelecem políticas públicas, mas não fiscalizam, deixando, com essa deficiência, a maioria da população afrodescendentes sem usufruir de tais dispositivos.

A ampliação do ecoturismo em toda a área Kalunga traria bons resultados, como emprego, redução das desigualdades sociais, redução da possibilidade de tráfico e uso de drogas, enfim, progresso para todas as comunidades. Nas grandes nações, como Estados Unidos, Austrália, Canadá, dentre outros, as comunidades tradicionais mantêm seus territórios na condição de sagrados, o que, necessariamente, requer a cobrança de taxas para a manutenção do espaço geográfico. Com essa taxa, os salários dos funcionários, a manutenção dos equipamentos e os cuidados com o meio ambiente estariam garantidos, além de contribuir para a manutenção do meio natural, isto porque

O ecoturismo é um seguimento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultura, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (IBAMA In: PIRES, 1998 *apud* FRANÇA, 2002).

Entretanto, a responsabilidade social pela manutenção de áreas naturais ainda está muito longe de ser alcançada, pois muitos visitantes não têm o devido cuidado com os bens da natureza. O ecoturismo praticado sem o devido planejamento das entidades ou empresas privadas que o promovem pode até contribuir para acelerar a degradação ambiental em áreas protegidas.

O ecoturismo, sendo uma prática baseada nos recursos da natureza, apresenta algumas possibilidades e impactos que devem ser observados quando na elaboração de um projeto de implantação (PIRES, 1998 *apud* FRANÇA, 2002).

Como impactos positivos, destacam-se os seguintes:

- geração de emprego, renda e estímulo ao desenvolvimento econômico em vários níveis (local, regional estadual, nacional e municipal);
- estímulo à comercialização de produtos locais de qualidade;
- fixação das populações locais graças à geração de emprego e renda;
- possibilidade de melhoria de equipamentos urbanos e de infraestrutura (viária, sanitária, médica, de abastecimento e de comunicação);
- ampliação dos investimentos voltados à proteção de áreas naturais e bens culturais;

- sensibilização de turistas e populações locais para a proteção do ambiente, do patrimônio histórico e de valores culturais;
- melhoria do nível sociocultural das populações locais;
- intercâmbio de idéias, costumes e estilos de vida.

Como impactos negativos, destacam-se os seguintes:

- aumento do custo de vida, supervalorização dos bens imobiliários e consequente perda da propriedade de terras, habitações e meios de produção por parte das populações locais;
- substituição de ocupações tradicionais por subempregos;
- esgotamento do solo e transformação negativa da paisagem pela implantação de construções e infraestrutura;
- geração de fluxos migratórios para áreas de concentração turística;
- adensamentos urbanos não planejados e favelizados;
- incremento do consumo de recursos naturais, podendo levar ao seu esgotamento;
- aumento do consumo de combustíveis para os deslocamentos;
- poluição do ar, visual e dos recursos hídricos;
- aumento da produção de lixo e detritos nas localidades receptoras;
- alteração de ecossistemas naturais devido à introdução de espécies exóticas de animais e plantas;
- estímulo ao consumo de souvenirs produzidos a partir de elementos naturais raros;
- perda de valores tradicionais em consequência da homogeneização das culturas.

Em Unidades de Conservação, alguns impactos positivos podem existir, sendo os principais:

- sustentação econômica da UC;
- integração da UC com as populações locais;
- circulação de informações sobre o meio ambiente;
- aumento da oferta de atividades de lazer e recreação;
- ampliação da capacidade de fiscalização;
- controle sobre grupos organizados;
- divulgação da UC.

Como impactos negativos, a Unidade de Conservação pode ter os seguintes:

- pisoteamento, compactação, erosão e abertura de atalhos em trilhas;
- depredação da infraestrutura e de atrativos e elementos naturais;

- estresse e desaparecimento da fauna em razão da presença humana (provocados por barulho, cheiro e cores estranhos ao ambiente);
- aumento e/ou deposição inadequada do lixo;
- necessidade de “sacrifício” de áreas para instalação de infra-estrutura;
- aumento do risco de incêndios.

Ao desenvolver o ecoturismo dentro de UC, a exemplo da APA, onde está o Território Kalunga, algumas questões devem ser colocadas visando a reduzir os impactos decorrentes dessa nova atividade, que segundo afirma EVER (1982):

um turismo e a infraestrutura a ele relacionada que, agora e para o futuro, opera dentro das capacidades naturais, para a regeneração e futura produtividade dos recursos; reconhece a contribuição que as pessoas e comunidades, costumes e estilos de vida dão à experiência turística; aceita que as pessoas devem ter participação igualitária nos benefícios econômicos do turismo; é guiado pelas aspirações das pessoas e comunidades locais das áreas visitadas”.

Com isso, alguns princípios são apresentados por EVER (1982), dentre eles destacam-se:

- 1) **Uso sustentável dos recursos:** *“A conservação e os usos sustentáveis dos recursos naturais, sociais e culturais – são cruciais e viabilizam negócios a longo prazo”;*
- 2) **Redução do consumo supérfluo e desperdício:** *“A redução do consumo supérfluo e do desperdício evita os custos, em longo prazo, da recuperação de danos ambientais e contribui para a qualidade do turismo”;*
- 3) **Manutenção da diversidade natural e cultural:** *“Manter e promover a diversidade natural, social e cultural é essencial para um turismo sustentável e cria uma base estável para a indústria”;*
- 4) **Integração do turismo no planejamento:** *“O desenvolvimento turístico que se integre numa estrutura de planejamento nacional e local e que estabeleça taxas para impactos ambientais, aumenta a viabilidade do turismo”;*
- 5) **Apoio às economias locais:** *“O turismo que apoia um amplo espectro de atividades econômicas locais e que considera os custos e valores ambientais tanto protege tais economias quanto evita danos ambientais”;*
- 6) **Envolvimento das comunidades locais:** *“O envolvimento total das comunidades locais no setor turístico não apenas as beneficia e ao ambiente em geral, mas também melhora a qualidade experiência turística”;*
- 7) **Consulta ao público e a atores envolvidos:** *“O diálogo entre a indústria*

turística e as comunidades, organizações e instituições locais é essencial, uma vez que eles trabalharão juntos e deverão resolver potenciais conflitos de interesse”;

- 8) **Capacitação de mão de obra:** *”O treinamento de pessoal que integre a ideia de sustentabilidade nas práticas turísticas, aliado ao recrutamento de pessoas do local em todos os níveis, melhora a qualidade do produto turístico”;*
- 9) **Marketing turístico responsável:** *“O marketing que provê os turistas de informações completas e responsáveis aumenta a satisfação do cliente”;*
- 10) **Desenvolvimento de pesquisas:** *“As pesquisas e monitoramento realizados pela indústria, usando banco de dados e análises confiáveis, são essenciais para ajudar a resolver problemas e trazer benefícios para os destinos, a indústria e os consumidores”.*

Alguns tipos de turismo poderiam ser explorados no Assentamento Rural Rio Bonito, dentro de faixas etárias preestabelecidas, e levando-se em consideração ao poder aquisitivo de cada uma (TRIGO, 1997 *apud* FRANÇA, 2002):

- 1) **Explorador:** individualista, aventureiro, não requer facilidades especiais. Pode pagar por alguns serviços, mas prefere não gastar. Inclui caminhantes, escaladores e observadores de aves. Idade 25-45 anos;
- 2) **Mochileiro:** faz viagens longas, com orçamento limitado. Utiliza transporte coletivo local, acomodações baratas, etc., privilegia a experiência da viagem antes que a cultura local, embora aprecie o exotismo. Aprecia caminhadas e a paisagem, embora normalmente não visite áreas mais remotas devido ao custo das viagens. Necessita de serviços de baixo custo. Idade: 18-25 anos;
- 3) **Turistas especialistas:** dedica-se a *hobbies* particulares, pouco aventureiro, dispõe-se a pagar por serviços e auxílio logístico. Pode ter pouco interesse pela cultura. Exige facilidades especiais e serviços, por exemplo, barcos, guias, etc. Aceita desconfortos e longas viagens, se necessários para atingir seus objetivos. Pode ter participação ativa, por exemplo, em projetos de recuperação ambiental. Inclui pesquisadores; prefere grupos pequenos. Idade: 20-70 anos;
- 4) **Turistas de interesse genérico:** em geral, prefere a segurança dos grupos ou programas personalizados. Tem bom nível de renda, interessa-se por cultura e pela vida silvestre, desde que não seja necessário muito esforço para apreciá-la. Muitos são ativos e parecem atividades de “aventura sem risco”, como

caminhadas. Não se sujeita a viajar longas distâncias sem que haja grandes atrativos. Requer muitas facilidades, embora possa aceitar condições rústicas por curtos períodos. Idade: 35-65 anos.

- 5) **Turista de massa:** prefere viajar em grandes grupos; pode ter bom nível de renda; interessa-se superficialmente por alguns aspectos da cultura local; aprecia paisagens naturais e vida silvestre se o acesso for fácil; requer muitas facilidades e viaja apenas em condições muito confortáveis. Inclui passageiros de cruzeiros. Idade: 40-90 anos.

Essas, portanto, foram algumas proposições de melhoria a serem implantadas no Território Kalunga, mas que sejam para toda a área, uma vez que o percentual maior de pessoas encontra-se nos Vãos de Almas, Moleque, Contenda, bem como nas comunidades que pertencem a estas.

4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciou-se esta pesquisa, em 2015, uma densa nuvem tentava encobrir os planos de desvendar a “terra dos Kalunga” e os enigmáticos caminhos de relação entre o passado e o futuro dos remanescentes de escravos na Chapada dos Veadeiros, e que ainda hoje são verdadeiras redes de comunicação interna, que ligam as comunidades entre si, e externa, que ainda cumprem um papel de grande importância nos deslocamentos para os municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás.

Esses caminhos, por si só, não têm muito significado, pois em qualquer área agrícola ou não eles existem, mas para a área de estudo desta pesquisa eles são muito importantes, não são quaisquer caminhos, isso porque representam para aquelas comunidades quilombolas o símbolo de resistência, de segurança, de vida e de sobrevivência. Foram eles os catalizadores de emoções, de projetos, de energia, de afirmação da cultura, são verdadeiras forjas de vidas humanas.

As viagens até esses municípios sempre foram tranquilas, mas quando se adentrava na área quilombola, parecia até que se estava dentro da África, somente serras, chapadas, colinas, um denso cerrado, ora rios, córregos e ribeirões, com carga hídrica máxima, ora com apenas seixos misturados com areia, que dificultam a transposição. Esses elementos, no seu conjunto, contribuíram para montar um cenário único, no qual o humano conversa com o físico, uma cumplicidade entre o homem e a terra, uma interação perfeita, um dependendo do outro, em que o primeiro respeita os limites do segundo, e este fornece todos os itens necessários para a sobrevivência de um ser vivo.

Para entrar na intimidade do Povo Kalunga, foi necessário esmiuçar esses caminhos que dão acesso aos “casulos” onde ficam as comunidades do Engenho II, Vão de Almas, Contenda e o Vão de Moleque, lugares esses onde a energia cósmica passou sobre eles e deu uma parada.

Foram quatro anos de muito trabalho, mas a recompensa foi notória, isto porque conseguiu-se fazer, por meio de pesquisas bibliográfica e de campo e confecção de mapas, a configuração de alguns caminhos antigos por onde circularam bandeirantes e escravos, que, partindo de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, chegaram às minas de Goiás, bem como alguns caminhos antigos dentro do próprio Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.

A hipótese teve um peso significativo, uma vez que a comprovação veio por meio da demonstração física do relevo e isso somente foi possível porque usou-se como ferramenta

de construção o *Global Positioning System* (GPS), que forneceu todos os pontos e construiu as rotas dentro do Território Kalunga, e posteriormente transferidas para o ArcMap, no qual foram inseridas as trilhas exploradas e por meio de gráficos foi apresentada altitude do relevo local. Mas, além desse trabalho, a confirmação da hipótese também foi corroborada pelas coletas de dados e pelas entrevistas com antigos Kalunga, pois a vivência dessas pessoas na área foi fundamental para que se chegasse a resultados satisfatórios. Ao mesmo tempo em que se aplicava o questionário, ouvia-se o entrevistado.

Com relação à “sacralização do território”, o relevo teve um papel de grande valia na manutenção da cultura africana naquele lugar, onde por meio de ritos e símbolos, misturados com o sagrado e o profano, os Kalunga criaram a “arga massa” que uniu tudo isso ao chão, ao terreno, e forjaram um espaço geográfico por excelência.

Com um relevo bastante acidentado e distante das sedes dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, com distâncias que ultrapassam aos 140 quilômetros, como no caso de Cavalcante ao Vão do Moleque, seguindo pelo Rio da Prata, um elemento que muito contribuiu foi a existência de parteiras tradicionais, esses “saberes ancestrais”, também corroboraram para permanência desse povo naqueles rincões, uma vez que o relevo sempre foi para ele um obstáculo, considerando que antes da década de 1980 veículos não entravam na área, e, se precisasse levar uma parturiente para a cidade, a viagem demorava dias e, dependendo da urgência, poderia até morrer no caminho, e isso era feito em lombo de mulas ou carregada em redes.

Os Kalunga sobreviveram as intempéries que a vida lhes proporcionou, mas não sendo submissos. Criaram suas táticas de defesa, de sobrevivência, utilizaram-se de planejamentos para romper as condições que o antigo quilombo lhes fornecia, dentre elas o encarceramento no meio daqueles vãos e serras, condições essas de cumplicidade: “nós cuidamos da terra e a terra cuida de nós”, segundo palavras de Kalunga.

A invisibilidade dos Kalunga não foi somente em relação ao relevo; o contato com a sociedade moderna somente veio acontecer a partir de 1980, pois até então as investidas desses afrodescendentes ocorriam esporadicamente, e, com medo, não eram sistemáticas. Daí a necessidade de transportar a historiografia oral de “um mundo fechado em si mesmo” para o mundo das letras, da escrita, o que foi também uma das razões para se produzir este trabalho, o que aumentará substancialmente o número de pesquisas nas áreas quilombolas.

Outra invisibilidade que cerca as comunidades quilombolas de todo o País, dentre elas a dos Kalunga, é em relação às políticas públicas, pois nos quase três séculos de existência desse povo muito pouco foi feito para resgatar a sua dignidade que se perdeu pelos caminhos

do Brasil Colônia, do Império, para sustentar o poder dos impérios de Portugal, Espanha e, por acordos comerciais, a Inglaterra, e, até mesmo nos dias atuais, que ainda são escravos das atitudes de racismo e de desprezo da sociedade e dos próprios governantes. No que diz respeito a políticas públicas, o Povo Kalunga, pode-se dizer, vive à margem das benesses do Estado. Diante de tantos dispositivos legais e órgãos setoriais voltados para o segmento quilombola, bem como a presença de uma associação comunitária, sugerir novos instrumentos parece infrutífero, uma vez que não é a quantidade que irá resolver o problema, mas sim a qualidade dos serviços, com a eficácia fiscalização. As políticas públicas criadas no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva formam o arcabouço legal e necessário para a sobrevivência do povo Kalunga, mas a aplicação na sua totalidade ainda está bem longe de ocorrer, isso porque faltam empenho e fiscalização dos órgãos competentes.

Dessa forma, deixa-se essa lacuna, o de não sugerir mais políticas públicas e sim indicar essas falhas no cumprimento da legislação, inclusive por parte dos órgãos competentes que cuidam do bem-estar dos quilombolas. Entretanto, algumas proposições foram sugeridas para melhorar as condições de vida dessa população.

De 2015 ao presente momento, foram feitas mais de dez expedições nos Estados de Tocantins e Goiás, e em especial na área do Território Kalunga. As primeiras expedições, feitas de forma geral, que ocorreram nesses Estados, tiveram o objetivo de registrar a presença dos bandeirantes, com suas levas de escravos, nos locais visitados.

No Estado de Tocantins, em janeiro de 2017, na sequência, as atuais cidades de Arraias, Natividade, Porto Nacional na ida para Palmas, foram a rota que o Pesquisador seguiu para fazer esses registros. Na volta de Palmas, seguiu para a cidade de Paranã, um dos locais de onde, pelas pesquisas feitas para subsidiar esta Tese, saíram afrodescendentes para a Microrregião da Chapada dos Veadeiros, com expressividade para os Vãos do Moleque, da Contenda e de Almas.

Em fevereiro de 2017, fez-se uma pesquisa de campo na rota que sai de Brasília à Cidade de Goiás, cidade do século XVIII, onde foram feitos registros fotográficos importantes sobre a passagem de Bandeirantes nesses locais. Foram 600 quilômetros percorridos, foi uma verdadeira volta ao passado.

No dia 11 de agosto de 2017, partiu-se de Cavalcante para o Vão de Moleque seguindo a rota do Rio da Prata, um divisor de águas entre Tocantins e Goiás. O objetivo era chegar ao Vão de Moleque, no local do Festejo, onde se encontra o Dedo do Moleque, que se localiza na Serra do Moleque, bem no centro do Vão, trajeto não cumprido, por razões já descritas anteriormente.

Ainda no Vão de Moleque, o Pesquisador foi visitar o Senhor Mochila, ex-presidente da Associação Quilombola Kalunga, uma verdadeira enciclopédia humana, que o recebeu muito bem. Durante a entrevista, fez uma volta ao passado, pois o Senhor Mochila deu uma aula sobre a sua vivência e de seus antepassados naquele lugar. Uma questão que foi bastante explorada na entrevista foi o isolamento do grupo e se o relevo contribuiu para isso. O Senhor Mochila confirmou a hipótese desta Tese e ainda acrescentou: “além do relevo, a vegetação também contribuiu, pois “o mato servia de esconderijo”. Na entrevista com esse Kalunga, que é muito respeitado por todas as comunidades quilombolas daquele lugar, o Pesquisador alinhava a sua conversa, sempre associando ao objetivo da pesquisa, que era identificar os pontos que poderiam alinhar-se com a questão do isolamento do Povo Kalunga, ou seja, tentar extrair dele a percepção de que o relevo foi importante para isso. Ao final da conversa, ficou claro que o relevo e a vegetação contribuíram para a invisibilidade do seu povo.

Em agosto de 2017, entre os dias 12 e 15, o Pesquisador, com sua equipe, foi para o Vão de Almas para participar da Festa de Nossa Senhora D’Abadia. Enquanto a festa acontecia, fatos novos ocorriam, ou seja, novos caminhos se descortinavam, os quais deitados em “berço esplêndido”, às margens do Rio Paranã, especificamente na parte denominada “Funil do Paranã”, uma verdadeira obra da natureza. Esses caminhos antigos ligam as comunidades do Vão de Almas, Contenda, Sururi, Saco Grande e Kalunga.

Durante a Festa no Vão de Almas, o Pesquisador, de conversa a conversa, extraía o máximo de informações que fossem importantes para serem consideradas como subsídio para chegar ao objetivo da pesquisa. Foi frutífero, levando-se em consideração que os entrevistados pareciam estar interessados pelo assunto, isso porque o Pesquisador sempre se identificava como aluno do Doutorado da Universidade de Brasília e sua intenção era contribuir para a reconstrução da historiografia dos Kalunga no seu habitat.

Como resultado final, a pesquisa cumpriu o seu papel para elucidar e confirmar a hipótese desta Tese, uma vez que seguiu todo ritual e a formalidade intrínsecos ao processo da pesquisa. A integração da bibliografia pesquisada, os trabalhos de campo, as ferramentas operacionais, dentre elas o ArcMap e o ENVI, as cartas topográficas e o GPS, entrevistas e, o mais importante, a vontade e o compromisso do Pesquisador em apresentar um trabalho de alto nível, foram decisivos para cumprir o que se propôs a fazer.

Um dos grandes diferenciais desta pesquisa em relação a outros trabalhos, não menosprezando-os, foi a questão da visualização do terreno em três dimensões, uma vez que todos os trabalhos pesquisados davam muito mais ênfase aos aspectos sociais, que são importantes, mas deixavam o relevo em segundo plano, bem longe do que se apresentou

nesta Tese. É importante ressaltar que, em todo este trabalho, procurou-se enfatizar a rugosidade do relevo, pois sem esse procedimento não se chegaria ao resultado esperado e proposto na hipótese.

Outro aspecto de relevância, explorado nesta Tese, foi a relação da Etnociência, com o afulinamento para a Etnogeomorfologia, com o olhar dos Kalunga no seu ambiente de vivência. Essa Etnociência contribuiu imensamente para compreender o comportamento dos Kalunga frente aos aspectos físicos, como relevo, hidrografia, solos, vegetação, os quais são identificados por nomes próprios, cada um com o seu significado. Essa ciência foi capaz de mostrar a íntima parceria que mantém com esses elementos. Há uma intensa sinergia entre eles. O Sol a Lua, as Estrelas, as Núvens, os Rios, a Vegetação, o Solo, a Chuva, o Vento, tudo isso, conjugado, são reponsáveis pela felicidade, pelo amor que os Kalunga têm pelo seu espaço geográfico. As festas, com seus rituais, justificam essa boa relação. Os Kalunga são verdadeiros meteorologistas, pois sabem quando vai chover, quando vai fazer frio, quando chegou a hora de plantar. Neste contexto, também são verdadeiros adoradores ao Divino, uma vez que as festas são a expressão de agradecimento pelas dávidas do Criador.

O espaço geográfico Kalunga é um território comunitário, no qual todos se beneficiam mutuamente, porém ainda não se completaram em termos de melhorias. As Políticas Públicas a eles estabelecidas ainda não foram implantadas na sua totalidade, e, por isso, sofrem as consequências: muitas de suas famílias morrem antes de receberem seus benefícios. Em contrapartida, o urbano se beneficia plenamente de suas Políticas Públicas, muitas vezes até de forma corrupta.

As metodologias utilizadas foram o carro-chefe da pesquisa, considerando que elas nortearam todo o trabalho, tanto de gabinete, quanto de campo, o que levou ao resultado positivo, o que muito orgulha o Pesquisador. Aliás, não somente o Pesquisador, mas todos os envolvidos no processo de construção desta Tese, principalmente a Universidade de Brasília que abriga o Departamento de Geografia e outros afins, setores esses que promovem educação de qualidade e autêntica cidadania.

Fazendo apenas uma pausa, pois considero que outros pesquisadores irão beber no cálice desse conhecimento que ora se consolida numa Tese de Doutorado, é interessante deixar uma passagem bíblica para se refletir:

Descobri que não há nada melhor para o homem do que ser feliz e praticar o bem enquanto vive. Descobri que poder comer, beber e ser recompensado pelo seu trabalho é um presente de Deus.

Eclesiastes 3:12-13

Espera-se que esta Tese chegue ao Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga e seja uma fonte de consulta para as gerações futuras conhecerem melhor suas origens e como seus ancestrais chegaram a esse espaço geográfico, considerado “Sagrado”.

Aos futuros pesquisadores, entrega-se esta obra para, a partir dela, enveredarem em outros horizontes, e que possa ser mais um instrumento de pesquisas para as novas gerações quilombolas e, em especial, para os Kalunga.

4.7 REFERÊNCIAS

- ALVES, Iara Cristina da Silva. Políticas públicas, territorialidade e liberdade dos remanescentes de quilombo kalunga. 2015.
- ALVES, Isabelle (Estudante de direito da Faculdade Paraíso do Ceará –FAP). O Novo Código Florestal. Disponível em:
- ANDRADE, Manuel Correia de. Trajetória do Brasil de 1500 a 2000. São Paulo: Contexto, 2000-(Repensando a História do Brasil).
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A África brasileira: espaços geográficos da diáspora e do candomblé. 2012.
- _____. A África brasileira–espaços geográficos da Diáspora & do Candomblé. Revista Eletrônica: Tempo-Técnica-Território, v. 3, n. 2, p. 33-47, 2012.
- _____. Quilombos: geografia africana, cartografia étnica, territórios tradicionais. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2009. 200p.
- _____. Cartografia da diáspora África–Brasil. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 01, p. 261-274, 2011.
- ANTONIO FILHO, Fadel David. Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). Ciência Geográfica, v. 15, p. 84-87, 2011.
- BAIOCCHI, M.N. Kalunga: Povo da terra. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria dos Direitos Humanos, 1999.
- _____. Kalunga: Terra e Trabalho. Apresentado no XIII Encontro Anual da ANPCS, de 23 a 27 de outubro de 1989, em Caxambu-MG.
- _____. Negros de Cedro: estudos antropológicos de um bairro rural de negros em Goiás. São Paulo: África; (Brasília): INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.
- _____. Povo da terra. – 3ª ed. – Goiânia: Editora UFG, 2013.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BERTRAN, Paulo (Org., Ed.). Notícia Geral da Capitania de Goyaz em 1783. Goiânia: Universidade Católica de Goiás: Universidade Federal de Goiás. Brasília: Solo Editores, 1996.
- BOB, Urmilla; BRONKHORST, Salomé. Environmental conflicts: Key issues and management implications. African Journal on Conflict Resolution, v. 10, n. 2, 2010.
- BONFIM, A. (2004). O ambiente conflituoso do ecoturismo na Chapada dos Veadeiros. Page II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. ANPPAS.
- BONNEMAISON, J. “Viagem em torno do território”. In: Rosendahl, Z. e Corrêa, R.L.(orgs). Geografia Cultural: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1981.
- BRANCO, Pércio de Moraes. Breve História da Terra. CPRM, 2016.
- BRASIL MOVIMENTO REGIONAL PORLATIERRA. Estudo de Caso Comunidade Quilombola Kalunga. Disponível em:
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal.

_____. Decreto nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961. Cria o "Parque Nacional do Tocantins", no Estado de Goiás e dá outras providências.

_____. Decreto nº 70.492, de 11 de maio de 1972. Dá nova denominação ao Parque Nacional do Tocantins; altera dispositivos do Decreto nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961, e dá outras providências.

_____. Decreto nº 74.685, de 14 de outubro de 1974. Cria, no Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Brasileira do Programa sobre o Homem e a Biosfera, promovido pela UNESCO.

_____. Decreto nº 86.173, de 2 de julho de 1981. Altera os limites do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

_____. Decreto nº 99.279, de 6 de junho de 1990. Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, as terras delimitadas na área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, no Estado de Goiás.

_____. Decreto nº 5.419, de 07 de maio de 2001. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental - APA de Pouso Alto e dá outras providências.

_____. Decreto nº 9.001, de 18 de julho de 2017. Cria o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera do Cerrado em Goiás e dá outras providências.

_____. Decreto s/n, de 5 de junho de 2017. Amplia o Parque Nacional dos Veadeiros, localizado nos Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João da Aliança, no Estado de Goiás.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/> (Acesso em: 5/05/2015).

_____. Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/> (Acesso em: 15/08/2016).

_____. Lei nº 11.409, de 21 de janeiro de 1991. Dispõe sobre o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.

_____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

_____. Lei nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. v. 21.

_____. Ministério da Educação(MEC) Secretaria de Educação Fundamental (SEF). Uma História do Povo Kalunga: 2001.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Fundação Universidade de Brasília. Perfil das comunidades quilombolas: Alcântara, Ivaporunduva e Kalunga. Brasília: SEPPPIR; FUB, 2004a.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: SEPPPIR, 2004b.

_____. Programa Brasil Quilombola: comunidades quilombolas brasileiras: regularização fundiária e políticas públicas. Brasília: SEPPPIR, 2008. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/arquivos/pbq.pdf>. (Acesso em: 27/09/2017).

_____. Programa Brasil Quilombola: diagnóstico de ações realizadas: julho de 2012. Brasília: SEPPPIR, 2012. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/destaques/diagnostico-pbq-agosto>. (Acesso em: 10/03/2017).

CÂMARA, Emmanoel Fenelon Saraiva. Veredas de Goiás: viajantes e paisagem. Brasília: Hintelândia Editorial, 2011.

CASSETI, Valter. Geomorfologia.[2005]. Disponível em: <http://www.funape.org.br/geomorfologia/>. (Acesso em: 2/12/2016).

CASTRO, S. S. *et al.* (2010). A expansão da cana-de-açúcar no cerrado e no Estado de Goiás: elementos para uma análise espacial do processo. Boletim Goiano de Geografia, 30, 171-191, jan/jun.

CHAUL, Nars Nagib Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. – Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

CHAUVET, Gustavo. Brasília e Formosa: 4.500 anos de história. – Goiânia: Kelps, 2005.

COLAVITE, A. P.; PASSOS, M. M. Integração de mapas de declividade e modelos digitais tridimensionais do relevo na análise da paisagem. Revista GeoNorte. v. 2, n. 4, p. 1547-1559, 2012.

COSTA, V. S. (2016). Estudo de Caso na Comunidade Quilombola Kalunga.

_____. (2014). A Luta pelo território: histórias e memórias do povo Kalunga.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4141-chapada-dos-veadeiros-muito-alem-do-fogo>. (Acesso em: 35/05/2018).

DA SILVA, André Ricardo Fonsêca. Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção. Revista de ciências sociais-política & trabalho, v. 1, n. 48, p. 115-128, 2018.

DA SILVA, Elaine Barbosa *et al.* A expansão da fronteira agrícola e a mudança de uso e cobertura da terra no centro-sul de Goiás, entre 1975 e 2010. Ateliê Geográfico, v. 7, n. 2, p. 116-138, 2013.

DARDENNE MA. 1978. Síntese sobre a estratigrafia do Grupo Bambuí no Brasil Central. 30° Cong. Bras. Geol., São Paulo, SP. 2: 568-610.

DE AVELAR, Gilmar Alves; DE PAULA, Marise Vicente. Comunidade Kalunga: trabalho e cultura em terra de negro. GEOgraphia, v. 5, n. 9, 2003.

DE CASTRO BARBO, Lenora; DA COSTA RIBEIRO, Rômulo José. Os itinerários da rede de caminhos de Vila Boa de Goiás no Século XVIII. Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 4 a 7 de novembro de 2015. Braga, Portugal.

- DE JESUS SILVA, Rodrigo *et al.* (2015). Transição agroalimentar em comunidades tradicionais rurais: o caso dos remanescentes de quilombo Kalunga–GO. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 22, n. 1, p. 591-607.
- DE OLIVEIRA, Paulo Roberto. O Caminho de Goiás e as ligações comerciais entre o Nordeste Paulista, Triângulo Mineiro e Sul de Goiás. *MONÇÕES Revista do Curso de História da UFMS/CPCX*, v. 3, n. 3, 2015.
- DE SOUZA, Amarildo Carvalho. A luta pela garantia dos direitos quilombolas e as políticas públicas de ação afirmativa: Limites e Desafios. Monografia, Universidade Federal de Minas Gerais–UFMG. Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais, 2010.
- FREITAS, Décio. O escravismo brasileiro. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.
- DENCKER, Ada de Freitas M. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. 4. ed. São Paulo: Futura, 2000.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. 500 anos de direito administrativo brasileiro. *Revista Eletrônica de Direito do Estado*, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n. 5, 2006.
- DOS SANTOS, Danilo Moreira. Os quilombolas e sua inserção nas políticas públicas: subsídios à discussão da política de ATER quilombola. *Revista de Políticas Públicas*, v. 21, n. 2, p. 1019-1044, 2018.
- ELIADE, Mircea; FERNÁNDEZ, Luis Gil. *Lo sagrado y lo profano*. Madrid: Guadarrama, 1967.
- EMBRAPA. Sistema brasileiro de classificação de solos. Centro Nacional de Pesquisa de Solos: Rio de Janeiro, 2013.
- EMBRATER (1981). Manual de Biodigestor; modelo chinês. 2. ed. Brasília.
- EVARISTO, Tina. (2018) Kalunga, uma viagem no tempo. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/website/parabolicas/edicoes/edicao30/reportag/pg8.html> (Acessado em: 15/02/2018).
- FARIA, A. De. Estratigrafia e sistemas deposicionais do Grupo Paranoá nas áreas de Cristalina, Distrito Federal e São João D’Aliança-Alto Paraíso de Goiás. Unpublished PhD thesis, Universidade de Brasília, p. 199, 1995.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1999.
- FERREIRA, Lara Cristine Gomes; DE ALMEIDA, Maria Geralda. Usos e conflitos na APA do Pouso Alto (GO): uma abordagem sobre a percepção dos atores locais de Colinas do Sul e Cavalcante-DOI 10.5216/ag. v8i1. 29955. *Ateliê Geográfico*, v. 8, n. 1, p. 215-230, 2014.
- FRANÇA, Sebastião Fontenele. Desenvolvimento Rural Sustentável: uma opção para o Assentamento Rural Rio Bonito no município de Cavalcante, Goiás. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB/IH/GEA, 2002.
- FUNES, E. A. Goiás 1800-1850: Um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: Editora da UFG, 1986.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 18ª Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.
- FURTADO, Marcella Brasil. Cultura, identidade e subjetividade em uma comunidade quilombola: uma etnografia na comunidade Kalunga. 2013.

FURTADO, Marcella Brasil; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; ALVES, Cândida Beatriz. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 13, 2014.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Por uma geografia do sagrado. Elementos de epistemologia da geografia contemporânea, v. 2, p. 253-265, 2002.

GIL, Antônio C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996

GOIÁS. Secretaria de Indústria de Comércio. Superintendência de Geologia e Mineração. Geomorfologia do Estado de Goiás e Distrito Federal. Por Edgardo M. Latrubesse, Thiago Morato de Carvalho. Goiânia, 2006.

_____. Secretaria de Indústria de Comércio. Superintendência de Geologia e Mineração. Geomorfologia do Estado de Goiás e Distrito Federal. Por Edgardo M. Latrubesse, Thiago Morato de Carvalho. Goiânia, 2006.

_____. Decreto nº 7.567, de 08 de março de 2012. Restabelece o Conselho de Gestão da Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto e dá outras providências.

GOIÁS. Decreto nº 9.001, de 18 de julho de 2017. Cria o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera do Cerrado em Goiás e dá providências. Disponível em: http://www.gabcivil.go.gov.br/decretos/numerados/2017/decreto_9001.htm (Acesso em: 10/07/18).

_____. Sistemas Estadual de Geoinformações. Disponível em: <http://www.sieg.go.gov.br/>. Acessado em 15 nov 2016.

GOIÁS+20. Projeto de hidrelétricas na Chapada dos Veadeiros causa polêmica (2015). <http://www.goiasmais20.com.br/projeto-de-instalacao-de-hidreletricas-na-chapada-dos-veadeiros-causa-polemica/> (Acesso em: 31/06/18).

GOMES, E dos S. Liberdade por um fio - história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. Pp. 240-263.

GOMES, Flávio dos Santos. Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil. – 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015. – (Coleção Agenda brasileira).

GUERRA, A. J. T; BOTELHO, Rosangela Garrido Machado. Erosão dos solos. Geomorfologia do Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 181-228, 1998.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 18/05/2010).

_____. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 18/11/2016).

_____. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 18/03/2017).

_____. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 18/11/2018).

JATOBÁ, Daniele. A Comunidade Kalunga e a Interpelação do Estado: da invisibilidade à Identidade Política. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2002.

KOYANAGI, Raquel. Memórias de estudantes Kalunga que ingressaram no ensino superior: Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC/UnB, 2016).

KARASCH, Mary. 1996. Os quilombos do ouro na Capitania de Goyaz. In: REIS, J. J.;

- LACERDA FILHO, Joffre Valmório de; Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil. Geologia e Recursos Minerais do Estado de Goiás e Distrito Federal: Organizado Por Joffre Valmório de Lacerda Filho, Abelson Rezende e Aurelene da Silva. 1:500.000. Goiânia: CPRM, 1999. (Conv. CPRM/METAGO S.A./UnB).
- LACERDA, Antônio Corrêa de. Economia brasileira (*et al.*); organizadores José Márcio Rego, Rosa Maria Marques; colaborador especial Rodrigo Antonio Moreno Serra. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- LASWELLLaswell, H.D. Politics: Who Gets What, When, How. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.
- LEDA, V. C.; Polonio, V. D.; Sartori, A. A. C.; Nicolete, D. A. P.; Carvalho, T. M.; Zimback, C. R. L. Análise comparativa de mapas de declividade na bacia do Ribeirão da Prata em Lençóis Paulista – SP. Anais XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, João Pessoa-PB, Brasil, 25 a 29 de abril de 2015, INPE.
- LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Etnográfica, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.
- LOPEZ, Luiz Roberto. História do Brasil colonial. 3ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984.
- LYNNLynn, L. E. Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980
- MACEDO, José Rivair. História da África. 1.ed., 1ª reimpressão, São Paulo: contexto, 2015;
- MARQUES, Gustavo Campos. Geologia dos grupos Araí e Serra da Mesa e seu embasamento no sul do Tocantins. 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- MARQUES, Rosa Maria; REGO, José Márcio. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Saraiva, Cap, v. 11, p. 248-282, 2011.
- MATTOS, Joaquim Francisco de. Os Caminhos de Goiás. Editora Comercial Safady Ltda. São Paulo, 1980.
- MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, p. 92, 1982.
- MEAD, L. M. “Public Policy: Vision, Potential, Limits”, Policy Currents, Fevereiro: 1-4. 1995.
- MELISSA SILVA (2018). Exploração ilegal de carvão contribui para desmatamento do Cerrado. Disponível em <http://www.mma.gov.br/informma/item/5890-exploracao-ilegal-de-carvao-contribui-para-desmatamento-do-cerrado> (Acessado em 07/07/18).
- MONTEIRO, John. Bandeiras mestiças. Rio de Janeiro: Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 3, nº 34, 2008.
- MUNANGA, Kabengele. O negro no Brasil de hoje. – 2ª ed. – São Paulo: Global, 2016 (Para entender).
- NETO, Antônio Texeira. Os Caminhos de Ontem e de Hoje em Direção a Goiás. Boletim Goiano de Geografia. Vol 21 – nº 1 – Jan./Jul. 2001.
- NUNES, S. A. (2015). Mapeamento do conflito de uso legal da terra nas unidades de conservação (UCs) da Reserva da Biosfera do Cerrado: Nordeste de Goiás. Anais XVII

Brazilian Symposium on Remote Sensing - SBSR.. Anais XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, de 25 a 29 de abril de 2015, INPE.

PALACIN, Luís. História de Goiás em Documentos: I. Colônia. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

POLONIAL, Juscelino Martins. Terra do Anhanguera: História de Goiás. Goiânia: Kelps, 1997.

PORTO, Angela. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 13, n. 4, 2006.

POHL, J.E. Viagens no Interior do Brasil. São Paulo: Editora da USP/Livraria Itatiaia, 1976

RAMOS, Arthur. Goiás, uma nova fronteira humana. Rio de Janeiro, Conselho de Imigração e Colonização, 1969

RIBEIRO, Darcy; NETO, Carlos de Araújo Moreira Org.). Testemunhos, 1500-1700. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

RIBEIRO, Simone Cardoso. Etnogeomorfologia sertaneja: proposta de classificação das paisagens da sub-bacia do rio Salgado/CE com base no conhecimento tradicional sobre relevo e seus processos. Crato (CE): RDS, 2014.

RIMANN, E. T. (2016). A Kimberlita no Brasil. Ann. Esc. Minas, Ouro Preto, n.15, p.27-32, 1917

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira. Economia e Escravidão na Capitania de Goyaz. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992.

SAMPAIO, Plínio Arruda. Terras devolutas e latifúndio. Economia e Sociedade. v. 5, n. 1, p. 197-199, 2016.

SANO, S.M.; ALMEIDA, S.P. ed. Cerrado: ambiente e flora. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998. Xii + 556p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. Metamorfoses Do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 4ª ed. Editora Hucitec: São Paulo, 1996;

_____. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp, 2002.

SANTOS, Rosilene Campêlo dos. O processo ritual nas festas da comunidade Kalunga de Teresina de Goiás. Universidade de Brasília, Faculdade de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, 2013

SANTOS, Sara e Alves dos; NUNES, Fabrizia Gioppo. Mapeamento do conflito de uso legal da terra nas unidades de conservação (UCs) da Reserva da Biosfera do Cerrado: Nordeste de Goiás. Anais XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, João Pessoa-PB, Brasil, 25 a 29 de abril de 2015, INPE

SANTOS, Thisiane Christine dos. Proveniência de sedimentos detríticos dos grupos Bambuí/Una, Bacia de Irecê-BA: Dados U-Pb por LA-ICPMS e SHRIMP. 2011.

SGANZERLA, E. (1983). Biodigestor: uma solução. Porto Alegre: Agropecuária.

SILVA, Cássio Roberto da. Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado, para entender o presente e prever futuro. Rio de Janeiro: CPRM, 2008.

SILVA, Martiniano José. Quilombos do Brasil Central: Violência e Resistência Escrava. Goiânia: Kelps, 2003.

SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo; DA SILVA A., Iara Cristina; VIEIRA, Patrícia Laundry Mollo. Uma análise geográfica do plano de desenvolvimento turístico de Cavalcante-Goiás. Boletim de Geografia, v. 33, n. 3, p. 31-45, 2016.

TEIXEIRA, Wilson...[et. Al.] (Org.). Decifrando a Terra. - São Paulo: Oficina de Textos, 2000. Reimpressão, 2003. 568 pp 558.

VIANNA (Hélio). — História do Brasil. Edições Melhoramentos, 2 vols., São Paulo, 1961-1962.

VITTE, Antonio Carlos. Etchplanação dinâmica e episódica nos trópicos quentes e úmidos. Revista do Departamento de Geografia, v. 16, p. 105-118, 2011.

ANEXO A

IMAGENS COMPLEMENTARES DA PESQUISA

COMUNIDADE QUILOMBOLA ENGENHO II



Salão de Eventos



Entrada para o Engenho II



Escola do Ensino Fundamental



Casa Kalunga



Campo de Futebol no Engenho II



Almoço do o Senhor Cirilo e Dona Getúlia



Cachoeira Ave Maria



Antiga Trilha da Serra Santana

FAZENDAS EM SÃO JOÃO D'ALIANÇA -GO



Chácara em São João D'Aliança





Ponto Culminante do Planalto Central



Salto II – Rio Preto – Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros



Nascente do Rio Preto



Nascente do Rio Preto



ENCONTRO DAS ÁGUAS – TOCANTIZINHO E SÃO MIGUEL



TRILHA DOS ESCRAVOS – SERRA DAS ARARAS



RIO SÃO BARTOLOMEU – SERRA DAS ARARAS



RESQUÍCIO DA MINERAÇÃO - CAVALCANTE



VEÍCULO UTILIZADO NAS PESQUISAS DE CAMPO





Animais na beira da estrada no Vão do Moleque

VIAGEM PARA AS COMUNIDADES DE EMA E DIADEMA



PONTE DO RIO PARANÁ – GO 118 – AO FUNDO: VÃO DE ALMAS



Comunidade EMA



Comunidade EMA



FUNIL DO RIO PARANÃ



Antigas Trilhas no Funil do Panrã



Ponte sobre o Rio da Prata – Divisa de Tocantins e Goiás



Término da Pesquisa de Campo na Comunidade do Riachão

COMUNIDADE QUILOMBOLA VÃO DO MOLEQUE



Veículo da Equipe quebrado na Serra indo para o Vão de Moleque



A Equipe preparando o Almoço no Vão do Moleque



Escola Fundamental no Vão do Moleque



Panorama do Vão do Moleque – com uma fazenda no seu plano



Rio Gameleira – Vão do Moleque



Cerera denso – Vão do Moleque



Festejo do Vão do Moleque



Criação de gado – Vão de Moleque

CASA DO SENHOR MOCHILA



“Dedo do Moleque – Vão do Moleque



Horta Kalunga – Vão do Moleque



Criação de suínos – Vão do Moleque



Criação de Búfalos – Vão do Moleque



**Pés de limão Galego
Vão de Moleque**



**Exposição de fotos do Vão de Moleque
– Semana de Geografia – Maio de -
2017**



**Exposição de fotos do Vão de Moleque
– IHG-DF Maio 2017**

COMUNIDADE QUILOMBOLA VÃO DE ALMAS



**Rio Branco (das Almas)
Kalunga lavando roupas e louças e
banhando-se**



**Residência Kalunga Vão de Almas –
perfeita harmonia com o meio**



**Noite de festa no Vão de Almas –
Agosto de 2017**



**Voltando do Funil do Paranã para o
Vão de Almas – Agosto 2017**



**Coordenadas UTM do caminho da
figura ao lado**



**Caminho Kalunga antigo na margem
esquerda do Funil do Paranã**



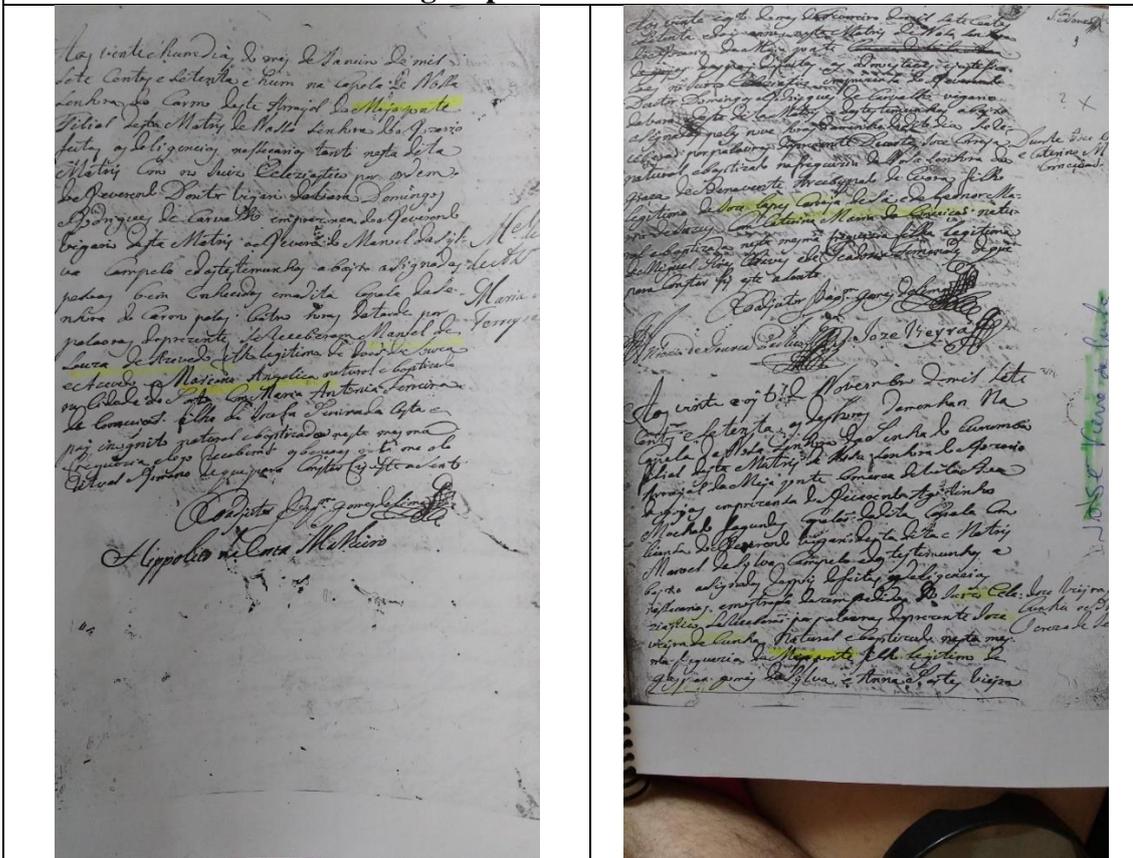
**Coordenadas UTM do caminho da
figura ao lado**



**Caminho Kalunga antigo na margem
direita do Funil do Paranã**



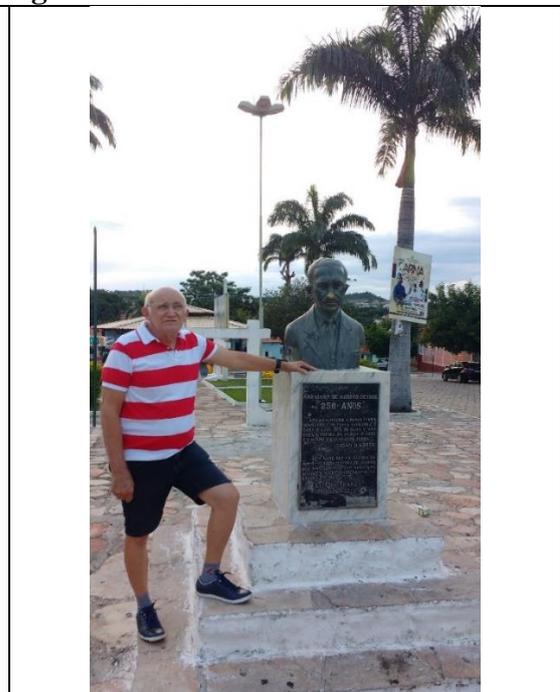
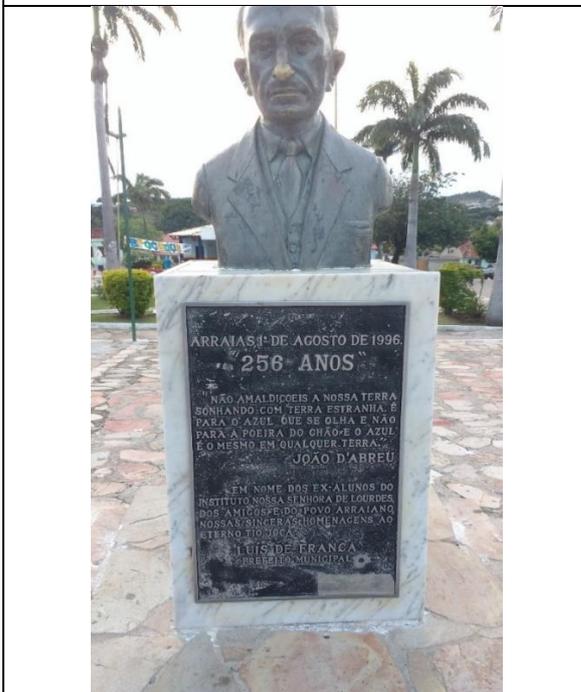
Passagem por Corumbá de Goiás



Certidão de Nascimento de Afrodescendentes



Cidade Monte Alegre de Goiás



Cidade de Arraias Tocantins



Viagem para Natividade - TO



Matriz de Nossa Senhora da Natividade



Fábrica de biscoitos Amor Perfeito



Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos



Praça da Bandeira



Igreja de São Benedito - Natividade



Ruínas de São Luís - Alto da Serra da Natividade



Ruínas de São Luís Veículo da época da Mineração - 1970-1980



Escavação mineral – Serra Natividade



Ruínas de São Luís Ponto de Controle de saída de ouro – Serra Natividade



Antiga cadeia de Paranã



Utensílios antigo – Museu de Paranã



São João Batista e do Divino Espírito do Santo - Paranã



Caminho antigo de Bandeirantes e Viajantes - Paranã



Museu de Paranã



**Encontro Rio Palmas com Rio Paranã
Formação do Rio Tocantins**



Cadeia Pública de Paranã



Cadeia Pública de Paranã



Viagem para Porto Nacional



Dom Alano de Noday: Bispo de Porto Nacional



Praça da Igreja de Nossa Senhora das Mercês – Porto Nacional



Casarios de Porto Nacional

CIDADE DE GOIÁS



Casa de Cora Coralina – Goiás Velha



Museu de Artes Sacra da Igreja da Boa Morte



Chafariz do Palácio Conde dos Arcos



Sala de jantar – Conde dos Arcos



Croqui de Vila Boa de Goyas



Praça do Mercado de Goiás Velha - 1930



Balanças de pesagem de ouro – Goiás Velha



Janela de Ferro da Cadeia velha de Goiás Velha



Serra Dourada ao fundo – Goiás Velha



Turistas na praça do Palácio do Conde dos Arcos

ANEXO B

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO, ENTREVISTA E PERGUNTAS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO NA ÁREA QUILOMBOLA KALUNGA

Período de realização ___/___/___ a ___/___/___

I – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

- a) **Organização da festa:** Quem participa? Em qual local é realizada? Quem são os responsáveis pela organização? Como se organizam os grupos? Que tipo de bebidas são autorizadas a consumir? Quem são os responsáveis pela parte de alimentação?
- b) **Rituais religiosos:** Como são organizados os momentos religiosos? Quais santos se veneram? Quais religiosos (pastores e padres e outras denominações) que participam? Qual o significado dos símbolos? Por que as comunidades Kalunga pretendam culto pela agricultura?
- c) **Músicalidade:** Quais tipos de músicas são permitidos? Quem organiza os grupos musicais?
- d) **Danças:** Quais tipos de dança são permitidos? Há divisão de idade por tipo de dança?

II – ROTEIRO DE ENTREVISTA E DO QUESTIONÁRIO

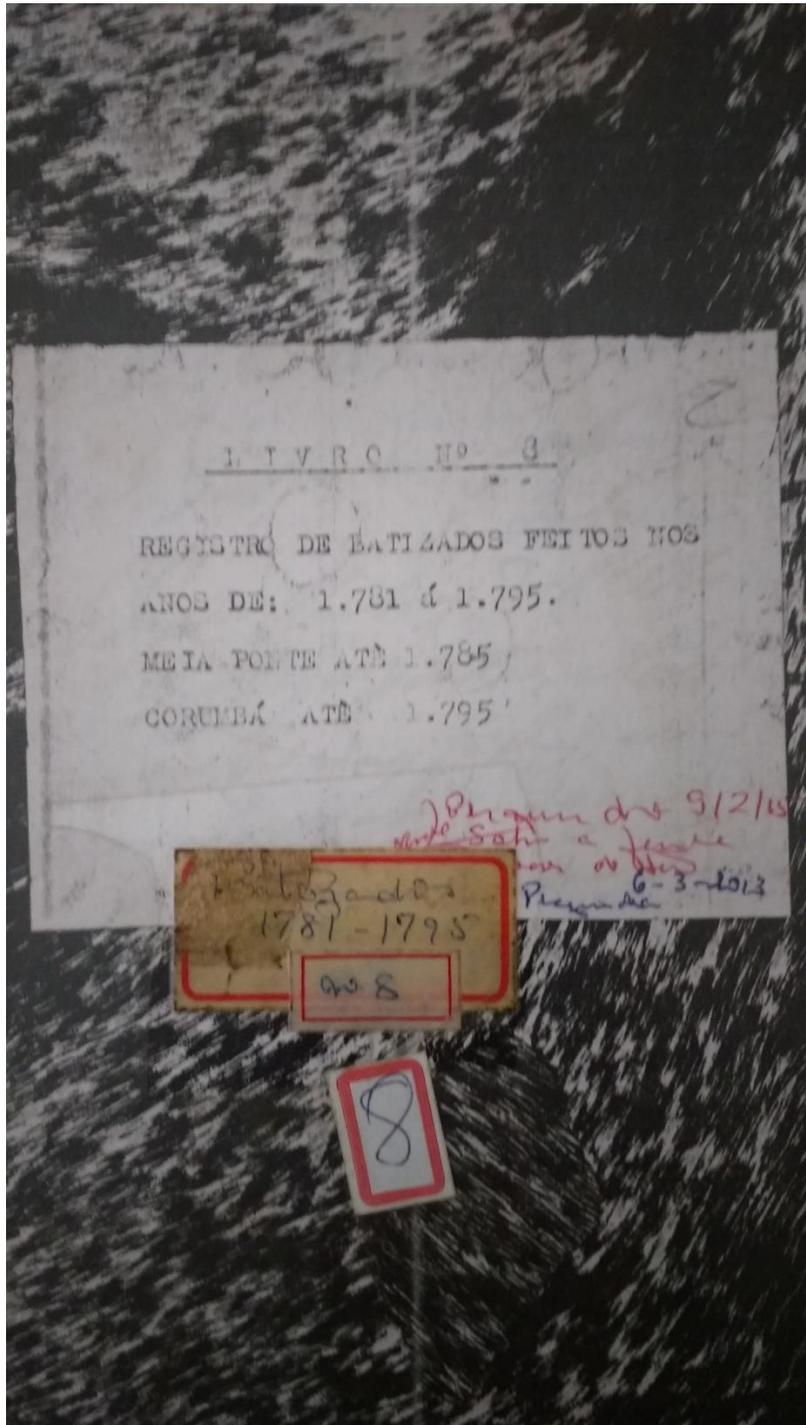
- a) Qual o nome do entrevistado?
- b) Que papel exerce na comunidade?
- c) Há quanto tempo mora no local?
- d) Qual o ramo da atividade laboral?
- e) Quantos moram na residência?
- f) Tem atendimento de saúde no local? Se não, como é feito o atendimento de urgência?
- g) Na comunidade tem parteiras?
- h) No caso de parturientes (grávidas), como é feito o acompanhamento pré-natal?
- i) No caso de urgência, como é feito para transportar parturientes (grávidas) para ganhar neném na cidade?
- j) Acontece casos de que a parturiente (grávida) perdeu o neném?
- k) Perguntar se a pessoa entrevistada gosta de morar no Vão. Porque?
- l) Existe algum tipo de conflito entre os membros da comunidade?
- m) Há escolas?
- n) Há pessoas com curso superior? Onde fez o curso?
- o) Quais os itens são produzidos para o consumo interno da comunidade?

- p) A roça fica perto de casa? Como é feito o manejo do solo?
- q) Há criação de animais? Onde eles pastam?
- r) Usam agrotóxicos na produção de alimentos?
- s) Qual é a percepção que a comunidade tem sobre os elementos da natureza: relevo: rios, animais, sol, lua?
- t) O que é ser Kalunga?
- u) Quais são as necessidades básicas da comunidade?
- v) Como a comunidade vê a questão do meio ambiente?
- w) Você participa de alguma associação comunitária?

Ressalata-se que as entrevistas realizadas tiveram como base as perguntas do questionário.

ANEXO C

IMAGENS DOS DOCUMENTOS ANTIGOS PESQUISADOS



C. 1949

Ao Prefeitura Municipal
 Teresopolis de Passos

Deus

Forneçimento feito a Cadeia Publica no mes de
 Janeiro fuzo conforme documentos juntos.

380 - Rações	av. 5,00	1.900,00
1 - Lata leite		12,00
20 - Cargas de leite	" " 8,00	160,00
5 - Kilos de sabao	" " 5,00	25,00
205 - Peças de roupa branca	" " 30	70,50
25 - Centimetros de favela		8,00
1 - Litros de vaselina		5,00
4 - Vassouras	" " 1,50	6,00
		2.181,50
Rações extraordinarias		
14 - Kilos de carne	av. 6,00	84,00
4 1/2 - Kilos de sal	" " 2,00	9,00
20 - Litros de arroz		60,00
10 - Litros de feijao		30,00
20 - Litros de farinha		25,00
5 - Kilos de acucar	" 4,00	20,00
7 - Kilos de farinha	" 12,00	84,00
		2.493,50

Cidade de Teresopolis de Passos

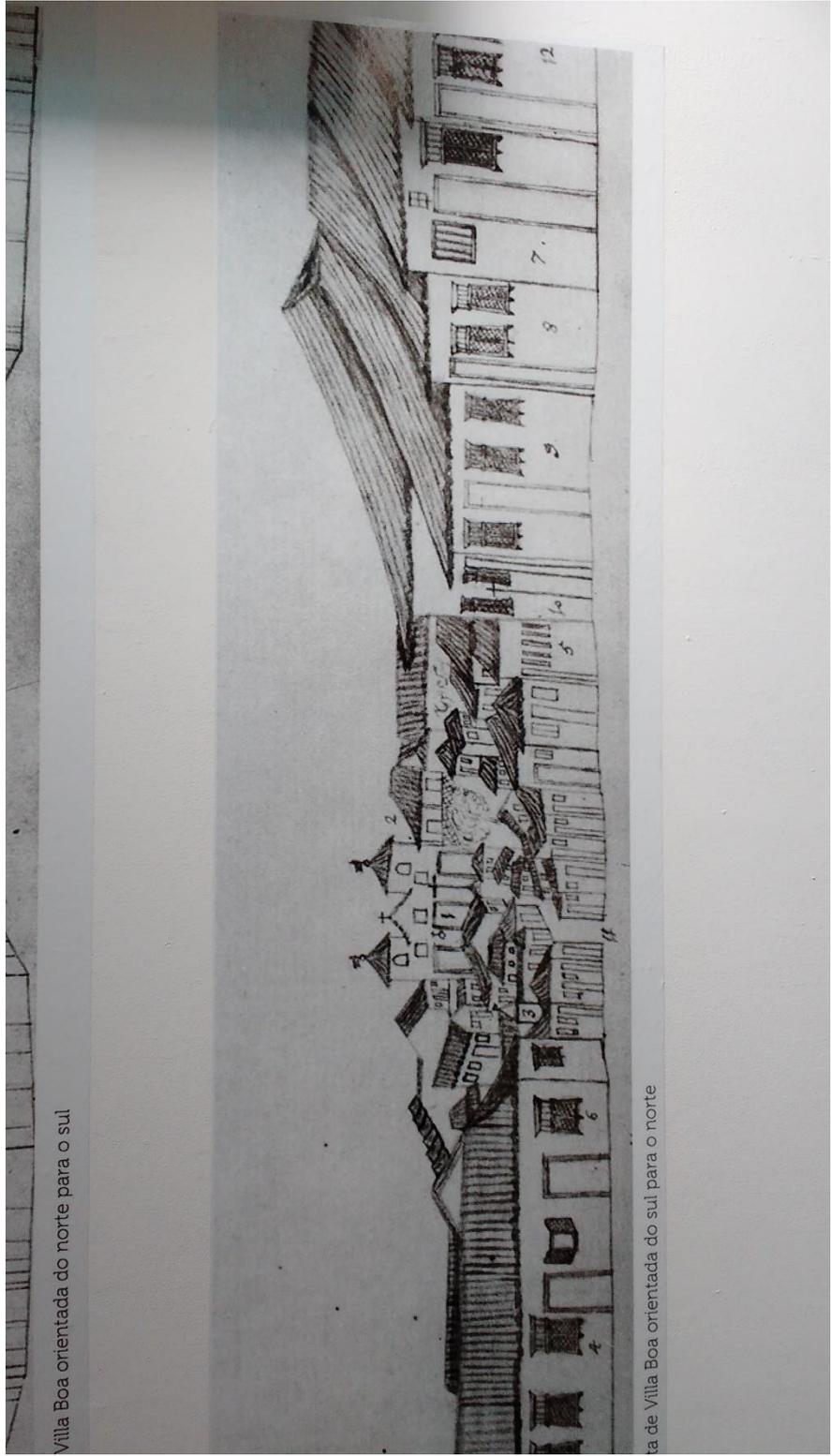
1949

B. o imp. de vendas e consignações, cople

no n.º 14, de 1949.

H. L. L.

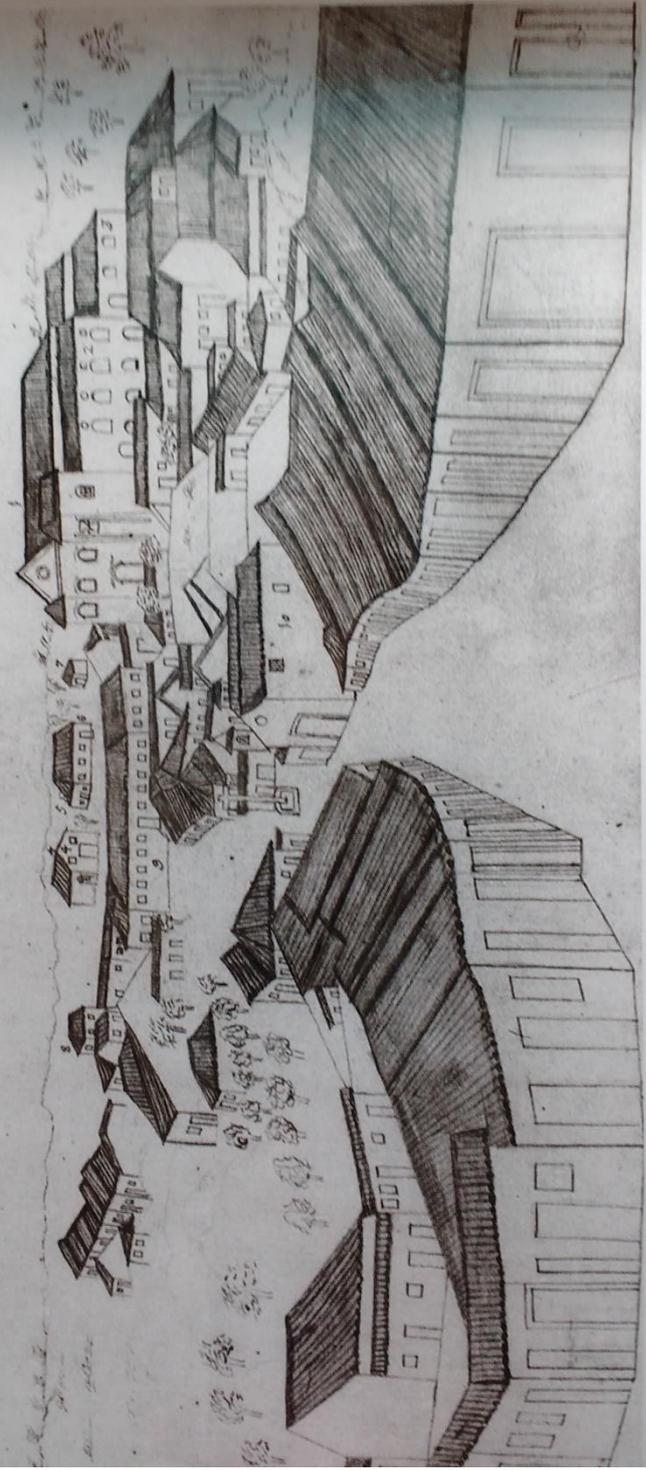
Two smaller fragments of the document are shown below, one on the left and one on the right, both containing handwritten text and stamps.



Villa Boa orientada do norte para o sul

Villa Boa orientada do sul para o norte

Prospecto de Villa Boa tomada da parte do Norte para o Sul no anno de 1767.
 e Laviz. 2. Consistorio da Simand, do S. dos Passos. 3. Consistorio da Simand, do S. Sacram. 4. Capella de N. Sr. da Boa Noite. 5. Capella e Ca
 da Camara. 7. Passo do S. dos Passos. 8. Casas da Real Intendencia. 9. Casas da Real Intendencia do General. 10. Capella de N. Sr. da Luz.







Chafariz de Cauda, ao fundo o Museu das Bandeiras, 1928.

... na ... de
... no ... de
... responsáveis: P
Cristovão Barboza
... da ... , João
José ... Carlos
... tomaz entre outros

3

Boa Boa
1755-1765
no 3

... preta forra". 5. Eu
764.

... muito encadernada
bastante

Loivos/m e Repetição de Evangelho
Zados na noite e Vozes
Rosário da noite cont. 1755-1765
248 p.

1. Terço de adoração aos santos e batismos celebrados na igreja de Nossa Senhora do Rosário da noite cont., incluindo um na Capela de Santo Antônio e outro na Capela de S. Sebastião.
3. Côcoos responsáveis: Pedro Manuel, Inezes, Custódia Barbosa, Condiutores Bernardino da Cunha, Joaquim Gomes de Lima, José Maria Pardo Mariano, Carlos Francisco e outros.
4. Incluir

3
Lo. Bast. nº
1755-1765
10.2

Manuscrito de "uma peça fora". 5. Encerra o livro
o ano de 1764.

Manuscrito encadernado. Textos
originais bastante fragmentados
mas alguns de restauração. Textos
no início do volume quase ilegíveis
devido à descoloração das folhas
e à falta de conservação da capa.

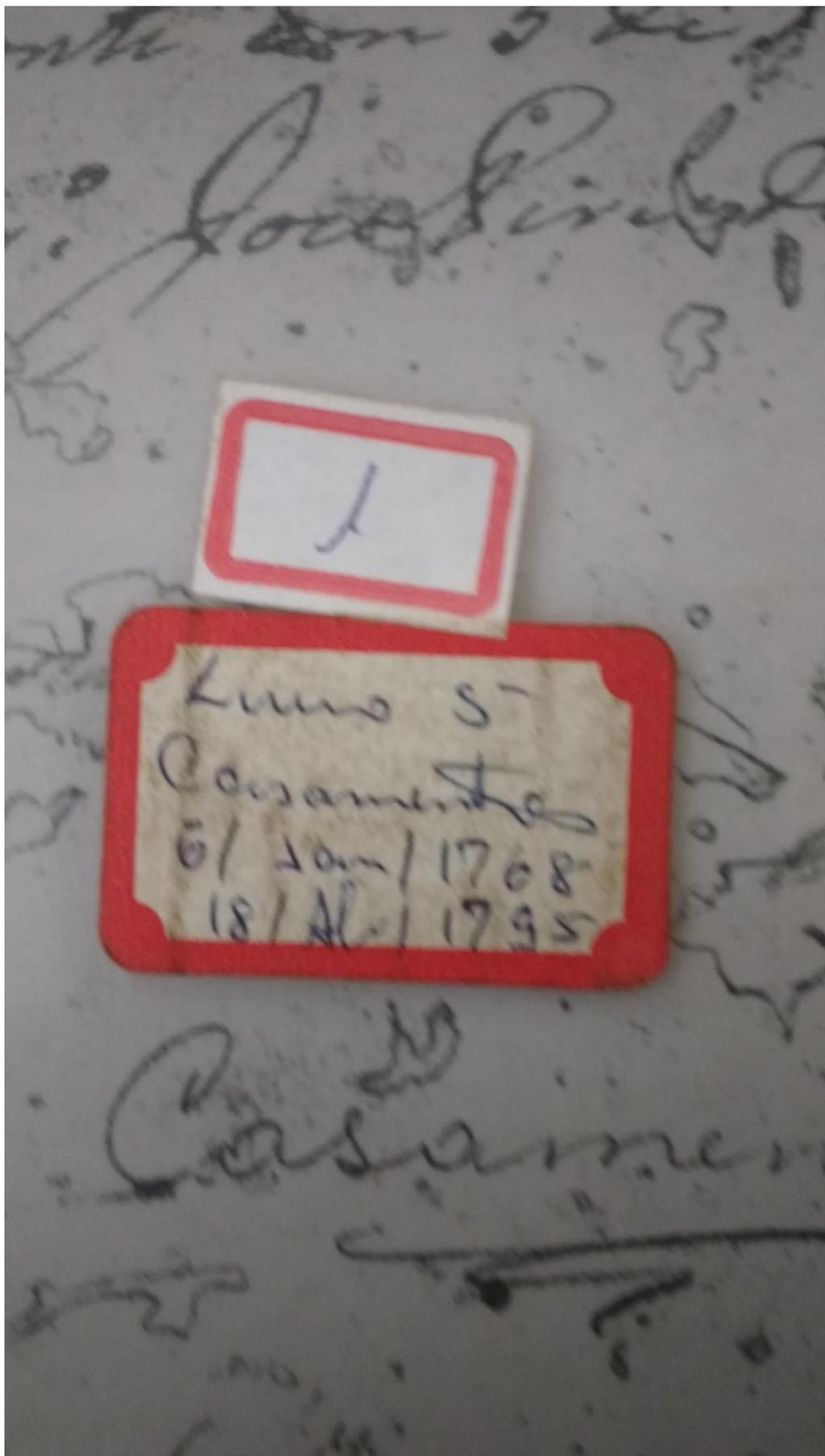
159
2

Livro 3 de óbitos. Vila Boa (Goiás -
polis). 1764-1767. 180 fls.

1. Termo de abertura. (23.05.1764).
2. Assentamento dos Mortos da Igreja
da N. Sra do Rosário de Meia -
-Ponte.
3. Sepultamentos em Capelas
de N. Sra da Beira da Freguesia de
Corumbá, filial da Matriz de Simó-
polis.
4. Assentamento dos Mortos
da Capela de N. Sra da Beira do
Corumbá.
5. Capelas de Santa Ana
do Rio do Seixe, filial da Igreja de
N. Sra do Rosário de Meia - Ponte.
6. Capela de N. Sra do Rosário dos
Priores.
7. Sepultamento de exera-

vos na Capela do Rio do Seixe. 8. As-
sentamento dos Mortos enterrados na
Capela do Rio do Seixe, da Matriz. 9.
Cemitério da Freguesia. 10. Capelas de
N. Sra do ^{Monte do} ~~Monte do~~ Carmo (eseravos)
e Capela de N. Sra da Beira do Co-
rumbá.

Escadernado e restaurado face a
ação de cupens. Parece de reparos.
Tinta esvaecida. (manuscrito). Texto
original danificado pela ação da
restauração (cola). Necessita con-
servação e/ou microfilmagem.



...vinte e mais dias do Mes de Setembro de Mil e
...e setenta e sette annos Nesta Matry de Nossa Senhora
dozmo dia Nona ponte baptizou epy as Santy aleoys a Nona
Coadjutor Bernonius da Cunha Decapto e Franuiza adulta Mina
Cruza de Antonio Lou de Campos foi padrinhos Antonio Maria e
Dadito e para Cuytar foi este absento dia era ut supra
Coadjutor Joachim Gomez de Lima

Nos vinte dias do Mes de Setembro de Mil setta Conty e
...e sette annos Nesta Matry de Nossa Senhora do Forno e
Nona ponte baptizou epy as Santy aleoys e a Lucrecia Vigario Cuy
Barbosa de Sam e Miguel a Antonio adulta e para de Antonio
de Mattalia foram padrinhos e para de Pure Lou de Sinto
Theresa. In heira poita e para Cuytar foi este absento
era ut supra
Coadjutor Joachim Gomez de Lima

Nos vinte dias do Mes de Setembro de Mil setta Conty e
...e sette annos Nesta Matry de Nossa Senhora do Forno e
dozmo dia Nona ponte baptizou epy as Santy aleoys e a Lucrecia
Cuybato de Theresa de Sam e Miguel a e Manuela Joazeiro de
ces do vinte e hum doze filha legitima de Marcelino de
am da Mona esbavos da Carlota Simam bel de Almeida
padrinhos e para e para de Manuel de Barros Maria do
rio poita e para e para Cuytar foi este absento dia era ut supra
Coadjutor Joachim Gomez de Lima

Nos quinze dias do Mes de Outubro de Mil setta Conty e
...e sette annos Nesta Matry de Nossa Senhora do Forno e
Nona ponte baptizou epy as Santy aleoys e a Lucrecia
da Cunha de Sinto e Domingy adultos e para de Lou de Sinto
la foram padrinhos e para de Manuel de Barros e para e para
de Almyrara e para Cuytar foi este absento dia era ut supra
Coadjutor Joachim Gomez de Lima

Apresente e oitavo dia do Mes de Junho de mil e setenta e sete
Contra e Sincera e Sete annos nesta Matriz de Nossa
Senhora do Rozario da Meza parte baptizou e por Santo
alejo e Reverendo Vigario Custodio Barbosa de Sam Miguel
e Manoel Ignacate que nasceu a quinze do dito, filho legi-
timo de Manoel de Souza Navey Natural da freguesia de
Sam Thome, Nuro de Tenoria de Camalhoas Arcebispo de
Braga e de sua mulher D. Maria de Almeida natural
desta dita freguesia. Nesta gila parte catrona de Manoel
de Souza Navey e de sua mulher D. Maria de Souza e pela par-
te Materna de Manoel Soares de Alboim e de Maria de
Lima de Moraes de Cade de Sam Paulo foi padrinho An-
tonio Mes de Castro e para, e para qd este adente dia
Mes canno ut supra.

Quarto Inocencio Gomes de Lima

Apresente e oitavo dia do Mes de Junho de mil e setenta e sete
Contra e Sincera e Sete annos nesta Matriz de Nossa
Senhora do Rozario da Meza parte baptizou e por Santo
alejo e Reverendo Vigario Custodio Barbosa de Sam Miguel
e Polixena Miguez aculta e gava de loon e Manuella
pardo para foram padrinhos Saom de Penira Sifon e Catha-
rina Goncalves da Costa Maradona neste Arayal da que
para Castro foi este adente dia mes canno ut supra.

Quarto Inocencio Gomes de Lima

Apresente e oitavo dia do Mes de Junho de mil e setenta e sete
Contra e Sincera e Sete annos nesta Matriz de Nossa
Senhora do Rozario da Meza parte baptizou e por Santo
alejo e Reverendo Vigario Custodio Barbosa de Sam Miguel
e Jose aculta e para Alexandre de Sam Miguel
padrinho Jose Mendonca e Natavia pardo e para foram
Alexandre de Sam Miguel e para este Arayal da que
para Castro foi este adente dia mes canno ut supra.

Quarto Inocencio Gomes de Lima